



# ORÇAMENTO. 2024

Anexo Empresas Municipais





# Porto. Domus Social

Instrumentos de Gestão

Previsional para o período 2024-2028

Porto.  
Domus  
Social



*M. S. J.*




## ÍNDICE

I.	PREÂMBULO .....	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS .....	16
A.	ENQUADRAMENTO .....	17
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL .....	19
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL .....	19
2.	PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL .....	25
a.	Habitação Social .....	27
b.	Educação .....	28
c.	Funcionamento dos Serviços .....	28
d.	Regeneração Urbana .....	29
e.	Saúde e Respostas Sociais .....	29
f.	Qualidade de Vida Urbana .....	29
g.	Energia e Transição Energética .....	29
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE .....	30
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL .....	33
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2024-2028 .....	33
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2024-2028 .....	35
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL .....	39
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2024-2028 .....	42
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 / PRESSUPOSTOS .....	42
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA .....	43
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA .....	44
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO .....	45
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2024-2028 .....	46
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2024-2028 E PRESSUPOSTOS .....	47
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL .....	60
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL .....	61
D.	BALANÇO PREVISIONAL .....	62
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2024-2026 .....	64
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único .....	65



# I. Preâmbulo

*M. J. P.*



A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), tem como objeto social a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;

- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do Município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o período de projeção conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

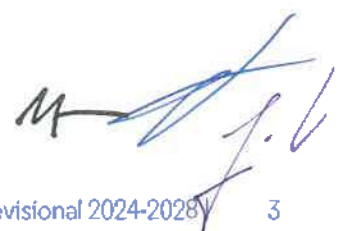
Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.

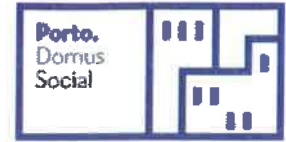
Enquadrado pelo seu objeto social estabelece-se, neste documento, a estratégia da Domus Social para os Instrumentos de Gestão Previsional período 2024-2028 (IGP 2024-2028).

Nestes momentos de grande incerteza e imponderabilidade, decorrentes da crise internacional que se vive, é exigida às organizações alguma flexibilidade e capacidade de adaptação aos fatores que condicionam e condicionarão os tempos futuros.

Independentemente do cenário anteriormente traçado a estratégia prevista nestes IGP 2024-2028 assentará em três vetores de atuação.







O primeiro, resulta do compromisso assumido pela Administração e Lideranças em matéria da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A consciência das alterações climáticas, sociais e regulatórias em curso, o ambiente de crise global e convulsão que atinge gravemente a vida das Pessoas e do Planeta, acelerou a urgência da mudança das nossas perspetivas de gestão e práticas de trabalho, centradas na promoção de um futuro mais equitativo e sustentável, onde todas as pessoas possam usufruir de uma melhor qualidade de vida, respeitando os limites naturais do nosso planeta. Pensar com e sobre a sustentabilidade, integrando-a no controlo de gestão que mantemos com muitas áreas dentro da nossa empresa. Uma sustentabilidade de que temos uma perspetiva holística, que impacta de forma muito relevante no contexto externo e interno, nos vários sistemas de gestão da empresa. Esta visão holística da sustentabilidade permite-nos ter uma perceção da sua integração que vai desde a criação de valor e sua mensuração, ao alinhamento das equipas/pessoas, dos processos e de todos os sistemas de gestão que temos na empresa. A nossa visão estratégica do controlo de gestão é de integração e abrangência, pelo que não entendemos a sustentabilidade como um silo organizacional desligado dos processos de gestão. Os processos de controlo de gestão servem para orientar, dar direção e motivar as pessoas/equipas para cumprimento dos objetivos. A sustentabilidade surge como um eixo central da empresa, contribuindo para alinhar todas as pessoas/equipas com os princípios de sustentabilidade, como pensamento sistémico e não simplesmente de mero reporte externo ou de mero marketing. A estratégia empresarial não é só para retirar os impactos, mas sim repensar os processos e as formas de pensar o “negócio”. Estamos, assim, a falar de estratégia de negócio. O controlo de gestão é o que dá suporte, implementação e caminhada a este tema da estratégia da sustentabilidade.

É neste contexto que, para o próximo quinquénio, dedicaremos uma particular atenção à redefinição do nosso modelo de gestão, em todas as áreas da empresa, tanto nas de negócio como nas de suporte, com o propósito claro de gerar um impacto positivo na vida das pessoas e com menor impacto ambiental, contribuindo para o bem-estar social. O compromisso com as nossas partes interessadas mais relevantes: trabalhadores, municípios, fornecedores, inquilinos e a autarquia, são essenciais para colaborativamente melhorar a trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável e à transição climática. Sem o envolvimento e cooperação de todos, as várias transições não terão êxito se não respeitarem o princípio de não deixar ninguém para trás.



O nosso alinhamento com as orientações e compromissos do Município, como a meta de neutralidade carbónica até 2030, acelerou a nossa jornada e reforçou a nossa determinação em pensar a sustentabilidade como algo central nas nossas atividades, estabelecendo-a como a pedra angular da nossa atuação.

A criação de valor partilhado, através da valorização das nossas pessoas e a proteção do ambiente natural, são o nosso foco principal, paralelamente ao fortalecimento das relações de proximidade com os nossos inquilinos residentes nos bairros municipais.

Para atingir essa ambição, necessitamos de promover um conjunto de linhas de ação que visam primordialmente a disseminação de informação e capacitação dos trabalhadores da empresa que será alargada a fornecedores e inquilinos, partes interessadas relevantes para atingirmos os objetivos a que nos propomos, no âmbito da sustentabilidade e do ambiente.

Oferece-nos particular atenção a gestão da aquisição de bens, serviços e empreitadas, considerando os critérios ecológicos nos procedimentos de contratação pública, legalmente exigíveis, na perspetiva de um reforço na formação e especialização dos meios humanos que lhe estão afetos. O desafio que nos colocámos é o de que a área de Contratação Pública e Aprovisionamento deve ir além da gestão operacional de procedimentos pré-contratuais e passar para uma gestão estratégica de compras públicas ecológicas e circulares, focada na busca de sinergias e de ganhos de eficiência. Este novo patamar de ambição para as compras públicas da empresa vai contribuir, de modo significativo, para o cumprimento de objetivos no domínio das políticas ambientais e da sustentabilidade e influenciar, positivamente, os comportamentos de empresas e de cidadãos.

Pretende-se agregar a responsabilidade socioambiental à eficiência financeira, baseada na sustentabilidade e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A materialidade destas ações pode ser aferida nas iniciativas que serão impulsionadas neste quinquénio, que promovem a qualidade de vida e bem-estar dos nossos inquilinos e munícipes, reduzem as desigualdades e combatem as alterações climáticas.



A transição digital é outra área vital, para a Domus Social e para o serviço público que presta. A alavancagem da implementação de soluções digitais inovadoras, que já se sentem atualmente, em vários processos com resultados muito positivos internos e externos, revelam-se verdadeiramente transformadores e com um potencial de crescimento enorme, em benefício das pessoas e dos objetivos da empresa, nomeadamente contribuir para a neutralidade climática em 2030.

Acreditamos no sucesso da transformação alicerçada no cuidado com os mais vulneráveis e na melhoria das suas condições de vida, sem causar dano ao ambiente, na promoção da diversidade e capacitação das comunidades desfavorecidas e no acesso ao conhecimento e à arte. É neste contexto que fazemos a diferença e desempenhamos um papel determinante, no reforço da ação do Município do Porto como influenciadores da performance sustentável.

O segundo vetor diz respeito aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) do município no âmbito da habitação, enquadrados pela Lei de Bases da Habitação, a Nova Geração de Políticas de Habitação e derivados programas nacionais. Destaca-se aqui o Acordo de Colaboração entre o Município do Porto (MP) e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), realizado ao abrigo do Programa 1.º Direito, e reforçado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Aviso de Publicação N.º 01/CO2-i01/2021 Investimento RE-C02-i01. De salientar a expansão substancial dos programas de política de habitação nacional através dos instrumentos financeiros do PRR, com impacto na manutenção, melhoria e aumento do parque municipal de habitação. Neste contexto, a elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH) atualmente em curso, prevista na Lei de Bases de Habitação (artigo 22.º, Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro), também assume um papel fundamental na consolidação da política municipal habitacional já em vigor, reforçando, nomeadamente, o compromisso de disponibilidade de habitação de interesse social à comunidade local.

Complementarmente, o segundo vetor engloba um conjunto de iniciativas também financiadas por instrumentos comunitários, que assumem um novo modelo de financiamento público, e ao qual a empresa dará especial atenção, colaborando em estreita relação com a Câmara Municipal do Porto na identificação de oportunidades de financiamento comunitário e de instrução de candidaturas. Entre estas destaca-se:





- O projeto *URBINAT – Healthy corridors as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS (Nature Based Solutions)*;
- O projeto europeu *CommuniCity: Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities*, financiado pelo Programa HORIZON;
- O projeto *Direito à Cidade*, financiado através do Programa Erasmus+ (KA1 – Mobilidade Individual para Aprendizagem);
- O Plano de Ação ITI AMP – financiado pelo Programa Norte 2030, e o Projeto PRR – PAOITI AMP Centro-Oriental – integrado no Investimento RE-C03-i06.03 - “.

O terceiro vetor, interligado com o anterior e alinhado com os recentes objetivos estabelecidos nos estatutos da empresa, diz respeito à revitalização dos espaços públicos dos conjuntos de habitação pública municipal existentes. Está previsto um substancial investimento destinado à melhoria dos espaços públicos nos bairros de Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (dos edifícios 10 a 15) e Monte da Bela, no período de projeção, além da conclusão da intervenção em curso, em Agra do Amial.

Particular atenção continuará a merecer duas áreas de atuação da empresa, a externa – a relação com os inquilinos/municípios e a interna – com uma particular atenção aos colaboradores.

Na sua relação com o cidadão, a Domus Social tem sempre por objetivo a participação ativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente dos meios usados. Melhorar a comunicação com o cidadão, em termos qualitativos e dando resposta efetiva e em tempo útil aos seus contatos e interações assume particular relevância.

A Domus Social tem vindo a desenvolver o princípio do «contacto único», no sentido de aumentar a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, evoluindo para sistemas que permitam o acesso adequado dos municípios aos seus processos, sem qualquer intermediação e de acordo com as melhores práticas existentes nesta matéria. Hoje, esta realidade já é possível em alguns dos processos existentes como por exemplo: a atualização de dados, o acompanhamento dos pedidos de habitação e a apresentação de candidaturas ao Programa Porto Solidário. Foi criada uma área reservada do cliente no website que permitirá a interação direta com os serviços.



No âmbito da transição digital em curso pretendemos promover a utilização dos meios digitais pelos municípios, melhorando a informação que é prestada sobre procedimentos internos e melhorando a transparência e eficácia dos processos.

Nesse sentido, a Domus Social tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão, mais aberto, diversificado, simplificado e participativo. Com este desígnio, pretende esta empresa assumir uma postura ativa na condução dos seus processos que lhe permita agir com antecipação e planeamento, e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, tem vindo a ser implementado um conjunto de alterações na organização da empresa, com impacto na forma como gere os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, mas também com a autarquia e os seus parceiros. Associado a este processo de modernização, a empresa tem em curso a implementação de um plano de evolução dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado da informação pode ter nestes processos de modernização e inovação.

A atividade da Domus Social, tem vindo a seguir uma evolução que se vai distanciando da visão mais tradicional da mera gestão e manutenção do património municipal.

Por um lado, a sua intervenção num contexto dos vários domínios, que de forma direta e/ou impactam na sua atividade, tem, progressivamente, incrementado o seu nível de serviço e dimensão do seu universo.

Por outra via, o município encontra-se em processo de transferência de competências nas diversas áreas que originam consequências relevantes no âmbito da intervenção da Domus Social.

Estes fatores têm como consequência direta uma pressão significativa na estrutura orgânica da organização, pelo que foi necessário proceder a uma reestruturação orgânica, no ano em curso, de forma a garantir a continuidade dos níveis de serviço que tem vindo a ter até agora.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem



cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obriga a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro.

A dotação de meios e de conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque implica uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa para uma atitude de planeamento e intervenção programada, redesenhando-se, assim, os processos. Oportunidade, na medida em que esta transformação permitirá promover outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por “cadastro”. Nesse sentido, no próximo quinquénio a Domus Social dará particular relevância ao tratamento da informação e uma mais aprofundada análise da informação “cadastral” existente através da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) com vista a uma melhor gestão dos ativos da empresa.

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, a gestão do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras (mediante a atribuição de um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária) é uma das áreas que durante os próximos anos continuará a ser objeto de uma particular atenção.

Com efeito, esta experiência de base municipal, inscreve-se no âmbito das atribuições legalmente atribuídas às autarquias locais no plano da habitação e da ação social, e, comprovadamente têm-se revelada adequada, como instrumento para um problema grave na cidade, porquanto garante a segurança e acessibilidade ao arrendamento e à manutenção de uma resposta habitacional condigna.





A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de reabilitação e manutenção de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento das habitações de interesse social, a empresa efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar o seu equilíbrio económico e financeiro.

O programa de automanutenção “Casa como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, pretende elevar o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam. Continuará a ser uma aposta para o próximo quinquénio associado a campanhas de sensibilização.

Perante a atual conjuntura socioeconómica, continuaremos a acompanhar e a monitorizar as medidas de apoio à habitação, adequando e conformando à realidade do Município do Porto.

O Observatório de Habitação Social do Município do Porto, continuará a disponibilizar informação sobre a realidade socio habitacional. Com efeito, a informação que imerge, contribuirá para uma melhoria no desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas municipais da área da habitação.

Sem descurar a centralidade na observância dos critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vasto conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social tem reforçado o acompanhamento que essas questões merecem, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim,



a empresa estará cada vez mais próxima dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Pretende-se continuar a promover medidas de política habitacional e de políticas urbanas integradas, que contrariem lógicas de segregação socio-espacial, assegurando ao mesmo tempo e numa lógica de intervenção transversal, o devido acompanhamento social do processo de acolhimento e inclusão dos moradores.

Continuaremos assim a investir na capacitação de novos inquilinos, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e familiares assentes em questões habitacionais, estruturais de gestão de conflitos e de vivência em comunidade, sem descurar a integração das famílias nos conjuntos habitacionais municipais elevando a sua qualidade de vida.

Na Domus Social a atividade é desenvolvida com autonomia técnica, integridade, competência, responsabilidade, transparência, eficiência e eficácia, cabendo à Direção Jurídica zelar pela legalidade da atuação da empresa, prestando assessoria jurídica, por forma a conferir confiança e certezas jurídicas em toda a atividade desenvolvida.

Entre os principais objetivos desenvolvidos em 2023 salientamos a implementação de metodologias de trabalho colaborativo e em rede, de partilha de conhecimentos, harmonização de boas práticas e capacitação em matéria de contratação pública, políticas habitacionais, recursos humanos, entre outras, envolvendo todas as áreas estruturais da empresa. Para a concretização deste objetivo, a Direção Jurídica promove a realização de ações de formação internas e encontros temáticos especializados – *Let's Talk Legal* – em colaboração pro bono com profissionais de reconhecida experiência, cuja partilha de saber tem contribuído para a reflexão no sentido de qualificação e conhecimento.

Estamos, ainda, comprometidos com a harmonização de boas práticas, nomeadamente, em matéria de contratação pública, pelo que, prevemos a constituição de uma equipa de acompanhamento da fase do procedimento de contratação pública e da fase de execução contratual.



Desta forma, asseguramos o acompanhamento de matérias especializadas e a definição de estratégia de ação, impulsionadas pela discussão de assuntos pertinentes e a partilha de opinião/conhecimento entre as várias equipas.

Ao nível de otimização de trabalho de análise jurídica contribuiu, em muito, o desenvolvimento específico para cada um dos processos de uma matriz de verificação dos aspetos jurídicos críticos, que permite garantir o cumprimento normativo e normalização da validação. Este trabalho continuará a ser desenvolvido no próximo quinquénio.

Os próximos passos, serão no sentido de a Direção Jurídica continuar a ser promotora da legalidade, garantir a divulgação de informação pertinente em temas específicos com relevância para a atividade da empresa e acompanhar o desenvolvimento e implementação de processos e objetivos sustentáveis, apoiando a projeção da organização numa atuação exemplar no domínio da sustentabilidade ecológica das prestações contratuais emergentes de procedimentos concursais, que se revele capaz de influenciar, de igual modo, os comportamentos dos parceiros e fornecedores.

A atividade jurídica tem necessariamente de acompanhar as estratégias da organização e reforçar com o seu conhecimento e trabalho, o modelo de desenvolvimento económico sustentável, sobretudo, ao nível da contratação pública através da definição de critérios ecológicos de valorização dos recursos ambientais.

No que concerne às nossas pessoas e à sua gestão a Domus Social propõe-se, no âmbito do plano de atividades da coordenação da Gestão de Pessoas, em aplicar, desenvolver e imprimir as melhores técnicas de atuação ao nível das boas práticas de recursos humanos.

É com base nesta motivação que trabalharemos, no sentido de definirmos e implementarmos as melhores ações que visem o reconhecimento de todos e de todas como a Domus Social – *Great Place to Work*.

Num futuro próximo assumir-nos-emos como fortes candidatos ao distintivo “*great place to work*” o que exporá a qualidade do serviço público prestado a todos os colaboradores da Domus Social





No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Comunicação, e ainda numa dimensão interna, 2023 ficou marcado pelo intensificar da colaboração deste departamento com a equipa de Gestão de Pessoas. Esta é uma sinergia que, no quinquénio 2024-2028, irá continuar. As dinâmicas, projetos e atividades desenvolvidas em conjunto têm permitido o sentido de pertença, a motivação e o clima relacional da instituição.

Em 2024, ano em que a Domus Social celebrará 20 anos, a nível interno, o trabalho do Gabinete de Comunicação terá como objetivo a consolidação da cultura organizacional, nomeadamente os nossos valores, propósito e missão, após um período onde assistimos a um grande crescimento do número de colaboradores.

É relevante referir que esta cultura está, ela própria, a sofrer uma reconfiguração, por via da adoção de um modelo de gestão com foco na sustentabilidade. Tal como referido anteriormente, esta visão será transversal a todos os departamentos da empresa, tendo um claro impacto nos planos de comunicação, já a partir do próximo ano. Assim, no período 2024-2028, o Gabinete de Comunicação da Domus Social terá como eixo estratégico transversal, a nível interno e externo, a contribuição proativa para a implementação de um modelo de gestão assente nos valores ESG, ou seja, um modelo onde o propósito, a missão e os valores da empresa se alinham num equilíbrio entre três pilares: Social, Ambiental e Governança.

Esta contribuição traduz-se, desde logo, no objetivo de desmaterializar a comunicação da Domus Social ao nível dos canais e dos contornos das ações com os nossos inquilinos, colaboradores e sociedade. Isto significa criar, todos os anos, um plano de comunicação que tem a ambição de contribuir para menos emissões, menos desperdício, menos resíduos, menos papel e, se possível, zero plástico.

Nesse sentido, as ações de comunicação vão assumir, cada vez mais, uma componente digital, canal a que será dado especial relevância, tendo sempre em consideração os limites da literacia digital e do acesso dos nossos inquilinos a estas plataformas e equipamentos. Aliás, a aposta nessa literacia terá também de estar presente na estratégia do departamento, sob risco de falhar a concretização deste objetivo.



Por sua vez, a economia circular será também uma preocupação no departamento, que irá transparecer quer na estratégia de comunicação interna, quer na externa. Este é um pensamento que requer, desde logo, a sensibilização dos nossos públicos-alvo. O objetivo é, em primeiro lugar, capacitar todos os *stakeholders*, inquilinos e colaboradores incluídos, para este conceito, juntamente com tantos outros no domínio da sustentabilidade, para que possamos, ao longo do quinquénio, alcançar a ambição de sermos uma empresa sustentável que respeita, protege e contribui para um ecossistema urbano ambientalmente eficiente, justo e verde;

Por último, referir, uma vez mais, o marco que celebraremos em 2024, os 20 anos da Domus Social, para sublinhar que este será um ano onde o Gabinete de Comunicação, paralelamente às campanhas e atividades ditas convencionais, que teriam lugar num ano comum, vai realizar um conjunto de ações comemorativas. Estas ações terão como objetivo celebrar o passado da Domus Social destacando o património, material e imaterial, preservado e criado ao longo de 20 anos. Trata-se de um conjunto de iniciativas ambiciosas que, juntamente com a implementação da estratégia aqui apresentada, justificam a necessidade de fazer crescer a equipa e o investimento nesta área.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o período 2024-2028, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.



As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Handwritten scribbles and a signature.

II. PLANOS PLURIANUAIS

II. Planos Plurianuais



## A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos para 2024:

### Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 5 dias;
- vi. O prazo de recebimento foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 3,6%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 1,0694;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 3,5%.

### Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;



- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um Sistema de Gestão orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Visão de gestão alinhada com a estratégia e objetivos definidos pelo Município do Porto para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de prosperidade da cidade;
- vii. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;
- viii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- ix. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;
- x. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.

## B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

### 1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão promover a gestão do parque habitacional municipal de forma transparente, gerindo a sua sustentabilidade, maximizando níveis de satisfação, garantindo a qualidade às solicitações dos munícipes e desenvolver projetos inovadores na área da gestão e alternativas habitacionais.

Compete à DGPH, analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, bem como de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH).

No parque habitacional residem atualmente cerca de 30 000 pessoas, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

O Município do Porto e a Domus Social, criaram em 2016, um Programa de promoção de uma cidadania ativa junto dos novos moradores em habitações municipais, contribuindo para a adaptação a uma nova realidade habitacional. As ações de capacitação desenvolvidas no âmbito deste Programa, visam a adaptação das famílias a este novo contexto, numa lógica de responsabilidade partilhada na preservação do espaço habitacional e zonas comuns do património municipal. Consubstancia-se neste programa uma política mais próxima dos cidadãos, contribuindo para uma coesão social e territorial.

No âmbito das respetivas atribuições e competências, aos Municípios cabe a promoção de medidas de caráter social, com vista, nomeadamente, a colmatar as necessidades associadas à habitação.



A política social de habitação deve ter como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação das famílias vulneráveis, que não dispõem de recursos para a obterem pelos seus próprios meios, efetivando, uma resposta às situações de precariedade habitacional e de emergência social em obediência aos princípios da igualdade, da justiça e da imparcialidade. Só assim se concretiza o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

A consolidação de um novo paradigma de política de habitação implica, não apenas a identificação das principais carências e dos principais bloqueios, mas também, de forma prospetiva, a identificação dos instrumentos e objetivos para a sua progressiva superação.

Considerando o quadro de crescente dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e a preços compatíveis com os seus rendimentos, num contexto particularmente complexo como o atual, importa refletir sobre as respostas necessárias a delinear uma política habitacional consistente e duradoura, capaz de enfrentar de forma estratégica as questões habitacionais com que a cidade se confronta.

As situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias são insuscetíveis de serem tipificadas de forma absoluta, pelo que as soluções devem ser configuradas com a flexibilidade que permita uma melhor adequação ao caso concreto, garantindo o acesso a uma habitação condigna, a que têm direito.

Em 2020, foi criado o Observatório de Habitação Social Municipal, que tem permitido monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto. Pretende-se continuar a avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

No período de projeção, o Observatório de Habitação continuará a ser dinamizado, permitindo um melhor contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas





municipais na área da habitação. As atividades em curso e programadas para os próximos anos, permitirão criar uma plataforma com rotinas de análise.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento, foram apoiadas aproximadamente 4.800 famílias, num investimento de cerca de 16 milhões de euros.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas suas habitações arrendadas e casas próprias, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas para reforçar a coesão social e aumentar a disponibilização de habitação de interesse social, face à permanente procura existente, a provisão de habitação ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades e os constrangimentos existentes. O MP continuará a realizar a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

Anualmente, tem-se garantido a atribuição de cerca de 300 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Destaquem-se aqui as práticas, e que se repercutirão no período de projeção ao nível da atuação da empresa, designadamente na minimização dos impactos ambientais resultantes de utilização de papel. A tecnologia digital e as práticas adotadas têm vindo a evoluir, especialmente nos formulários



online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e a sua eficácia.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com mais de 90% de entradas organizadas, este projeto trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais, essencialmente, na preservação dos espaços comuns.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o fortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Ao longo dos últimos anos, investimos também na promoção e integração de jovens em desvantagem económica e habitacional, no mercado habitacional municipal, revitalizando territórios urbanos maioritariamente ocupados por população idosa. É o caso do Projeto Incentivo, que, desde 2008, apoia uma resposta ao nível habitacional, direcionado a jovens, como forma de responder não só às suas necessidades ao nível do alojamento, mas também e sobretudo, como forma de potenciar a sua autonomização e transição para a vida adulta. Um dos instrumentos basilares à concretização de tal aspiração passa pela constituição de Apartamentos de Autonomização, os quais têm sido cedidos através de acordos especiais de concessão, ao abrigo do Incentivo.

Ainda com a preocupação de apoio e acompanhamento das situações de maior vulnerabilidade social, a Domus Social desenvolveu projetos inovadores destinados à população mais envelhecida. O conceito de envelhecimento mudou, envelhecer já não é sinónimo de deterioração, é mais uma etapa.



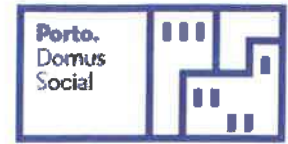
Em 2016, foi criado o projeto piloto das Residências Partilhadas, e, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Ramalde), foram instaladas as residências partilhadas para idosos, de forma a combater o isolamento e contribuirmos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem no Parque de Habitação Pública Municipal. Considerando os resultados deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

O *co-housing* permite escolher com quem viver e envelhecer. Esta solução habitacional permite lutar contra a solidão porque recupera as relações de vizinhança e promove um envelhecimento ativo. O futuro apresenta-nos novos desafios e estas são certamente novas formas de habitar que iremos explorar: criação de uma residência partilhada de maior dimensão e, posteriormente, uma *co-housing* de raiz, completamente integrada e com parceiros nas áreas da saúde, sociais e de habitação. No período em projeção, ambiciona-se a construção de um condomínio social adequado a pessoas idosas, pessoas com mobilidade condicionada e/ou com deficiência, promovendo a inclusão e a vivência comunitária.

Dando continuidade às políticas ativas, destaca-se ainda o projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

O pilar da sustentabilidade manter-se-á no centro da ação da DGPH, com os desafios da atualidade de uma intervenção social integrada, potenciando a partilha de serviços e recursos, e o desenvolvimento de projetos inovadores para responder a problemas emergentes na cidade.

No decurso dos próximos anos, e em consonância com o compromisso de manter o pilar da sustentabilidade no centro da visão de governação da cidade, vamos promover ações de educação para a cidadania, co-construídas com os inquilinos municipais, centradas na capacitação e transformação de hábitos e rotinas, promotoras da sustentabilidade.



O atual cenário económico e social, em consequência dos sérios constrangimentos de recuperação económica e dos valores da inflação, perpetua um cenário de precariedade económica. Tais circunstâncias refletem-se nas condições económicas das famílias, na dificuldade de manutenção de uma habitação no mercado de arrendamento, e na crise habitacional que o país e o concelho do Porto enfrentam. O Município do Porto, através da Domus Social, tem desenvolvido esforços permanentes para manter a gestão criteriosa dos cerca de 13 mil agregados, que residem no parque habitacional municipal.

Ao longo dos últimos anos, o Município do Porto e a Domus Social criaram um conjunto de medidas que pretenderam assegurar uma proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica. No último ano, as taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas, situa-se nos 3,50%, valor inferior à média nacional. Estes resultados devem-se maioritariamente às práticas consolidadas pela Direção de Gestão do Parque Habitacional junto dos agregados que apresentam incumprimento no pagamento de rendas.

Continuarão a ser adotadas medidas de controlo e monitorização, bem como alternativas para regularização das situações de incumprimento dos inquilinos municipais.



## 2. PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DPO (Direção de Projetos e Obras) e DM (Direção de Manutenção) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DPO, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex – FDZHP);

e, para a DM, nomeadamente:

- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DPO e DM é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por



imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 573 edifícios com cerca de 13.000 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 150 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 64 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico e Secundário) e por 86 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DM é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 148 elevadores e ascensores, 2.200 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 135 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 78 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DM é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 20 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 16 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DPO e DM nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas, instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Divisão Municipal de Gestão de Ativos da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designado “Outros Edifícios Públicos Municipais” encontrando-se em curso a sua implementação.



A implementação do novo software de gestão integrada de manutenção encontra-se em fase de execução. Existem atualmente condições para que seja possível o acesso remoto ao sistema interno e integrado de informação para registo das ações de manutenção executadas pelas brigadas que se encontram no terreno, por parte dos seus responsáveis. Após consolidação, perspetivam-se melhorias, nomeadamente no que diz respeito à gestão de agendamentos das intervenções.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 35 900 000€ (IVA incluído), aos quais acresce 3 970 000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

#### a. **Habitação Social**

Para 2024 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 20 150 000€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

#### **Reabilitação dos Edifícios**

Prevê-se a conclusão, em 2024, das intervenções nos edifícios localizados no Cerco do Porto (blocos 5,6,9,21,22 e 30) e Fernão de Magalhães (bloco 5), bem como na Rua de António Cândido (214 a 216),) e Rua de Tomás Gonzaga (16 e 38 e 43 e 45) e dar continuidade às intervenções na Rua de S. Miguel (45 a 51), na Rua de S. Brás (251 a 261 e 263), no Bairro Social da Arrábida e na Colonia Viterbo Campos.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no Bairro do Património dos Pobres, Carvalheiras (2ª fase), Eirinhas e Tapada, bem como na Rua de Cimo de Vila (109/113).

#### **Reabilitação Interior de Habitações Devolutas**

O objetivo fixado para 2024 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 2.500.000€, IVA incluído.



## Reabilitação do Espaço Público

Durante o ano de 2023 deu-se início à intervenção em Agra do Amial, continuando a ser desenvolvidos outros projetos de intervenção no espaço público, que contemplam o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública.

Prevê-se o início das empreitadas em Aldoar, Bom Pastor, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (10 a 15), Maceda, Monte da Bela e Vale Formoso.

### b. Educação

A dotação financeira para esta rubrica é de 3 410 000€, IVA incluído. Um montante de 2 200 000€ permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

### c. Funcionamento dos Serviços

Enquadrado na dotação financeira fixada de 4 475 000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela DM.



#### **d. Regeneração Urbana**

A dotação financeira desta rubrica para 2024, a ser refletida em dois contratos, é de 5 400 000€, IVA incluído, dos quais 5 000 000€ destinam-se à realização da primeira grande intervenção de promoção de habitação para arrendamento acessível ocorrerá na encosta nascente do Vale da Ribeira da Granja em Lordelo do Ouro (entre a Rua de Serralves, a Rua Diogo Botelho e a Rua Dom João de Mascarenhas) onde serão construídos entre 300 e 320 fogos promovendo uma importante reconfiguração urbana e ambiental da área em causa (envolvendo diretamente os bairros de Lordelo e Dr. Nuno Pinheiro Torres). O investimento total estimado desta intervenção ascende a 46.560.000,00 €.

Os restantes 400 000€ destinam-se ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.

#### **e. Saúde e Respostas Sociais**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito em 2024, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao limite do montante de 2.235 000€, IVA incluído.

#### **f. Qualidade de Vida Urbana**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 180.000€, IVA incluído.

#### **g. Energia e Transição Energética**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito e 2024, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 50.000€, IVA incluído.





### 3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

#### Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

(Un.: euro)

Designação	2024	2025	2026
<b>2 EDUCAÇÃO</b>			
2.2 As Pessoas enquanto prioridade: a Educação	3 410 000	3 000 000	3 000 000
<b>3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA</b>			
3.2 Energia e Transição energética			
Painéis fotovoltaicos	50 000	0	0
3.3 Elementos transversais da qualidade de vida urbana	180 000	100 000	100 000
<b>subtotal</b>	<b>230 000</b>	<b>100 000</b>	<b>100 000</b>
<b>4 URBANISMO E HABITAÇÃO</b>			
4.1 Uma Cidade Regenerada	400 000	400 000	400 000
<b>5 COESÃO SOCIAL</b>			
5.2 Saúde e Respostas Sociais	2 235 000	1 420 000	1 000 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	20 150 000	20 800 000	15 300 000
<b>subtotal</b>	<b>22 385 000</b>	<b>22 220 000</b>	<b>16 300 000</b>
<b>7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>			
7.1 Funcionamento dos serviços	4 475 000	1 975 000	3 000 000
<b>Total</b>	<b>30 900 000</b>	<b>27 695 000</b>	<b>22 800 000</b>

#### Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro

(Un.: euro)

Designação	2024	2025	2026
<b>5 COESÃO SOCIAL</b>			
5.4 Habitação Social:			
Outros projetos - Lordelo	5 000 000	20 000 000	17 500 000
<b>Total</b>	<b>5 000 000</b>	<b>20 000 000</b>	<b>17 500 000</b>

O Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Contrato de Mandato, reporta ao triénio de 2024 a 2026, no entanto, os IGP em apreciação, por exigência do normativo aplicável (SNC-AP) exige a sua elaboração para um período de 5 anos, pelo que a construção dos IGP pressupõe a renovação do Contrato de Mandato para estes períodos.

O subsídio à exploração está suportado em três Contratos Programa a celebrar com o MP, sendo o primeiro Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social o programa de apoio à renda e prestação bancária destinado a pessoas ou famílias com dificuldades financeiras ou que se encontram em situação de emergência habitacional. O segundo Contrato Programa destina-se a apoiar os munícipes com carências económicas na melhoria das condições de acessibilidades em habitações nos casos em que tenham uma deficiência e/ou incapacidade permanente. Por fim, o Contrato Programa na forma de subsídio à exploração que se destina a participar nos gastos de estrutura na componente relativa a todos os equipamentos e infraestruturas que não sejam de Habitação Social.

Contrato Programa - Porto Solidário			
Designação	(Un: euro)		
	2024	2025	2026
5 COESÃO SOCIAL 5.4 Habitação Social	2 650 000	2 650 000	2 650 000
<b>Total</b>	<b>2 650 000</b>	<b>2 650 000</b>	<b>2 650 000</b>

Contrato Programa - Melhoria de Acessibilidades em Habitações			
Designação	(Un: euro)		
	2024	2025	2026
5 COESÃO SOCIAL 5.2 Melhoria de acessibilidades em habitações	50 000	50 000	50 000
<b>Total</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>



Contrato Programa			
Designação	(Un: euro)		
	2024	2025	2026
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.3 Outros (subsídio à exploração)	1 404 343	732 072	1 211 946
<b>Total</b>	<b>1 404 343</b>	<b>732 072</b>	<b>1 211 946</b>

A gestão da Domus Social, EM deverá ainda assegurar que o valor líquido da cobrança de rendas que ficam na sua disponibilidade é suficiente para desenvolver a atividade de gestão e manutenção do parque habitacional e suportar os custos da respetiva estrutura interna de funcionamento afeta a esta função. A manutenção dos edifícios tem como principal objetivo a correção de pequenas deficiências decorrentes do uso, das ações exteriores e do envelhecimento natural dos materiais e elementos construtivos, sendo a combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida.

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	2024	2025	2026	2027	2028
gestão	560 000 14,1%	571 760	583 195	594 859	606 756
manutenção corretiva	1 610 000 40,6%	1 643 810	1 676 686	1 710 220	1 744 424
manutenção preventiva	1 800 000 45,3%	1 030 000	1 510 000	1 320 000	1 400 000
<b>TOTAL</b>	<b>3 970 000 100,0%</b>	<b>3 245 570</b>	<b>3 769 881</b>	<b>3 625 079</b>	<b>3 751 180</b>

## C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

### 1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2024-2028

O investimento previsto para o período em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
valores em euros					
<b>1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>					
Equipamento de informática	41 490	3 000	3 000	3 000	3 000
Equipamento administrativo	7 362	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	101 275	12 000	12 000	12 000	12 000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>150 127</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>
<b>2. ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Programas de computador	434 500	30 000	30 000	30 000	30 000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>434 500</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>584 627</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adaptação à atividade da Domus Social está previsto em 2024 o prosseguimento no desenvolvimento de novas soluções em tecnologias de informação.

No que respeita a novos investimentos a implementar em 2024 destacam-se a conclusão do sistema de *Disaster Recovery* que permitirá implementar mecanismos de proteção de informação do *Data Center*, o escalamento e atualização do sistema de *Business Intelligence* possibilitando à empresa o acesso a sistemas que permitam obter informação útil, fiável e oportuna. Continuar-se-á ainda à organização do Observatório para a Habitação Social.

Ainda no capítulo das tecnologias de informação, concluir-se-á o desenvolvimento do aplicativo móvel (APP) para disponibilização de serviços assim como a reformulação do portal de ocorrências o que permitirá o reforço da comunicação com os inquilinos com a utilização eficiente de novos canais de comunicação dotando-se a empresa de ferramentas modernas e funcionais.



Por fim está prevista a conclusão do processo de desmaterialização de processos, que visa tornar mais célere e eficiente a comunicação interna e o *workflow* de processos permitindo, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de documentos físicos em circulação na empresa.

Quanto ao restante investimento previsto, com valores menos expressivos, o objetivo é garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de ferramentas técnicas, equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2025 a 2028 destina-se à atualização dos equipamentos administrativos e informáticos de forma a evitar a sua degradação ou obsolescência.

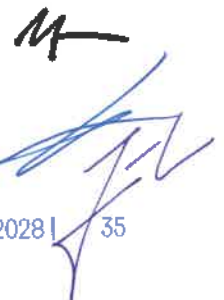


## 2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2024-2028

A estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2024-2028 é a seguinte:

	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1	1	1
Coordenação de Estudos e Planeamento	3	3	3	3	3	3
Coordenação de Comunicação	2	3	3	3	3	3
Coordenação de Sustentabilidade e Inovação	2	3	3	3	3	3
Coordenação dos Gestão Pessoas	4	4	4	4	4	4
Coordenação de Contratação Pública e Aprovisionamento	7	7	7	7	7	7
Direção de Projeto e Obras	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Projeto	10	10	10	10	10	10
Coordenação da Gestão de Empreendimentos/	14	14	14	14	14	14
Coordenação da Gestão da Pós-Construção e do Cadastro	7	7	7	7	7	7
<b>Subtotal Projeto e Obras</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
Direção de Manutenção	6	6	6	6	6	6
Coordenação Gestão Eletromecânica	14	14	14	14	14	14
Coordenação Gestão Construção Civil	16	17	17	17	17	17
<b>Subtotal Manutenção</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>
Direção de Gestão do Parque Habitacional	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Ocupações	9	9	9	9	9	9
Coordenação de Gestão de Condomínios	7	7	7	7	7	7
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	10	11	11	11	11	11
Coordenação de Gestão Administrativa	5	5	5	5	5	5
<b>Subtotal Gestão do Parque Habitacional</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	<b>34</b>
Direção de Atendimento - Geral e Sistemas de Informação	7	7	7	7	7	7
Coordenação do Sistemas de Informação	4	4	4	4	4	4
Coordenação do Arquivo	3	3	3	3	3	3
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	9	10	10	10	10	10
<b>Subtotal Atendimento - Geral e Sistemas de Informação</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>
Direção Jurídica	1	1	1	1	1	1
Jurídicos	3	4	4	4	4	4
<b>Subtotal Jurídico</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Direção Financeira	1	1	1	1	1	1
Financeira	7	7	7	7	7	7
<b>Subtotal Financeira</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>Total</b>	<b>156</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.





Para 2024 prevê-se um aumento em gastos com pessoal, considerando a perspetiva do reforço do quadro de pessoal na sequência do crescente número de objetos/equipamentos entregues pela CMP, nos últimos anos, para inclusão nos planos de manutenção corretiva e preventiva. O processo de descentralização administrativa da tutela nas administrações locais, seguindo o modelo habitual de delegação, implicará um incremento da atividade da Domus Social e conseqüente impacto expressivo ao nível do número global de colaboradores da empresa.

### **Motivação e retenção de quadros**

Os anos vindouros serão marcados na ótica da gestão de pessoas pela aposta na definição e criação de metodologias e estratégias que visarão a promoção da atratividade da Domus Social enquanto entidade empregadora, particularmente, no que diz respeito à possibilidade de oferecer aos nossos colaboradores benefícios e atividades que visem não só a satisfação financeira, mas também a felicidade no trabalho, a realização profissional e o desenvolvimento pessoal.

Desta forma a Gestão de Pessoas estará atenta às melhores práticas no que respeita às diferentes modalidades e/ou tipologias de trabalho no sentido de sermos capazes de acompanhar a evolução e novas tendências do mercado laboral.

Assim, e tendo como premissa básica a garantia do serviço público de excelência, contribuiremos com o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante não só do que já implementamos em termos de políticas de recursos humanos como também inovaremos, sempre que possível, indo de encontro à promoção da satisfação, da motivação e da retenção do talento.

Procuraremos posicionar a marca “Domus Social” no contexto laboral trabalhando o employer branding, beneficiando para o efeito da presença em eventos e feiras promotoras do trabalho, emprego e seu desenvolvimento.

A par destas iniciativas procuraremos trazer maior tecnicidade e objetividade aos processos de recrutamento & seleção, pelo que, pretendemos implementar uma fase de avaliação psicológica/cognitiva e de consciência ambiental no desenvolvimento deste tipo de atividade.



A gestão de pessoas assumir-se-á ao longo do próximo quinquénio como um motor ativo na conceção e implementação de estruturas, mecanismos e meios que visem mitigar os riscos ecológicos e ambientais com que, lamentavelmente, todos e todas nos deparamos diariamente. É com este propósito que serão estudados de forma aprofundada e sugeridos de forma sistemática novos modelos de trabalhar as nossas pessoas, sempre assentes em princípios de sustentabilidade.

Ideias como a criação de equipas de voluntariado interno, a redução de desperdício, e a integração de critérios de adequabilidade sustentável como fator de exclusão em sede de processos de recrutamento & seleção são temas que, com grande margem de certeza, serão introduzidas pela Gestão de Pessoas na dinâmica profissional desta empresa municipal.

## Formação

O desenvolvimento de competências (*hard* e *soft skills*) dos nossos colaboradores mantém-se como uma prioridade ao nível da Gestão de Pessoas.

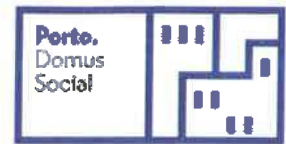
Na Domus Social acreditamos que colaboradores motivados serão sempre aqueles a quem lhes é reconhecido o mérito, mas também os aspetos nos quais podem ainda melhorar.

O lema “amanhã melhor que hoje” faz parte do nosso ADN, e por este motivo, continuaremos a apostar na construção e operacionalização de um plano de formação anual que tenha por base as necessidades de desenvolvimento de cada um permitindo-nos melhorar de forma sistemática, objetiva e contínua.

Desta feita a gestão de pessoas levará a cabo ações de diagnóstico de necessidades de formação e construirá um plano de formação anual que vá de encontro aos gaps existentes, procurando reinventar-se nas ofertas formativas que disponibilizará.

## Segurança e Saúde no Trabalho

No espectro de atuação da Gestão de Pessoas integramos os domínios da saúde e segurança no trabalho.



Estes temas assumem-se de franca relevância numa era em que o bem-estar pessoal e profissional, o equilíbrio entre a vida familiar e laboral, e o âmbito da sustentabilidade e orientação para a avaliação do impacto que as ações de cada um têm nos outros e no ambiente global são os alicerces de uma gestão de pessoas eficaz, a ação da saúde e segurança no trabalho é determinante para a obtenção de sucesso.

Assim, nos anos vindouros continuaremos a apostar no desenvolvimento e implementação de conceitos que pressuponham não só o cumprimento das regras da saúde e segurança no trabalho como também garantir que de facto estes temas são bem acolhidos e percebidos por todos e todas.

A manutenção de uma oferta que vise não só a medicina do trabalho como também a saúde preventiva será uma aposta. O desenvolvimento de ações e de programas de saúde mental e física terão ainda maior expressão no futuro, pretendendo assim garantir todas as condições para que as nossas pessoas gozem de um estado de saúde saudável e feliz.

Para o efeito, e em articulação com diferentes áreas internas e externas à empresa, desenharemos um plano de comunicação que terá como objetivo divulgar e promover as melhores práticas no âmbito da Saúde e Segurança no Trabalho.

Ainda neste contexto trabalharemos no sentido da inclusão da sustentabilidade ambiental nestes domínios garantindo-se, deste modo, uma articulação fácil e adequada entre estas áreas que funcionarão sempre melhor se devidamente alinhadas.

## D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
<b>INVESTIMENTO</b>					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	584 627	50 000	50 000	50 000	50 000
<b>FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>					
Autofinanciamento	584 627	50 000	50 000	50 000	50 000

O investimento previsto para o período de 2024 a 2028, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 584 627€ para 2024 e 50 000€ para os restantes anos, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
Taxa de inflação	3,60%	2,10%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	5	5	5	5	5
Índice de atualização das rendas	1,0694	1,02	1,02	1,02	1,02
Taxa de imparidade das rendas	1,49%	1,49%	1,49%	1,49%	1,49%
Taxa média de crescimento dos salários	3,50%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:





AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2024 - 2028	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
<b>RESULTADOS</b>					
Resultado operacional	2 958	4 781	4 115	1 749	7 238
Resultado financeiro	12 979	13 238	13 503	13 773	14 049
Resultado líquido do período	5 925	8 242	7 989	6 359	10 820
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	34 989 700	46 458 275	39 269 173	40 054 557	40 855 648
Rendas emitidas	10 081 476	10 283 105	10 488 768	10 698 543	10 912 514
Subsídio à exploração	4 077 706	3 397 647	3 861 946	3 577 009	3 560 880
<b>GASTOS</b>					
Gastos com o pessoal	5 789 272	5 910 846	6 029 063	6 149 645	6 272 637
Fornecimentos e serviços externos	42 483 794	53 244 195	46 595 211	47 251 915	48 195 553
<b>BALANÇO</b>					
Total do ativo	10 478 611	10 659 227	10 592 416	10 605 564	10 650 877
Total do ativo não corrente	4 738 089	4 505 979	4 275 519	4 123 978	4 060 129
Total do passivo	9 116 342	9 288 717	9 213 916	9 220 706	9 255 199
Total do património líquido	1 362 268	1 370 510	1 378 499	1 384 858	1 395 678

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2024 de 2 958€. Nos anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de 4 781€, 4 115€, 1 749€ e 7 238€ respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o período de 20 841€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte do Município do Porto dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

# III. Demonstrações Orçamentais Previsionais para o período 2024-2028

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



### **III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2024-2028**

#### **A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 / PRESSUPOSTOS**

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

##### **1 – NORMATIVO CONTABILÍSTICO**

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2024-2028 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

##### **2 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS**

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.

## B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

					Euros			
Rúbrica	Designação	Orçamento 2024			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2024	Soma	2025	2026	2027	2028
	<b>Recetta corrente</b>	<b>1 316 593</b>	<b>49 036 070</b>	<b>50 352 663</b>	<b>61 297 821</b>	<b>55 032 153</b>	<b>55 598 912</b>	<b>56 572 880</b>
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	12 923	12 923	13 181	13 445	13 714	13 988
R4	Rendimentos de propriedade	0	56	56	57	58	60	61
R5	Transferências correntes	0	4 077 706	4 077 706	3 397 647	3 861 946	3 577 009	3 560 880
R51	Administração pública	0	4 054 343	4 054 343	3 382 072	3 861 946	3 577 009	3 560 880
R515	Administração Local	0	4 054 343	4 054 343	3 382 072	3 861 946	3 577 009	3 560 880
R52	Exterior - UE	0	23 363	23 363	15 575	0	0	0
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	1 271 238	44 687 829	45 959 067	57 595 958	50 897 564	51 750 596	52 735 334
R7	Outras receitas correntes	45 355	257 557	302 912	290 978	259 139	257 534	262 617
	<b>Recetta de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Recetta efetiva [1]</b>	<b>1 316 593</b>	<b>49 036 070</b>	<b>50 352 663</b>	<b>61 297 821</b>	<b>55 032 153</b>	<b>55 598 912</b>	<b>56 572 880</b>
	<b>Recetta não efetiva [2]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R12	Recetta com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Recetta com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Recetta total [3]=[1]+[2]</b>	<b>1 316 593</b>	<b>49 036 070</b>	<b>50 352 663</b>	<b>61 297 821</b>	<b>55 032 153</b>	<b>55 598 912</b>	<b>56 572 880</b>





### C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2024			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2024	Soma	2025	2026	2027	2028
	<b>Despesa corrente</b>	<b>307 781</b>	<b>48 992 109</b>	<b>49 299 890</b>	<b>61 138 755</b>	<b>54 625 913</b>	<b>55 359 420</b>	<b>56 438 694</b>
D1	Despesas com o pessoal	136 043	5 332 871	5 468 914	5 861 233	5 979 405	6 098 993	6 220 973
D11	Remunerações certas e permanentes	77 189	3 905 077	3 982 266	4 413 146	4 502 322	4 592 403	4 684 286
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	107 519	107 519	109 741	111 901	114 104	116 352
D13	Segurança social	58 854	1 320 275	1 379 129	1 338 346	1 365 182	1 392 485	1 420 335
D2	Aquisição de bens e serviços	171 738	40 926 727	41 098 465	52 552 368	45 920 286	46 533 024	47 489 428
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D43	Famílias	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	82 512	82 512	75 155	76 223	77 403	78 293
	<b>Despesa de capital</b>	<b>427</b>	<b>719 092</b>	<b>719 519</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>
D7	Investimento	427	719 092	719 519	50 000	50 000	50 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>308 208</b>	<b>49 711 201</b>	<b>50 019 409</b>	<b>61 188 755</b>	<b>54 675 913</b>	<b>55 409 420</b>	<b>56 488 694</b>
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Despesa total [6]=[4]+[5]</b>	<b>308 208</b>	<b>49 711 201</b>	<b>50 019 409</b>	<b>61 188 755</b>	<b>54 675 913</b>	<b>55 409 420</b>	<b>56 488 694</b>
	<b>Saldo total [3]-[6]</b>	<b>1 008 384</b>	<b>-675 131</b>	<b>333 254</b>	<b>109 066</b>	<b>356 240</b>	<b>189 492</b>	<b>84 186</b>
	<b>Saldo global [1]-[4]</b>	<b>1 008 384</b>	<b>-675 131</b>	<b>333 254</b>	<b>109 066</b>	<b>356 240</b>	<b>189 492</b>	<b>84 186</b>
	Despesas primárias	308 208	49 711 201	50 019 409	61 188 755	54 675 913	55 409 420	56 488 694
	Saldo corrente	1 008 812	43 961	1 052 773	159 066	406 240	239 492	134 186
	Saldo de capital	-427	-719 092	-719 519	-50 000	-50 000	-50 000	-50 000
	Saldo primário	1 008 384	-675 131	333 254	109 066	356 240	189 492	84 186



Para o período relevante compreendido de 2024 a 2028, considerando as receitas e despesas correntes, destaca-se o superavit no saldo corrente em praticamente todos os anos, o que permite manter um saldo primário positivo em todos os anos, após dedução das despesas de capital, exceto no próprio ano de 2024, consequência do volume de investimento deste ano, considerando que a Domus Social não incorpora nas suas previsões receitas desta natureza. No entanto, e fruto das transferências de 2024, o saldo primário mantém-se positivo ao longo dos anos seguintes.

### D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No plano plurianual de investimentos inscrevem-se todos os projetos e ações que se pretendem realizar e que permitem concretizar os objetivos definidos pela empresa para o período 2024-2028, desde que tenham natureza plurianual, ou seja, revistam a caracterização de Compromissos plurianuais pelo que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte financ.				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto [21]-[13)+[20]	
					RG	RP	UE	EMPR	Inicio	Fim		Realizado períodos anteriores	Estimativa de realização em 2023	Períodos seguintes							
														2024	2025	2026	2027	2028	Outros		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]	
Func. serviços	2	Atualização geral do Power BI	D7	(O)		92.250				2024	2024	0	0	92.250	0	0	0	0	0	0	92.250
Func. serviços	20220006	Sistema de "Disaster Recovery"	D7	(O)		159.900				2024	2024	0	0	159.900	0	0	0	0	0	0	159.900
Func. serviços	20220012	Desmaterialização de processos	D7	(O)		73.185				2023	2024	3	72.19	65.667	0	0	0	0	0	0	78.185
Func. serviços	20230001	Observatório habitação social	D7	(O)		73.800				2023	2024	0	0	49.200	24.600	0	0	0	0	0	73.800
Func. serviços	20230002	Reformulação portais de economia	D7	(O)		49.200				2024	2024	0	0	49.200	0	0	0	0	0	0	49.200
Func. serviços	20240001	Upgrade GAAF para versão WEB	D7	(O)		49.200				2024	2024	0	0	49.200	0	0	0	0	0	0	49.200
Func. serviços	20240002	App p/ disponibilização de serviços	D7	(O)		36.900				2024	2024	0	0	36.900	0	0	0	0	0	0	36.900
<b>Total</b>												<b>7.319</b>	<b>49.200</b>	<b>477.917</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>534.435</b>

*[Handwritten signature]*

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2024-2028

# IV. Demonstrações Financeiras Previsionais para o período 2024-2028

*[Handwritten mark]*

## A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2024-2028 E PRESSUPOSTOS

Como referido no preâmbulo deste relatório, o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

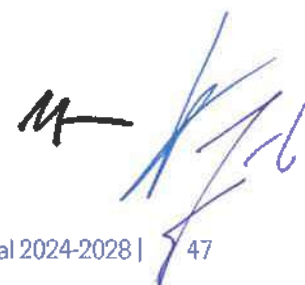
Desde 1 de janeiro de 2020 que o normativo contabilístico aplicado à Domus Social passou a ser o SNC-AP, pelo que todas as demonstrações financeiras e orçamentais constantes nos IGP 2024-2028 foram preparadas com base neste normativo. Acresce que demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

### 1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional IGP para o ano de 2024 foi de 3,6%, e estimada em 2,1% para 2025 e 2,0% para os restantes anos, de acordo com as previsões do Conselho das Finanças Públicas para a economia portuguesa.





## 2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
Ativos fixos tangíveis	150 127	20 000	20 000	20 000	20 000
Ativos intangíveis	434 500	30 000	30 000	30 000	30 000
<b>Total</b>	<b>584 627</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

## 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados são concordantes e derivam do Orçamento da CMP no que concerne ao Contrato de Mandato, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2024 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para todo o período 2024-2028.

A prestação de serviços para o período 2024-2028 é a seguinte:

montante  
s/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
<b>Vendas e prestação de serviços à CMP</b>					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	24 452 321	39 668 179	31 890 105	32 527 907	33 178 465
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	10 500 400	6 752 341	7 340 558	7 487 369	7 637 116
Total de obra e prestação de serviços	34 952 721	46 420 520	39 230 663	40 015 276	40 815 581
Rendas emitidas	10 081 476	10 283 105	10 488 768	10 698 543	10 912 514
Subsídio à exploração	4 077 706	3 397 647	3 861 946	3 577 009	3 560 880
subtotal	49 111 903	60 101 272	53 581 377	54 290 828	55 288 975
<b>Vendas e prestação de serviços a outras entidades</b>					
Serviços de manutenção	23 618	24 114	24 597	25 089	25 590
Rendimentos suplementares	13 361	13 641	13 914	14 192	14 476
subtotal	36 979	37 755	38 511	39 281	40 066
<b>TOTAL</b>	<b>49 148 882</b>	<b>60 139 027</b>	<b>53 619 888</b>	<b>54 330 109</b>	<b>55 329 041</b>

montante  
c/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
<b>Vendas e prestação de serviços à CMP</b>					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	25 150 000	40 800 000	32 800 000	33 456 000	34 125 120
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	10 800 000	6 945 000	7 550 000	7 701 000	7 855 020
Total de obra e prestação de serviços	35 950 000	47 745 000	40 350 000	41 157 000	41 980 140
Rendas emitidas	10 081 476	10 283 105	10 488 768	10 698 543	10 912 514
Subsídio à exploração	4 077 706	3 397 647	3 861 946	3 577 009	3 560 880
subtotal	50 109 182	61 425 752	54 700 714	55 432 552	56 453 534
<b>Vendas e prestação de serviços a outras entidades</b>					
Serviços de manutenção	29 051	29 661	30 254	30 859	31 476
Rendimentos suplementares	16 434	16 779	17 114	17 456	17 806
subtotal	45 485	46 440	47 368	48 315	49 282
<b>TOTAL</b>	<b>50 154 666</b>	<b>61 472 192</b>	<b>54 748 082</b>	<b>55 480 867</b>	<b>56 502 816</b>







Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos IGP uma taxa de incumprimento de 1,49%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em Sistema de Execuções Fiscais (SEF) baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os IGP foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços

de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

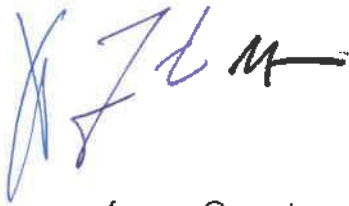
As taxas médias apuradas nos IGP, ascendem a 2,85% e 3,24%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

#### 4 – GASTOS

##### 4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento considerado nos IGP para este tipo de gastos é de 5 dias para os anos do período 2024-2028.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas, consultoria para implementação de medidas de cibersegurança, desenvolvimentos no software e-sigma, consultadoria de acompanhamento da implementação do Plano Sustentabilidade, serviços de consultoria legais, consultoria científica e técnica para o Observatório Permanente da Habitação, ensaios de ruído ocupacional e iluminação e workshop para ações de sensibilização, integração de questionários de satisfação e outros trabalhos especializados.
- b. Na rubrica “Publicidade” estão previstas verbas para o Projeto 20 anos da Domus Social, Campanhas diversas de social-media, design e produção do Guia do Inquilino Municipal, campanha “Casa Como Nova” e publicação de anúncios.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.



- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.
- g. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e *plug-in*.
- j. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware* contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
- n. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- o. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
<b>GASTOS DIRETOS DA OBRA</b>					
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	34 952 722	46 420 520	39 230 662	40 015 276	40 815 581
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	21 471	21 922	22 361	22 808	23 264
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	3 970 000	3 245 570	3 769 881	3 625 079	3 751 181
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
<b>GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS</b>					
Trabalhos especializados	261 816	267 314	272 660	278 114	283 676
Publicidade	134 571	137 397	140 145	142 948	145 807
Vigilância e segurança	113 610	115 996	118 316	120 682	123 096
Honorários	15 921	16 255	16 581	16 912	17 250
Conservação e reparação	193 266	197 325	201 271	205 297	209 403
Trabalho temporário	53 657	54 784	55 880	56 997	58 137
Ferramentas e utensílios	4 600	4 696	4 790	4 886	4 984
Livros e documentação técnica	3 222	3 289	3 355	3 422	3 491
Material de escritório	23 491	23 984	24 464	24 953	25 452
Eletricidade	8 000	8 168	8 331	8 498	8 668
Combustíveis	12 397	12 658	12 911	13 169	13 433
Deslocações e estadas	12 060	12 313	12 560	12 811	13 067
Rendas e alugueres	321 156	327 900	334 458	341 147	347 970
Comunicação	40 797	41 654	42 487	43 336	44 203
Seguros	14 680	14 988	15 288	15 593	15 905
Contencioso e notariado	1 119	1 142	1 165	1 189	1 212
Despesas de representação	500	511	521	531	542
Limpeza, higiene e conforto	40 650	41 504	42 334	43 181	44 044
Outros fornecimentos e serviços	2 059	2 102	2 144	2 187	2 231
Encargos bancários	1 124	1 148	1 170	1 194	1 218
subtotal	1 258 696	1 285 128	1 310 831	1 337 047	1 363 789
<b>Total</b>	<b>40 302 889</b>	<b>51 073 140</b>	<b>44 433 735</b>	<b>45 100 210</b>	<b>46 053 815</b>

Os gastos de obra a refaturar à CMP estão evidenciados no ponto 3.





## 4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
Técnico Superior	92	92	92	92	92
Técnico Especializado	29	29	29	29	29
Assistente Técnico	20	20	20	20	20
Encarregado operacional	11	11	11	11	11
Assistente Operacional	10	10	10	10	10
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>	<b>162</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 3,5 % para 2024;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, ACSS) – 25,01%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1,5% do total de gastos com remunerações brutas do pessoal mais os respetivos encargos;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,23% do total de remunerações brutas do pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,72%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem em conta os vencimentos projetados para os anos em análise e respetivos encargos.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.



### 4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes, decorrentes da aplicação das vidas úteis dos ativos de acordo com o Classificador Complementar 2:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	
Programas	33,33% - 100%
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

## 5 – RESULTADO FINANCEIRO

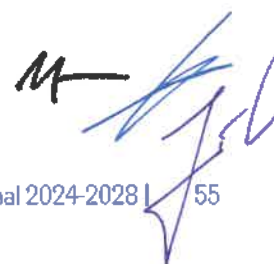
O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

## 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5% do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.





Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no período, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

## 7 – RUBRICAS DE BALANÇO

### 7.1 – Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

### 7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 3 dias do montante total de serviços prestados.

### 7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 2,85%, sendo de 3,24% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 25,4%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,72%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

### 7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

### 7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

### 7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

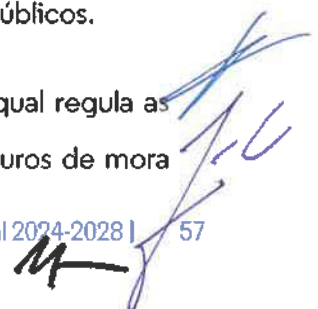
### 7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

## 8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSO EXISTENTES

A dependência financeira da CMP pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a empresa e o MP, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora





reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto:

N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Estado do processo	
1	3097/16.8BEPRT	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €	Em curso
2	311/18.9BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	3 475 728,88 €	Em curso
3	544/18.8BEPRT	TAF Porto	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	32 029,65 €	Em curso
4	2136/19.5BEPRT	TAF Porto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	4 877 447,65 €	Em curso
5	2640/18.2BEPRT	TAF Porto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €	Em curso
6	24144/19.6T8PRT	Tribunal Judicial do Porto	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	13 247,69 €	Em curso
7	243/20.0BEPRT	TAF Porto	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59 €	Em curso
8	1215/21.3BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	2 130,00 €	Em curso
9	1216/21.1BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 144,14 €	Em curso
10	1217/21.0BEPRT	TAF Porto	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4 941,09 €	Em curso
11	1876/21.3BEPRT	TAF Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa	33 720,76 €	Em curso
12	1979/21.4BEPRT	TAF Porto	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa	887 171,43 €	Em curso
13	2595/21.6BEPRT	TAF Porto	Tecnocampo, S.A.	Ação administrativa	72 875,00 €	Em curso
14	2382/12.2BEPRT-A	TAF Porto	Vodafone Portugal	Ação administrativa	229 386,42 €	Em curso
15	1635/23.9BEPRT	TAF Porto	Vodafone Portugal	Ação administrativa	30.001,00 €	Em curso

Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

## 9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos IGP no período 2024-2028 gera resultados líquidos positivos ao longo do período no montante de 39 334 €.

Os IGP geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027	ANO 2028
Liquidez geral	1,06	1,11	1,15	1,18	1,19
Autonomia financeira	13,0%	12,9%	13,0%	13,1%	13,1%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	195 878	290 352	288 449	207 900	124 669







## B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2024
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
Vendas	IV-A-3	113 710,67
Prestações de serviços	IV-A-3	44 944 105,17
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	II-3 / IV-A-3	4 077 705,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	IV-A-4.1	-469 095,04
Fornecimentos e serviços externos	IV-A-4.1	-39 833 793,80
Gastos com pessoal	IV-A-4.2	-5 789 271,64
Transferências e subsídios concedidos	II-B-3	-2 650 000,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-150 007,25
Outros rendimentos e ganhos		13 360,59
Outros gastos e perdas		-63 802,55
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>192 911,90</b>
Gastos / reversões de depreciação e amortização	IV-A-4.3	-189 953,69
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>2 958,21</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	IV-A-5	12 978,82
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>15 937,04</b>
Imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-10 012,41
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5 924,63</b>

## C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	IV-A-3	36 027 598,11
Rendas emitidas	IV-A-3	9 931 468,68
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3	4 077 705,76
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1	-43 719 374,13
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2	-5 498 004,59
Caixa gerada pelas operações		819 393,84
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-18 708,97
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-3	252 031,83
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1 052 716,70</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	-719 519,26
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	IV-A-5	56,21
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-719 463,04</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>333 253,65</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>2 689 565,13</b>
<b>Saldo mínimo de caixa</b>		<b>397 289,33</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>3 022 818,78</b>



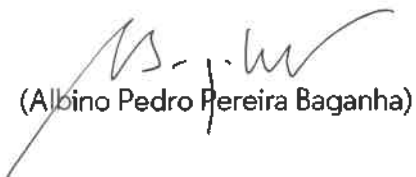


## D. BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/24
<b>ATIVO</b>		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>		
Ativos fixos tangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	444 376,20
Ativos intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	418 441,60
Outros ativos financeiros	IV-A-4.2/IV-A-7.1	3 875 271,48
		4 738 089,28
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Inventários		120 354,19
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A-3	1 234 957,36
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.2	48 224,75
Outras contas a receber	IV-A-7.5	1 185 671,61
Diferimentos	IV-A-7.4	128 494,66
Caixa e depósitos	IV-A-7.2	3 022 818,78
		5 740 521,35
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10 478 610,63</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património / Capital	IV-A-7.7	500 000,00
Reservas	IV-A-7.6	121 741,64
Resultados transitados		734 602,02
Resultado líquido do período	IV-8	5 924,63
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 362 268,28</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
Provisões		1 000,00
Outras contas a pagar		3 837 176,83
		3 838 176,83
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Fornecedores	IV-A-4.1	607 871,64
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.3	169 907,38
Outras contas a pagar	IV-A-7.5	2 594 797,78
Diferimentos		1 905 588,72
		5 278 165,52
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9 116 342,35</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>10 478 610,63</b>

Porto, 3 de novembro de 2023

O Conselho de Administração,



(Albino Pedro Pereira Baganha)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)






## V. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2024-2026

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas			
			(Un.: euro)
Designação	2024	2025	2026
<b>2 EDUCAÇÃO</b>			
2.2 As Pessoas enquanto prioridade: a Educação	3 410 000	3 000 000	3 000 000
<b>3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA</b>			
3.2 Energia e Transição energética			
Painéis fotovoltaicos	50 000	0	0
3.3 Elementos transversais da qualidade de vida urbana	180 000	100 000	100 000
<b>subtotal</b>	<b>230 000</b>	<b>100 000</b>	<b>100 000</b>
<b>4 URBANISMO E HABITAÇÃO</b>			
4.1 Uma Cidade Regenerada	400 000	400 000	400 000
<b>5 COESÃO SOCIAL</b>			
5.2 Saúde e Respostas Sociais	2 235 000	1 420 000	1 000 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	20 150 000	20 800 000	15 300 000
<b>subtotal</b>	<b>22 385 000</b>	<b>22 220 000</b>	<b>16 300 000</b>
<b>7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>			
7.1 Funcionamento dos serviços	4 475 000	1 975 000	3 000 000
<b>Total</b>	<b>30 900 000</b>	<b>27 695 000</b>	<b>22 800 000</b>

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro			
			(Un.: euro)
Designação	2024	2025	2026
<b>5 COESÃO SOCIAL</b>			
5.4 Habitação Social:			
Outros projetos - Lordelo	5 000 000	20 000 000	17 500 000
<b>Total</b>	<b>5 000 000</b>	<b>20 000 000</b>	<b>17 500 000</b>



## VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO





**RSM & Associados – Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)

**T:** +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

**T:** +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.** (a Entidade), relativos ao período de 2024 a 2028, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração previsional, o Orçamento anual de tesouraria previsional e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

### Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2023. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2023, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2023 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 3 de novembro de 2023

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Luís Almeida Mendes de Araújo', written over the printed name and company information.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC nº933)  
registado na CMVM com o nº 20160550







**2024-2028**

**RELATÓRIO DE**

**INSTRUMENTOS DE**

**GESTÃO PROVISIONAL**

Pág. 3

## Preâmbulo

Pág. 4

## I – Normas de Execução Orçamental

Pág. 9

## II – Planos Anuais e Plurianuais

Pág. 10

A – Enquadramento

B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

E – Demonstrações Previsionais [NPC 26]

Pág. 32

## III – Demonstrações Financeiras Previsionais para o Período 2024 - 2028

Pág. 33

A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2024 - 2028 e Pressupostos

B – Orçamento de Exploração

C – Orçamento de Tesouraria

D – Balanço Previsional

Pág. 56

## IV – Equilíbrio Económico-Financeiro

Pág. 60

O Conselho de Administração

Pág. 61

ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 - 2028

Pág. 70

ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único



## Preâmbulo

Nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, completa e atempadamente, elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tais como, projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais, projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais, planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, documento de prestação anual de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental e as demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da Empresa local e da sua atividade.

Assim, a Gestão e Obras do Porto, EM (adiante designada apenas de “GO Porto”), vem por este meio apresentar para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2024 - 2028.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos estatutos da empresa, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, concretamente, no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento, fazendo parte integrante do mesmo.

U.  
CAT  
M

---

# Normas de Execução Orçamental



Tendo por objetivo garantir uma gestão económica, eficiente e eficaz, das atividades desenvolvidas pela GO Porto no âmbito das atribuições firmadas com o Município do Porto, considera-se conveniente o estabelecimento de um conjunto de regras e princípios definidores de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

## Artigo 1.º

### Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2024 - 2028, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual de Qualidade e as disposições

previstas nos processos e procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade em vigor na empresa, e que ficarão, igualmente, garantidas quando for concluída a migração, em curso, para um Sistema de Gestão Integrado.

## Artigo 2.º

### Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.

2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações

*Handwritten signatures and initials:*  
A.  
CAI  
M

orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;

c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2023 e para os anos futuros.

#### Artigo 3.º

##### Modificações ao IGP

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

#### Artigo 4.º

##### Gestão de Ativos da Empresa Municipal

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa, e que ficará, igualmente, garantida quando for concluída a migração, em curso, para um Sistema de Gestão Integrado.

2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas



# Normas de Execução Orçamental

orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

## Artigo 5.º

### Gestão de stocks

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.

3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

## Artigo 6º

### Assunção de compromissos plurianuais

1. Fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento. Fica igualmente autorizada a proceder à redistribuição e reclassificação das verbas dentro dos valores de despesa previstos no presente documento dentro de

cada orçamento (estrutura – Contrato Programa) e Obra (Contrato de Gestão de Empreendimentos) desde que não implique aumento de despesa aprovada.

2. Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

## Artigo 7º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2023, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2024, e consequente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.

2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o Município do Porto, em vigor para o ano de 2024, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.



Artigo 8.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas: a) Vencimentos e salários; b) Subsídio familiar a crianças e jovens; c) Gratificações, pensões de aposentação e outras; d) Encargos de empréstimos; e) Rendas; f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes; g) Água, energia elétrica, gás; h) Comunicações telefónicas e postais; i) Prémios de seguros; j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais; k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; l) Emolumentos do Tribunal de Contas; m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente; n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

Por fim, e como notas prévias finais ao presente documento IGP 2024 – 2028, deve referir-se que:

- a) As demonstrações financeiras da GO Porto estão preparadas de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- b) Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euro.





---

# Planos Anuais e Plurianuais

## A - Enquadramento

Criada a 9 de agosto de 2000, a GO Porto é uma empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional, e detida a 100% pelo Município do Porto, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas.

Ao longo desses anos de atividade, entre as alterações ocorridas aos Estatutos da GO Porto, destaca-se a verificada em finais de 2016, quando a empresa viu o seu objeto social ser alterado, no sentido de lhe conferir as competências necessárias para uma direção integral dos empreendimentos que gere - desde a elaboração e concretização de planos e projetos, até à execução e pós-garantia de empreitadas, que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas -, conferindo a esta empresa municipal uma estrutura funcional comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação ex-ante da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

Quer decorrente do referido incremento de competências, quer do aumento da atividade desenvolvida e prevista desenvolver nos próximos exercícios para o Município do Porto - decorrente da sua dinâmica crescente nos últimos dez anos em múltiplas área de atuação, tais como, ambiente, cultura, educação, desporto, economia, habitação, segurança, urbanismo, mobilidade -, a GO Porto vem convocando a mobilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos adicionais e especializados, o que vem representando uma evolução, em alta, dos seus custos de estrutura, face aos valores historicamente incorridos até ao exercício de 2016, porém, imprescindíveis por forma a assegurar um desempenho exímio das responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, defesa e salvaguarda dos seus direitos.

Tendo por objetivo responder às exigências dos seus clientes e cumprindo, rigorosamente, com a sua missão de prestar um serviço de excelência, alicerçado no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos, a GO Porto prosseguirá, em 2024, a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional. Para o efeito, esta atividade tem assento em adjudicações de serviços por intermédio, por um lado, de um contrato denominado de Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE), atualmente em vigor para o triénio 2023 - 2025, reiterando o típico processo de ligação institucional que vem, desde a sua fundação, a manter com o Município do Porto e, por outro lado, de um Contrato-Programa (CP), firmado entre o Município do Porto e a GO Porto para o triénio 2021-2023, no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados.



Neste sentido, e face ao nível, atual e futuro, das atividades operacionais das áreas de gestão de empreendimentos (obras), da gestão e exploração (imóveis) e, também, da estrutura comum, a GO Porto irá submeter à aprovação do Município do Porto – em simultâneo e devidamente enquadradas com os presentes IGP – as duas propostas seguintes:

1. Proposta de 1.º aditamento ao CGE 2023 - 2025;
2. Proposta de um (novo) CP para o triénio orçamental 2024 - 2026.

Tendo presente a importância do objeto social da GO Porto no universo municipal, esta empresa municipal dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município.

Tendo por referência a área de Sistemas de Informação, enquanto área coordenadora de uma série de prestações de serviço de consultoria no âmbito do planeamento e gestão de processo, e com o objetivo de prosseguir com os trabalhos efetuados em sede da prestação de serviço de consultoria na área de planeamento e gestão de processos - concluída em finais de fevereiro de 2021, e que permitiu incrementar a gestão e a monitorização dos processos de negócio da empresa -, a GO Porto prosseguirá, nos primeiros anos de plano, com diversos investimentos ao nível desta área, entre os quais, se destacam:

- Decorrente do projeto de cibersegurança, levado a cabo pelo Município do Porto, em conjunto com a Porto Digital, STCP, Metro do Porto e demais empresas municipais da Autarquia, está previsto que seja criado um SOC (Security Operation Centre) capaz de prestar um serviço de deteção e mitigação de incidentes de segurança. Para esse efeito, cada uma das entidades participantes deverá adquirir e implementar as soluções tecnológicas (SIEM/XDR) que permitam enviar os registos de eventos relevantes das Endpoints, Firewall, entre outros equipamentos, para a solução conjunta a ser gerida pelo referido SOC. Prevê-se que esta implementação individual na GO Porto ronde os 40.000€, com dotação orçamental, em 2024, na rubrica de fornecimento e serviços externos, e em exercícios seguintes, no valor anual constante, de 10.000€

- Análise e implementação de uma nova solução de gestão e monitorização de Networking, em regime de subscrição, que permita obter uma visão global e aprofundada da performance dos Switches, Firewall, Servidores, Máquinas Virtuais, impressoras, controladores de Wireless e dispositivos de armazenamento. Para esta solução prevê-se um investimento anual a rondar os 15.000€, com dotação orçamental, em 2024 e seguintes, na rubrica de fornecimento e serviços externos.

- Implementação de um novo ERP (Software Gestão Empresarial), atualizando o atual assente numa versão cliente-servidor, a ser descontinuada em breve pela Oracle, passando para uma versão em ambiente WEB. Está igualmente prevista nessa implementação, o desenvolvimento de específicos que permitam a ligação desse ERP com as demais aplicações existentes na GO Porto, com destaque para a Gestão Documental e Processual. A implementação desta solução perfaz o montante de



90.400,00€, dos quais, 50% (45.200,00€) com investimento em 2023, e a parte remanescente, em 2024.

- Aquisição de equipamentos portáteis de trabalho, com requisitos de performance específicos para os serviços prestados pela GO Porto, estando previsto um investimento tangível total de 148.000,00€, dos quais, 73.000,00€, em 2023, e 75.000,00, em 2024.

- Implementação de vários dashboards na solução PowerBI. Até finais de 2023, a empresa conta ter concluído o dashboard *Timeline*, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de alguns dashboards da área Financeira e Orçamental, assentes na solução ERP GIAF. Após este último desenvolvimento estar concluído, estaremos em condições de construir mapas mais complexos, com variadas fontes de informação (Int'Graal, GIAF e outros). Em conjunto com contratações diversas de bolsas de horas para prestação de serviços de desenvolvimento à medida de software (Int'Graal, ERP, PowerBI, Recursos Humanos, etc.), suporte à infraestrutura de Networking e contrato de manutenção de bases de dados Oracle e SQL Server, existe uma dotação orçamental, em 2024, na rubrica de fornecimento e serviços externos de, aproximadamente, 50 mil euros.

- Investimentos diversos e indiferenciados, relacionados com necessidades pontuais de atualização do parque de equipamentos informáticos auxiliares, administrativos, de comunicações móveis e fixas e licenciamentos de

softwares de apoio à exploração, na ordem dos 2,5 mil euros anuais.

No âmbito da organização da GO Porto, e tendo presente o compromisso de ser uma empresa assente em competências avançadas, quer ao nível da engenharia civil, quer da gestão e exploração de imóveis e infraestruturas, esta empresa municipal é, hoje, uma estrutura orgânica projetada para o futuro, sob um processo de melhoria contínua no sentido de poder responder, eficaz e adequadamente, às necessidades impostas pela operacionalização integral dos empreendimentos que gere. Demonstrativo desta capacidade de resposta, deve referir-se que a empresa encontra-se, há quase 20 anos, certificada ao abrigo da norma da Qualidade ISO 9001:2015, motivo pelo qual, já apresenta uma maturidade que permite assegurar, com rigor, os requisitos estabelecidos na norma de referência.

Concluindo 20 anos de certificação ao abrigo da ISO 9001 (Qualidade), em 2024, a GO Porto irá redimensionar o seu Sistema de Gestão, tendo-se proposto, para o efeito, certificar o mesmo ao abrigo dos referenciais normativos relativos ao Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social.

Nessa medida, toda a estrutura de processos está a ser revista de maneira a garantir que os requisitos das diferentes normas são cumpridos e assegurados em toda a atividade desenvolvida na empresa.



# Planos Anuais e Plurianuais

Tal condição, pressupõe uma mudança significativa de atitudes e práticas, que só a médio e longo prazo serão concretizadas, pelo que se prevê, que o ano de 2024 seja de implementação do novo Sistema de Gestão Integrado (SGI), e os demais seguintes para o seu desenvolvimento e maturação.

Por fim, e no que ao rigor na solvabilidade diz respeito, o Município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, é determinante na definição da capacidade da GO Porto de conseguir cumprir os seus

deveres de tesouraria face a terceiros. Em contrapartida, e nos termos de um contrato programa firmado entre as partes, compete à GO Porto exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o Município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.





## B – Plano de Atividades Anual e Plurianual

### B.1. CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

Com a reabertura do Mercado do Bolhão a 15 de setembro de 2022, a atividade a desenvolver pela área de Gestão e Exploração nos primeiros anos de plano 2024 – 2028, centrar-se-á, fundamentalmente, na continuação da gestão operacional desse imóvel, que, presentemente, vem sendo gerido segundo os termos do Contrato Programa 2021 – 2023 e, posteriormente, será pautada nos termos do próximo Contrato Programa, para o triénio 2024 – 2026, a ser firmado com o Município do Porto até ao final de 2023, e onde se confirmarão as delegações atribuídas de gestão, exploração e rentabilização dos imóveis e infraestruturas seguintes:

#### 1. Mercado do Bolhão (MB):

Decorridos os primeiros doze meses de operação do Bolhão modernizado e restaurado, pode concluir-se que o projeto de sustentabilidade deste edifício patrimonial decorreu de forma excepcional. Neste momento, os comerciantes que já abriram os seus espaços (cerca de 95,3% dos espaços atribuídos), encontram-se muito satisfeitos com os resultados económicos da sua atividade comercial.

A exploração funcional e operacional deste novo espaço renovado, tem a sua maior fatia de consumo orçamental na área técnica do edifício, nomeadamente ao nível dos inevitáveis serviços de Facility Management que totaliza um milhão e meio de euros por cada ano de atividade –

incluindo os encargos de limpeza e desinfeção, manutenção e serviços acessórios, vigilância e segurança do espaço, fiscalização dos comerciantes, gestão dos resíduos produzidos e balcão de informações –, e consumos de eletricidade, água e saneamento.

Nestes primeiros anos de operação, para um maior conhecimento de quem nos visita e a correta consolidação de estratégia de promoção e comunicação que promova o posicionamento que se deseja para este equipamento, prevê-se um aumento de custos relacionados com promoção institucional e comercial do novo Mercado do Bolhão. Em 2024, e no que diz respeito aos encargos de promoção institucional sob coordenação do Gabinete de Comunicação e Promoção, pretende-se trabalhar os eixos estratégicos identificados como se segue:

#### 1.1 Estratégia Geral:

No primeiro ano de plano, dar-se-á continuidade na procura pela consolidação de outros eixos estratégicos de gestão e de comunicação, como o reforço de relação com o setor das artes e da responsabilidade social. Será um ano de continuidade de estudo dos comportamentos dos novos públicos que, organicamente, trouxeram novos comportamentos para o Mercado do Bolhão. Será ainda um ano de desenvolvimento de uma estratégia mais eficiente para a captação e retenção de públicos noturnos para a restauração, algo que foi também introduzido de novo na estratégia do Mercado.



## 1.2. Estratégia de Comunicação e Eventos:

A Estratégia de Comunicação e Promoção para o Bolhão está organizada em 4 eixos, conforme se descreve: i) Eixo Agroalimentar, ao nível de eventos direcionados à valorização da área alimentar e gastronómica de produtos, tais como, Chef à Moda do Bolhão, showcookings e workshops, Mercado de Doces e Vinhos da Região de Coimbra e Feira de Páscoa; ii) Ativações de Marca, enquanto atividades realizadas por marcas, tais como, as sessões fotográficas, a apresentação TEDx Porto e a ativação Embaixada Britânica; iii) Programas Especiais, ao nível de eventos inseridos numa vertente de responsabilidade social, promovendo a literacia alimentar e na saúde, como exemplo, o programa Dias de Saúde no Bolhão (De Manhã Começa o Dia, Projeto NABO e Bolhão + Saudável); e iv) Artes e Entretenimento, com diversas atividades culturais, artes e animação, idealmente ligados à sua natureza agroalimentar, tais como, exemplos: Imagens Conservadas (Exposição da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe), Não é Carne nem é Peixe (Performance do Teatro do Bolhão), Porto Pianofest (Maratona de piano no mercado) e Concertos de S. João e atuações de grupos de música tradicional (fadistas, grupos de fados, tunas e ranchos).

Neste sentido, para 2024, a Gestão e Exploração, em parceria com o Gabinete de Comunicação e Promoção, prevê manter este alinhamento de atuação através de ações, tais como:

- Consolidar e desenvolver novas parcerias, que permitam incrementar a oferta na estratégia de comunicação e de promoção do mercado (terrado), particularmente no que concerne ao eixo dos eventos agroalimentares,

sem que isso constitua um custo e Marketing, mas sim uma sinergia positiva para ambas as partes;

- Desenvolver comunicação específica para restaurantes de forma a estimular a presença de clientes no horário noturno;
- Desenvolver atividades no exterior do mercado em articulação com o município do porto (exemplos: ações na rua de Alexandre braga);
- Consolidar e desenvolver o eixo dos programas especiais, através de ações de responsabilidade social adicionais e que envolvam novos *stakeholders* com novas propostas de valor;
- Consolidar e desenvolver o eixo das artes e entretenimento, nomeadamente através do reforço da animação noturna dirigida aos restaurantes e às ações relacionadas com Artes, como será exemplo o lançamento do programa "Bolhão faz p'Arte", que pretende aproximar-nos à comunidade artística e reforçar a procura do património imaterial, convidando artistas a produzirem uma instalação artística que vá de encontro a este pressuposto e que consiga caracterizar, simultaneamente, a alma do Bolhão;
- De forma a reforçar o encontro do lazer com o património, disponibilizaremos ainda um novo serviço de visitas guiadas ao Bolhão com carácter generalista e técnico;
- Demonstrando total compromisso com a Sustentabilidade do negócio dos nossos comerciantes, lançaremos em 2024 o programa Selo do Bolhão que visa entregar vantagens a empresas que se abasteçam no Mercado, nomeadamente o acesso exclusivo à cave logística para facilitar a sua operação;
- Prevendo uma aproximação ao público do eixo Agroalimentar e à elevação do posicionamento do Mercado do Bolhão, pretende-se, em 2024, concretizar um evento dedicado à gastronomia de assinatura/de Chef, nomeadamente com o apoio do Pelouro do Turismo e da Internacionalização;



- Pretende-se reforçar também as ativações de marca pela cidade, no sentido de levar o Mercado à rua e captar a atenção e o interesse, em particular, dos novos públicos;
- Em 2024, pretende-se igualmente reforçar os estudos de mercado e estudos de comportamentos dos nossos públicos.

Já os objetivos específicos serão:

- Lançar e promover a primeira marca do histórico Boalhão. Uma marca capaz de fundir a identidade da cidade e do mercado, com a capacidade de comunicar as diversas dimensões do Mercado, assinalando o marco da sua reabertura;
- Promover a notoriedade do Mercado, atingindo novos públicos, através de novos suportes de comunicação e media;
- Comunicar o espaço como uma marca identitária e de tradição, mas com oferta renovada;
- Criar e gerir novos canais de comunicação, tais como um novo website e uma aplicação mobile, permitindo introduzir inovação e interatividade na relação com os diferentes públicos;
- Uma forte aposta nas redes sociais, assumindo o Facebook e Instagram para um público mais transversal e o LinkedIn para promover o espaço a pensar sobretudo no público profissional e potenciais clientes na ótica de ocupação de espaços, especialmente temporários;
- Criar uma oferta distintiva de merchandising de autor, com recurso a artistas portuenses e que complemente o merchandising promocional da marca. Uma forma de apresentar uma oferta distintiva e também envolver a comunidade criativa da cidade e região;
- Conceção e implementação de um plano de ações de fidelização e de brand equity que reforce os laços junto dos diferentes clientes e utilizadores do Mercado,



↑ Legenda Marina do Freixo



aumentando o sentimento de pertença e reforçando o potencial de negócio dos comerciantes;

- Definir um plano de eventos e ações promocionais, ajustados ao objeto do Mercado, onde será possível criar parcerias, disponibilizar produtos e serviços complementares à oferta existente no Mercado, e proporcionar momentos lúdicos, assinalando efemérides e épocas festivas, por exemplo;

- Estreita articulação com o universo municipal, procurando tirar partido da experiência e know-how das equipas, nomeadamente ao nível da programação cultural e comunicação.

## 2. Antigo Matadouro Industrial do Porto:

Em 21 de outubro de 2020 foi assinado o auto de consignação à entidade Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A., entidade que sucedeu na posição anteriormente detida pela Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. O Anteprojeto de Arquitetura foi aprovado pelo Pelouro de Urbanismo da Autarquia do Porto, a 19 de fevereiro de 2021. Foram entregues os projetos de execução pela Oriental Hub durante o primeiro semestre de 2022. Desativo há mais de 20 anos, pretende-se com as obras de reconversão deste imóvel, transformá-lo num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade do Porto.

À data do presente relatório, o Município do Porto, em acordo com a entidade Oriental Hub - Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A. e a GO Porto, encontra-se a ultimar um acordo de cedência de posição contratual, que formalize a passagem da gestão e exploração deste imóvel, desta empresa municipal para a esfera do próprio Município, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2024. Neste sentido, a

elaboração dos presentes Instrumentos de Gestão Previsional, período 2024 – 2028, não releva qualquer dotação orçamental nas contas da GO Porto, relativa à gestão e exploração deste imóvel municipal.

## B.2. CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No âmbito da Direção de Produção e do Gabinete do Espaço Público, e nos termos do contrato de gestão de empreendimentos em vigor (CGE 2023 - 2025), a GO Porto dará seguimento a uma série de procedimentos de contratação pública de projetos e empreitadas, entre outros bens e serviços conexos, garantindo, igualmente, o controlo e a monitorização dos mesmos. Para o período de plano 2024 – 2028, a empresa tem previstas diversas intervenções em vias e edifícios da cidade, perfazendo um valor total de investimento à volta de 292 milhões de euros.

Tendo por base as rubricas orçamentais definidas pelo Município do Porto, e nos primeiros anos do período de 2024 - 2028, os principais empreendimentos previstos em plano são os seguintes (cf. Anexo 1 do presente documento):

### 1. Equipamentos e Programas Municipais:

Nesta rubrica orçamental, encontram-se em fase de projeto a reabilitação do empreendimento Museu CACE e a reabilitação e remodelação do Teatro Municipal do Campo Alegre. Encontra-se concluído o projeto da requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto.



Todos os empreendimentos com empreitadas previstas iniciar no segundo semestre de 2024.

#### 2. Consolidação da Estratégia Económica da Cidade:

Nesta área, encontram-se em fase de projeto a reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto e a construção do Equipamento Municipal Feiródromo de Campanhã. Ambas as empreitadas estão previstas iniciar em 2024.

#### 3. Educação:

Nesta rubrica, encontra-se a decorrer a empreitada da Escola Básica dos Correios e estão previstas para 2024 as intervenções de requalificação em outras escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Agra do Amial, da Ponte e Nicolau Nasoni. Serão ainda iniciados os arranjos exteriores da Escola Secundária Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.

#### 4. Ambiente:

Nesta área, incluem-se intervenções generalizadas em Parques e Largos. Assume especial importância a construção dos Corredores Saudáveis. Igualmente importante, será a reabilitação de um jardim histórico - o Jardim da Cordoaria e, ainda a ampliação da casa de máquinas e o alargamento da margem nascente do Lago II, integrados nos terrenos do Parque da Cidade do Porto.

#### 5. Qualidade de Vida Urbana:

Nesta rubrica orçamental, encontra-se a decorrer a empreitada da fase II de ampliação do Parque Desportivo

de Ramalde, com a criação de novos campos de jogos e espaços de desporto e lazer, com todos os edifícios de apoio inerente ao exercício dessas atividades.

Diversos equipamentos e infraestruturas desportivas da cidade do Porto serão alvo de intervenção, quer de melhoria, quer de criação de novos polos/edifícios, nomeadamente, o Campo Municipal de Campanhã. Está ainda em fase de projeto, o empreendimento de construção do Centro de Saúde da Unidade Azevedo de Campanhã.

#### 6. Regeneração Urbana:

Rubrica com relevância orçamental relativa, nela estão incluídas as grandes intervenções na via pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infraestruturas no subsolo e a designada Ligação Cota Alta/Cota Baixa. Relevam-se as intervenções que integram o designado Programa Rua Direita (em cerca de 90 arruamentos da cidade) e a execução de trabalhos de consolidação em diversas escarpas do Município, nomeadamente estabilização do Talude do Bairro da Capela, Talude da Rua S. Roque da Lameira, bem como também a execução dos Loteamentos do Monte Pedral e do Monte da Bela.

Será, igualmente, requalificado o espaço público da Praça da Corujeira e sua envolvente, o espaço público de Lordelo e a envolvente da Praça da República. Proceder-se-á à reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã e à reabilitação das vias urbanas da Rua de Salazares e Rua da Preciosa. Estão ainda previstas intervenções de reabilitação em diversas obras de arte do Município e em inúmeros arruamentos da cidade.



## 7. Modos Suaves:

Serão efetuadas as ligações Porto/Rio Tinto e Porto/S. Mamede de Infesta, no âmbito da articulação de redes urbanas de ciclovias com a Câmara Municipal de Gondomar e a Câmara Municipal de Matosinhos, respetivamente.

## 8. Funcionamento dos Serviços:

Nesta rubrica orçamental, destaca-se a ampliação da área administrativa ao restante edifício do Parque da Cidade e a remodelação da Quinta do Mitra.

## 9. Outros:

Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.



## C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual

### C.1. PLANO DE INVESTIMENTO

Conforme detalhado no quadro seguinte, e integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, o investimento previsto realizar no período 2024 – 2028 perfaz 688 mil euros:

INVESTIMENTO	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>94 000,00</b>	<b>92 500,00</b>	<b>17 500,00</b>	<b>87 500,00</b>	<b>87 500,00</b>
Equipamento administrativo	90 000,00	90 000,00	15 000,00	85 000,00	85 000,00
Outros activos fixos tangíveis	4 000,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>215 200,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>
Programas de computadores	215 200,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>10 393,06</b>	<b>10 985,10</b>	<b>10 873,40</b>	<b>10 602,31</b>	<b>11 046,54</b>
Fundo de compensação de trabalho	10 393,06	10 985,10	10 873,40	10 602,31	11 046,54
<b>Total</b>	<b>319 593,06</b>	<b>113 485,10</b>	<b>38 373,40</b>	<b>108 102,31</b>	<b>108 546,54</b>



# Planos Anuais e Plurianuais

No caso da rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, destaca-se no primeiro ano de plano, o investimento de 90 mil euros em equipamento administrativo, relativo à aquisição de portáteis, no valor de 75 mil euros, e outros de outros periféricos e diversos, no valor restante de 15 mil euros.

Ainda em 2024, e no que aos Ativos Intangíveis diz respeito, destaca-se o investimento de 215 mil euros em programas de computadores no âmbito do Projeto TOBE, referente à aquisição do módulo de gestão de ativos, de cadastro e de uma camada de interface intermódulos, no valor de 160 mil euros, e à implementação do software GIAF na versão WEB, no valor de 45 mil euros, para além de outros software diversos, no valor de 10 mil euros.



↑ Legenda Programa Rua Direita | Rua da Via-Sacra

## C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

Tendo em consideração o período de plano 2024 – 2028, a estrutura prevista de recursos humanos da GO Porto aponta para um número constante de 60 efetivos, para além de 3 administradores, conforme previsto nos estatutos da empresa, dos quais, 2 são administradores executivos, com a distribuição, por áreas, seguinte:

ÁREAS	2024	2025	2026	2027	2028
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Coordenação	1	1	1	1	1
Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
Gabinete Comunicação e Promoção	1	1	1	1	1
Redes Sociais	1	1	1	1	1
Imagem/Fotografia	1	1	1	1	1
Gabinete do Espaço Público	1	1	1	1	1
Gestão de Empreendimentos	1	1	1	1	1
Direção	1	1	1	1	1
Coordenação	2	2	2	2	2
Produção	1	1	1	1	1
Assistente de Direção	1	1	1	1	1
Gestão de Empreendimentos	14	14	14	14	14
Fiscalização	1	1	1	1	1
Direção	1	1	1	1	1
Exploração	1	1	1	1	1
Direção do Mercado	1	1	1	1	1
Gestão Exploração MB	4	5	5	5	5
Manutenção	1	1	1	1	1
Direção	1	1	1	1	1
Financeira	3	4	4	4	4
Administrativa e Financeira	3	3	3	3	3
Qualidade	3	3	3	3	3
Recursos Humanos	2	2	2	2	2
Sistemas de Informação	3	3	3	3	3
Centro documental	3	3	3	3	3
Direção	1	1	1	1	1
Jurídico	3	3	3	3	3
Juristas	3	3	3	3	3
Compras	1	3	3	3	3
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>



# Planos Anuais e Plurianuais

Face ao número de 47 efetivos à data do presente relatório, o número previsto de 56 a partir do primeiro ano de plano (60 nos anos seguintes), advém das admissões previstas seguintes:

- Dois (2) Gestores de Empreendimentos para a Direção de Produção, devendo-se estas admissões à criação de 2 Cargos de Coordenação na referida área, tornando-se, assim, necessária a substituição dos Gestores de Empreendimentos que venham a assumir esses novos cargos. Estas admissões vêm no sentido de garantir uma eficaz resposta da GO Porto ao crescente volume de empreendimentos atribuídos à gestão desta empresa municipal por parte do Município do Porto, e que, dadas a complexidade e o grau de especialização exigido, não é compatível com a saída de 2 Gestores de Empreendimentos para assumirem cargos de Coordenação na referida direção. Estima-se um custo anual total, em 2024, de 89.6 mil euros;

- Um (1) técnico superior para a Direção de Gestão e Exploração. Esta admissão decorre da necessidade de apetrechar esta direção, concretamente, com um técnico superior para fazer face às necessidades que se antecipam, quer com o desenvolvimento da atividade operacional do Mercado do Bolhão, quer com a Certificação no Sistema de Gestão Integrado. Estima-se um custo anual total, em 2024, de 32,2 mil euros. Acresce, pelo mesmo valor individual, e pelo mesmo motivo, a admissão de um (1) técnico superior em 2025.

- Um (1) técnico superior para a Área de Contratação Pública a ser criada na Direção Jurídica. Esta admissão deve-se ao significativo aumento de trabalho, decorrente da consolidação das áreas de Comunicação e Promoção e de Gestão e Exploração, neste caso, com a gestão do Mercado do Bolhão, que coloca necessidades

acrescidas à empresa, designadamente, ao nível da gestão contratual associada à manutenção de dezenas de licenças, contratos de utilização e de arrendamentos dos comerciantes, não permitindo antever outra possibilidade que não passe pela criação da referida área e consequente recrutamento do referido técnico. Estima-se um custo anual total, em 2024, de 32,2 mil euros.

Acresce, e por este mesmo valor individual, para apoio aos procedimentos concursais das restantes áreas da empresa, a admissão de dois (2) técnicos superiores em 2025.

- Três (3) técnicos superiores para a o Gabinete de Comunicação e Promoção (GCP). Estas admissões surgem da necessidade de colmatar as carências dessa área em três diferentes subáreas: i) Criação e gestão dos conteúdos e gestão de redes sociais – necessidade de criação e gestão de conteúdos da empresa municipal e dos seus espaços de exploração, bem como gestão das diversas plataformas e redes sociais da GO Porto e do Mercado do Bolhão; ii) Audiovisual – decorrente da necessidade de assegurar as coberturas audiovisuais, edição de materiais gráficos e gestão do arquivo de imagem/vídeo de obras, eventos e outras ações da GO Porto e do Mercado do Bolhão; iii) Conceção e desenvolvimento gráfico – gestão, desenvolvimento e criação de identidades visuais, produtos gráficos e análises visuais destinados a obras, áreas internas e Mercado do Bolhão. Estima-se um custo anual total, em 2024, de 97 mil euros;

- Três (3) técnicos superiores para a Direção Administrativa e Financeira, dois (2) a recrutar no decurso do ano 2024, para o exercício de funções nas áreas dos Sistemas de Informação e da Melhoria e Sustentabilidade e um (1), a recrutar no ano 2025, para a área Financeira. No que ao Sistemas de Informação diz respeito, e tendo em consideração a incorporação de vários recursos nas



mais diversas áreas da empresa, constata-se que os Sistemas de Informação, atualmente com 2 profissionais afetos à área, denotam um aumento significativo das tarefas associadas, colocando em risco a eficiência, níveis de resposta e gestão da própria área, essenciais para o funcionamento da GO Porto, pelo que, com o objetivo de uma distribuição mais eficaz de tarefas, revela-se essencial o reforço da área com mais um recurso, com conhecimentos avançados em manutenção e suporte (help-desk) do parque informático, infraestrutura/redes, Firewalls, Endpoints e utilização de softwares relacionados com a cibersegurança. No que concerne à Melhoria e Sustentabilidade, com a transição para um Sistema de Gestão Integrado (SGI), torna-se necessário o recrutamento de um técnico superior capaz de dar resposta às diferentes necessidades de implementação, acompanhamento e monitorização em obra das diferentes normas, sobretudo no âmbito da higiene e segurança no trabalho e ambiente. Estima-se um custo anual total, em 2024, de 65 mil euros. No exercício de 2025, a admissão para a área Financeira de um técnico superior, advém da necessidade de preparação da sucessão da colaboradora, atualmente, com funções de Contabilista Certificada, cuja aposentação se prevê ocorrer durante o ano exercício de 2028.

De igual forma, e dado o compromisso assumido pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Pessoas, decorrente da transição a efetuar para o Sistema de Gestão Integrado – Qualidade, Higiene e Segurança, Ambiente e Responsabilidade Social a efetuar até final do corrente ano e a consolidar em 2024, considera-se este quadro de pessoal como um capital fundamental da organização, gerido por isso, como um processo estratégico da gestão de topo da empresa, que, desta forma, se compromete a desenvolver medidas que permitam um maior envolvimento de todos os colaboradores, o incremento

da satisfação laboral e a consequente melhoria dos resultados globais da empresa.

À data do presente relatório, a GO Porto já tem implementado, e em fase final de ajustes ao seu funcionamento, um software de gestão integrada de Recursos Humanos que permite, não só uma gestão integrada dos processos administrativos dos colaboradores (gestão de cadastro, assiduidade, processamento salarial) como também, a gestão integrada de processos aplicáveis à gestão de capital humano, tais como:

- Sistema de Gestão de Desempenho: Procedimento periódico de avaliação de desempenho dos colaboradores, do qual, decorrem os respetivos Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional, base para elaboração do Plano de Formação, bem como o registo de resultados obtidos que, de acordo com o Regime de Carreiras em vigor, impactam na progressão de carreira do colaborador;

- Plano de Formação: Procedimento fundamental para o fortalecimento do conhecimento organizacional, pessoal e profissional dos seus colaboradores, elevação do nível técnico de cada um e da empresa, comprometendo-se a empresa, aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras a contratar para o efeito;

- Plano para a Igualdade de Géneros: Procedimento essencial para a promoção de uma igualdade de tratamento entre homens e mulheres, através do diagnóstico periódico à situação vivida na empresa, definição de medidas que promovam a eliminação de eventuais



discriminações em função do sexo e que fomentem a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;

- Regime de Carreiras: Procedimento fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos.

Deve referir-se, que a associação direta do Regime de Carreiras com o procedimento de Gestão de Desempenho - com este último a atribuir a acumulação de pontos necessários à progressão prevista no âmbito daquele regime -, visa garantir, no futuro, o fortalecimento mútuo desses procedimentos, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores. No caso do Regime de Carreiras, cujo impacto orçamental está previsto iniciar-se a partir, inclusive, do exercício de 2024, encontra-se projetada uma dotação orçamental média anual de, aproximadamente, 46,1 mil euros, até ao último ano em plano (2028).

No âmbito da Política de Privacidade em vigor na empresa, a área de Gestão de Pessoas manterá uma atenção redobrada ao tema e aos procedimentos associados, acompanhando-os de acordo com a política interna definida e monitorizando o

processo com recurso ao software de gestão integrada dessa área.

Por último, salientar o forte envolvimento da área de Gestão de Pessoas em todo o processo de transição para um Sistema de Gestão Integrado (SGI), em todas as áreas de intervenção, com destaque sobretudo para a Responsabilidade Social, no âmbito da qual se pretende, não só, o reforço de ações de caráter solidário desenvolvidas em épocas específicas (Natal, Verão, etc.), como também, a implementação de um projeto interno de voluntariado para o desenvolvimento de atividades de intervenção junto da comunidade.



† Legenda Loteamento das Eirinhas



## D – Plano Financeiro Anual e Plurianual

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de inflação	6,00%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de IRC efectiva	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal (cp)	2,35%	2,35%	2,35%	2,35%	2,35%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	4,25%	8,68%	7,70%	6,40%	9,51%

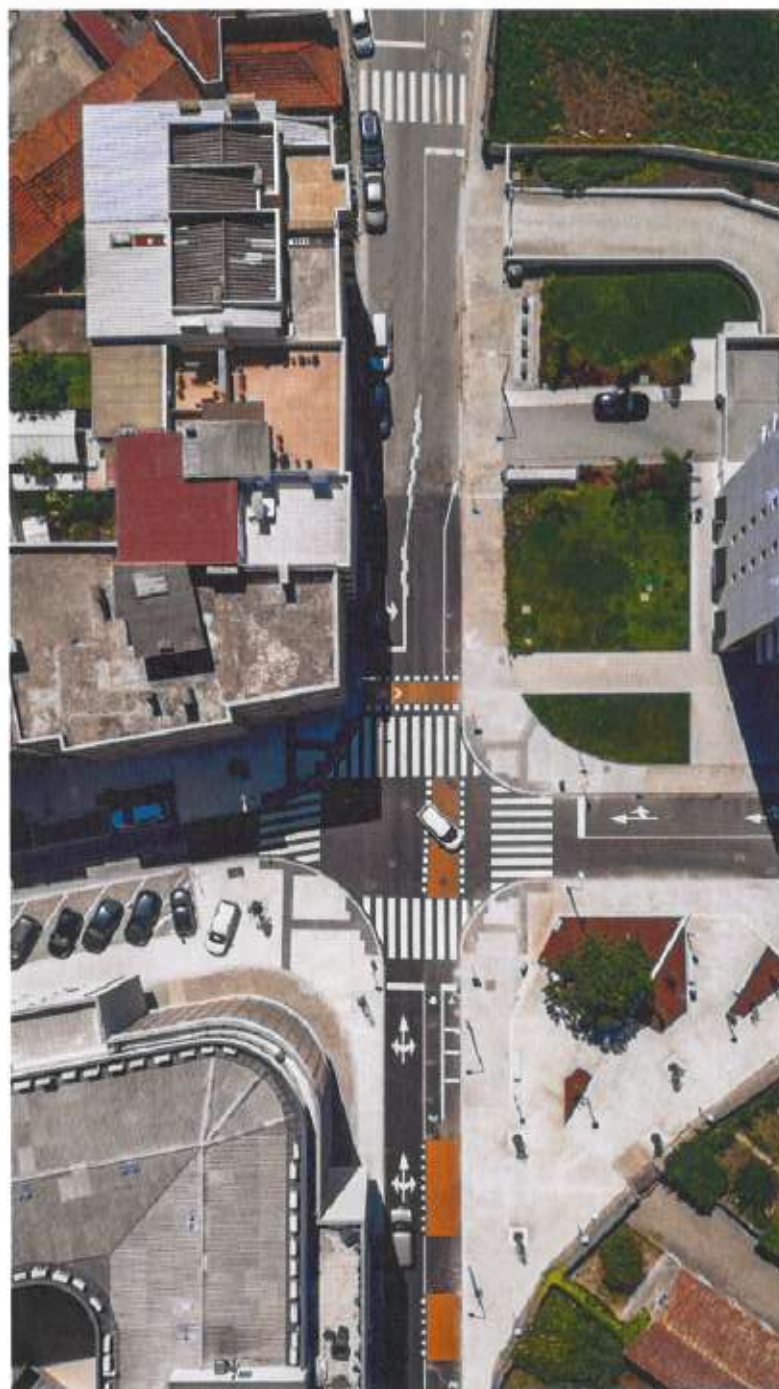
No período 2024 – 2028, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

PLANO DE FINANCIAMENTO	2024	2025	2026	2027	2028
<b>INVESTIMENTO</b>					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	318 990,97	113 485,10	38 177,99	107 906,50	108 350,73
Fundo de Manuseio - acréscimo das necessidades no período	-131 784,72	94 245,66	162 168,05	-1 005,19	-22 608,12
<b>Total</b>	<b>187 196,25</b>	<b>207 730,77</b>	<b>200 345,64</b>	<b>106 901,31</b>	<b>85 742,61</b>
<b>FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>					
Autofinanciamento	187 196,25	207 730,77	200 345,64	106 901,31	85 742,61
<b>Total</b>	<b>187 196,25</b>	<b>207 730,77</b>	<b>200 345,64</b>	<b>106 901,31</b>	<b>85 742,61</b>

No período em causa, a previsão de rendimentos da GO Porto decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia, nos termos do Contrato-Programa firmado entre as partes, e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, nos termos do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

Notar que, como premissa das projeções efetuadas pela GO Porto nos presentes IGP, é fator crítico a presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2024 – 2028, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneiio da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

No quadro seguinte, estão descritos os agregados económico-financeiros principais, onde se destacam os indicadores de referência relacionados com a liquidez geral e autonomia financeira, que atestam a prevista boa capacidade da GO Porto em fazer face às obrigações de curto e longo prazo, dando honra aos seus compromissos financeiros através de capitais próprios:



↑ Legenda Rua de Silva Porto

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIRO	2024	2025	2026	2027	2028
<b>RESULTADOS</b>					
EBITDA	183 308,68	204 561,52	196 986,87	103 317,26	82 005,94
Resultado Financeiro	11 735,00	11 735,00	11 735,00	11 735,00	11 735,00
Resultado Líquido do Período	5 742,61	8 108,72	7 342,45	6 566,48	6 040,79
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	43 239 359,84	74 105 427,99	72 412 691,08	68 126 241,42	31 937 663,58
Subsídio à Estrutura	3 965 243,00	4 235 000,00	4 280 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
<b>GASTOS</b>					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	23 622,05	31 496,06	39 370,08	39 370,08	39 370,08
Fornecimentos e Serviços Externos	44 210 182,85	75 055 348,95	73 422 468,28	69 393 563,12	33 137 478,54
Gastos com o Pessoal	2 780 548,25	3 042 060,46	3 026 864,85	2 997 989,97	3 082 808,02
<b>BALANÇO</b>					
Total do Activo	7 876 024,48	7 954 484,19	8 135 494,50	8 113 258,22	8 100 524,63
Total do Activo Não Corrente	6 381 345,52	6 293 786,77	6 137 539,37	6 143 689,24	6 170 916,34
Total do Activo Corrente	1 494 678,97	1 660 697,42	1 997 955,14	1 969 568,98	1 929 608,28
Total do Passivo	6 533 338,85	6 603 689,84	6 777 357,71	6 748 554,95	6 729 780,56
Total do Passivo Não Corrente	5 852 886,59	6 134 446,48	6 307 695,61	6 189 943,39	6 045 851,53
Total do Passivo Corrente	680 452,26	469 243,36	469 662,10	558 611,56	683 929,03
Total do Património Líquido	1 342 685,63	1 350 794,35	1 358 136,80	1 364 703,27	1 370 744,06
<b>INDICADORES</b>					
Liquidez Geral	2,20	3,54	4,25	3,53	2,82
Autonomia Financeira	17,05%	16,98%	16,69%	16,82%	16,92%
Autofinanciamento	187 196,25	207 730,77	200 345,64	106 901,31	85 742,61
Fundo de Manio	-131 784,72	-94 245,66	162 168,05	-1 005,19	-22 608,12

Constata-se um EBITDA previsto da empresa positivo em todos os cinco anos do plano, perfazendo os €770 180,27, à semelhança das projecções anuais positivas para os resultados líquidos, perfazendo um valor total plurianual 2024 – 2028, de € 33 801,04.

*M*  
*CA*



## E – Demonstrações Previsórias [NCP 26]

No âmbito do SNC-AP, tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades.

Neste sentido, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

### E.1. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme se observa no quadro seguinte, para o período em plano 2024 – 2028, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género:





ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2024			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUB.	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	2024	SOMA	2025	2026	2027	2028
	<b>Receita corrente</b>	<b>75 280,00</b>	<b>49 077 791,16</b>	<b>49 152 991,16</b>	<b>81 628 660,24</b>	<b>80 269 886,88</b>	<b>75 747 180,15</b>	<b>38 158 643,25</b>
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	19 282,60	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	3 965 243,00	3 965 243,00	4 235 000,00	4 280 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
R6	Venda de bens e serviços	70 200,00	44 820 234,14	44 890 434,14	77 209 247,01	75 803 438,11	71 120 296,86	33 506 189,24
R7	Outras Receitas Correntes	5 000,00	280 559,02	285 559,02	153 375,63	174 712,77	200 128,28	229 699,01
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita comativos financeiros	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
R14	Saldo gerência anterior - oper. orçamentais	726 671,88	35 018,05	761 689,93	817 256,87	1 059 441,48	1 080 136,37	1 091 307,37
	Receita efetiva (1)	75 200,00	49 077 792,16	49 152 992,16	81 628 661,24	80 269 886,88	75 747 181,15	38 158 644,25
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	75 200,00	49 077 792,16	49 152 992,16	81 628 661,24	80 269 886,88	75 747 181,15	38 158 644,25
	<b>Despesa corrente</b>	<b>162 365,09</b>	<b>48 565 512,05</b>	<b>48 727 877,14</b>	<b>81 436 834,20</b>	<b>79 983 199,68</b>	<b>75 596 154,76</b>	<b>38 016 697,52</b>
D1	Despesas com pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	50 515,73	2 036 788,96	2 087 304,68	2 307 399,61	2 296 290,87	2 270 028,05	2 328 955,80
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	112 470,57	112 470,57	103 285,39	106 083,95	108 966,47	111 935,46
D1.3	Segurança Social	11 849,37	575 978,04	587 827,40	645 875,18	648 531,58	643 417,85	663 931,22
D2	Aquisição de bens e serviços	100 000,00	45 802 275,83	45 902 275,83	77 998 301,08	76 104 557,52	71 937 096,94	34 657 419,25
D3	Juros e outros encargos	0,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	37 978,66	37 978,66	381 152,94	827 715,76	636 625,44	254 435,79
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>390 096,97</b>	<b>390 096,97</b>	<b>137 060,10</b>	<b>44 502,59</b>	<b>130 331,50</b>	<b>130 775,73</b>
D6	Aquisição de bem de capital	0,00	380 316,00	380 316,00	126 075,00	33 825,00	119 925,00	119 925,00
D9	Despesa comativos financeiros	0,00	9 780,97	9 780,97	10 985,10	10 677,59	10 406,50	10 850,73
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>162 365,09</b>	<b>48 955 609,02</b>	<b>49 117 974,11</b>	<b>81 573 094,30</b>	<b>80 027 702,27</b>	<b>75 726 486,26</b>	<b>38 147 473,24</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>162 365,09</b>	<b>48 955 609,02</b>	<b>49 117 974,11</b>	<b>81 573 094,30</b>	<b>80 027 702,27</b>	<b>75 726 486,26</b>	<b>38 147 473,24</b>
	<b>Saldo Total (3) - (6)</b>			<b>35 018,05</b>	<b>55 566,94</b>	<b>242 184,61</b>	<b>20 694,88</b>	<b>11 171,01</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>			<b>35 018,05</b>	<b>55 566,94</b>	<b>242 184,61</b>	<b>20 694,88</b>	<b>11 171,01</b>
	Despesa Primária		49 117 974,11	49 117 974,11	81 573 094,30	80 027 702,27	75 726 486,26	38 147 473,24
	Saldo Corrente			425 114,02	192 626,04	286 686,20	151 025,38	141 945,73
	Saldo de Capital			-390 095,97	-137 059,10	-44 501,59	-130 330,50	-130 774,73
	Saldo Primário			35 018,05	55 566,94	242 184,61	20 694,88	11 171,01

# Planos Anuais e Plurianuais

31

## E.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica orçam. (4)	Forma de realização (5)	Fonte de Finance.				Datas		Fases de Exec. (12)	Realizado em períodos anteriores (13)	Estimativa de realização em 2023 (14)	Pagamentos					Total previsto (21) + (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20) (22)		
					RCG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)				Períodos seguintes							
														ANO 2024 (14)	ANO 2025 (17)	ANO 2026 (18)	ANO 2027 (19)	ANO 2028 (20)			
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/1	TO-BE ERP/RH/Ativos (com interfaces)	D6	O	RP					05/05/2023	31/12/2028	0	- €	147 170 €	264 696 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	12 300 €	461 066 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/2	Renovação do parque informático	D6	O	RP					01/12/2023	31/12/2028	0	- €	116 501 €	104 550 €	104 550 €	12 300 €	98 400 €	98 400 €	98 400 €	534 701 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2023/1	Outros ativos fixos	D6	O	RP					22/02/2023	31/12/2028	0	- €	953 €	11 070 €	9 225 €	9 225 €	9 225 €	9 225 €	9 225 €	48 925 €
<b>SOMA</b>												- €	<b>264 694 €</b>	<b>388 316 €</b>	<b>126 075 €</b>	<b>33 025 €</b>	<b>119 925 €</b>	<b>119 925 €</b>	<b>119 925 €</b>	<b>1 044 000 €</b>	

Fontes de realização — utilizam os códigos: (A) para administração direta; (E) para empresas; (O) para fornecimentos e outras.

Fontes de financiamento: (RP) receitas próprias; (RCG) receitas gerais; (UE) financiamento da UE e (EMPR) contratação de empréstimos.

Projeto de investimento — conjunto de ações inter-relacionadas, delimitadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.

Este mapa não contempla os investimentos em ativos financeiros (FCF).

Tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente, no quadro seguinte estão discriminados os grandes investimentos no âmbito do plano plurianual de investimentos para o período de 2024 – 2028, onde constam todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela GO Porto.

Observa-se que, no final do referido período de plano, e tendo em consideração os valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem dos 1.045 mil euros, exclusivamente, financiadas através de recursos próprios:



---

**Demonstrações Financeiras  
Previsionais para o Período  
2024 - 2028**



## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

#### A – Notas Explicativas ao Orçamento para o Período 2024 – 2028 e Pressupostos

As demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional do Período 2024 – 2028, estão preparadas nos termos do normativo contabilístico SNC-AP, de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade, e caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

##### 1 – Macroeconómicos:

Conforme demonstrado no Ponto “D – Plano Financeiro Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”, e tendo por referência o enquadramento das variáveis nacionais macroeconómicas do Banco de Portugal conhecidas à data, na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional no primeiro ano de plano (2024), foi admitida uma taxa de inflação de 6,8%, e de 3,5%, nos restantes quatro anos de plano (2025 a 2028).

##### 2 – Investimento:

Este ponto encontra-se detalhadamente relatado no Ponto “C – Plano de Investimentos Anual e Plurianual” do Capítulo “II – Planos Anuais e Plurianuais”.

##### 3 – Prestação de Serviços e Outros Rendimentos:

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2024 – 2028, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas direções de Produção e de Gestão e Exploração:

##### Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2024	2025	2026	2027	2028
	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com o CMP	41 361 910,26	72 175 326,08	70 422 571,71	69 094 176,49	29 809 047,19
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Contrato de exploração	1 535 430,00	1 573 507,20	1 604 177,49	1 646 441,04	1 677 370,26
<b>Total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>43 139 340,26</b>	<b>73 990 833,28</b>	<b>72 270 749,21</b>	<b>67 971 657,53</b>	<b>31 729 417,45</b>
Subsídios à Estátua	3 965 243,00	4 235 000,00	4 235 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados - relativos a Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	181 860,00	134 943,60	133 796,87	134 453,89	178 908,13
Outros não especificados - relativos a Outros Rendimentos e Ganhos	151,00	151,00	151,00	151,00	151,00
<b>TOTAL</b>	<b>47 304 602,84</b>	<b>78 349 927,99</b>	<b>76 692 691,08</b>	<b>72 541 241,43</b>	<b>36 348 685,58</b>

##### Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	2024	2025	2026	2027	2028
	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA	Montante/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com o CMP	43 896 200,00	75 137 690,00	73 706 000,00	69 968 000,00	31 240 000,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	291 187,23	297 430,00	297 430,77	297 430,54	297 429,31
Contrato de exploração	1 715 504,52	1 761 376,65	1 807 030,14	1 845 946,54	1 878 470,51
<b>Total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>45 902 891,75</b>	<b>77 216 496,65</b>	<b>75 810 460,91</b>	<b>71 110 377,08</b>	<b>33 415 900,82</b>
Subsídios à Estátua	3 965 243,00	4 235 000,00	4 235 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados - relativos a Outros Rend. e Ganhos - Contr. Exploração	125 287,89	145 220,67	144 562,77	139 470,28	119 549,01
Outros não especificados - relativos a Outros Rendimentos e Ganhos	151,00	151,00	151,00	151,00	151,00
<b>TOTAL</b>	<b>49 993 573,54</b>	<b>81 591 767,24</b>	<b>80 256 063,68</b>	<b>75 724 207,37</b>	<b>38 146 690,83</b>

No período do presente orçamento, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras é



de 30 dias, pese embora, por norma, no final de cada exercício económico, o Município do Porto proceda à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos do período 2024 – 2028, assenta na tabela seguinte:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Recitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de Iva
Recitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras recitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a

que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e, concomitantemente, das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins de infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões gímnico desportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2024 - 2028, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa média IVA sobre as Vendas e Prestações Serviços	4,08%	4,36%	4,89%	4,65%	5,53%
Taxa média IVA sobre Outros Rendimentos	22,97%	22,97%	22,97%	22,98%	22,98%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	22,29%	20,77%	16,57%	20,78%	20,70%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	4,12%	3,63%	3,60%	3,74%	4,80%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,84%	0,74%	0,77%	0,78%	0,80%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Nota: Em sede da atividade operacional da Direção de Gestão e Exploração, o arrendamento das lojas exteriores do Mercado do Bolhão está isento de IVA (artigo 9º do CIVA, alínea n.º 29), os custos eventuais provenientes dessa atividade não serão dedutíveis, efetuando-se uma afetação real dos mesmos.

#### 4 - Gastos:

##### 4.1. - Inventários:

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do procedimento de exploração comercial do Mercado do Bolhão - onde está prevista a comercialização de mercadorias ao público e comerciantes -, o valor projetado no quadro seguinte relativo à regularização de existência, refere-se a eventuais quebras de inventário e ofertas:

MATERIAL PRIMAL, SUBSIDIÁRIOS E DE TERCEIROS	2024	2025	2026	2027	2028
Existências Iniciais	19.822,00	25.993,04	13.994,38	14.264,50	14.794,42
Compras	25.000,00	25.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Regularização de existências	140,00	160,00	200,00	200,00	200,00
Existências finais	29.999,04	12.054,58	14.544,50	14.794,42	15.194,33
<b>CMVM</b>	<b>35.022,05</b>	<b>51.406,54</b>	<b>39.578,08</b>	<b>39.578,08</b>	<b>39.578,08</b>

##### 4.2. - Fornecimentos e Serviços Externos:

Para o período de plano 2024 - 2028, e calculados com base na técnica orçamental conhecida por "orçamento de base zero", a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE) encontra-se, nos termos do quadro seguinte, decomposta em 4 grandes grupos, e respetivos pesos médios sobre o total dos FSE:

- Gastos Diretos de Obra (94,64%)
- Gastos Diretos de Gestão e Exploração (3,95%)
- Gastos de Estrutura de Gestão e Exploração (0,01%)
- Gastos da Estrutura Comum (1,39%)

At. H.

M



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2024	2025	2026	2027	2028
<b>GASTOS DIRETOS DE OBRA</b>					
Subcontratos- CGE - refacturados à CMP	41 361 310,26	72 173 326,05	70 422 571,71	66 084 175,43	29 839 647,19
Subcontratos- facturados a Outras Entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
<b>Sub-total gastos de Obra / directos</b>	<b>41 603 310,26</b>	<b>72 415 326,05</b>	<b>70 664 571,71</b>	<b>66 326 175,43</b>	<b>30 081 647,19</b>
<b>GASTOS DIRETOS DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO</b>					
Outros subcontratos ou concessões	1 199 499,96	1 199 499,96	1 299 450,41	1 499 374,35	1 499 374,35
Trabalhos especializados	104 800,00	84 800,00	54 800,00	84 800,00	54 800,00
Publicidade e propaganda	384 125,00	440 600,00	441 600,00	452 600,00	443 600,00
Honorários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões -De serviços financeiros	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00
Conservação e Reparação	15 356,69	18 351,09	18 351,09	18 351,09	18 351,09
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	500,00	600,00	600,00	600,00	600,00
Livros e documentação Técnica	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
Material de escritório	3 000,00	1 000,00	3 000,00	1 000,00	3 000,00
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	1 452,76	1 937,01	2 421,26	2 421,26	2 421,26
Electricidade	68 028,04	88 436,45	114 967,39	149 457,60	194 294,83
Combustíveis	1 800,00	2 000,00	2 200,00	2 400,00	2 400,00
Águas	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00	60 000,00
Transportes de mercadorias	60,00	70,00	80,00	90,00	90,00
Rendas e Aluguéis	3 000,00	3 000,00	3 000,00	7 800,00	7 800,00
Comunicação	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços -Outros	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
<b>Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos</b>	<b>1 853 422,45</b>	<b>1 918 094,51</b>	<b>2 018 278,15</b>	<b>2 296 694,90</b>	<b>2 304 532,18</b>
<b>GASTOS ESTRUTURA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO</b>					
Conservação e Reparação	246,00	246,00	246,00	246,00	246,00
Livros e documentação Técnica	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Combustíveis	1 153,13	1 153,13	1 153,13	1 153,13	1 153,13
Deslocações e Estadas	12,30	12,30	12,30	12,30	12,30
Rendas e Aluguéis	5 602,19	5 602,19	5 602,19	5 602,19	5 602,19
Seguros	457,11	467,51	478,34	491,52	505,35
<b>Sub-total gastos de estrutura da Área da DGE / indirectos</b>	<b>7 530,72</b>	<b>7 541,12</b>	<b>7 552,55</b>	<b>7 565,13</b>	<b>7 576,96</b>
<b>GASTOS DE ESTRUTURA COMUM</b>					
Outros subcontratos ou concessões	27 608,64	27 608,64	27 608,64	34 510,80	34 510,80
Trabalhos especializados	145 552,75	117 119,32	116 635,70	118 652,42	117 169,46
Publicidade	55 900,00	80 300,00	85 300,00	80 300,00	50 300,00
Vigilância	22 604,64	22 604,64	22 604,64	28 255,80	28 255,80
Honorários	8 500,00	28 500,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00
Comissões -De serviços financeiros	501,00	501,02	501,04	501,06	501,08
Conservação e Reparação	157 674,40	110 604,40	112 132,00	114 632,00	114 682,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 550,00	4 800,00	4 800,00	4 800,00	4 800,00
Livros e documentação Técnica	1 470,00	1 610,00	1 610,00	1 610,00	1 610,00
Material de escritório	5 780,00	5 720,00	5 720,00	5 720,00	5 720,00
Artigos de Higiene e Limpeza	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Medicamentos e artigos para a saúde	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Outros materiais diversos de consumo	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Electricidade	17 483,44	22 446,77	28 384,60	37 483,78	48 532,71
Combustíveis	8 071,88	8 071,88	8 071,88	8 071,88	8 071,88
Águas	1 590,50	1 590,50	1 590,50	1 590,50	1 590,50
Deslocações e Estadas	2 758,10	2 389,10	3 004,10	3 004,10	3 004,10
Transportes de Mercadorias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rendas e Aluguéis	166 111,73	165 308,67	166 340,42	168 585,46	170 447,47
Comunicação	24 433,20	26 333,20	28 433,20	32 508,12	32 508,12
Seguros	52 294,00	52 094,00	52 094,00	52 094,00	51 206,59
Contencioso e Notariado	8 300,00	8 450,00	8 300,00	8 300,00	8 300,00
Despesas de Representação	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Limpeza, higiene e conforto	20 114,16	20 114,16	20 114,16	28 892,70	28 892,70
Outros Serviços -Outros	615,00	615,00	615,00	615,00	615,00
<b>Sub-total gastos de estrutura / indirectos</b>	<b>739 319,42</b>	<b>714 387,28</b>	<b>732 065,87</b>	<b>763 127,60</b>	<b>743 720,20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44 210 182,85</b>	<b>75 055 348,95</b>	<b>73 422 466,28</b>	<b>69 393 563,12</b>	<b>33 137 478,54</b>

*M*  
*ca*



# Demonstrações Financeiras

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

37

No período em análise, perfazendo um peso médio sobre o total dos FSE, de 94,64% - o que é bem demonstrativo da predominância desse grupo de gastos -, os gastos diretos de obra são constituídos pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, que, solicitados pelo Município do Porto, decorrem ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito.

No que aos FSE diretos da área de Gestão e Exploração diz respeito, e tomando em consideração o valor médio anual, de 2.079 mil euros, entre os exercícios de 2024 e 2028, destaca-se a importância relativa da rubrica de Outros Subcontratos ou Concessões, com um peso médio de 64,4%, seguida das rubricas e Publicidade e Propaganda, com 20,9%, o que reflete o esforço financeiro da GO Porto na continuação da gestão e exploração do Mercado do Bolhão, à data, ainda como único imóvel delegado para o efeito a esta empresa municipal do Porto pelo Município do Porto.



† Legenda Mercado do bolhão – Iniciativa “De Manhã Começa o Dia”



Quanto aos FSE indiretos comuns a toda a estrutura da Empresa, e representando apenas 1,39% do total dos FSE planeados para o período 2024 - 2028, assumem relevância relativa dentro dessa estrutura, os gastos com as rubricas: Trabalhos Especializados (16,7%); Conservação e Reparação (16,5%) e Rendas e Alugueres (22,7%), perfazendo conjuntamente 55,9% do total. No caso da rubrica Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos a incorrer com a frota automóvel (locação operacional), num valor médio anual de, aproximadamente, 93,7 mil euros, estão contemplados, igualmente, os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, sede da empresa.

No caso dos gastos referidos de locação operacional da frota automóvel, deve notar-se que os mesmos decorrem da dotação orçamental afeta à renovação total da frota automóvel da GO Porto, projetada para o período em plano (2024 - 2028), e constituída por um total de 18 viaturas, das quais, 8 com motorização híbrida (gasolina e elétrica) e 10 com motorização totalmente elétrica. Por adjudicatários, esta frota automóvel tem a distribuição seguinte:

i) KINTO Portugal – Com um total de 16 viaturas, 8 com motorização híbrida e 8 com motorização totalmente elétrica, decorrente dos procedimentos seguintes:

- Decisão de Contratar (INT/425/GOP/22), aprovada pelo Conselho de Administração, a 11 de fevereiro de 2022, pelo valor total de €490.000,00;

- Retificação da plurianualidade orçamental da decisão de contratar de 11 de fevereiro (INT/712/GOP/22), aprovada pelo Conselho de Administração, a 11 de março de 2022, pelo valor total de €490.000,00;

- Decisão de Adjudicação (INT/2581/GOP/22), aprovada pelo Conselho de Administração, a 29 de julho de 2022, pelo valor total de €446.456,40;

- Assinatura de contrato de aluguer operacional, entre a GO Porto e a KINTO Portugal, a 21 de outubro de 2022, pelo valor de €446.456,40, com o prazo máximo de vigência de 69 meses (60 meses de aluguer operacional e 9 meses de prazo máximo para entrega das viaturas), ou até ser atingido, durante esse mesmo prazo, o preço contratual;

- Pedido de encomenda de veículos: E-mail GO Porto, de 7 de novembro de 2022, confirmado 14 viaturas (8 com motorização híbrida e 6 com motorização totalmente elétrica);

- Indeferimento do pedido da KINTO Portugal, de reposição de equilíbrio financeiro (INT/2154/GJC/23), aprovado pelo Conselho de Administração, a 10 de maio de 2023;

- Pedido da Domus Social à GO Porto, de cessão contratual de uma viatura elétrica, a 16 de maio de 2023;

- Pedido de encomenda adicional de veículos: E-mail GO Porto, de 19 de maio de 2023, confirmado a necessidade adicional de 3 viaturas com motorização totalmente elétrica;

- Outorga de contrato de cessão de posição contratual, de uma viatura elétrica, entre a GO Porto, a Domus Social e a KINTO Portugal, outorgado a 17 de julho de 2023.

ii) KINTO Portugal – Com um total de 2 viaturas totalmente elétricas, decorrente dos procedimentos seguintes:





## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

- Decisão de Contratar (INT/225/GOP/23), aprovada pelo Conselho de Administração, a 11 de janeiro de 2023, pelo valor total de €74.500,00;
- Decisão de Adjudicação (INT/575/GOP/23), aprovada pelo Conselho de Administração, a 6 de fevereiro de 2023, pelo valor total de €69.288,60;
- Ajustamento ao contrato (INT/1573/GJC/23), relativo à decisão de adjudicação do ponto anterior, aprovada pelo Conselho de Administração, a 30 de março de 2023, pelo valor total de €69.607,18.

Resumidamente, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e os contratos de “Facilities Management”, referentes aos equipamentos municipais, Mercado do Bolhão e Edifício S. Dinis (Sede da GO Porto);
- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higienssanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo;
- Na rubrica “Publicidade”, estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos

em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto;

- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município;

- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa;

- Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto;

- A rubrica “Material de escritório” aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio;

- A rubrica de “Eletricidade” compreende o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os consumos no Mercado do Bolhão. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de



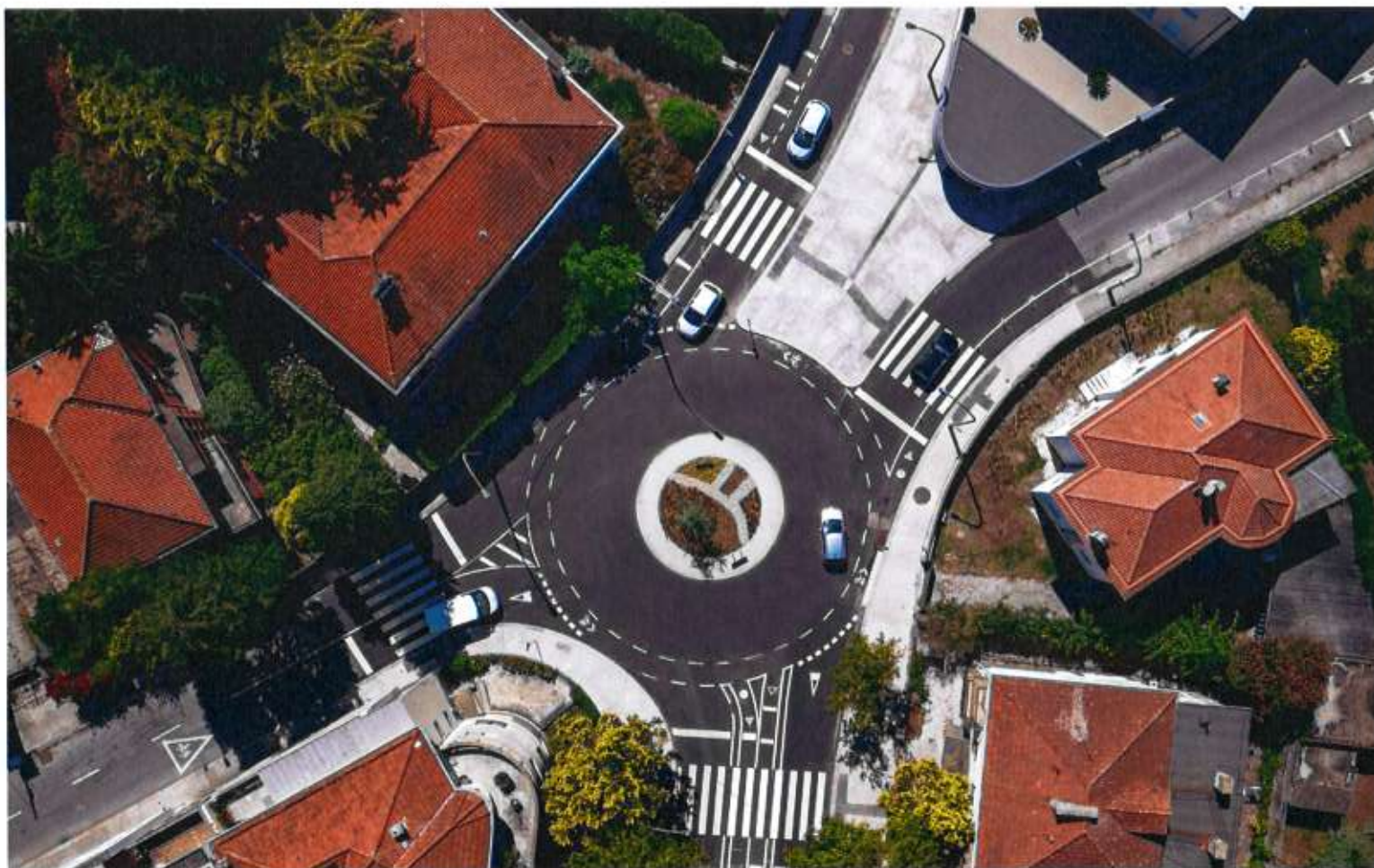
eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede;

- A rubrica "Combustíveis" compreende o consumo de combustíveis fósseis por parte das viaturas híbridas da frota automóvel da GO Porto, e os encargos deste género a incorrer nas instalações sob a gestão e exploração desta empresa municipal;

- A rubrica "Água" compreende os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto e, igualmente, nos imóveis sob gestão e exploração desta empresa municipal;

Na rubrica "Deslocações e estadas", estão previstas despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento;

- Na rubrica "Rendas e alugueres", estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis;



↑ Legenda Rotunda da Rua do Conde de Avranches



## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

- Os gastos de comunicação estimados na rubrica "Comunicação", incluem todo o volume de correio remetido, as comunicações de voz e dados. Nesta rubrica estão previstas, igualmente, as despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto;

- Na rubrica de "Seguros", estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, de recheio das instalações e do equipamento informático. A partir dos presentes IGP 2024 – 2028, a GO Porto passa a incluir, igualmente, nesta rubrica orçamental, dotação orçamental destinada à subscrição de um seguro obrigatório de responsabilidade ambiental, decorrente do procedimento, já atrás referido, de implementação de um SGI (Sistema de Gestão Integrado), e de outros seguros facultativos, que possam vir a cobrir riscos de natureza de decisão de gestão e de ocorrências em execução de obras, neste caso, acautelando uma cobertura suplementar àquela que, em sede dos procedimentos concursais, é exigível aos prestadores de serviço. No caso do acima referido seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano;

- O valor estimado na rubrica de "Despesas de Representação", diz respeito aos gastos previstos nos contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto;

- O valor estimado para a rubrica "Limpeza, higiene e conforto", é relativo aos gastos contratualizados de

serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto;

- O valor estimado nas rubricas de "Outros serviços" e "Ferramentas e utensílios" serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

#### 4.3. – Gastos com o Pessoal:

Para o período em plano, e tendo por referência a estrutura definida no Regime de Carreiras, a GO Porto prevê a distribuição de colaboradores, por Cargos e Carreiras, seguinte:

Regime de Carreiras	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Cargos</b>					
Direção	4	4	4	4	4
Coordenação	5	5	5	5	5
<b>Carreiras</b>					
<b>Técnico Superior</b>					
Gestão	16	16	16	16	16
Responsáveis	4	4	4	4	4
Técnicos Superiores	22	26	26	26	26
<b>Assistente Técnico</b>					
Técnicos Especializados	2	2	2	2	2
Técnicos	3	3	3	3	3
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	2024	2025	2026	2027	2028
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	6	6	6	6	6
Gabinete do Espaço Público	2	2	2	2	2
Direção de Produção	19	19	19	19	19
Direção de Exploração	7	8	8	8	8
Direção Administrativa e Financeira	15	16	16	16	16
Direção Jurídico	5	7	7	7	7
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>

No período em plano 2024 - 2028, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- A taxa de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) de 24,56% em 2024, e nos quatro anos seguintes, uma taxa média de 24,49%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- O cálculo para formação foi efetuado tendo por base o vencimento hora de cada colaborador multiplicado pelo nº horas de formação obrigatórias (40h). Acresce o mesmo valor para a formação executiva;
- Taxa anual para assistência médica de 2,69%, em 2024, e nos anos restantes uma média de 2,69%, igualmente;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos;
- Atualização anual da massa salarial de 3,67%, em 2024, e em média, de 3,95% nos anos seguintes;
- Tendo por base o Regime de Carreiras, estima-se uma atualização anual da massa salarial de 0,58%, em 2024, e em média, de 4,26% nos anos seguintes.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2023. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

Nos termos do quadro exibido no Ponto "C.2. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS", e refletindo o ajustamento constante da empresa aos novos desafios e desideratos do Município do Porto, o quadro de pessoal da GO Porto reflete a admissão de novos colaboradores ao nível das diversas áreas da empresa, com destaque para as duas áreas de negócio (Obra e Gestão), o que representará no período de plano 2024 - 2028, um valor médio anual de gastos com o pessoal de €2.986.054,31.

#### 4.4. - Gastos de Amortizações e Depreciações:

No quadro seguinte, estão exibidas as taxas de amortizações e depreciações utilizadas na elaboração do Orçamento:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<b>Ativos Intangíveis</b>	
Software	<b>33,33% - 100,00%</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	
Ferramentas e Utensílios	<b>12,50% - 25,00%</b>
Equipamento Administrativo	<b>12,50% - 33,33%</b>
Outras Imobilizações Corpóreas	<b>12,50% - 100,00%</b>



## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

#### 4.5. – Outros Gastos e Perdas:

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2024 - 2028 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

#### 5 – Resultado Financeiro

No período de plano 2024 – 2028, e decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros nesse período é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	2024	2025	2026	2027	2028
Juros e Ganhos Similares	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00

#### 6 – Imposto sobre o Rendimento do Período

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a

imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2024 - 2028.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 10%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2024 – 2028, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

#### 7 – Rubricas de Balanço

##### 7.1. - Tesouraria

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

##### 7.2. - Estado e Outros Entes Públicos

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,08% de 2024 e os 5,53% de 2028. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Handwritten marks: a blue arrow pointing up, the initials 'CA', and a signature.



Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 23,40% para o período 2024 - 2028, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT). O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho.



† Legenda Campo Municipal do Outeiro



## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. O valor das entregas para o FCT, ou ao ME, corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME. As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

No período em plano 2024 – 2028, a taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 18,92% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2023.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 11,21% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social).

#### 7.3. - Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

#### 7.4. – Outras Contas a Pagar e a Receber

No período em plano 2024 – 2028, e perfazendo uma média anual de 6.106 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2023 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2023 da especialização do subsídio e perdas por imparidade.



#### 7.5. – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

#### 7.6. – Capital Social

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

#### 7.7. – Financiamentos Obtidos

Ponto não aplicável ao período em plano 2024 – 2028.

#### 8 – Outros Assuntos

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o Município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:



# Demonstrações Financeiras

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

47

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
<b>Tribunal judicial</b>					
Processos n.ºs 1140/04.2BEPR (1768)	<b>Jaime Ribeiro &amp; Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	755 204,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolveu a GO Porto de 539.912,33€ e relegou 161.292,03€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respeita aos 539.912,33€, alegando que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. O Supremo Tribunal Administrativo julgou o recurso procedente e condenou a GO Porto no pagamento da quantia que vier a ser liquidada em execução de sentença, com o limite de 539.912,33€. Na sequência do mesmo o Autor intentou um Incidente de Liquidação, que corre por apenso ao processo principal. A GO Porto impugnou o valor peticionado nesta sede, aguardando-se pela realização de Perícia a fim de apurar o valor efetivo a liquidar. As autoras apresentaram Réplica, à oposição deduzida pela GO Porto. Foi nomeado o Perito em representação da GO Porto. Tendo sido apresentado o resultado da Perícia, a GO Porto reclamou do Relatório Pericial uma vez que o mesmo, quantificou em 331.446,63 € os custos indiretos não amortizados, sendo este valor referente a encargos com mão-de-obra. Os peritos apresentaram relatório pericial sendo que foi formulado pela GO Porto um pedido de esclarecimentos ao mesmo. Aguardar-se os ulteriores termos.
Processo n.º 752/05.1BEPR (1782)	<b>Jaime Ribeiro &amp; Filhos SA</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 882,80 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.935.283 e foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto interps recurso jurisdicional relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Autos subiram ao TCA Norte. Proferido Acórdão, favorável à GO Porto, o Autor interps Recurso de Revista, invocando a nulidade do Acórdão, por oposição da fundamentação, com a conclusão. A GO Porto apresentou contraalegações (03.02.2020). O Recurso de Revista foi admitido, subindo ao STJ, tendo por fundamento eventual erro de julgamento e não a referida nulidade. A GO Porto contraalegou (04.03.2020). O STJ, por Acórdão do STJ datado de 09.07.2020, decidiu não admitir a Revista, por desnecessidade da mesma. Desta forma, mantém-se a decisão do TCAN, o qual tendo revogado a decisão condenatória, no valor de 289.599,05€, remeteu o pagamento para liquidação em montante a apurar em sede de execução de sentença.
Processo n.º 1541/07.1BEPR (1856)	<b>Alberto Couto Alves, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15 000,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.2BEPR (1887)	<b>Alberto Couto Alves, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336 092,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.4BEPR (1888)	<b>Alberto Couto Alves, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).


  
 H.
   
 CAJ



PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
<b>Tribunal Judicial</b>					
Processo n.º 1076/08.8BEPR (1889)	<b>Alberto Couto Alves, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.7BEPR (1892)	<b>Alberto Couto Alves, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47 783,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 2836/10.5BEPR	<b>Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A GO Porto em sede de execução da empreitada, responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de erros e omissões do caderno de encargos não tempestivamente identificados no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277 946,41 €	A GO Porto contestou a acção. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão 27/2/2023 a GO Porto foi notificada do acórdão proferido no processo n.º 2836/10.5BEPR que corre termos no Tribunal Central Administrativo Norte, Unidade Orgânica 1, que, negando provimento ao recurso interposto pela Costeira Empreiteiros, S.A., mantém a decisão proferida em 1.ª instância que absolve a GO Porto. e)Desse mesmo acórdão foi, a 19 de abril de 2023, interposto pela Costeira Empreiteiros, S.A., recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.
Processo n.º 2133/14.7BEPR (2089)	<b>Trevotopázio – Sociedade Empresarial, S.A., José Carlos Mendes dos Santos e Maria Manuela Queirós Vasconcelos Hora dos Santos</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras intentaram uma acção administrativa comum contra a Empresa, na Empreitada de «Remodelação do Edifício dos Correios – Arquivo e Cantina» pedindo a condenação da Empresa a pagar a duas das Autoras o montante de € 59.117,02, acrescidos de juros à taxa legal, ou se assim se não entendesse, a condenação da Empresa a pagar à Autora «Trevoto-pázio», o referido valor e também ser condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária no montante de €100,00 por ida de atraso de pagamento do valor que vier a ser arbitrado, após transito em julgado.	59 117,02 €	A GO Porto contestou. Em 09.07.15 foi proferida sentença que absolveu a GO Porto do pedido. Autores interuseram recurso que subiu ao TCA Norte. A 06.11.15 foi proferido parecer do M.P. que confirmou sentença. Foi proferido acórdão, pelo TCA-Norte, não favorável à GO Porto. A Go Porto apresentou recurso ao STA. Aguarda decisão final.
Processo n.º 18464/16.9TSPRT (2109)	<b>Ré:Caixa Geral de Depósitos, S.A.</b>		A GO Porto intentou uma acção de condenação contra a Ré, pedido a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.282,02, por conta das garantias bancárias por elas prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 17,6%, no montante de €25.350,03, e vincendos, à mesma taxa até integral pagamento.	223 723,92 €	A Ré contestou. Foi proferida sentença que declarou o Tribunal Civil incompetente em razão da matéria. Em consequência após o termo do período de suspensão (decorrente da pandemia covid-19) foi requerido o envio do processo para o TAF do Porto, com aproveitamento dos atos. Foi proferido despacho de admissão do requerido. Foi remetido o processo para o TAF do Porto, que se declarou incompetente em razão da matéria, tendo oficiosamente determinado o envio do processo para o Tribunal dos Conflitos. Após notificação do Tribunal dos Conflitos a GoPorto apresentou a respetiva pronúncia. Por sentença notificada a 10 de novembro de 2022 o Tribunal de conflitos julgou competente o Juízo Central Cível do Porto Juiz 3. Neste momento aguardamos que seja proferida sentença uma vez que o Tribunal entendeu dispensar a realização da audiência de discussão e julgamento por entender que já dispõe de todos os elementos necessários para apreciar, imediatamente, o mérito da causa. Em 16/8/2023 foi a mandatária da GO Porto notificada da sentença a qual julgou improcedente a acção e julgou procedente a caducidade das garantias. Desta decisão irá ser interposto o competente recurso.
Processo: n.º 16777/17.3BEPR	<b>CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)</b>	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data da citação.	391 672,34 €	Foi em 24/3/2023 a Go Porto notificada da decisão proferida em 1.ª instância a qual condena a Go Porto, a pagar à Autora danos patrimoniais de quebra na sua faturação movidos por obras na Avenida da Boavista no período compreendido entre 15-07- 2014 e 30-01-2015, a liquidar posteriormente. Desta decisão foi interposto o competente recurso.



# Demonstrações Financeiras

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

49

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
<b>Tribunal judicial</b>					
Processo n.º 2071/09.5BEPR (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Viaduto da Prelada – Troço Sul».	825 150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a Go Porto no pagamento de 47.093,86€, acrescido de juros, absolvendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da GO Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).
Processo n.º 1218/12.9 TJVN	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	No âmbito do processo de insolvência da Ré, foi reconhecido à GO Porto como crédito comum, um crédito no valor de 392.708,40 €	392 708,40 €	Já foi proferida sentença de graduação de créditos estando este apenso resolvido. Quanto à liquidação do património da massa a mesma está ainda em curso, estando a administradora judicial a promover diligência de venda dos móveis e imóveis outrora pertencentes à insolvente, o que ainda não terminou e, posteriormente, pelo respetivo rateio entre os credores.
Processos n.ºs 40/05.3BEPR (17798)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267 718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Foi proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal absolvendo a GO Porto da instância. Fomos notificados no dia 20.02.2019, de novo incidente de liquidação interposto contra a GOP. No dia 07.03.2019 foi apresentada a respetiva oposição ao incidente, solicitando uma nova pericia. Foi apresentado relatório pericial, o qual é favorável à GO Porto. As autoras, em consequência, vieram reclamar do mesmo. Realizada a audiência de julgamento, aguarda-se pela sentença.
Processo n.º 3181/19.6BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	7.310,22 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, tendo o Tribunal proferido sentença pela qual absolveu a Go Porto do Pedido. Em 20.12.2022 foi apresentado recurso de apelação por parte da Autora, nos termos do qual em 20.12.2022 foi apresentado recurso de apelação por parte da Autora, nos termos do qual impugna, em toda a sua extensão, a sentença proferida pelo Tribunal.
Processo n.º 105/20.1BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	121.837,07 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. Em 02.12.2022 a Ré requereu a junção aos autos da sentença proferida no processo n.º 3181/19.6BEPR, considerando a sua ligação à relação controvertida nos presentes autos. (Aguarda-se o normal decorrer da acção - diligências processuais).
Processo n.º 2437/20.0BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo o pagamento de trabalhos alegadamente executados, mas não reconhecidos pela GO Porto (trabalhos a mais) assim como, o pagamento de Revisão de Preços, não aceite pela GO Porto.	167.238,86 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. Em 10.11.2022, as Partes foram notificadas do despacho proferido pelo Tribunal em 09.11.2022, nos termos do qual foram notificadas para se pronunciarem sobre a incompetência material do Juízo Comum do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para julgar o litígio, não tendo qualquer das Partes oferecido pronúncia. (Aguarda-se o normal decorrer da acção - diligências processuais).
Processo n.º 378/22.5BEPR	Rita Araújo Ramalho	Ação Administrativa	<b>1.º Concurso de Atribuição de Espaços no Mercado do Bolhão:</b> a autora contesta a decisão tomada pelo Júri do Concurso, na 3.ª Fase do Concurso, de admissão da candidata Ana Maria da Fonseca Batista Arteiro de Carvalho a quem, em sede de Hasta Pública, lhe foi adjudicada uma Banca de Pão e Bolos. Peticionou a nulidade e/ou invalidade dos atos de adjudicação da referida Banca.	30.000,01 €	Tendo caído a providência cautelar, foi apresentada contestação parte da GO Porto. Após apreciação prévia, em sede de saneamento do processo, do Tribunal, foi marcada audiência prévia para 27/3/2023. A audiência prévia não se realizou, devido à greve dos funcionários, no entanto, a Sr.ª Juíza convocou os mandatários e transmitiu que o processo vai seguir para audiência de julgamento, com vista a abordar um único tema de prova: a (im)possibilidade de a Contratante Ana Maria Carvalho juntar os documentos de habilitação em prazo. Aguarda-se a marcação da mesma.
Processo n.º 542/23.0BEPR UO2	LIMPIFLEX – Unipessoal Lda.	Contencioso pré-contratual	A Autora intentou ação de contencioso pré-contratual peticionando (i). a impugnação do contrato de prestação de serviços com a concorrente Eurofacilities – Serviços Integrados, Lda. e (ii). a impugnação da decisão de adjudicação à antedita concorrente, relatório final e suprimido de irregularidades.	30.000,01 €	A GO Porto deduziu a competente contestação no dia 10.04.2023. Entretanto as Partes foram notificadas do despacho proferido pelo Tribunal em que julga procedente a exceção dilatória de legitimidade passiva invocada pela GO-Porto, com base no facto de uma das entidades adjudicantes não ter sido chamada ao processo (a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M.). Em consequência, decidiu o Tribunal convidar a Limpiflex a efetuar, agora, esse "chamamento" através de pedido de intervenção principal provocada passiva. (Aguarda-se o normal decorrer da acção - diligências processuais). O Tribunal admitiu o "chamamento" da EMAP, tendo esta já sido citada e encontrando-se a decorrer prazo para apresentação da contestação.

At.  
CA  
M

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
<b>Tribunal judicial</b>					
Processo n.º 1664/23.ZBEPRT UO2	Famaconcret - Engenharia e Construção Ld.ª	Ação Administrativa	A Autora intentou ação administrativa pedionando em suma que deve ser: a) a GO Porto condenada a pagar à Autora a quantia de capital em dívida de € 24.816,26 a título de trabalhos a mais executados na empreitada denominada de centro de Recolha Oficial de Animais – Canil; b) a GO Porto condenada a pagar à Autora a quantia de € 5.528,59, bem como, dos juros vencidos até efetivo e integral pagamento da dívida mencionada; c) a GO Porto condenada a pagar à Autora o montante de € 15.878,59, valor legalmente faturada e retido em faturação, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos e vencidos, à taxa legal aplicável, até efetivo e integral pagamento. d) a GO Porto condenada em custas e Procuradoria condigna;	46.223,44 €	A GO Porto apresentou a competente contestação no passado dia 2 de outubro de 2023, aguardando assim os ulteriores termos do processo.
Processo n.º 1635/23.9 BEPRT UO2	VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais,	Ação administrativa urgente de contencioso pré-contratual	A Autora impugna judicialmente, por um lado, o ato de exclusão da sua proposta e, por outro lado, o ato de adjudicação aprovado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal do Porto, Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e do Pelouro da Inovação e Transição Digital, a 29.06.2023 e notificado em 24.07.2023, no concurso público com publicidade internacional n.º CPI/25/2022/DMC em que são entidades adjudicantes, em agrupamento, o Município e as empresas do universo municipal, para aquisição de serviços de comunicações, pedionando, em síntese, a anulação por legalidade dos identificados atos, bem como quanto ao mais processado por invalidade consequente e, concomitante, a condenação dos Réus a adjudicar o concurso em favor da proposta apresentada pela Autora.		A GO Porto, apresentou a competente contestação, em conjunto com o município e demais empresas do universo municipal (Réus). Acresce que, em data posterior à apresentação da contestação, foi deduzido incidente de levantamento do efeito suspensivo automático do ato impugnado. Encontra-se o processo a aguardar os ulteriores termos.
Processo n.º 1221/23.3BEPRT UD	Sinop - António Moreira dos Santos, S.A.	Ação administrativa de anulação de ato administrativo	A Autora intententa ação administrativa para anulação do despacho proferido pela Vice-Presidente do Conselho de Administração no qual se determina a aplicação de uma sanção contratual por incumprimento do prazo global da empreitada "Requalificação do Remate Poente do parque da Cidade" no montante de € 9.784,52.	€ 9.784,52	Encontra-se a decorrer prazo para apresentação da contestação
Processo n.º 1589/23.1 BEPRT	ABB, S.A. (e Outros)	Contencioso pré-contratual	As AA. intentaram ação de contencioso pré-contratual pedionando (i). a anulação do ato através do qual os RR. decidiram pela não adjudicação do contrato, sustentando no disposto na al b), do n.º 1, do artigo 79.º do CCP (i). ser declarado o verdadeiro e real fundamento para a extinção do procedimento o constante do artigo 79.º, n.º 1, al. d) do CCP e, em consequência, serem os RR. condenados a indemnizar os concorrentes pelos custos em que comprovadamente incorreram com a elaboração e submissão das candidaturas e propostas; (ii) Serem, desde já, os RR. condenados a indemnizar as AA. pelos custos (...) que ascendem ao montante global de € 178.550,00 e (iv) Ser declarado legal o fundamento de exclusão da proposta das AA. assente na suposta irregularidade da declaração dos preços parciais prevista no artigo 60.º n.º 4 do CCP e na al. b), do ponto 28.1 do Programa do Procedimento.	178.550,00 €	Os RR. (GO Porto e Município de Vila Nova de Gaia) foram citados da respetiva P1 no dia 7.08.2023 e dispõem do prazo de 20 dias de calendário para, querendo, deduzirem a respetiva contestação.



# Demonstrações Financeiras

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal arbitral					
Processo n. CNA 24-A/2021 Petição Inicial março de 2022	Lúcio & ACA - Bilhão ACE	Ação em Processo Arbitral	No âmbito da empreitada de "Restauro e de Mod"	6.505.616,33 €	O Tribunal Arbitral Ad Hoc constituído por acordo entre a GO Porto e o empreiteiro. Foi apresentada Petição Inicial pelo Empreiteiro, tendo a GO Porto através dos seus mandatários apresentado a respetiva Contestação em maio de 2022, tendo sido requerida a improcedência de todos os pedidos formulados pela autora. Em junho de 2022, a Autora respondeu à Contestação da GO Porto. Posteriormente em julho de 2022, esta apresentou a sua resposta, sendo que em setembro (após férias judiciais) a GO Porto respondeu às "exceções" invocadas pelo ACE. O processo segue os seus trâmites, com a fixação dos elementos de prova. Ambas as partes apresentaram requerimentos probatórios tendo o ACE requerido a realização de uma peritagem. Neste momento corre prazo para apresentação dos depoimentos por escrito das testemunhas e dos depoimentos de parte. De igual modo, está em curso o prazo para designação dos peritos que irão realizar a peritagem. (Nota: o ACE em requerimento autónomo - setembro de 2022 -, veio desistir do pedido de sobrecustos decorrentes do agravamento das condições de mercado e do consequente aumento dos custos de aquisição de recursos.

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.



↑ Legenda Passagem Inferior Pedonal do Terminal Intermodal de Campanhã



## 9 – Conclusão

Para o período 2024 – 2028, está previsto que o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar um valor positivo de resultados líquidos, no montante de € 33.801,04.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos. Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	2024	2025	2026	2027	2028
<b>FINANCEIROS</b>					
Liquidez geral	2,20	3,54	4,25	3,53	2,82
Autonomia Financeira	17,05%	16,98%	16,69%	16,82%	16,92%
Autofinanciamento	187 196	207 731	200 346	106 901	85 743



† Legenda Escola Básica do Falcão

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

#### B – Orçamento de Exploração

DE MONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	2024	2025	2026	2027	2028
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>						
VENDAS	B-A-3	50 000,00	40 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	B-A-3	43 107 348,84	73 948 833,39	72 228 749,21	67 921 656,53	31 709 017,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	B-A-3	3 965 243,00	4 235 000,00	4 280 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	B-A-4.1	-23 622,05	-31 496,06	-39 370,08	-39 370,08	-39 370,08
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	B-A-4.2	-44 210 182,85	-75 055 348,95	-73 422 468,28	-69 393 563,12	-33 137 478,54
GASTOS COM O PESSOAL	B-A-4.3	-2 780 548,25	-3 042 060,46	-3 026 864,85	-2 997 989,97	-3 082 808,02
IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)		-140,00	-160,00	-200,00	-200,00	-200,00
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	B-A-7.4	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	B-A-3	102 011,00	116 594,60	133 941,87	154 604,89	178 646,13
OUTROS GASTOS E PERDAS	B-A-4.5	-5 801,00	-5 801,00	-5 801,00	-5 801,00	-5 801,00
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO</b>		<b>183 308,68</b>	<b>204 561,52</b>	<b>196 986,87</b>	<b>103 317,26</b>	<b>82 006,94</b>
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	B-A-2B-A-4.4	-181 453,63	-199 622,05	-193 003,19	-100 334,83	-79 701,82
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)</b>		<b>1 855,05</b>	<b>4 939,47</b>	<b>3 983,68</b>	<b>2 982,42</b>	<b>2 304,12</b>
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	F-0B-A-5	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	B-A-5	-20,00	-20,00	-20,00	-20,00	-20,00
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>13 590,05</b>	<b>16 674,47</b>	<b>15 718,68</b>	<b>14 717,42</b>	<b>14 039,12</b>
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	B-A-6	-7 047,44	-8 565,75	-8 376,23	-8 150,95	-7 998,33
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>5 742,61</b>	<b>8 108,72</b>	<b>7 342,45</b>	<b>6 566,48</b>	<b>6 040,79</b>

*M. CA*



## C – Orçamento de Tesouraria

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	2024	ANOS SEQUITES			
			2025	2026	2027	2028
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
RECEBIMENTOS						
Clientes	I-DII-A-3	44 890 434,14	77 209 247,01	75 803 418,11	71 120 296,86	33 506 189,24
Subsídio à Exploração	I-DII-A-3	3 965 243,00	4 235 000,00	4 280 000,00	4 415 000,00	4 411 000,00
PAGAMENTOS						
Fornecedores	I-DII-A-4.2	45 902 275,83	77 998 301,08	76 104 557,52	71 937 096,94	34 657 419,25
Pessoal (inclui IRS, OGA e SS)	I-A-4.3	2 787 602,65	3 056 560,18	3 050 906,40	3 022 412,37	3 104 822,48
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>165 798,66</b>	<b>389 385,75</b>	<b>927 954,19</b>	<b>575 787,54</b>	<b>154 947,52</b>
OUTROS RECEBIMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3II-A-4.2	160 121,22	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	0,00	19 282,60	0,00	0,00	0,00
Outros recebimentos (Estado, Banca e Outros)		125 443,80	143 381,63	164 718,77	190 134,28	219 705,01
Rubricas Extraordinárias						
OUTROS PAGAMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3	20 000,00	367 238,55	811 922,75	621 898,73	239 983,35
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	12 724,59	9 213,39	10 145,90	9 951,52	9 722,48
Outros pagamentos (Estado, Banca e Outros)		5 254,07	4 701,00	5 647,11	4 775,20	4 729,96
Rubricas Extraordinárias						
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>413 385,02</b>	<b>180 897,04</b>	<b>274 957,20</b>	<b>139 296,38</b>	<b>130 216,73</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>						
RECEBIMENTOS						
Juros e Rendimentos Similares	I-DII-A-5	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00	11 750,00
PAGAMENTOS						
Activos Fixos Tangíveis	I-A-2	115 620,00	113 775,00	21 525,00	107 625,00	107 625,00
Activos Intangíveis	I-A-2	264 696,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00
Investimentos Financeiros	I-A-2	9 780,97	10 985,10	10 677,59	10 406,50	10 850,73
Juros e Custos Similares		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-378 366,97</b>	<b>-125 330,10</b>	<b>-32 772,59</b>	<b>-118 601,50</b>	<b>-119 045,73</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>						
PAGAMENTOS						
Financiamentos Obtidos	I-A-7.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		<b>35 018,05</b>	<b>55 566,94</b>	<b>242 184,61</b>	<b>20 694,88</b>	<b>11 171,01</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO</b>		<b>1 226 671,88</b>	<b>1 261 689,93</b>	<b>1 317 256,87</b>	<b>1 559 441,48</b>	<b>1 580 136,37</b>
<b>MÍNIMO DE CAIXA</b>		<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO</b>		<b>1 261 689,93</b>	<b>1 317 256,87</b>	<b>1 559 441,48</b>	<b>1 580 136,37</b>	<b>1 591 307,37</b>

M  
K  
CH



# Demonstrações Financeiras

55

## Previsionais para o Período

### 2024 - 2028

#### D – Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	2024	2025	2026	2027	2028
<b>ACTIVO</b>						
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	II-A-2/B-A-4.4	165 676,98	173 959,50	106 889,65	104 075,82	121 875,00
ATIVOS INTANGÍVEIS	II-A-2/B-A-4.4	213 860,92	108 456,34	10 023,00	10 002,00	10 001,00
INVESTIMENTOS EM CURSO	II-A-2/B-A-4.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	II-A-2/B-A-4.4/B-A-7.4	6 001 807,63	6 011 570,93	6 020 626,72	6 029 611,42	6 039 040,35
		<b>6 381 345,52</b>	<b>6 293 786,77</b>	<b>6 137 539,37</b>	<b>6 143 689,24</b>	<b>6 170 916,34</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>						
INVENTÁRIOS	II-A-4.1	20 590,64	13 934,58	14 364,50	14 794,42	15 224,35
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES	IDM-A-3	82 220,00	89 942,00	98 436,20	107 779,82	118 057,80
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/B-A-6/B-A-7.2	86 264,29	191 127,58	270 442,49	201 596,14	125 261,89
OUTRAS CONTAS A RECEBER	II-A-7.4	1 315,49	1 454,12	1 663,61	1 969,90	2 434,22
DIFERIMENTOS	II-A-7.3	41 598,60	45 982,26	52 606,85	62 292,33	76 342,65
CAIXA E DEPÓSITOS	II-A-7.1	1 262 689,93	1 318 256,87	1 560 441,48	1 581 136,37	1 592 307,37
		<b>1 494 678,97</b>	<b>1 660 697,42</b>	<b>1 997 955,14</b>	<b>1 969 568,98</b>	<b>1 929 688,28</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7 876 024,48</b>	<b>7 954 484,19</b>	<b>8 135 494,50</b>	<b>8 113 258,22</b>	<b>8 100 524,63</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>						
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	II-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	II-A-7.5	836 943,02	842 685,63	850 794,35	858 136,80	864 703,27
RESULTADOS TRANSITADOS	II-A-7.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>1 336 943,02</b>	<b>1 342 685,63</b>	<b>1 350 794,35</b>	<b>1 358 136,80</b>	<b>1 364 703,27</b>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	II-B	5 742,61	8 108,72	7 342,45	6 566,48	6 040,79
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 342 685,63</b>	<b>1 350 794,35</b>	<b>1 358 136,80</b>	<b>1 364 703,27</b>	<b>1 370 744,06</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	5 852 886,59	6 134 446,48	6 307 695,61	6 189 943,39	6 045 851,53
		<b>5 852 886,59</b>	<b>6 134 446,48</b>	<b>6 307 695,61</b>	<b>6 189 943,39</b>	<b>6 045 851,53</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>						
CREDORES P/TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CONCEDIDO	II-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FORNECEDORES	IDM-A-4.2	250 000,00	50 000,00	50 000,00	140 000,00	250 000,00
ADIAN. DE CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/B-A-6/B-A-7.2	57 514,25	7 619,64	8 302,03	8 121,99	7 907,97
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	II-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	372 938,00	411 623,72	411 360,06	410 489,57	426 021,06
		<b>680 452,26</b>	<b>469 243,36</b>	<b>469 662,10</b>	<b>558 611,56</b>	<b>683 929,03</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6 533 338,85</b>	<b>6 603 689,84</b>	<b>6 777 357,71</b>	<b>6 748 554,95</b>	<b>6 729 780,56</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>7 876 024,48</b>	<b>7 954 484,19</b>	<b>8 135 494,50</b>	<b>8 113 258,22</b>	<b>8 100 524,63</b>

IV

---

**Equilíbrio Económico-  
Financeiro**

*M*



# Equilíbrio Económico- Financeiro

57

## Equilíbrio Económico- Financeiro

No período em plano 2024 – 2028, os encargos diretos com a área de Gestão e Exploração serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas adstritas pelo Município do Porto à gestão da GO Porto, e ainda pelo subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o

contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Por outro lado, os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2024 - 2028, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:





GASTOS	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Gastos Operacionais</b>					
<b>Contrato de Obra</b>					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	41 361 910,26	72 173 326,05	70 422 571,71	66 084 175,49	29 839 647,19
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
<b>Gastos contrato de Obra</b>	<b>41 603 910,26</b>	<b>72 415 326,05</b>	<b>70 664 571,71</b>	<b>66 326 175,49</b>	<b>30 081 647,19</b>
<b>Contrato de Exploração</b>					
Costos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	23 622,05	31 496,06	39 370,08	39 370,08	39 370,08
Gastos como Pessoal	279 361,38	314 914,66	314 924,66	314 934,66	314 944,66
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	1 859 422,45	1 918 094,51	2 018 278,15	2 296 694,90	2 304 532,18
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7 530,72	7 541,12	7 552,55	7 565,13	7 578,96
Imparidades de Inventários	140,00	160,00	200,00	200,00	200,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	4 630,00	4 630,00	4 630,00	4 630,00	4 630,00
<b>Gastos contrato exploração</b>	<b>2 174 706,59</b>	<b>2 276 836,35</b>	<b>2 384 955,44</b>	<b>2 663 394,77</b>	<b>2 671 255,89</b>
<b>Estrutura</b>					
Gastos como Pessoal	2 501 186,88	2 727 145,80	2 711 940,19	2 683 055,31	2 767 863,36
Fornecimentos e Serviços Externos	739 319,42	714 387,28	732 065,87	763 127,60	743 720,20
Imparidades de Dividas a Receber	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	181 453,63	199 622,05	193 003,19	100 334,83	79 701,82
Outros Gastos	1 171,00	1 171,00	1 171,00	1 171,00	1 171,00
Juros e Gastos similares suportados	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
<b>Gastos da estrutura</b>	<b>3 424 150,94</b>	<b>3 643 346,13</b>	<b>3 639 200,25</b>	<b>3 548 708,74</b>	<b>3 593 476,38</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período	7 847,44	8 565,75	8 376,23	8 150,95	7 998,33
<b>Total</b>	<b>47 210 615,23</b>	<b>78 344 074,28</b>	<b>76 697 103,63</b>	<b>72 546 429,94</b>	<b>36 354 377,79</b>

M  
CAH

# Equilíbrio Económico- Financeiro

59

PROVEITOS	2024	2025	2026	2027	2028
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	41 361 910,26	72 173 326,05	70 422 571,71	66 084 175,49	29 839 647,19
Prestação Serviços contrato outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Vendas contrato de exploração	30 000,00	40 000,00	50 000,00	50 000,00	50 000,00
Prestação Serviços contrato de exploração	1 503 438,58	1 533 507,35	1 564 177,49	1 595 461,04	1 627 370,26
Reversão de Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>3 965 243,00</b>	<b>4 235 000,00</b>	<b>4 280 000,00</b>	<b>4 415 000,00</b>	<b>4 411 000,00</b>
contrato de mandato	3 424 150,94	3 643 346,13	3 639 200,25	3 548 708,74	3 593 476,38
contrato de exploração	541 092,06	591 653,87	640 799,75	866 291,26	817 523,62
Outros Rendimentos e Ganhos	151,00	151,00	151,00	151,00	151,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	101 860,00	116 443,60	133 798,87	154 453,89	178 495,13
Juros e Ganhos Similares	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00	11 755,00
<b>Total</b>	<b>47 216 357,84</b>	<b>78 352 182,99</b>	<b>76 704 446,08</b>	<b>72 552 996,42</b>	<b>36 360 418,58</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>5 742,61</b>	<b>8 108,72</b>	<b>7 342,45</b>	<b>6 566,48</b>	<b>6 048,79</b>

---

Porto, 8 de novembro de 2023



---

**Pedro Baganha**  
Presidente do Conselho  
de Administração



---

**Cátia Meirinhos**  
Vice-Presidente do Conselho  
de Administração



---

**Manuel Aranha**  
Vogal do Conselho  
de Administração



# ANEXO I

---

## **Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028**

**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028**

**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028**

Resumo por Rubricas Orçamentais:

Designação das Rubricas	2024	2025	2026	2027	2028
<b>1 CULTURA E PATRIMÓNIO</b>					
1.2 Equipamentos e Programas Municipais	3 252 000	11 250 000	10 000 000	7 720 000	0
<b>Sub-total</b>	<b>3 252 000</b>	<b>11 250 000</b>	<b>10 000 000</b>	<b>7 720 000</b>	<b>0</b>
<b>2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO</b>					
2.1 Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	1 890 000	4 572 500	10 000	10 000	10 000
2.2 Educação	3 385 000	3 750 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
<b>Sub-total</b>	<b>5 275 000</b>	<b>8 322 500</b>	<b>2 010 000</b>	<b>2 010 000</b>	<b>2 010 000</b>
<b>3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA</b>					
3.1 Ambiente	2 736 900	4 044 000	5 600 000	6 750 000	6 450 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	8 931 200	7 335 000	7 845 000	10 836 000	5 965 000
<b>Sub-total</b>	<b>11 668 100</b>	<b>11 379 000</b>	<b>13 445 000</b>	<b>17 586 000</b>	<b>12 415 000</b>
<b>4 URBANISMO E HABITAÇÃO</b>					
4.1 Regeneração Urbana	20 430 100	40 384 100	46 536 000	39 957 800	15 650 000
4.2 Qualificação do Ambiente Urbano e Espaço Público	10 000	5 000	5 000	5 000	5 000
<b>Sub-total</b>	<b>20 440 100</b>	<b>40 389 100</b>	<b>46 541 000</b>	<b>39 962 800</b>	<b>15 655 000</b>
<b>6 MOBILIDADE</b>					
6.1 Transporte Público	100 000	5 000	5 000	5 000	5 000
6.2 Modos Suaves	210 000	1 885 000	855 000	855 000	5 000
<b>Sub-total</b>	<b>310 000</b>	<b>1 890 000</b>	<b>860 000</b>	<b>860 000</b>	<b>10 000</b>
<b>7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>					
7.1 Funcionamento dos Serviços	1 495 000	1 225 000	500 000	500 000	900 000
7.1 Outros	450 000	702 000	350 000	350 000	350 000
<b>Sub-total</b>	<b>1 945 000</b>	<b>1 927 000</b>	<b>850 000</b>	<b>850 000</b>	<b>1 250 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>42 890 200</b>	<b>75 157 600</b>	<b>73 706 000</b>	<b>68 988 800</b>	<b>31 340 000</b>

*M* *CA7*



# ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028

63

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
	BMAG   Beneficiação	10 000 €	1 000 000 €			
	BPMP - Requalificação	1 750 000 €	7 500 000 €	8 500 000 €	7 720 000 €	
	BPMP Painéis Azulejos   Remoção, recuperação e re	50 000 €				
	Casa dos 24	50 000 €				
	Casa Tait   Reabilitação Fachada e Cobertura	125 000 €				
	Galeria Municipal - Beneficiação	12 000 €	500 000 €			
	Museu CACE - Reabilitação	750 000 €	2 000 000 €	1 500 000 €		
	Palacete dos Viscondes de Balsemão   Reabilitação	25 000 €	250 000 €			
	Palácio São João Novo   Reabilitação	25 000 €				
	Teatro Municipal Campo Alegre   Reabilitação Exter	325 000 €				
	Teatro Municipal Campo Alegre   Remodelação Inte	130 000 €				
	<b>Subtotal &gt;</b>	<b>3 252 000 €</b>	<b>11 250 000 €</b>	<b>10 000 000 €</b>	<b>7 720 000 €</b>	
Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	Antigo Matadouro Industrial do Porto - Reconversã	1 500 000 €	4 500 000 €			
	Feiródromo de Campanhã - Recinto de Feiras	340 000 €	22 500 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €
	Palácio do Bolhão - Requalificação	50 000 €	50 000 €			
	<b>Subtotal &gt;</b>	<b>1 890 000 €</b>	<b>4 572 500 €</b>	<b>10 000 €</b>	<b>10 000 €</b>	<b>10 000 €</b>
Educação	EB Agra do Amial -Requalificação	1 200 000 €				
	EB Carlos Alberto   Requalificação	50 000 €				
	EB da Ponte   Requalificação	250 000 €	750 000 €			
	EB dos Correios - Requalificação	735 000 €				
	EB Nicolau Nasoni   Requalificação	250 000 €	1 000 000 €			
	EB Eugénio de Andrade   Requalificação	50 000 €	500 000 €	1 000 000 €		
	EB Francisco Torrinha   Requalificação	50 000 €	500 000 €	1 000 000 €		
	Esc. Sec. Alexandre Herculano – Arranjos Exteriores	800 000 €	1 000 000 €			
Intervenções em Escolas				2 000 000 €	2 000 000 €	
	<b>Subtotal &gt;</b>	<b>3 385 000 €</b>	<b>3 750 000 €</b>	<b>2 000 000 €</b>	<b>2 000 000 €</b>	<b>2 000 000 €</b>
Ambiente	Casa de Ponto da Ervilha	1 000 €	5 000 €			
	Casa Tait   Requalificação Jardim	40 000 €	1 000 €			
	Cemitério de Agramonte   Edifício Administrativo I F	50 000 €	250 000 €			
	Corredores Saudáveis - Construção	1 414 000 €				
	Crematório Prado do Repouso – Ampliação	50 000 €	400 000 €			
	Intervenções generalizadas PIA			100 000 €	100 000 €	
	Jardim Cordoaria		500 000 €			
	Jardim do Largo D. João III   Requalificação		20 000 €			
	Jardim Emilio David   Reforço Drenagem	15 000 €				
	Jardim José Roquette   Iluminação	200 000 €				
	Jardim Senhora do Porto	374 500 €				
	Jardins do Palácio de Cristal – Avenida das Tílias	6 400 €		500 000 €	1 200 000 €	
	Largo 3 Fevereiro	5 000 €	280 000 €			
	Largo Tito Fontes	5 000 €	413 000 €			
	Museu Romântico - Requalificação Exterior	40 000 €				
	Palácio de Cristal   Centro de Educação Ambiental I	5 000 €	50 000 €			
Parque da Cidade   Casa das Máquinas e Lago II	10 000 €	310 000 €				



**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar  
para o Município do Porto por Empreendimento  
em 2024 – 2028**

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
Ambiente	Parque da Pasteleira - Iluminação	205 000 €				
	Parque das Virtudes   Entrada	5 000 €	190 000 €			
	Parque Infantil Amial   Reabilitação		5 000 €			
	Parque Infantil Fontainhas   Reabilitação		5 000 €			
	Parque Urbano da Ervilha		150 000 €	300 000 €	3 000 000 €	3 350 000 €
	Parque Urbano da Lapa - Construção		100 000 €	450 000 €	200 000 €	
	Parque Urbano Quinta do Rio			250 000 €	1 250 000 €	750 000 €
	Parques Infantis	200 000 €				
	Passeio Alegre   Instalações Sanitárias   Reabilitação	6 000 €	10 000 €			
	Praça Francisco Sá Carneiro   Requalificação	5 000 €	180 000 €			
	Quinta de Salgueiros - Consolidação de Ruínas					
	Quinta de Salgueiros   Biolab	50 000 €	900 000 €	4 000 000 €	850 000 €	
	Quinta de Salgueiros   Biolab - Centro Interpretativo				50 000 €	350 000 €
	Quinta de Salgueiros   Biolab - Fase II				100 000 €	2 000 000 €
Quinta do Covelo   Centro de Educação Ambiental	50 000 €	275 000 €				
	<b>Subtotal &gt;</b>	<b>2 736 900 €</b>	<b>4 044 000 €</b>	<b>5 600 000 €</b>	<b>6 750 000 €</b>	<b>6 450 000 €</b>
Qualidade de Vida Urbana	Balneário da Praia dos Ingleses - Recuperação	200 000 €				
	Campo da FADEUP	190 000 €				
	Campo do Viso - Reformulação	250 000 €				
	Campo Municipal da Ervilha   Construção	120 000 €	2 000 000 €	2 000 000 €	3 400 000 €	
	Campo Municipal de Campanhã   Construção	2 500 000 €	2 200 000 €			
	Campo Municipal de Paranhos   Construção			250 000 €	1 500 000 €	500 000 €
	Campo Viso   Substituição de Piso		5 000 €	245 000 €		
	CS Unidade Aldoar - Reabilitação	450 000 €	900 000 €			
	CS Unidade Azevedo Campanhã - Construção	461 200 €				
	CS Unidade Carvalhido   Construção	100 000 €	600 000 €	1 400 000 €		
	CS Unidade Garcia de Orta   Construção	100 000 €	800 000 €	1 200 000 €		
	CS Unidade Lordelo do Ouro   Construção	100 000 €	580 000 €	500 000 €		
	Espaço de Apoio aos Desportos de Mar	15 000 €				
	Intervenções generalizadas PDE				100 000 €	
	Intervenções generalizadas PSQ			250 000 €	2 086 000 €	2 735 000 €
	Parque Desportivo de Ramalde – Fase II	3 510 000 €				
	Parque Desportivo de Ramalde   Fase III				1 250 000 €	
	Parque Desportivo de Ramalde   Reparações	250 000 €	250 000 €			
	Pavilhão Multiusos   Construção			2 000 000 €	2 500 000 €	1 230 000 €
	Piscina da Constituição   Beneficiação					750 000 €
	Polidesportivos do exterior escolar	670 000 €				
	Queimódromo   Drenagem de Águas Pluviais	15 000 €				
Zona Desportiva Oriental   Construção					750 000 €	
	<b>Subtotal &gt;</b>	<b>8 931 200 €</b>	<b>7 335 000 €</b>	<b>7 845 000 €</b>	<b>10 836 000 €</b>	<b>5 965 000 €</b>

*M. A. H.*



# ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
	Alameda das Antas - Talude	2 000 €				
	Av. Montevideu   Beneficiação				100 000 €	510 000 €
	Av. Rodrigues de Freitas e outra – Pavimentação					
	Avenida de Fernão de Magalhães   Pavimentação			342 000 €	382 000 €	
	Avenida Fernão Magalhães   Ligação à Praça Afonso		32 100 €			
	Avenida Nun'Álvares UOPG1	250 000 €	1 000 000 €	3 625 000 €	3 625 000 €	
	Beneficiação da rua de S. Dinis			500 000 €	1 500 000 €	
	Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim	150 000 €	500 000 €		1 070 000 €	
	Demolição Passagem Pedonal - Linha do Minho - Al	75 000 €				
	Envolvente ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	5 000 €	365 000 €	95 000 €		
	Escarpas Barredo e Verdades   Estabilização	65 000 €				
	Estabilização Talude Bairro Capela	343 000 €				
	Estádio Dragão   Beneficiação Juntas Dilatação	50 000 €				
	GEP   Bairro Leonardo Coimbra   Arranjos Exteriores	53 000 €				
	GEP   Cruzamento das Ruas D. Manuel II e de Jorge	50 000 €				
	GEP   Cruzamento das Ruas da Alegria e do Lima	50 000 €				
	GEP   Intervenções no Espaço Público	100 000 €	400 000 €	800 000 €	1 050 000 €	
	GEP   Largo do Carvalhido - Rua da Prelada	50 000 €				
	GEP   Largo Padre Baltazar Guedes   Beneficiação	10 000 €				
	GEP   Passadeiras Sobreelevadas - 01	10 000 €				
	GEP   Pavimentação da Rua Rocha Peixoto	50 000 €				
	GEP   Pavimentação das ruas do Padre António Viei	53 000 €				
	GEP   Pedonalização da Rua das Carmelitas	100 000 €				
	GEP   Rede 20 - Passeio das Virtudes e Outras	20 000 €				
	GEP   Rede 20 - Rua de Cimo de Vila e Outras	20 000 €				
	GEP   Redimensionamento de Caldeiras - 02	10 000 €				
	GEP   Redimensionamento de Caldeiras - 03	10 000 €				
	GEP   Redimensionamento de Caldeiras em Arruam		100 000 €	75 000 €	80 000 €	
	GEP   Rotunda da Rua Pinho Leal - USF Garcia de Ho		165 000 €			
	GEP   Rotunda da Rua Vasco Valente	100 000 €				
	GEP   Rua da Argentina e Travessa da Fonte Arcada	50 000 €				
	GEP   Rua de António Cardoso   Raqualificação		112 000 €			
	GEP   Rua de Santos Pousada   Pavimentação	392 200 €				
	GEP   Rua do General Norton de Matos	50 000 €				
	GEP   Rua Dr. Plácido Costa		200 000 €			
	GEP   Rua Maria Lamas - Acesso JI	21 200 €				
	GEP   Rua Particular de Francos   Pavimentação	50 000 €				
	GEP   Ruas do Niassa e de Monte Alegre	50 000 €				
	GEP   ZRC da Rua da Cruz		271 000 €			
	Infraestruturas de suporte ao SCOM do Sistema de					
	Intervenções em diversos arruamentos AQ	10 000 €	1 000 000 €	3 000 000 €	3 000 000 €	3 000 000 €
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da F	50 000 €	500 000 €	1 000 000 €	1 000 000 €	
	Largo de Godim - Acessibilidades				458 000 €	



**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028**

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
	Largo de Mompilher - Requalificação	3 000 €			500 000 €	
	Ligação Cota alta/Cota baixa		50 000 €	2 000 000 €	4 050 000 €	300 000 €
	Ligação da Rua Cervantes à Rua do Melo		100 000 €	1 000 000 €	800 000 €	
	Loteamento do Monte da Bela	800 000 €	3 000 000 €	1 800 000 €		
	Loteamento do Monte Pedral - Construção	400 000 €	1 000 000 €	2 000 000 €		
	Mercado de São Sebastião I Demolição	200 000 €				
	Miradouro Vitória		150 000 €			
	Muro Rua Renascença Portuguesa I Reabilitação	10 000 €	200 000 €			
	Nó de Paranhos I Acessibilidades	40 000 €	800 000 €	2 000 000 €		
	Nova via Lordelo (Diogo Botelho - Bartolomeu Velho)	10 000 €	350 000 €	660 000 €		
	Obras de Arte - Desmonte da passagem superior pe	10 000 €				
	Obras de Arte - Empreitada de Reabilitação de Mur		100 000 €	200 000 €		
	Obras de Arte - Fase 1	200 000 €				
	Obras de Arte - Fase 3	100 000 €	104 000 €			
	Obras de Arte - Fase 4	100 000 €	107 000 €			
	Obras de Arte - Fase 5	130 000 €	50 000 €			
	Obras de Arte - Guarda-corpos e de guardas de seg	10 000 €				
	Obras de Arte - PROJ e EOP Reabilitação da Instalaç			250 000 €		
	Obras de Arte - Projeto de Requalificação e Empreit		200 000 €	300 000 €	100 000 €	
	Passelo junto Tanatório	10 000 €				
	Praça da Corujeira - Requalificação	85 000 €	900 000 €	2 500 000 €	2 820 000 €	
	Praça da República I Jardim e Envolvente	400 000 €	500 000 €	1 000 000 €	2 000 000 €	1 500 000 €
	Praça do Bom Sucesso e Rua de Gonçalo Sampaio I				745 000 €	
	Praça Pedro Nunes, Ruas de Ricardo Severo, Largo	50 000 €	800 000 €	150 000 €		
	Programa Rua Direita - Soma	9 595 700 €	8 132 000 €	5 090 000 €		
	R. Arqº Lobão Vital - Prolongamento	50 000 €	230 000 €			
	R. D. Pedro V - Construção de Passagem Superior			40 000 €	1 695 000 €	1 695 000 €
	R. Ramalde Melo - Requalificação	500 000 €				
	Reabilitação urbana de Azevedo- Campanhã - Fase	400 000 €	750 000 €	1 000 000 €		
	Requalificação Espaço Público Lordelo	500 000 €	2 500 000 €	2 500 000 €	3 500 000 €	
	Requalificação Ruas Galeria Paris e Pícaria	8 000 €	260 000 €			
	Residências Universitárias - Monte Pedral I Constr	200 000 €	2 500 000 €	4 600 000 €		
	Rotunda do Freixo - Acessibilidades	10 000 €				
	Rua Afonso Baldaia e a Rua do Crasto - Acessibilida	10 000 €				
	Rua Albufeira I Pavimentação	6 400 €				
	Rua Alves Redol I Reperfilamento	50 000 €	200 000 €	630 000 €		
	Rua Azevedo de Campanhã I Fase 3			100 000 €	500 000 €	600 000 €
	Rua Bartolomeu Velho - Beneficiação	500 000 €				
	Rua D. Manuel II - junto Pavilhão Rosa Mota - Pavin				51 000 €	
	Rua da Alegria					687 000 €
	Rua da Bandeirinha I Requalificação			40 000 €	720 000 €	
	Rua da Boavista - Beneficiação				1 057 800 €	
	Rua da Faia		50 000 €			

*M*  
*CH*



# ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028

67

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
	Rua da Madeira	50 000 €	100 000 €	110 000 €		
	Rua das Andresas - Loteamento Municipal	950 000 €	1 500 000 €			
	Rua das Cavadas I Beneficiação		100 000 €	137 000 €		
	Rua das Estrelas I Acessibilidade			410 000 €		
	Rua de Afonso de Paiva (lado poente)		30 000 €			
	Rua de Álvaro Castelões (entre a Rua do Bolama e a	10 000 €				
	Rua de Antero de Quental I Beneficiação		400 000 €			
	Rua de António Bessa Leite I Beneficiação		400 000 €			
	Rua de Burgães - Pavimentos				310 000 €	
	Rua de Cima I Requalificação	276 600 €				
	Rua de Costa Cabral I Beneficiação				305 000 €	138 000 €
	Rua de D. João Coutinho - Bairro do Viso - Beneficia	10 000 €				
	Rua de D. João IV - Beneficiação	10 000 €	500 000 €			
	Rua de Dâmaso Carreiro I Pavimentação					69 000 €
	Rua de Damião de Gois I Beneficiação		300 000 €	1 435 000 €	1 220 000 €	
	Rua de Delfim Ferreira - Pavimentos e acessibilidac				1 145 000 €	1 030 000 €
	Rua de Ferreira Cardoso I Beneficiação	10 000 €				
	Rua de Manuel Pinto de Azevedo - Pavimentos e ac				1 525 000 €	1 720 000 €
	Rua de Oliveira Martins - Caldeiras	10 000 €				
	Rua de Pedro Hispano (Casa Saúde à Av Boavista) I I		350 000 €			
	Rua de Pereiró, Rua D. Estevão da Gama e Travessa	20 000 €	400 000 €	1 000 000 €		
	Rua de Salazares e Rua da Preciosa I Requalificaçã	35 000 €	1 000 000 €	1 500 000 €		
	Rua de Santo António de Contumil - Pavimentos e a		160 000 €			
	Rua de Santo Ildelfonso I Requalificação			40 000 €	590 000 €	
	Rua de Serpa Pinto I Beneficiação			1 024 000 €	1 145 000 €	
	Rua Delfim Maia - Pavimentos	10 000 €				
	Rua Diogo Cão			96 000 €		
	Rua Direita das Campinas - Pavimentos e acessibili			220 000 €		
	Rua Direita de Pereiró I Pavimentação	10 000 €				
	Rua do Alecrim, rua do Girassol, rua das Heras e ru					690 000 €
	Rua do Alto da Arrábida e Via Panorâmica Edgar Ca		800 000 €	137 000 €		
	Rua do Amial (entre a praça de Nove de Abril e a EN				534 000 €	690 000 €
	Rua do Amparo - Beneficiação	107 000 €				
	Rua do Barbosa Du Bocage	10 000 €				
	Rua do Capitão Pombeiro I Beneficiação		200 000 €			
	Rua do Cativo	48 000 €				
	Rua do Dr. Aires de Gouveia Osório - Pavimentos e a	10 000 €				
	Rua do Dr. Alberto Macedo - Pavimentos e acessibi					450 000 €
	Rua do Dr. Joaquim Pires de Lima I Beneficiação		400 000 €			
	Rua do Eng. Ferreira Dias I Beneficiação		300 000 €			
	Rua do Lidador - Acessibilidades	10 000 €				
Regeneração Urbana	Rua do Molhe e a Rua de Côrte Real - Acessibilidac	10 000 €				
	Rua do Monte Pedral I Beneficiação	180 000 €				



**ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028**

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
Regeneração Urbana	Rua do Pego Negro			69 000 €		
	Rua do Seixal - Acessibilidades	10 000 €				
	Rua do Vale Formoso   Beneficiação			150 000 €	954 000 €	
	Rua dos Miosótiis   Pavimentação	10 000 €				
	Rua dos Vanzeleros - Acessibilidades - SIA	10 000 €				
	Rua Eirinhas - Prolongamento	100 000 €	400 000 €	800 000 €		
	Rua Eng. Guilherme Bonfim Barreiros   Pavimentação	10 000 €				
	Rua Firmeza				458 000 €	
	Rua Fonte de Contumil					104 000 €
	Rua Formosa				458 000 €	
	Rua Guerra Junqueiro e Rua Monsenhor Fonseca Sc		750 000 €	230 000 €		
	Rua João de Deus   Pavimentação	10 000 €				
	Rua João Oliveira Ramos   Pavimentação	10 000 €				
	Rua Joaquim Leitão   Pavimentação	10 000 €				
	Rua John Whitehead   Prolongamento	500 000 €	850 000 €			
	Rua Jornal de Notícias e Rua de Paço de Sousa   Ber	390 000 €				
	Rua Justino Teixeira e Rua Monte Estação - Benefici	400 000 €	1 200 000 €			
	Rua Nossa Senhora de Fátima   Pavimentação					690 000 €
	Rua Porta do Sol	10 000 €				
	Rua Régulo Magauanha e zonas envolventes   Requ					550 000 €
	Rua Roberto Frias - Pavimentos + acessibilidades					363 000 €
	Rua Sá da Bandeira - Beneficiação	140 000 €				
	Rua Sá Noronha (até Rua Oliveiras)			80 000 €		
	Rua Sarmento Beires (incluindo rua Castelos)	50 000 €				900 000 €
	Rua Sport Comércio e Salgueiros - Beneficiação	10 000 €				
	Ruas de Pinto Bessa e de S. Rosendo   Beneficiação			500 000 €	751 000 €	
	Talude Av. Fernão de Magalhães (entre 322 e 390)	33 000 €				
	Talude da Rua Alcácer Ceguer   Consolidação	33 000 €				
	Talude da Rua da Presa de Contumil   Estabilização				33 000 €	
	Talude da Rua de S. Bartolomeu Velho   Estabilizaçã			20 000 €		
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Norte)   Es			55 000 €		
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Sul)   Esta			66 000 €		
	Travessa da Arrábida Acessibilidades			120 000 €		
	Travessa das Almas - Requalificação			370 000 €	400 000 €	
	Travessa de Azevedo - Pavimentos					147 000 €
	Travessa Prelada   Pavimentação	30 000 €				
	Via de Ligação à Av. Fontes Pereira Melo	50 000 €	400 000 €	500 000 €		
	Via de Ligação da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua H	50 000 €	650 000 €			
	Viaduto 25 de Abril e ramos de acesso - Pavimenta		140 000 €			
	Viaduto Av. 25 Abril   Reabilitação Instalação Elétri	100 000 €	245 000 €			
Viaduto Duque de Loulé - Pavimentação				117 000 €		
	Subtotal >	20 430 100 €	40 384 100 €	46 536 000 €	39 957 800 €	15 650 000 €

ca  
M



# ANEXO I – Decomposição dos Valores da Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto por Empreendimento em 2024 – 2028

69

GO Porto   CGE 2023 - 2028   Empreendimentos		42 890 200 €	75 157 600 €	73 706 000 €	68 988 800 €	31 340 000 €
Rubrica Orçamental	Empreendimento	2024	2025	2026	2027	2028
Qualificação do Ambiente e do Espaço Público	Intervenções generalizadas Ambiente e Espaço Pùt	10 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
	Subtotal >	10 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Transporte Público	Intervenções generalizadas Transporte Público	50 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
	Passagem Inferior Pedonal TIC					
	Projeto Terminal Intermodal Campanhã	50 000 €				
	Subtotal >	100 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Modos Suaves	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Lig	50 000 €	410 000 €			
	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Lig	50 000 €	520 000 €			
	Ecopista do Ramal Alfândega - Construção	100 000 €	800 000 €			
	Intervenções generalizadas Modos Suaves	10 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
	Passeio ciclável entre o Teatro do Campo Alegre e o		150 000 €			
	Viaduto de ligação entre Jardim Botânico e o CDUP			850 000 €	850 000 €	
	Subtotal >	210 000 €	1 885 000 €	855 000 €	855 000 €	5 000 €
Funcionamento dos Serviços	Ágora Cultura e Desporto   Edifício Sede	100 000 €				
	BSB   Centro de Treino	50 000 €	200 000 €			
	Campo Sintético do Viso   Edifício de Apoio - Balneã					400 000 €
	Casa Escola do BSB - Remodelação	230 000 €				
	Edifício da PM   Construção	125 000 €	125 000 €			
	Edifício S. Dinis	108 000 €				
	Hangar no BSB – Requalificação	50 000 €	300 000 €			
	Intervenções generalizadas PFP		200 000 €	500 000 €	500 000 €	500 000 €
	Mercado do Bolhão	472 000 €				
	Parque da Cidade   Edifício Administrativo   Remod	40 000 €	400 000 €			
Quinta do Mitra   Remodelação	320 000 €					
	Subtotal >	1 495 000 €	1 225 000 €	500 000 €	500 000 €	900 000 €
Outros	Comunicação Obra Geral	250 000 €	150 000 €	150 000 €	150 000 €	150 000 €
	Consultoria Jurídica	100 000 €	352 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €
	Consultorias, pareceres, estudos e outras prestaç	100 000 €	200 000 €	100 000 €	100 000 €	100 000 €
	Subtotal >	450 000 €	702 000 €	350 000 €	350 000 €	350 000 €

H.  
CA

M



# ANEXO II

---

## Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

# ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

71

---

ANEXO II – Parecer do Revisor Oficial de Contas/Fiscal Único

M.  
CA  
M





## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2024-2028

### Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2024 a 2028, datado de 8 de novembro de 2023, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, as demonstrações orçamentais previsionais, as notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e os balanços previsionais para o mencionado período, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nos pontos II e III dos IGP.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2024, um total do ativo de 7 876 024 euros, um património líquido de 1 342 686 e um resultado líquido de 5 743 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2024, é de 49 152 992 euros e 49 117 974 euros, respetivamente.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

### Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

7



O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## Parecer

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## Ênfases

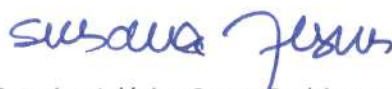
Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2023, projetado de acordo com a proposta de 1.º aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos 2023 – 2025, que procede a uma revisão, em baixa, do valor da obra a executar em 2023, e o 2.º aditamento ao Contrato-Programa 2021–2023, de 9 de dezembro de 2022. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no património líquido poderão estar sujeitos a alterações, bem

como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

2. Os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao período de 2024 a 2028 foram elaborados tendo por base a proposta do Contrato-Programa 2024–2026, que prevê um valor global de subsídio para o período de 12 480 243 euros, e a proposta do 1º aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos para o triénio 2023 – 2025, com revisão em baixa do valor de obra previsto para 2023 e 2024. Para os anos de 2027 e 2028, o valor do subsídio considerado foi determinado em sede dos próprios IGP.
3. É firme convicção do Conselho de Administração que a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), desde 1 de janeiro de 2020 não tem efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Go Porto, na medida em que os ativos sob gestão são propriedade do Município do Porto, sendo, também, este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC AP.
4. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.

Porto, 8 de novembro de 2023



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

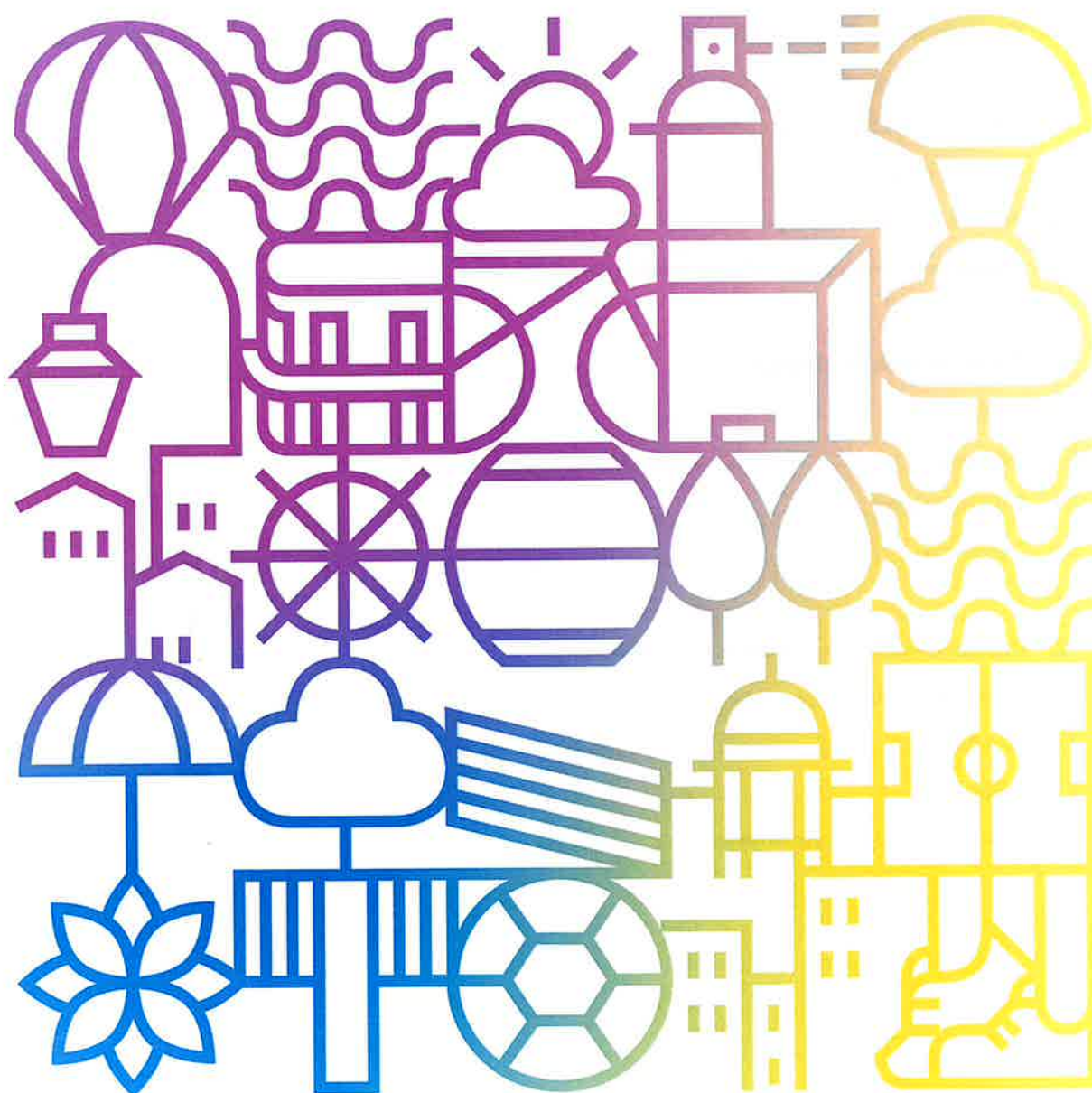
1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948





# Instrumentos de Gestão Previsional 2024 – 2028



Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.

# Índice

54  
5  
e

<b>1. Política e estratégia</b> .....	6
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos .....	6
<b>2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2024 – 2028</b> .....	8
2.1 Enquadramento do orçamento para 2024 – 2028 .....	8
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos .....	8
2.3 Investimentos propostos para o período de 2024 – 2028 .....	9
2.4 Contingências fiscais e de contencioso .....	9
2.5 Critérios de gestão .....	9
2.6 Plano de capital humano para o ano de 2024 .....	10
2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional .....	11
<b>3. Plano anual de atividades</b> .....	14
3.1 Cultura .....	14
3.2 Desporto .....	57
3.3 Entretenimento .....	67
3.4 Plataformas .....	70
<b>4. Demonstrações orçamentais previsionais</b> .....	71
4.1 Orçamento e plano orçamental plurianual .....	72
4.2 Receita .....	73
4.3 Despesa .....	73
4.4 Plano plurianual de investimentos .....	73



ef  
-  
5  
a

<b>5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional .....</b>	<b>75</b>
5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2024.....	75
5.2 Plano de capital humano para o ano de 2024 .....	76
5.3 Plano financeiro para o ano de 2024.....	77
5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2024 .....	78
5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2024.....	84
5.6 Balanço previsional para o ano de 2024.....	85
5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2024 – 2028.....	87
5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para os anos de 2024 – 2025 .....	89
5.9 Prestação de serviços ao município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para os anos de 2024 – 2025 .....	90
5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para os anos de 2024 – 2025 .....	90
5.11 Prestação de serviços de estacionamento para os anos de 2024 – 2025.....	91
5.12 Transferências financeiras 2023 vs. 2024 do município do Porto.....	91
5.13 Transferências financeiras 2024 vs. 2025 do município do Porto.....	92
<b>6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional .....</b>	<b>94</b>





# Mensagem do Conselho de Administração

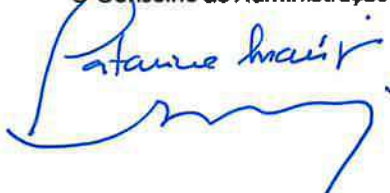
O quinquénio 2024-2028 constitui um período de consolidação e de afirmação da Ágora, passados que estão os primeiros anos sobre a data da sua criação, juntando-se a cultura ao desporto e ao entretenimento. Este período foi marcado pela atribuição, por parte do município, de um conjunto de novas e desafiantes responsabilidades à empresa, que se concretizaram, entre outros aspetos, na receção continuada de equipamentos e instalações, que no presente totalizam cerca de quatro dezenas.

O processo de expansão da empresa manter-se-á nos próximos anos, atendendo a que se prevê a receção da parte dedicada à cultura do antigo Matadouro Municipal, após a reabilitação deste espaço. Integrando uma área dedicada à realização de práticas culturais comunitárias, novos espaços para a prática artística, bem como um novo museu, que albergará a Coleção Távora Sequeira Pinto, este equipamento constituirá uma importante âncora de desenvolvimento da parte oriental da cidade. Por outro lado, prevê-se que sejam construídas três novas infraestruturas desportivas de grande dimensão, nomeadamente com a Fase II do Parque Desportivo de Ramalde – Inatel, o Campo Municipal de Campanhã e o Campo Municipal da Ervilha, no sentido de continuar a adequar a oferta desportiva dos clubes e associações da cidade.

Prevê-se também neste período a mudança da sede da empresa, dando corpo a uma intenção de há muito, e que permitirá concentrar num único local várias das valências correntemente desempenhadas em espaços separados, ultrapassando alguns constrangimentos de gestão associados a uma fragmentação de espaços e de equipas.

A ampliação de atividade será acompanhada pela procura incessante de ir ao encontro das necessidades e aspirações dos munícipes e visitantes da cidade do Porto em matéria desportiva, cultural e de entretenimento, na concretização prática das orientações estratégicas definidas pelo município. Entendendo cada um dos vetores de atividade – cultura, desporto e entretenimento – como fatores distintivos de coesão e de dinamização das comunidades, mantemos o nosso empenho e compromisso em fazer da Ágora um ator preponderante do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida na cidade.

O Conselho de Administração





W. ex

# 1. Política e estratégia

## 1.1 Visão, missão e princípios estratégicos

### Visão

Olhar a cidade como um todo, onde a cultura, o desporto e o entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

### Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, num diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.



## Princípios estratégicos

A Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de entretenimento, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

- Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- Colaborar com o município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação, de iniciativa ou com a participação deste;
- Participar em coproduções ou na colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação municipais que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo município do Porto;
- Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
- Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, no âmbito da sua operação, manutenção e utilização;
- Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
- Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo de âmbito nacional e internacional;
- Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
- Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
- Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a sua área de atuação;
- Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
- Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos correlacionados e necessários às suas atividades, mantendo o cadastro dos bens que lhe são confiados organizado e atualizado;
- Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
- Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
- Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

## 2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2024–2028

### 2.1 Enquadramento do orçamento para 2024–2028

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) teve por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da Ágora na prossecução dos seus objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, físico-emocional, cultural e económico dos portuenses e visitantes do mundo. O objetivo final da intervenção da Ágora é a dinamização cultural da cidade e o incremento da qualidade dos serviços desportivos e de entretenimento prestados aos cidadãos pela autarquia, melhorando a qualidade de vida dos munícipes e de todos os que visitam a cidade;
- Gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos encargos com a manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; e (v) obrigações fiscais e legais;
- Concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora e dos que se encontrem sob a sua gestão.

### 2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2024 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto. O referido subsídio é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e atividades de natureza desportiva desenvolvidas pela Ágora e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. Adicionalmente, o referido subsídio à exploração visa igualmente assegurar os encargos decorrentes da exploração dos equipamentos culturais cuja gestão o Município do Porto atribuiu à Ágora. De salientar que o referido subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à Ágora se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultados para 2024 e 2025, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Adicionalmente, a Ágora desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. As referidas prestações de serviços abarcam a organização de um vasto conjunto de eventos no âmbito da cultura e do entretenimento. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.



## 2.3 Investimentos propostos para o período de 2024–2028

O investimento previsto em 2024 terá como alvo as seguintes áreas:

- Requalificação dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora;
- Aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos culturais sob gestão da Ágora;
- Equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de equipamentos informáticos e software destinado aos serviços transversais e de suporte.

Para os anos de 2025 e 2028, prevê-se dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida para 2024.

## 2.4 Contingências fiscais e de contencioso

O processo relativo à aplicação do Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) encontra-se em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino. Esta entrega aconteceu no momento da realização do capital social da Ágora aquando da sua constituição. De referir ainda que a Ágora obteve decisões favoráveis, quer relativamente ao IMT da sede quer ao do Monte Aventino, tendo a Autoridade Tributária recorrido somente do IMT deste último.

## 2.5 Critérios de gestão

Este documento considera a gestão para o período de 2024-2028, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descuidar o equilíbrio das contas da Ágora, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da Ágora para o período de cinco anos em análise visará igualmente:

- Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo adicionalmente à função social da empresa, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

## 2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2024

Em 2023 deu-se início ao processo de revisão da estrutura organizacional existente, que pela sua abrangência e diversidade de áreas de intervenção, se revelou num exercício de particular complexidade.

Nos próximos anos, mantém-se a intenção de promover o desenvolvimento da política de gestão de pessoas, aumentando a sua proximidade e transparência. Os maiores desafios prendem-se com a implementação de novos procedimentos, a aprendizagem de novas competências e a necessária adaptação às transformações ocorridas na empresa, por força do crescimento das suas atribuições. Reforçar-se-á ainda a componente de desenvolvimento de políticas laborais e sociais.

### Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresentará o quadro de pessoal previsional de 338 trabalhadores para o ano de 2024, segundo os seguintes vínculos contratuais.

Vínculo	Colaboradores
Conselho de Administração	3
Quadro	295
Cedência	40
<b>Total</b>	<b>338</b>

Incluem-se no quadro anterior os três membros do Conselho de Administração, sendo que, de acordo com o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados.

### Custos

Os valores considerados em termos de custos são globais, e retratam por um lado a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

### Desenvolvimento pessoal

Prosseguir-se-á a aposta na melhoria da comunicação interna da Direção de Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação, em articulação com a Direção de Comunicação e Imagem.

Continuar-se-á a desenvolver um conjunto de políticas de promoção de saúde e bem-estar no trabalho, articulando com as várias unidades orgânicas a sua aplicação. Em simultâneo, avançar-se-á no sentido de proceder a uma melhoria das condições de trabalho, bem como de maior conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Tendo presente que o desenvolvimento pessoal e de carreira dos trabalhadores passa pela articulação e valorização da avaliação de desempenho e da formação, continuarão a ser estas as pedras basilares da política de Gestão de Pessoas.

O plano de formação em curso procurará corresponder às necessidades identificadas por cada Unidade Orgânica, antecipando igualmente matérias que requererão desenvolvimento futuro.

Em paralelo, mantém-se o compromisso da empresa em proceder ao alargamento do sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015), através do controlo da implementação de ações de melhoria e corretivas e da dinamização de ações formativas. Numa perspetiva de melhoria contínua, proceder-se-á à revisão dos normativos internos, adequando-os à realidade presente.

## 2.7 Pressupostos dos Instrumentos de Gestão Previsional

### a) Contrato programa de 2024-2028

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, tendo em vista assegurar as despesas associadas aos seguintes setores:

- Serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao município do Porto.

### b) Contratos de prestação de serviços com o município do Porto de 2024-2028

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas com rendimentos de exploração as quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços da Ágora ao município nas áreas da cultura, desporto e entretenimento;
- Prestação de serviços de coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular ao município do Porto;
- Prestação de serviços de estacionamento ao município do Porto.

### c) Atividade não comparável com o ano de 2023

Prevê-se a continuidade da atividade da Ágora no período 2024–2028 em condições similares ao período corrente, apesar das incertezas que marcam a atualidade.

### d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2024 foram considerados os seguintes pressupostos:

Pressupostos	2024	2025	2026	2027	2028
Taxa de inflação anual <sup>1</sup>	3,60%	2,10%	2,10%	2,10%	2,10%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa média de progressão salarial	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º de dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º de dias)	10	10	10	10	10

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Portugal



## e) Outros Pressupostos

**Processos de impugnação judicial – IVA liquidado em excesso ao município (2010, 2011 e 2012)**

Na sequência dos pedidos de revisão oficiosa do ato tributário apresentados pela Ágora junto da Autoridade Tributária relativos ao IVA liquidado em excesso ao município do Porto nos anos de 2010, 2011 e 2012, foram interpostos os seguintes processos de impugnação judicial:

- Em face do decurso do prazo para presunção do indeferimento tácito da Administração Tributária do pedido de revisão oficiosa do ato tributário apresentado relativamente ao ano de 2012 (referente a um montante de IVA liquidado em excesso ao município de 802.575 euros), a Ágora avançou com processo de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 2635/16.0 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto];
- No final de 2016, a Administração Tributária notificou a Ágora do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativamente ao processo de IVA liquidado em excesso no montante de 504.257 euros referente aos anos de 2010 (185.617 euros) e 2011 (318.610 euros). Em face da referida decisão, entendeu a Ágora encetar processo de impugnação judicial da mesma junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 549/17.6 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto - UO4]; No entanto, tendo em conta que as autoliquidações do IVA referentes aos períodos de tributação de janeiro a outubro de 2010 não estão abrangidas pelo prazo legal de 4 anos, o pedido de revisão oficiosa apenas irá ser apreciado pelos períodos de novembro e dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011;
- Ainda no final do ano de 2016, foi a Ágora notificada do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativo a 2012 descrito acima, pelo que, com base nesta posição da Administração Tributária, avançou com a impugnação judicial da referida decisão (explícita) junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto;
- Por sentença transitada em julgado em 16/09/2021 no Processo n.º 549/17.6 BEPRT, foi julgada procedente a impugnação da Ágora, pelo que, em consequência, deverá a Autoridade Tributária apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente formulado;
- Em maio de 2022, a Ágora foi notificada de audição prévia, para apresentar os documentos retificativos das faturas referentes ao período de tributação de novembro de 2010 a dezembro de 2011, pelo que o valor considerado pela Ágora apenas tem em conta o valor dos períodos mencionados, no montante de 353.612 euros.

Considerando a matéria em discussão, e tendo por base a análise jurídica realizada, o Conselho de Administração da Ágora tem a expectativa de que, em sede de impugnação judicial, será reconhecido o mérito dos fundamentos subjacentes aos pedidos de revisão do ato tributário descritos anteriormente.

No entanto, em caso de decisão desfavorável e conforme instrução do município do Porto, suportada em parecer jurídico, a Ágora procederá à reversão dos movimentos contabilísticos inicialmente efetuados sem qualquer impacto no Património Líquido e nos Fluxos de Caixa, dando conhecimento do facto ao município conforme instrução do mesmo.

Não sendo possível estimar a data de desfecho deste processo judicial, mantém-se no ativo da empresa o valor a receber, e no passivo a respetiva contrapartida durante todo o período de projeção dos IGP.

*ef*

*5/6*





### 3. Plano anual de atividades

#### 3.1 Cultura

##### 3.1.1 Departamento de Artes Performativas

- a) Teatro Municipal do Porto
- b) DDD - Festival Dias da Dança
- c) CAMPUS Paulo Cunha e Silva
- d) Ecologia e Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

O Departamento de Artes Performativas (DAP), através dos seus eixos e projetos para as artes performativas: o TMP – Teatro Municipal do Porto, nos seus dois teatros (Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre); o DDD - Festival Dias da Dança e o CAMPUS Paulo Cunha e Silva – apresentam uma programação local, nacional e internacional traduzida pela presença de inúmeros artistas e companhias, incentivando e promovendo o crescimento do tecido artístico e gerando uma maior diversidade da oferta cultural na cidade.

Estabilizados que se encontram estes eixos e projetos, e no contexto de uma nova codireção do Departamento de Artes Performativas – constituída por Cristina Planas Leitão e por Drew Klein – pretende-se projetar os anos futuros dando continuidade aos objetivos e missão do TMP – Teatro Municipal do Porto, do DDD – Festival Dias da Dança e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva nos seguintes pontos:

- O forte investimento no apoio aos artistas e na criação e formação de públicos, ouvindo e dialogando com as estruturas, com as companhias e com os parceiros locais, nacionais e internacionais, numa cumplicidade e num compromisso inabaláveis com o Porto e com a cultura;
- A organização da 8.ª edição do DDD – Festival Dias da Dança, envolvendo os municípios de Matosinhos e Gaia, os coprodutores e parceiros do Festival, e contando com o mecenato do BPI / Fundação La Caixa. O Festival permite alargar a circulação de algumas criações por outros territórios, e também ao *DDD CAMPUS*, através da formação intensiva para profissionais das artes performativas;
- A consolidação do projeto artístico e da missão do espaço de trabalho e de residências artísticas CAMPUS Paulo Cunha e Silva (CAMPUS PCS) na sua atividade, que permitirá um acompanhamento regular e atento a um determinado número de artistas selecionados através de *open call*, com júri rotativo;
- A manutenção do TMP de forma bem presente e ativa no circuito internacional das artes performativas, pela via de coproduções internacionais e da participação em projetos europeus;
- A continuidade de sólidas e importantes parcerias que alicerçam a programação do TMP com instituições de referência da cidade e do país;
- Ao nível da cooperação internacional, pretende dar-se continuidade aos projetos internacionais ativos como são o *Future Laboratory* e o *IMPACT*, bem como a integração em novas redes e projetos como o *Big Pulse Alliance* e a *Rede Grand LUXE*;
- O contínuo e transversal investimento nas questões de acessibilidade e inclusão relativamente a públicos, artistas e equipas, nos três eixos do projeto artístico – TMP, DDD e CAMPUS PCS –, iniciadas durante as edições anteriores do DDD e que terão maior regularidade e presença nas temporadas 23/24 e 24/25;





- No que concerne ao plano de ecologia e sustentabilidade, pretende dar-se continuidade ao pensamento estratégico para o TMP / DDD / CAMPUS PCS, sobre o enorme trabalho iniciado nas temporadas anteriores para redução da pegada ecológica através de ações que tiveram como objetivo a minimização e substituição do uso de papel (de que é exemplo o CAMPUS PCS - espaço totalmente *paper free*), implementando soluções de comunicação digitais através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais), soluções essas que são aplicada tanto às práticas de trabalho da equipa interna como nos materiais de divulgação.

As temporadas 23/24 e 24/25, que neste documento se intersectam pela programação do ano de 2024 (que de seguida se pormenorizará), serão assim norteadas por estes eixos, robustecendo a condição e a ação do TMP nos planos nacional e internacional das artes performativas.

## DAP - A missão e os principais eixos estratégicos

O TMP, desde a sua criação em 2014, detém como principal eixo de intervenção estratégica o trabalho e envolvimento com diferentes e múltiplas comunidades, através de projetos e processos artísticos que privilegiam e têm por base a produção artística multidisciplinar, esbatendo continuamente as fronteiras entre as diversas disciplinas, mas sempre conscientes da sua importância para o desenvolvimento do discurso artístico.

Nos polos do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre é desenvolvido um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Literatura, Pensamento – num programa orientado para (e aberto a) diferentes e diversos públicos.

O TMP intervém sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e também dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional ou mesmo absoluta.

O seu programa *Escolas e Comunidades* e a atividade de mediação estabelece e promove a proximidade com os diferentes públicos do TMP / DDD / CAMPUS, numa relação com as comunidades que se pretende continuada, promovendo a divulgação da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis que estimulam a reflexão e uma perspectiva crítica e ativa.

O DDD - Festival Dias da Dança, um dos projetos basilares que integram a missão do DAP, no que diz respeito ao apoio, circulação e internacionalização de artistas (com enfoque para os artistas que trabalham a partir da cidade) na área da dança contemporânea expandida. O significativo crescimento do festival nas suas últimas edições, tornou-o agregador e inscreveu-o nos circuitos internacionais, contudo sempre atento ao panorama nacional e da região, o DDD - Festival Dias da Dança é atualmente um ponto de passagem (e paragem) obrigatória, para artistas e públicos das artes performativas no mês de abril, em torno do Dia Mundial da Dança (29 de abril).

No CAMPUS Paulo Cunha e Silva continua-se o trabalho de promoção do espaço e tempo adequados para o trabalho artístico, partindo da premissa de que os períodos de residência e investigação são de facto trabalho e por isso mesmo devem ser apoiados financeiramente. No CAMPUS PCS existe a dinâmica de partilha entre artistas e a formação, refletindo-se sobre formas e metodologias de trabalho, com enfoque no apoio ao desenvolvimento do tecido cultural, sobretudo de artistas e companhias da cidade, direcionado para as áreas de dança, teatro, cruzamentos disciplinares, circo contemporâneo, formas animadas, escrita e reflexão - este sim, um projeto de desenvolvimento a longo prazo e que influirá nos discursos contemporâneos do panorama artístico.

O Teatro Municipal do Porto, o DDD – Festival Dias da Dança e o CAMPUS Paulo Cunha e Silva norteiam-se e definem-se, assim, nos pontos seguintes:

1. Um projeto cultural ancorado em dois teatros emblemáticos da cidade, o Rivoli e o Campo Alegre, o CAMPUS Paulo Cunha e Silva, polo dedicado a residências artísticas e à formação, um equipamento de extrema relevância estratégica para o Executivo Municipal e seus planos para a cultura no Porto e na região;
2. Um projeto artístico com programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
3. Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica – visto e tido como referência para estas comunidades – com visibilidade nacional já estabelecida e notoriedade internacional;
4. Um projeto que apresenta um grande número anual de propostas artísticas ao nível nacional, na sua programação geral, e que coproduz e promove um dos mais relevantes festivais de dança contemporânea no país, o DDD – Festival Dias da Dança;
5. Um projeto ativo na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos e no seio da comunidade em geral;
6. Um projeto com uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infanto-juvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do *Serviço Educativo – Escolas e Comunidade e a Mediação*, com programação de espetáculos, *workshops*, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação de comunidades e grupos escolares;
7. Um projeto artisticamente atento às questões de ecologia, sustentabilidade e acessibilidade através da renovação e integração de novas práticas de trabalho e da oferta de conteúdos artísticos acessíveis a diferentes públicos.

## O Departamento de Artes Performativas em 2024

### a) O Teatro Municipal do Porto

#### Estratégia de programação

A programação do Teatro Municipal do Porto para o ano de 2024 assentará nos pontos seguintes:

1. Manutenção das relações com artistas e companhias, sobretudo da cidade, assegurando condições para a continuidade no desenvolvimento dos seus trabalhos, assim como a consolidação dos hábitos e das rotinas que têm vindo a ser promovidos e estimulados nos diversos e diferentes públicos - ainda que novas vias tenham que ser exploradas, conforme o antes explanado;
2. Prossecução de um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, mantendo assim uma oferta diversificada com a qual os diferentes tipos de públicos se podem identificar;
3. Reforço no investimento no apoio à criação artística, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, solidificando assim o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo);
4. Contínua internacionalização do DAP através da integração em projetos europeus, redes internacionais de criação e intercâmbio de artistas, e ainda pela via da copresentação com diversos teatros e festivais internacionais, permitindo deste modo uma maior circulação de artistas nacionais e internacionais no TMP / DDD / CAMPUS PCS.

O desenho artístico do TMP manterá a base e os pressupostos da sua programação regular – na sua multidisciplinaridade, diferentes estéticas e proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria; e uma vez mais, reforçando o papel da dimensão digital e *online*.

Destacam-se aqui alguns dos momentos da programação, que entre muitos outros, irão implementar e materializar a Missão do Teatro Municipal do Porto, com base na estratégia aqui enunciada:

- O *IMPACT* (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies), liderada pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), o Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) e as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo do qual o TMP faz parte. O projeto visa o desenvolvimento de um programa de estudos em coreografia e performance, com vertente teórica e prática;
- O *Future Laboratory*, projeto que envolve 12 instituições internacionais: o TMP, Théâtres de la Ville de Luxembourg (Luxemburgo), Staatstheater Mainz (Alemanha), Queen's Theatre, Hornchurch (Inglaterra), Théâtre de Liège (Bélgica), Centro de Cultura Contemporânea Conde Duque (Espanha), Cyclorama (França), La Comédie de Reims (França), Théâtre National de Strasbourg (França), Fondazione Piccolo Teatro Milano (Itália), Nowy Teatr, Varsovia (Polónia), Teatrul Tineretului, Pietra Neamt (Roménia), que visa a criação de uma rede de artes performativas, com a participação de 15 artistas emergentes, que se dedicarão em três residências a uma pesquisa artística com comunidades desfavorecidas locais e que teve início em 2022 e terminará em 2025;
- O 92.º Aniversário do Teatro Rivoli, em janeiro de 2024, será celebrado como habitualmente no Teatro Rivoli, mas em 2024 a programação estende-se também ao Teatro Campo Alegre através de um programa composto por artistas da cidade e artistas internacionais, composto por estreias nacionais e internacionais;
- A continuidade dos programas *Retratos*, *Double Trouble*, do apoio de relevantes festivais de teatro e circo da cidade, como são o FITEI – Festival Internacional de Teatro e Expressão Ibérica e o Trengo – Festival de Circo, respetivamente.

---

## Dança

A área da Dança Contemporânea continuará a ter destaque singular na programação do TMP, mantendo o equilíbrio com outras disciplinas, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas/companhias/estruturas residentes.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade – sessões em Língua Gestual Portuguesa, Audiodescrição e legendagem.

**Artistas / Companhias nacionais:** Né Barros & Jorge Gonçalves / Balleteatro, Gio Lourenço, São Castros e António Cabrita / Instável - centro Coreográfico, Sofia Dias & Vitor Roriz, Marlene Monteiro Freitas / Dançando com a Diferença, Tita Maravilha, Companhia Nacional de Bailado / Shechter – Vasco - Ohad, Visões Úteis, Susana Chiocca, Daniela Cruz, Joana Magalhães, Victor Hugo Pontes e também as sessões em noite *Double Bill dos Palcos Instáveis* nas temporadas 23/24 e 24/25 (sessões compostas pela apresentação de artistas).

**Artistas / Companhias internacionais:** Miet Warlop (Bélgica), Gosia Wdowik (Polónia), Ballet de Lorraine (França), Dan Daw Creative Projects (Austrália), Horde (França), Trajall Harrell (Estados Unidos América), Chunky Move (Austrália), Faye Driscoll (Estados Unidos América), Carolina Bianchi (Brasil) entre outros ainda a definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos Né Barros & Jorge Gonçalves / Balleteatro, Gio Lourenço, São Castros e António Cabrita / Instável - Centro Coreográfico, Sofia Dias & Vitor Roriz, Tita Maravilha, Susana Chiocca, Daniela Cruz, Victor Hugo Pontes e os vários artistas que integração as sessões dos *Palcos Instáveis* assim como as coproduções internacionais do trabalho de Gosia Wdowik (Polónia) entre outras a definir, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e europeu.



## Teatro

A programação de Teatro do TMP é delineada tendo em consideração a oferta cultural, em diálogo com estas e com outras instituições da cidade, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP - com especial enfoque nas novas dramaturgias -, o teatro internacional tem vindo a ocupar também um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação do Teatro Nacional São João;
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação;
- Acessibilidade - sessões em Língua Gestual Portuguesa, Audiodescrição e legendagem.

**Companhias / Encenadores Nacionais:** Teatro Praga, Rita Barbosa, Marco Martins, Ensemble de Actores, Cláudia Gaiolas / Teatro da Meia Volta e depois à esquerda quando eu disser, Raquel André, Teatro Experimental do Porto, Isabel Zuáa / Auroras Negras, Raquel S., Rui Catalão, Maria Inês Marques, Raimundo Cosme, Luis Mestre, Estrutura, outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Teatro Praga, Rita Barbosa, Marco Martins, Ensemble de Actores, Cláudia Gaiolas / Teatro da Meia Volta e depois à esquerda quando eu disser, Raquel André, Teatro Experimental do Porto, Isabel Zuáa / Auroras Negras, Raquel S., Rui Catalão, Maria Inês Marques, Raimundo Cosme, Luis Mestre, Estrutura outros a confirmar/definir.

---

## Festivais

### FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

À data de elaboração deste documento, a programação do FITEI 2024 encontra-se ainda em elaboração.

---

## Música

As escolhas na música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro Municipal do Porto.

### Eixos:

- Concertos de câmara no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- *Understage* - ciclo dedicado à música contemporânea, inserida no circuito alternativo (a decorrer no subpalco do Teatro Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da Casa da Música, do Coliseu do Porto ou do Hard Club;
- Concertos "mainstream qualificado" nos Grandes Auditórios do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre.



Será no Grande Auditório do Rivoli (palco principal ou subpalco) que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo na programação do TMP, continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, pouco conhecidos e de sonoridades diversas, com periodicidade mensal.

O *Ciclo Understage*, iniciado em 2015, conta novamente em 2024 com a parceria de três estruturas da cidade: a Matéria Prima, a Lovers & Lollypops e a Amplificasom, responsáveis pela programação. Este ciclo acontece uma vez por mês, no Subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Manter-se-á de igual forma a parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, dando a conhecer os *Novos Talentos* da música clássica, em 2024, com a particularidade de passarem a ser apresentados dois concertos na mesma sessão, com uma regularidade bimensal, formato que se manterá até ao final da temporada 2023-2024.

De referir também a realização do Festival Porta Jazz, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela Associação Porta Jazz na promoção deste estilo musical.

---

### **Marionetas / Formas Animadas**

As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como já é tradição na programação regular do Teatro Municipal do Porto. Esta presença é mais intensa em outubro, altura em que se coproduz e apresentam vários espetáculos no âmbito do FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto.

Como habitualmente neste período, o festival continuará a manter o seu quartel-general no Teatro Rivoli. A edição do FIMP 2024 encontra-se prevista para o período compreendido entre 11 e 24 de outubro de 2024, estando a programação em elaboração.

---

### **Circo Contemporâneo**

Dando sequência às temporadas anteriores, o TMP continuará a dedicar grande atenção ao circo contemporâneo, de forma crescente e regular na sua programação, através dos festivais e mostras.

#### **Eixos:**

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina.

Em 2024, manter-se-á o apoio ao TRENCO – Festival de Circo do Porto (junho) e à Mostra Estufa (novembro), promovidos pela Erva Daninha, uma das mais importantes companhias do país na área do novo circo.

No âmbito do TRENCO, em junho de 2024, encontra-se prevista a apresentação da Companhia O Coletivo Instrumento de Ver (Brasil), e do seu espetáculo *23 fragmentos desses últimos dias* no Grande Auditório do Teatro Rivoli.

---

## Cinema

Em 2024, o Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da Medeia Filmes no Teatro Campo Alegre, muitas outras colaborações terão sequência, resultando de parcerias continuadas.

### Eixos:

- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais, em torno de distintos universos e temáticas – promovendo a diversificação dos públicos;
- Companhia residente (Medeia Filmes e Casa da Animação).

---

## Literatura

O ciclo *Quintas de Leitura* mantém-se enquanto projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre, comemorando em 2024 o seu 23.º aniversário. Para assinalar a efeméride, está a ser preparada uma antologia poética – *Mudançar é Preciso*, com curadoria e seleção de poemas de João Gesta em colaboração com os vários poetas que integrarão a obra.

O Café Rivoli continuará a acolher lançamentos de livros, de obras e de autores relevantes no contexto literário nacional. Os Cafés Literários – sessões onde se dão a conhecer novos autores e novas obras, em formatos informais e descontraídos, numa deambulação intercalada entre o Teatro Campo Alegre e o Teatro Rivoli - prosseguem, com duas sessões previstas para 2024.

---

## Pensamento

Manter-se-á, mensalmente, o Ciclo de Conferências em parceria com a Universidade Lusófona do Porto. Na temporada 23/24 o tema *Materialidade e Objectualidades* contará com cinco sessões com oradores nacionais e internacionais. Uma vez mais, a curadoria do ciclo é feita em colaboração pela Professora Isabel Babo, o Professor Bragança de Miranda e Manuel Bogalheiro.

---

## Performance / Cruzamentos Disciplinares

O programa *Double Trouble* (iniciado em novembro de 2020 e ao qual se tem dado continuidade pelas temporadas seguintes) concentra algumas propostas de programação combinada. *Double Trouble* é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.

O *Double Trouble*, em março 2024, apresentará trabalhos da artista Raquel André numa noite combinada com um projeto internacional ainda a definir. A programação do *Double Trouble* continuará no 2.º semestre de 2024, estando previsto um segundo momento em outubro de 2024, cuja programação ainda se encontra em definição.

### Eixos:

- Possibilidade para a apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitam, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a performance, as artes visuais, etc.) – promovendo a diversificação de público –, sobretudo no contexto do programa *Double Trouble*.



## Programas e Projetos

### Serviço Educativo - Escolas e Comunidade

#### Mediação

O Teatro Municipal do Porto tem na mediação e na relação com os públicos um dos seus principais eixos de ação, propondo um conjunto de conteúdos e atividades conectados com a programação artística, para todos os públicos.

Tal traduz-se em conteúdos digitais – *Descortinar* e *Mescla* – mas também em atividades *online* e/ou presenciais, podendo, neste caso, ter lugar nos teatros Rivoli e Campo Alegre, no CAMPUS Paulo Cunha e Silva ou em contexto escolar.

A partir da diversidade das obras artísticas apresentadas, pretende-se possibilitar aos públicos do Teatro Municipal do Porto um diálogo próximo e construtivo com estas obras, os seus criadores e processos, fornecendo chaves para um descortino consciente e sustentado.

Estas atividades e conteúdos visam, assim, expandir a reflexão e o debate sobre as artes performativas na sua desejável relação com outras áreas artísticas, do saber e do viver em sociedade.

#### Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar as atividades dirigidas especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/ participantes.

---

## Participar

### Aquecimento Paralelo

É uma oficina existente na programação do TMP desde 2016 – dinamizada por um artista – que acontece associada a um espetáculo, desafiando quem nela participa a experimentar, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona uma relação com os espetáculos bastante diferente da relação habitual.

---

### Masterclasses

Orientadas por artistas presentes na programação regular do Teatro Municipal do Porto, as *masterclasses*, têm como objetivo aprofundar, descobrir ou complementar os espetáculos. Habitualmente são convidados estudantes de artes performativas e de outras áreas a dialogar, a ouvir, e a experimentar na primeira pessoa, as práticas e experiências artísticas que integram a temporada.

---

### Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta e participada com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser apresentado e sobre o qual se pretende estimular uma reflexão consciente, por parte de todos daqueles que assistiram ao trabalho.

### **Pau para toda a Obra**

Desenvolvidas em contexto escolar, estas oficinas levam artistas às escolas para desenvolver uma oficina de movimento com os alunos, em torno de um espetáculo inserido na programação do Programa para a comunidade escolar do Teatro Municipal do Porto, em estreita articulação com os docentes e demais profissionais das escolas e jardins de infância, assim como com as equipas artísticas e/ou pedagógicas associadas aos espetáculos e iniciativas que integram a programação.

---

### **Visitas guiadas**

O Teatro Municipal do Porto abre as portas dos seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores e dá a conhecer estes dois teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha.

---

### **Programa de Residências Artísticas**

O programa de residências artísticas do TMP concentra-se desde junho de 2021, após abertura do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, em atribuição de espaço de trabalho às coproduções do TMP e DDD - Festival Dias da Dança.

Adicionalmente, no Teatro Campo Alegre, existirá durante o ano de 2024 um programa de residências de longa duração.

---

### **IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)**

Este projeto teve como objetivo a criação e o desenvolvimento conjunto de um programa / um curso internacional de coreografia e *performance-art* (denominado *IMPACT*) dirigido a bailarinos/coreógrafos/performers que possuam já alguma experiência (cinco anos de atividade após a conclusão da formação académica), e que pretendam prosseguir na carreira internacionalmente.

Na edição de 2024 apresentar-se-ão duplas de artistas por programa, tais como Ligia Soares, Guilherme Sousa & Pedro Azevedo e Cátia Pinheiro / Estrutura e André E. Teodósio / Teatro Praga.

As temáticas e conteúdos do programa versarão sobretudo na prática e experimentação, no desenvolvimento de ferramentas / técnicas / métodos de criação, pesquisa, análise / pensamento crítico, na interdisciplinaridade, na apresentação pública / ao público, na reflexão e no empreendedorismo.

O projeto *IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)* foi alvo de candidatura europeia, aprovada no início da temporada 2022/2023 e é liderado pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) bem como as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo que o TMP integra. As sessões de trabalho para desenvolvimento do projeto estão em curso.

---

### **92.º Aniversário do Teatro Rivoli**

Anualmente, em torno do dia 20 de janeiro, celebra-se a data do Aniversário do Teatro Rivoli, o teatro da cidade, com portas abertas e uma programação que atravessa áreas fundamentais da programação do TMP.

Para assinalar a data, as celebrações serão levadas a cabo nos dois polos, no Teatro Rivoli e no Teatro Campo Alegre, com propostas de artistas que trabalham a partir da cidade e também artistas internacionais: Miet Warlop, Rita Barbosa, Né Barros & Jorge Gonçalves / Balletteatro e Sound Preta - numa programação multidisciplinar que abrange a dança, o teatro e a música.

## b) DDD - Festival Dias da Dança em 2024

O DDD – Festival Dias da Dança partiu da ideia de ligação entre as cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, na oferta de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.

Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual, com organização do DAP e com a parceria das câmaras municipais de Gaia e Matosinhos, é ainda sustentado por inúmeras outras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras, das quais se destacam Serralves, o Coliseu, Balletteatro, entre outras – contando com o mecenato da Fundação BPI / La Caixa.

A edição de 2024 do Festival DDD, à semelhança do que sucede com a programação regular do TMP, é projetada com base na experiência adquirida, assente, na Missão e nos objetivos programáticos do Festival.

### A Missão

O DDD – Festival Dias da Dança assenta nos seguintes eixos:

- A promoção e o desenvolvimento do sector da dança contemporânea em Portugal, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional – pela priorização do movimento face à palavra – e consequentemente de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;
- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas, e mais concretamente na dança contemporânea, a partir do Porto – consequência do investimento realizado nos últimos anos pelo município do Porto nas estruturas artísticas da região, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- O contributo para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente e sustentável do sector das artes performativas – especificamente da dança contemporânea - e dos seus profissionais, nos panoramas nacional e internacional.

---

### Os principais objetivos

Como principais objetivos, o DDD – Festival Dias da Dança almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região norte do país, com enfoque na dança contemporânea e a promoção de uma intensa circulação de públicos nacionais e internacionais, através de uma programação vasta e diversificada - nos conteúdos e na forma -, na qual se apresenta uma multiplicidade aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do festival;
- A internacionalização do festival e o investimento na vinda de programadores internacionais, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma intersecção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde workshops a masterclasses, desde conversas pós-espetáculo a mesas redondas e demais encontros);
- A consolidação de um festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular.



### O programa artístico em 2024

Na programação nacional do DDD - Festival Dias da Dança 2024 constam os nomes de Catarina Miranda, Luísa Saraiva, Piny, Diana Niepce, João dos Santos Martins, Alice Ripol, Wura Moraes, Odete, Marco da Silva Ferreira, Bomber Crew, entre outros a confirmar.

No alinhamento internacional figuram Alice Ripol (Brasil), Jan Martens (Bélgica), Jeftha van Dinther (Alemanha), Amanda Piña (Viena, México), Kate McIntosh (Nova Zelândia), Jeremy Nedd (USA, Suíça).

Como habitualmente, o DDD contará ainda com um vasto programa (cuja definição se encontra em curso à altura da elaboração deste documento) de formação e mediação de públicos em torno dos artistas e dos espetáculos programados ocupando o CAMPUS Paulo Cunha e Silva – DDD CAMPUS.

### c) O CAMPUS Paulo Cunha e Silva

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva (CAMPUS PCS) – espaço para a prática e pesquisa de disciplinas convergentes e para o desenvolvimento artístico, onde artistas podem sentir-se acolhidos e em casa – afirma-se como um espaço central de trabalho na cidade bem como o seu importante posicionamento no panorama artístico nacional.

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva continua a promover um programa plural, de acesso livre através de marcação, no caso das reservas de estúdio ou por *Open Call* no caso das residências (artísticas e técnicas), que permite colmatar a falta de espaços de trabalho na cidade e ser em simultâneo um projeto pivô no que toca ao acompanhamento artístico de residências e promoção de um espaço de investigação.

No âmbito do *Open Call - Residências Artísticas 23/24*, lançado em 6 de março 2023, foram selecionados 9 artistas locais, 5 artistas nacionais e 4 artistas internacionais, para a realização de 18 residências, de um total 173 candidaturas recebidas.

Ao nível internacional, o CAMPUS PCS irá acolher novamente o programa de residências artísticas - *Residências Cruzadas*. Os artistas, ainda a selecionar, desenvolverão o seu trabalho artístico no CAMPUS PCS ao longo de três semanas com as mesmas condições logísticas e financeiras dos artistas selecionados no âmbito da *Open Call*.

O mesmo acontecerá com os parceiros europeus que acolherão os artistas portugueses para desenvolver uma residência, suportando as condições financeiras e logísticas deste acolhimento. A seleção destes artistas ainda se encontra por definir.

No âmbito da *Open Call Residências Técnicas 23/24* no Teatro do Campo Alegre, lançado a 6 de março 2023, foram selecionados dois artistas locais e dois artistas nacionais, num total de oito candidaturas. No âmbito desta *Open Call* estará em residência técnica no Teatro do Campo Alegre em 2024 (1.º semestre) a artista Sara Vieira Marques.

Ainda em 2024, estão previstas mais duas residências técnicas que serão selecionadas no âmbito da *Open Call 24/25* que será lançada no 1.º trimestre de 2024.

A 4.ª Edição do *Reclamar Tempo* foi lançada a 18 de setembro 2023. Este é um programa de pesquisa e investigação artística, que permite aos artistas parar para (re)pensar os seus processos criativos, os modos de produção artística e a reflexão sobre a construção de discurso. Pretende-se resgatar tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada uma a médio prazo, o discurso coletivo da cidade do Porto.

Este programa apoiou na temporada 23/24, seis projetos de artistas/coletivos locais e nacionais para um período de pesquisa e investigação.

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva, enquanto espaço privilegiado para a formação e experimentação, um laboratório para o teste/ensaio e para o erro, proporcionou o acesso a práticas expandidas de nível avançado, que abrangeram várias disciplinas, com foco na partilha de prática artística (e não tanto na formação teórica em si). Pretendeu-se, desta forma, promover a existência de práticas expandidas físicas, diárias e acessíveis aos profissionais da cidade e a todos os visitantes, aprofundando metodologias e conhecimento, promovendo sinergias e enriquecendo a comunidade local, simultaneamente gerando oportunidades de trabalho para formadores locais.

É neste contexto e enquadramento que o CAMPUS Paulo Cunha e Silva rege a sua atividade, na prossecução dos seguintes objetivos:

- Favorecer e apoiar o desenvolvimento de projetos resultantes do meio criativo, nas áreas performativas;
- Dar resposta à intensa procura de espaço e de condições de trabalho, por parte dos artistas;
- Fomentar espaços informais de contacto, de cooperação e de convergência entre artistas;
- Acolher projetos em fase de criação nas áreas performativas, disponibilizando espaços, condições e períodos adequados ao seu desenvolvimento;
- Incrementar uma forte vertente formativa, contribuindo desta forma para a formação de diversos públicos.

Todos estes eixos de intervenção, no seu conjunto, na sua articulação e sinergia, fazem do TMP e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva espaços privilegiados para a apresentação, a experimentação, a discussão e a reflexão, verdadeiros laboratórios com portas abertas para a descoberta da prática artística contemporânea e para o incremento do conhecimento.

---

### **Programa de Residências Artísticas**

Para além das residências de longa duração que decorrem no Teatro Campo Alegre (com cinco estruturas residentes), o CAMPUS acolhe a grande maioria de residências artísticas (através de Open Call), tendo alargado a capacidade de resposta do TMP às inúmeras solicitações de artistas e companhias que necessitam de espaços para desenvolverem o seu trabalho.

Cerca de 50% da utilização dos estúdios do CAMPUS corresponde à possibilidade de reserva imediata de espaço de trabalho, gratuita, em plataforma digital. Este eixo do programa artístico que contempla um apoio financeiro (550,00 euros, a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, por semana de duração da residência) destina-se a artistas locais, nacionais e internacionais, que trabalhem nas áreas da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares.

O objetivo deste eixo de atividade é apoiar a criação artística e consolidar o tecido artístico profissional, disponibilizando recursos e espaços com condições excecionais que proporcionam aos artistas tempo e espaço para pesquisar, criar, ensaiar e partilhar os seus processos criativos.

---

### **Programa de Residências Técnicas**

O programa de *Residências Técnicas* do CAMPUS Paulo Cunha e Silva dirige-se a artistas e companhias profissionais (estabelecidas e emergentes), cujas linhas de trabalho se situam no domínio da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares, com o objetivo de desenvolver projetos artísticos, na sua fase de criação ou para aprofundamento/remontagem de peças já existentes, privilegiando-se trabalhos na sua fase final de criação antecedente à estreia.

Este programa consiste na atribuição de quatro Residências Técnicas de âmbito local e nacional.

As residências serão realizadas no Teatro Campo Alegre, com a duração de duas semanas consecutivas, em horário a definir com a equipa técnica e de produção, de acordo com o plano de trabalhos do artista/companhia/coletivo.

As datas para a realização das *Residências Técnicas 2023-2024* do 1.º semestre de 2024 são as seguintes:

- 30 de janeiro a 10 de fevereiro de 2024, na Sala Estúdio do Teatro Campo Alegre;
- As datas das residências técnicas que se irão realizar em 2024 encontram-se em definição;

Adicionalmente, será atribuída e contratualizada com os titulares dos projetos selecionados, uma verba no valor de 550,00 euros, a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor (se aplicável), por semana de duração da residência, mediante entrega de fatura/recibo correspondente. Será ainda disponibilizado o alojamento para um máximo de quatro pessoas, mediante disponibilidade de espaço, nos apartamentos do Teatro Campo Alegre.

### **Programa Reclamar Tempo**

O programa *Reclamar Tempo*, iniciado em 2020 é um programa de pesquisa e investigação artística, que permite parar para (re)pensar os processos criativos e os modos de produção, permitindo ao artista uma reflexão sobre a construção de discurso e mergulhando no que é a prática artística, de uma forma mais introspetiva.

Não poucas vezes os processos de pesquisa e investigação artística que antecedem as criações são deixados para segundo plano e ficam reféns do pouco tempo de ensaios e do constante perspectivar da apresentação final. Com este programa, pretende-se resgatar tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada um.

O programa tem em vista a viabilização de seis projetos de investigação e pesquisa na temporada 23/24, na área das artes performativas, para artistas locais, que vivam na Área Metropolitana do Porto ou que trabalhem maioritariamente a partir dela.

Será atribuída e contratualizada com os titulares dos projetos selecionados, uma verba no valor de 3.000,00 euros (IVA incluído, se aplicável), sujeitos a todos os descontos legalmente aplicáveis.

Estes projetos terão duas fases, sendo que a primeira decorrerá nos espaços próprios dos artistas e a segunda na residência por duas semanas no CAMPUS PCS em espaço partilhado, resultando num momento de partilha dos seus processos, em conjunto e com o acompanhamento crítico de Cristina Planas Leitão e Thais Menezes.

A partilha de processos poderá ter diversos formatos que serão decididos pelos participantes: *artist talk*, *lecture-performance*, ensaio aberto, partilha de textos/ imagens produzidas, vídeo ou outros formatos resultantes e condizentes com a pesquisa efetuada.

---

### **Práticas Expandidas**

As *Práticas Expandidas* – anteriormente conhecidas como Aulas – são abertas a profissionais de artes performativas locais, mas também a artistas e entusiastas de outras disciplinas e lugares. Em cada prática partilhada é proposto mergulhar, experimentar, discutir, pesquisar e indagar num exercício de possibilidades.

Este novo conceito instiga uma visão expandida de formação que abrange desde práticas de dança e teatro, a abordagens somáticas, técnicas de voz e luta, potenciando conhecimento, método e discurso. De dois em dois meses, às quartas-feiras, as práticas expandem-se à sala do CAMPUS PCS, num formato de aula-conversa-única, onde cada pessoa convidada abordará temas pertinentes para o desenvolvimento e aprofundamento das artes performativas, questionando como se faz nas áreas como a difusão, programação, crítica, modos de produzir, acessibilidade, sustentabilidade, entre outros. São convidados a lecionar artistas locais, bem como artistas de renome internacional e nacional. Entre eles coreógrafos, encenadores e intérpretes de companhias que estejam de passagem na cidade.

---

### **Future Laboratory**

A candidatura europeia já aprovada ao projeto *Future Laboratory* envolve doze instituições: TMP, Théâtres de la Ville de Luxembourg (Luxemburgo), Staatstheater Mainz (Alemanha), Queen's Theatre, Hornchurch (Inglaterra), Théâtre de Liège (Bélgica), Centro de Cultura Contemporânea Conde Duque (Espanha), Cyclorama (França), La Comédie de Reims (França), Théâtre National de Strasbourg (França), Fondazione Piccolo Teatro Milano (Itália), Nowy Teatr, Varsovie (Polónia), Teatrul Tineretului e Pietra Neamt (Roménia).

Estas instituições uniram forças para criar um projeto de pesquisa colaborativa dirigido a artistas emergentes de diferentes origens e backgrounds culturais, com um interesse particular no trabalho estruturado e planeado, visando a criação de uma rede de artes performativas com a participação de 15 artistas emergentes, que se dedicarão em três residências a uma pesquisa artística com comunidades desfavorecidas locais e que decorrerá entre 2022 e anos posteriores, incluindo, é claro, 2024. A artista portuguesa selecionada através de *open call* foi Odete Ferreira.



Os artistas selecionados terão a oportunidade de explorar o contexto cultural e social, o tecido artístico das instituições parceiras em dez diferentes cidades europeias e de se conectarem com prioridades urgentes e importantes para essas instituições na sequência de um dos períodos mais desafiadores desta geração – a pandemia da COVID-19. Ao relacionarem-se, em cada cidade, com a comunidade académica e científica, com a comunidade artística e cultural, com fundações e organizações de pesquisa e apoio social, entre outras, os artistas desenvolverão o seu trabalho de pesquisa com enfoque na procura e na identificação de soluções para a mobilidade internacional, as instituições culturais e as artes performativas de amanhã, numa perspetiva de sustentabilidade e responsabilidade.

Cada parceiro do projeto acolherá quatro artistas em residência. Serão, no total, 16 os artistas selecionados, sendo que cada um dos quais realizará três residências (para um total de 48 residências artísticas).

Em 2024, estarão em residência no âmbito deste projeto europeu os artistas Nico Jongen e Elena Rabkina.

---

### Grand Luxe Network

Lançada em 2015, a *Grand Luxe Network* é uma rede internacional composta por oito instituições – Grand Studio (Bruxelas), Centre Chorégraphique National/ Ballet de Lorraine (França), Ballet de l'Opéra national de Rhin / CCN de Mulhouse (França), PÔLE SUD / Centre de Développement Chorégraphique National (Estrasburgo), TROIS C-L / Centre de Création Chorégraphique du Luxembourg (Luxemburgo), Freiburg Theater (Alemanha), Abri (Geneva) e Onassis Stegi (Grécia) – europeias que trabalham no campo das artes performativas.

A rede pretende proporcionar a coreógrafos emergentes, apoio e oportunidades de *networking*, através da experiência e do conhecimento de cada um dos seus parceiros, suportando as necessidades específicas dos artistas envolvidos, com recurso à formação, espaços de trabalho, oportunidades de *networking*, *coaching* e seminários regulares sobre diferentes temas no âmbito das artes performativas.

O programa anual de apoio, definido em colaboração com os artistas, é desenvolvido pela *Grand Luxe Network* que combina as competências e recursos dos diferentes ao apoio financeiro de coprodução de um projeto por parceiro.

Na temporada 23/24 a artista local que integrará a rede será Catarina Miranda.

---

## d) Ecologia e Sustentabilidade

**A ecologia e sustentabilidade são focos importantes do pensamento estratégico para o TMP / DDD / CAMPUS PCS.**

Através de ações que têm como objetivo a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS), implementando soluções de comunicação digitais através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e redes sociais), soluções estas que são aplicadas tanto às práticas de trabalho da equipa interna como nos materiais de divulgação. A contínua formação e capacitação da equipa na área da acessibilidade digital tem também um papel preponderante na estratégia de sustentabilidade. A redução da tiragem de agendas e programas assenta ainda numa reestruturação estratégica do processo de distribuição, que passou a ser realizado de forma regular e quinzenal, atuando em espaços incisivos para a disseminação da informação.

**Prevê-se a continuidade destas medidas, envolvendo:**

- A redução de dimensão e de tiragem de agendas e programas do TMP;
- A utilização, sempre que possível, de papel reciclado ou outra alternativa mais sustentável, considerando a otimização de recursos, incluindo variáveis com o tratamento do papel, transporte, entre outros;
- Programas e folhas de sala serão disponibilizados digitalmente através de QRCode o que permite extinguir ou diminuir a sua produção, exceto em casos pontuais;
- A reflexão sobre a pertinência do *merchandise* (totebags, por exemplo) dos diferentes projetos do DAP (TMP, DDD e CAMPUS), avaliando materiais, fornecedores, periodicidade e quantidades;
- O aumento do investimento no digital, quer por meio de publicidade paga em redes digitais, assim como a periodicidade da *newsletter* do TMP (através da plataforma E-GOI) que permite analisar os dados de retorno.

A acompanhar estas medidas, foi realizada uma reestruturação do *website* do TMP, dotando-o de funcionalidades e que complementam a agenda, integrando conteúdos associados a todos eventos.

## e) Acessibilidade e Inclusão

Nos três eixos de projeto artístico (TMP, DDD e CAMPUS PCS), o investimento e a preocupação transversal pelas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne a públicos, artistas e equipas, foi cada vez mais visível.

Desde logo pela melhoria dos acessos e circulação nos dois teatros, pela realização de espetáculos com audiodescrição e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (ILGP) e pela produção de materiais complementares em *braille* e texto alternativo.

Dar-se-á assim continuidade a intervenções e projetos desenvolvidos nestas áreas, como:

- **Acesso e circulação nos edifícios**
  - Realização de visitas técnicas, visando o levantamento das intervenções necessárias no Rivoli e no Campo Alegre para a melhoria do acesso e da mobilidade em ambos os polos, dando o maior cumprimento possível à legislação mais recente e considerando a diversidade funcional dos públicos;
  - Realizar-se-ão intervenções no Rivoli e no Campo Alegre para adaptação de espaços para pessoas com mobilidade reduzida;
  - Melhoria da sinalética visual, auditiva e em Braille de circulação e de informação sobre as condições de acesso e os serviços disponíveis para pessoas com deficiência no Rivoli, Campo Alegre e CAMPUS PCS.
  
- **Audiodescrição, *braille* e texto alternativo**
  - Continuidade das sessões de audiodescrição (em dança), no âmbito do DDD – Festival Dias da Dança e da temporada regular;
  - Impressão de brochura do DDD e de espetáculos da temporada regular em *braille* e texto ampliado (com informação útil sobre os espetáculos com audiodescrição);
  - Eventual aquisição de equipamento de emissão/receção de audiodescrição para permitir uma prática mais autónoma da audiodescrição;
  - Textos alternativos no maior número de imagens dos *websites*, *newsletters* e e-mails de divulgação;
  - Criação de um guião, para uso interno, para criação de textos alternativos.
  
- **Auscultação e divulgação**
  - Realização de reuniões com associações existentes de pessoas com deficiência;
  - Trabalho de imprensa dedicado à acessibilidade no DDD e na Temporada Regular:
    - Criação de páginas exclusiva para a acessibilidade nos sites do DDD e do TMP, assim como nas respetivas agendas impressas;
    - Definição da acessibilidade como um dos eixos estratégicos de ação do DAP, transversalmente com a sua equipa;
    - Inclusão da informação dos espetáculos com audiodescrição, ILGP no *website* Cultura Acessível - Agenda de Programação Acessível.
  - Constituição de um grupo consultivo informal de pessoas com diversidade funcional para auscultarmos, na primeira pessoa, as dificuldades e obter sugestões para a elaboração de ações de acessibilidade mais eficientes e adequadas;
  - Realização de mais conversas e reuniões com associações e profissionais com trabalho na área da acessibilidade e inclusão, visando a partilha de práticas nessas áreas.

• **ILGP (Interpretação em Língua Gestual Portuguesa)**

- Continuidade do trabalho de ILGP em espetáculos e outros momentos públicos (e.g. conferências de imprensa);
- Vídeo de divulgação do DDD - Festival Dias da Dança em LGP;
- Realização de três vídeos dedicados a ferramentas de acessibilidade (ILGP, Audiodescrição e Legendagem Descritiva) nas artes performativas que serão disponibilizados nos canais digitais do TMP.

• **Linguagem**

- Melhor utilização de linguagem clara nos conteúdos digitais e impressos do TMP, DDD e CAMPUS PCS;
- Inclusão de pictogramas de acessibilidade para assinalar os serviços disponíveis nos espaços na programação, na agenda impressa e no website do TMP;
- Melhor aplicação das normas de acessibilidade em termos de design gráfico (e.g. tamanho da fonte, contrastes, espaçamento, densidade, alinhamento), nomeadamente nos materiais digitais e impressos do TMP e do DDD.

• **Capacitação e formação**

- O plano de formação e capacitação das equipas do TMP / DDD / CAMPUS PCS está ainda a ser elaborada.

• **Legendagem**

- Inclusão de legendagem em português para pessoas surdas ou com baixa audição no maior número de vídeos de produção própria do TMP e do DDD, estendendo a prática, a longo prazo e se possível, também a espetáculos;
- Edição das legendas automáticas em português e inglês fornecidas pelas redes sociais, quando possível.

• **Sessões descontraídas**

- Planeamento de sessões descontraídas, e respetivas histórias visuais e guias com pictogramas, nomeadamente no caso das sessões escolares, visando o seu início em 2023/2024;
- As sessões descontraídas são sessões de teatro, dança ou outro tipo de oferta cultural que decorrem numa atmosfera mais descontraída e acolhedora e com regras mais tolerantes no que diz respeito ao movimento e ao barulho na plateia. Podem ainda implicar pequenos ajustes no espetáculo (iluminação, som, etc.) e no acolhimento do público, para melhor se adaptarem às suas necessidades, por exemplo, pessoas com défice de atenção, pessoas com deficiência intelectual, pessoas no espectro do autismo, pessoas com deficiências sensoriais ou de comunicação;
- Estabelecer políticas transversais aos diferentes espetáculos da programação do TMP em relação a pessoas com deficiência que usem equipamento médico que possa fazer barulho (e.g. oxigénio) e pessoas com deficiência que possam fazer barulhos involuntários (e.g. Síndrome de Tourette).



*Handwritten signature or mark*

*Handwritten mark*



### 3.1.2 Departamento de Arte Contemporânea

#### a) Projetos de Arte Contemporânea

##### O presente e o futuro

**Ao longo do ano de 2023, o Departamento de Arte Contemporânea continuou a prossecução da sua missão, adaptando as estratégias e reforçando o seu compromisso na promoção da cultura e da arte contemporânea, em particular face às mudanças dos hábitos de consumo cultural associados ao período de pós-pandemia.**

Neste contexto, tendo em conta a diversidade e âmbito de ação dos projetos que configuram a missão do Departamento de Arte Contemporânea (DAC) – entre a criação de atividades artísticas e culturais, programas de apoio à prática artística e a gestão e programação de equipamentos municipais – foram adotadas várias medidas que garantam a concretização dos objetivos propostos e o cumprimento dos compromissos, através do acompanhamento próximo, da flexibilidade demonstrada e o suporte prestado a todos os envolvidos nas atividades e programas do DAC, em particular as suas equipas.

No início de 2023 foi retomada a atividade expositiva da Galeria Municipal do Porto assim como das suas linhas de ação desenhadas sob a Direção Artística de Filipa Ramos (Diretora Artística do DAC até finais de março de 2023).

A atividade da GMP iniciou-se simbolicamente com a exposição *Derivas e Criaturas — Novas aquisições da Coleção Municipal de Arte*, que apresentou mais de trinta obras adquiridas em 2022 ao abrigo do programa *Aquisições*, sinalizando o património artístico da cidade. A partir de março, após a apresentação do programa, a GMP iniciou o seu programa expositivo que se estenderá até ao primeiro trimestre de 2024, abordando temáticas centrais dos discursos artísticos contemporâneos e a sua relação com questões prementes para a sociedade em geral. Em paralelo, a GMP manteve o seu compromisso para com os públicos da cidade com uma programação inteiramente nova de programas públicos e educativos, bem como com a sua linha editorial, estendendo-se para além do seu espaço físico. Em 2023 a Galeria Municipal do Porto continuou o seu projeto educativo destinado a público escolar e não escolar – *Programa de Incursão à Galeria (PING!)* –, que prosseguindo a sua missão de diálogo e continuidade com a cidade, criando e solidificando as relações com os visitantes da Galeria e dos Jardins do Palácio de Cristal. Seguindo três eixos temáticos e investigativos centrais, focados na ecologia, feminismo e estudos pós-coloniais, e sendo alargado para um quarto eixo em 2024, *Massa Mãe*, que explora e revisita processos de fermentação e alimentação, o *PING!* apresenta-se como um programa educativo de vanguarda no território nacional.

A plataforma *Pláka* tem em 2023 dado continuidade à sua missão de apoiar, através de diferentes abordagens, a prática artística contemporânea. Ao longo de 2023, continuou a gerir e acompanhar os vários programas que integram a plataforma e os projetos apoiados através deles: *Criatório*, *Shuttle*, *Aquisições* e *InResidence*. A nomeação dos júris de avaliação e comités dos projetos que abrangem diversos âmbitos de ação da plataforma – apoios a espaços de programação e a projetos de criação artística, estímulo a projetos de internacionalização artística e a aquisição de obras para a coleção municipal de arte – manteve particular atenção à necessidade de garantir a sua diversidade em termos de representação racial e de género e de incluir profissionais internacionais de modo a alargar o conhecimento da cena artística do Porto para além do território local e nacional. A resposta positiva e a demonstrada adesão aos programas de apoio e incentivo reforçam a importância da missão levada a cabo pela Ágora nesta área, que tem vindo a aumentar os valores e números de bolsas de apoio disponíveis nos programas *Criatório* e *Shuttle*, bem como de incrementar o orçamento disponível para compra de obras de arte no âmbito do projeto *Aquisições*.

Os *Coletivos Pláka*, que foram relançados em 2022 com duas edições profundamente engajadas em temáticas importantes para o presente-futuro, continuarão a promover a relação da cidade com a reflexão e discussão em torno de temas que marcam a contemporaneidade.

Dando cumprimento à sua Missão, para além das várias resenhas, artigos e *podcasts* que são possíveis de consultar no *website* da Fonoteca Municipal do Porto, o próximo ano será de consolidação da sua programação física, com grande adesão do público aos seus programas regulares e acolhimento de novas iniciativas. Prevê-se ainda a organização de atividades públicas e pedagógicas a partir de 2024, através de programas e atividades educativas e comunicativas.

## A missão e os principais eixos estratégicos

### a) Projetos e equipamentos municipais de Arte Contemporânea

O papel da arte contemporânea neste projeto político é decisivo. Continuam, por isso, a partir deste objetivo a ser desenvolvidos um conjunto de medidas de apoio e reativados equipamentos municipais no âmbito da prática das artes visuais contemporâneas, que permitem levar a cabo um plano que tem subjacente princípios estratégicos cujo cumprimento é garantido pela Ágora.

#### Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades de aprendizagem a partir da criação artística contemporânea nacional e internacional, contribuindo-se para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes de hoje;
- A dinamização dos espaços e programas municipais que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas áreas das artes visuais e pensamento contemporâneo;
- O apoio direto a artistas para desenvolverem projetos originais no contexto da cidade do Porto;
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação na cidade de artistas de todas as idades e territórios de criação contemporânea;
- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, também em diálogo com o seu património histórico;
- O fomento do intercâmbio artístico a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto.

### Galeria Municipal do Porto

A Galeria Municipal do Porto continuará a colaborar com parceiros nacionais e internacionais na programação e comissariado de exposições, performances e debates, estimulando o envolvimento a longo prazo de novos públicos através do projeto educativo e dos programas públicos, assim como da publicação de edições desenvolvidas a partir dos projetos expositivos.

#### Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência sobre a arte contemporânea;
- Formar públicos, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo, e do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, numa perspetiva da sua relação com a prática artística nacional e internacional;
- Estimular a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Fomentar o diálogo cultural entre parceiros e curadores no domínio da arte contemporânea, nos planos local, nacional e internacional.





## PLÁKA

*PLÁKA* reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas *Aquisições*, *Coletivos Pláka*, *Anuário*, *Criatório*, *Shuttle* e *InResidence* – este último desdobrado em *Ateliers Municipais* e *Bolsas InResidence*.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, constitui-se enquanto plataforma de medidas de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.

### i) Aquisições

O projeto *Aquisições* privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção Municipal de Arte. As novas aquisições decorrem de recomendações realizadas ao município por um grupo de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea, em duas modalidades distintas – compra direta a artistas visuais sediados no Porto, mediante propostas enviadas pelos mesmos; e compra a galerias comerciais da cidade, através do acompanhamento de projetos artísticos apresentados ao longo do ano.

Este projeto tem como principais objetivos dinamizar a Coleção Municipal de Arte, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

### ii) Colectivos Pláka

O programa *Colectivos Pláka* reúne grupos de pensamento, discussão e ação sobre a sociedade, cultura e arte contemporânea estruturados sob a forma de cursos e *workshops*, concebidos por tutores convidados que programam em torno de temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes no Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

### iv) Criatório

É um concurso anual de apoio à criação e programação artísticas no Porto, que abrange diversas áreas artísticas: Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Composição, programação e performance musical; Literatura e ensaio crítico.

Este programa de financiamento tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas artísticas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento da sua prática profissional.

O concurso desdobra-se em duas modalidades: *Projetos de Criação*, que tem como finalidade apoiar artistas e agentes culturais através do financiamento de projetos de criação ou programação artística desenvolvidos na cidade do Porto e *Espaços de Programação*, que tem como finalidade apoiar os espaços de programação artística sediados no Porto, através do financiamento das suas necessidades logísticas, estruturais, de recursos humanos e outras que resultem da sua atividade de programação. O concurso conta com um júri composto por dois grupos distintos, que se ocupam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e os espaços de programação. Em 2023 houve um incremento orçamental que permitiu aumentar o número de bolsas atribuídas – mais duas em cada modalidade, para um total de 29 bolsas – bem como subir o valor das bolsas de apoio dos Espaços de Programação de 15 000 euros para 20 000 euros.

v) Shuttle

O programa *Shuttle* tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto. Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, performance e composição musical, tradução e criação literária e ensaística.

À semelhança do programa *Criatório*, em 2023 houve um incremento orçamental, dispondo agora o programa de 100.000€ para atribuição de bolsas entre os 1 500 euros e os 7 500 euros.

vi) InResidence

*InResidence* é uma plataforma que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto e que integra dois projetos distintos:

*Bolsas InResidence*, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais (atualmente existem 15 espaços da cidade inscritos na plataforma); e *Ateliers Municipais*, composto por seis espaços com renda acessível durante um período de três anos, cujo concurso para atribuição contou com um júri externo e decorreu em 2020.

Os valores anuais de financiamento das Bolsas Inresidence são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4 000 euros e os 6 000 euros, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa.

---

### Paulo Cunha e Silva Art Prize

Criado em 2016, o prémio sediado na cidade do Porto foi reestruturado, refletindo-se tanto no modo de nomeação dos artistas como no seu conteúdo.

Um comité de nomeação composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, convidadas pela Direção Artística do DAC, indica nove artistas e respetivas obras como candidatas ao PCS Art Prize. Após as nomeações é realizada na Galeria Municipal do Porto uma exposição coletiva com as obras selecionadas e é convocado um comité de premiação, composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, também convidadas pela Direção Artística do DAC. O comité de premiação visita a exposição coletiva e analisa as obras e outras informações relevantes sobre os artistas nomeados. No decorrer da exposição o comité seleciona 3 artistas para atribuição do Prémio, que consiste na realização de uma residência artística, por artista vencedor, numa instituição de renome nacional e internacional a definir pelo Departamento de Arte Contemporânea da Ágora, e a ter lugar em data a acordar no período de 12 meses após a divulgação dos artistas vencedores. Na 3.ª edição do Prémio, em 2023, foram atribuídas residências artísticas a Kent Chan, Luis M. S. Santos e Marilú Mapengo Námoda, no Pivô – Arte e Pesquisa (S. Paulo, Brasil), Cove Park (Cove Park, Escócia) e Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas (S. Miguel, Açores), respetivamente.

---

### Festival Arte e Ciência

Celebrando a forte cultura académica que define a cidade do Porto e as relações históricas existentes entre as áreas das artes, humanidades e do pensamento científico, em 2022 lançaram-se os alicerces para a criação de um festival de arte e ciência, uma colaboração do DAC/GMP e da Galeria da Biodiversidade.

O festival ambiciona aproximar importantes correntes do pensamento científico e humanístico das comunidades artísticas do Porto e posicionar a pesquisa e investigação artística como uma epistemologia equiparável à das ciências e letras.

Em 2023, a segunda edição do festival conta com uma programação a cargo do Instituto de Estudios Posnaturales, de Madrid, e decorrerá entre 10 e 12 de novembro.

### Fonoteca Municipal

A Fonoteca Municipal do Porto (FMP) é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade. Inserida no complexo da Arda, em Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

A Fonoteca assume um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.

---

### Coproduções - Projetos de arte contemporânea

O projeto de coproduções tem o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais. Ao longo dos últimos anos foram promovidas coproduções com diversas entidades culturais, como a Amplificasom e a Kunsthalle Lissabon.





## Os projetos em 2024

### Galeria Municipal do Porto

#### Apresentação / Lançamento da programação de 2024

Com o intuito de dar a conhecer à cidade a nova programação para 2024, a Galeria Municipal do Porto irá organizar, no primeiro trimestre de 2024, um evento para assinalar o lançamento da programação, no qual serão apresentadas as linhas programáticas e as diferentes exposições e atividades a ter lugar ao longo do ano.

#### Exposições

Ao longo de 2024 a Galeria Municipal do Porto apresentará o seguinte programa expositivo:

##### Até 10 de março de 2024 (será inaugurada a 9 de dezembro de 2023)

##### **Norte Silvestre e Agreste**

Com curadoria de Filipa Ramos e Juan Luís Toboso

*Norte Silvestre e Agreste* é uma exposição que percorre caminhos e linhas de intensidade, forças centrífugas que nos levam para além do Porto, rumo àquelas supostas margens onde as permutas eclodem para descobrir e partilhar as referências, histórias, palavras e ligações a esses lugares com um longo passado e um futuro ainda mais longo.

##### Abril e maio de 2024

##### **Exposição das novas Aquisições da Coleção Municipal de Arte**

Com curadoria de Isabeli Santiago e Patrícia Coelho

As coleções públicas de arte nunca foram tão importantes como hoje. São incríveis cápsulas de tempo. Retêm a memória do passado que, em alguns casos, está à espera de ser revista e corrigida por valores como a qualidade, a honestidade e a diversidade.

A segunda exposição do projeto *Aquisições* tem como principal objetivo programático valorizar o património artístico do Porto através da mostra e ativação dos trabalhos adquiridos neste programa anual de que pretende dinamizar a Coleção Municipal de Arte.

O comité da edição de 2023 do projeto *Aquisições* é composto pelo artista Mauro Cerqueira, pelo colecionador de arte contemporânea Pedro Álvares Ribeiro e pelo historiador de arte e curador Pedro de Llano, que avaliaram não só propostas diretamente submetidas por artistas e coletivos da cidade, mas também obras apresentadas em contexto expositivo pelas galerias comerciais da cidade, durante o ano de 2023.

O programa da GMP contará ainda com duas novas exposições, no período de junho de 2023 até inícios de 2024, a definir posteriormente pela nova direção artística do Departamento de Arte Contemporânea.



## Programa Público

A Galeria Municipal do Porto propõe a mediação de encontros informais entre públicos através de um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições. Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – *Visitas*, *Conversas* e *Performances* –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo incluir também concertos, sessões de cinema e outras atividades.

Cada exposição contará com um programa paralelo de atividades proposto pelos curadores, artistas e a equipa artística da GMP, e que será estruturado a propósito de cada uma das exposições de acordo com os seus conteúdos.

## Ciclo Internacional de Conferências

Em 2024, a GMP propõe também um ciclo de conferências internacionais para explorar as interseções entre arte, política, tecnologia e natureza.

O programa reunirá especialistas, académicos, artistas e pensadores internacionais para explorar estas conexões, sendo ao longo do ano lançados debates e diálogos com o objetivo de fomentar a reflexão crítica, promover a colaboração interdisciplinar e catalisar ideias inovadoras que abordem estes temas.

Cada conferência será moderada por agentes locais e contará com um painel de discussão para perguntas e respostas relacionadas com os temas abordados.

## Ciclo de Ações Performativas

### Março a dezembro

Com o intuito de pensar os diferentes modos como a Arte Contemporânea se tem debruçado na construção de novas temporalidades e interrogado os formatos expositivos convencionais, a Galeria Municipal programa, em 2024, um ciclo de ações performativas que aborda o espaço expositivo como um lugar em constante transitoriedade. A relação do corpo com o tempo e o espaço, será o principal foco deste ciclo de ações que procura expandir a atividade expositiva da Galeria Municipal do Porto com um ciclo de práticas performativas, que terá lugar fora de portas.

## Visitas de Estúdio

### Janeiro a dezembro

Com a vontade e o compromisso de descobrir, visitar e aproximar-se da comunidade de artistas do Porto, as *Visitas de Estúdio*, projeto iniciado em 2022, continuará a integrar a programação da Galeria Municipal em 2024, incentivando o encontro com agentes culturais locais e internacionais que acontece na cidade. As visitas constituem-se como uma série de conversas sobre os modos de fazer de cada agente cultural visitado, sendo posteriormente divulgada uma síntese do encontro no *website* e nas redes sociais da GMP.



## PING! – Programa de Incursão à Galeria

Janeiro a dezembro de 2024

*PING!* - Programa de Incursão à Galeria visa criar laços de proximidade e continuidade com públicos educativos — escolares e não escolares — a partir de um vai e vem prático e discursivo.

O *PING!* cria formas experimentais, cuidadosas e envolventes de partilha de ideias e de conhecimento a partir da expressão artística. As suas atividades realizam-se na Galeria Municipal do Porto, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e nos Jardins do Palácio de Cristal, estendendo-se também a outros lugares menos convencionais de aprendizagem. Em 2023, retomaram-se atividades para o público em geral o fortaleceu-se o coletivo *PINGs!* constituído por jovens-adultos.

Em 2024, o *PING!* irá propor uma nova reorganização da programação até agora desenvolvida:

- *Massa Mãe*, novo tema a iniciar, que explora e revisita processos de fermentação e alimentação;
- *Gineceu+Estigma*, relacionado com paisagem e a botânica dos Jardins do Palácio de Cristal;
- *Memória de Elefante*, investigação do legado da Exposição Colonial Portuguesa, decorrida nos Jardins do Palácio de Cristal em 1934.

O *PING!* propõe ainda três atividades dedicadas à comunidade escolar:

- *Visitas-Pavão*, para crianças que visitem as exposições da GMP e os Jardins do Palácio de Cristal.
- *PINGs!*, para jovens-adultos interessados na vida artística e cultural do Porto.
- *Exodus*, excursões pela vizinhança urbana e artística da GMP.

As edições do *PING!* são concebidas a partir dos seus programas de conhecimento, como é o caso da publicação *Um Elefante no Palácio de Cristal*. Desta vontade de documentar, divulgar e promover o diálogo, tendo em conta um público escolar, ou a desenvolver investigação académica, está prevista a produção de uma nova publicação do *PING!* sobre toda a programação desenvolvida para o eixo *Gineceu+Estigma*.



## Edições

As Edições da Galeria Municipal do Porto são concebidas a partir dos seus projetos expositivos e programas públicos e resultam da vontade de documentar, divulgar e promover o diálogo e a investigação de ideias em torno das práticas artísticas. Na conceção de cada edição, convidam-se artistas, curadores, críticos e pensadores, para que se debatam as temáticas levantadas por cada projeto, contribuindo assim para a criação de um espaço de reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas atuais. Ao longo de 2024 serão publicadas novas edições relativas a projetos expositivos da GMP, como da exposição *Norte Silvestre e Agreste* e a projetos educativos, como a publicação do *PING!*.

## Pláka

### i) Aquisições

Em 2024, será dada continuidade à iniciativa de compra de novas obras para integrar a Coleção Municipal de Arte.

Em janeiro será constituído um novo comité de seleção, desenrolando-se o projeto nos moldes e calendário adotados nas três últimas edições: a modalidade de compra a galerias comerciais decorrerá ao longo do ano, propondo-se ao comité dois momentos para que elaborem propostas de aquisição, em cada semestre do ano; já a modalidade de compra direta a artistas terá a abertura do período para submissão de propostas pelos artistas e análise das mesmas pelo comité a decorrer do primeiro semestre de 2024.

### ii) Colectivos Pláka

Os cursos dos *Colectivos Pláka* continuarão em 2024 a promover oportunidades de diálogo, aprendizagem e partilha de conhecimento entre várias tradições epistemológicas e comunidades criativas, premiando os encontros e discursos no campo da arte contemporânea com outras formas de reflexão e produção. Está prevista a realização de um novo programa em 2024.

### iii) Criatório

O programa de apoio à criação e programação artísticas, *Criatório*, celebra a sua 8.<sup>a</sup> edição, em 2024. Após a integração, em 2019, de uma nova modalidade destinada aos espaços de programação artística da cidade — e de em 2023 ter passado a gestão deste concurso para a Ágora e reforçado o número de bolsas e montante de financiamento — em 2024 o programa contará novamente com um orçamento total de 495 000 euros destinados à sua missão de estímulo ao tecido artístico e trabalho criativo desenvolvido na cidade.

### iv) Shuttle

O programa *Shuttle* regressará para a sua 7.<sup>o</sup> edição com um júri a nomear, e um orçamento total de 100 000 euros, após o reforço da última edição, destinado à atribuição de bolsas a projetos de internacionalização artística. O atual modo de funcionamento do *Shuttle* e o seu orçamento pretendem dar resposta à grande adesão por parte da comunidade artística a este programa que desde há 5 anos vem apoiando a promoção internacional de projetos artísticos da cidade.

### v) InResidence

Para a atribuição das *Bolsas InResidence*, os espaços não municipais serão convidados, em janeiro de 2024, a apresentar as suas propostas de residência de artistas para esse ano, que deverão decorrer entre maio e dezembro.

Quanto aos *Ateliers Municipais*, em setembro de 2023 iniciaram-se obras de requalificação do edifício dos *Ateliers da Lada*. Estando os contratos de cedência por três anos na iminência de terminar, em dezembro de 2023, o ano de 2024 será destinado ao término das obras e às intervenções necessárias no Apartamento da Ribeira, durante o primeiro semestre. No segundo semestre está prevista a realização de um novo concurso para atribuição de ateliers, convidando-se para esse efeito um novo júri composto por pessoas de reconhecido mérito na área das artes visuais, que avaliarão as candidaturas de artistas para o próximo triénio de ocupação.

### Paulo Cunha e Silva Art Prize

Após a realização em 2023 na Galeria Municipal do Porto da exposição coletiva com as obras das nove pessoas selecionadas pelo comité de nomeação do Prémio, e de ter sido conhecida a decisão de atribuição de residências pelo júri, deverão agora realizar-se as residências de Kent Chan, Luis M. S. Santos e Marilú Mapengo Námoda, a decorrer no Pivô – Arte e Pesquisa (S. Paulo, Brasil), Cove Park (Cove Park, Escócia) e Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas (S. Miguel, Açores), respetivamente, até agosto de 2024.

### Fonoteca Municipal

Durante o ano de 2024, a Fonoteca continuará a promover as suas atividades presenciais, tais como a já conhecida atividade semanal *Hora de Ponta* e a rubrica mensal *Escuta Ativa*. Soma-se um novo programa dedicado à exploração de temas gerais de música, apresentado pelo compositor Cândido Lima, cuja primeira edição se realizará em outubro de 2023 e que será continuada em 2024. A atividade da Fonoteca inclui também a realização dos conteúdos digitais, como os *podcasts* e artigos que podem ser ouvidos e lidos online, e cuja programação se está a desenhar.

### Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea

Estando em perspetiva uma nova Direção Artística para o Departamento de Arte Contemporânea, para o ano de 2024 serão ainda definidas as coproduções relacionadas com projetos no âmbito da arte contemporânea.





## b) Projeto de Arte e Coesão

### O presente e o futuro

Para o *Cultura em Expansão*, que integra o projeto de *Arte e Coesão*, foi criado um modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, que, desde 2019, nele ganharam um novo papel de participação e de construção no projeto.

Em 2024, celebra-se a 11.ª edição deste programa municipal, mantendo o mesmo formato de anos anteriores, assim como as parcerias com estruturas e associações de cada local: a Associação Nun'Álvares de Campanhã, o Auditório do Grupo Musical de Miragaia, a Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira – Providência/Torres e a Associação de Moradores do Bairro da Bouça. A sua programação multidisciplinar manterá o foco em projetos colaborativos com a comunidade de cada um dos territórios.

### A missão e os principais eixos estratégicos

O projeto de *Arte e Coesão* agrega o programa municipal *Cultura em Expansão* e o futuro espaço para práticas sociais que será integrado no Matadouro. Tem como principais objetivos o acesso direto e gratuito à cultura, e a criação de oferta cultural de elevada qualidade junto a comunidades da cidade onde o acesso à cultura pode estar mais condicionado.

A sua programação é composta por múltiplos formatos de apresentação, em espaços excêntricos aos locais tradicionais da cultura do Porto, promovendo a aproximação entre as associações locais, o tecido artístico da cidade e os habitantes de diferentes geografias urbanas.

O projeto de *Arte e Coesão* pretende estimular o desenvolvimento de veículos de exploração e descoberta dos territórios da cidade através de diversas disciplinas artísticas, e possibilitam o desenvolvimento e a formação de novos públicos, que usufruem de programas de periodicidade regular e que participam em atividades de criação e experimentação artística em projetos de envolvimento cultural, pensadas para os seus territórios.



## Cultura em Expansão

O *Cultura em Expansão* é um programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade e ao longo do ano. Permite a fruição de uma programação cultural multidisciplinar de forma gratuita, com um vasto número de projetos nas áreas da música, teatro, cinema, dança, literatura e performance.

Ao mesmo tempo que cria oportunidades culturais para diferentes comunidades, o *Cultura em Expansão* permite uma experimentação artística em espaços de apresentação não convencionais, fora do circuito de palcos tradicionais da cultura da cidade, promovendo ainda novas formas de exploração e descoberta do território e cruzamento de públicos. O programa tem crescido, ano após ano, em número de ações e tem procurado estabelecer ações de proximidade com a população local através de projetos e residências comunitárias, criadas a partir do território, que possibilitam um desenvolvimento e formação de novos públicos.

### O *Cultura em Expansão* tem como principais objetivos estratégicos:

- Permitir um acesso não condicionado por fatores sociais e económicos à oferta cultural da cidade;
- Promover a coesão social e a regeneração urbana através da arte e cultura, eliminando barreiras sociais e encurtar distâncias culturais;
- Estimular o envolvimento da comunidade artística na reativação de associações de moradores e auditórios de freguesia;
- Envolver moradores de diferentes locais da cidade na criação artística local e nacional;
- Desafiar artistas e agentes culturais para a criação de projetos artísticos, através de residências de longa duração em territórios específicos da cidade com a população local, potenciando a formação e educação de públicos pela integração de crianças e jovens nas iniciativas.

## Os projetos em 2024

**A 11.ª edição do *Cultura em Expansão* pretende dar continuidade ao modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, mantendo-se os quatro polos culturais dos anos anteriores com a parceria das quatro estruturas, que têm um papel central na programação do seu território e na respetiva produção, assim como no acompanhamento artístico e na mediação de públicos.**

Estas quatro estruturas parceiras – Confederação, Sonoscopia, Teatro do Frio e Visões Úteis – representam pontos de contacto entre residentes, coletividades, público e artistas, sendo fundamentais para o envolvimento das comunidades locais em atividades cuja componente participativa, através de criações em residência, tem vindo a crescer.

Em 2024, propõe-se desenvolver uma programação satélite que integrará um conjunto de iniciativas por toda a cidade, para lá dos quatro territórios principais, mantendo um trabalho de articulação com outras associações, estruturas e artistas portuenses. A programação satélite assinalará ainda momentos específicos e habituais nas edições anteriores do *Cultura em Expansão*, como a sua abertura, encerramento e o 25 de Abril, que em 2024 assinala o seu 50.º aniversário.

A programação do *Cultura em Expansão* para 2024 será definida pelas estruturas parceiras e por uma equipa artística afeta ao projeto até ao final do ano de 2023.

Ainda durante o ano de 2024 pretende-se iniciar o processo de integração do *Cultura em Expansão* no Matadouro, no âmbito das práticas artísticas comunitárias, um dos pontos fortes deste novo projeto. Todo o trabalho será efetuado em articulação com a equipa da Direção de Novos Projetos, para arrancar em 2025, com a abertura do Matadouro.

### 3.1.3 Departamento de Novos Projetos

#### Matadouro

**A reconversão e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, que se encontra adjudicada à empresa Mota Engil, visa transformar o edifício, desativado há cerca de 20 anos, num equipamento âncora na reabilitação da zona oriental da cidade, baseado nos eixos da coesão social, da economia e da cultura.**

Com a conclusão prevista para meados de 2025, o programa de intervenção prevê a reconversão integral do complexo, mantendo a sua memória histórica e natureza arquitetónica, em espaços empresariais diversificados e polivalentes, espaços comerciais e de lazer de apoio local, espaços destinados à ação social e à ligação com a comunidade local e de cariz cultural e artístico, destinados à exposição, à produção e ao depósito de acervo de arte.

**No âmbito do Matadouro, foram implementadas as suas premissas de implementação futura, estando já determinado que nos cerca de 8.000 m<sup>2</sup> coabitam os seguintes projetos:**

- a) O Museu das Convergências, destinado a acolher a Coleção Távora Sequeira Pinto (coleção privada cedida ao município), cuja preparação cabe à equipa do Museu da Cidade;
- b) Um espaço da Galeria Municipal, coordenado pela Departamento de Arte Contemporânea da Ágora;
- c) Espaços para reserva e tratamento de obras de arte a gerir pelos dois espaços e equipas, referidos nas alíneas anteriores;
- d) Um grande espaço destinado a usos diversos, baseado sobretudo em práticas artísticas comunitárias;
- e) Um grande espaço dedicado à investigação e práticas educativas;
- f) Espaços de trabalho e de ateliês para artistas residentes na cidade.



### 3.1.4 Departamento de Cinema e Imagem em Movimento

- a) Batalha Centro de Cinema
- b) Filmaporto – *film commission*
- c) Apoios e coproduções de Cinema

O Departamento de Cinema e Imagem em Movimento (DCIM) tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural através do cinema e da imagem em movimento, estimulando a cinefilia e cultura fílmica através de projetos que complementem e potenciem a atual dinâmica cultural da cidade do Porto.

No seu ano inaugural de atividade, o Batalha Centro de Cinema afirmou-se como um espaço de cultura central na cidade, materializando-se num centro cultural para o cinema e imagem em movimento, aberto à história, a expressões contemporâneas e a intersecções disciplinares. Assumiu como sua principal missão a tarefa de formar novos públicos para a cultura através do cinema, dando a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do cinema e da imagem em movimento, estimulando o pensamento sobre as sociedades de hoje através do cinema, valorizando o património material e imaterial da cidade do Porto, e criando ainda novas dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade, nomeadamente a partir de uma ligação enérgica com públicos escolares e conteúdos curriculares educativos.

A Filmaporto — *film commission* desenvolveu o trabalho de simplificação de processos burocrático para a obtenção de licenças de filmagens, promovendo a cidade do Porto em festivais relevantes da indústria cinematográfica e estabelecendo contactos com agentes da indústria do cinema e audiovisual da cidade, para compreender os dilemas enfrentados pelo setor, bem como oportunidades de evolução.

Cumprindo a missão do Departamento de Cinema e Imagem em Movimento de disseminação da cultura na cidade do Porto, o projeto de Apoios e Coproduções de Cinema, continuou a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que potenciam a oferta cinematográfica na cidade.

#### A missão e os principais eixos estratégicos

##### a) Batalha Centro de Cinema

O Batalha Centro de Cinema tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural através do cinema e da imagem em movimento. O seu programa inclui a apresentação de retrospectivas, ciclos temáticos, focos em práticas contemporâneas e ligações entre o cinema e outras artes. Estimular a cinefilia e cultura fílmica através de projetos educativos, editoriais, formativos e de debate está no centro da sua atividade.

Neste contexto, o projeto do Batalha Centro de Cinema mantém como prioridade cumprir um papel que complemente e potencie a atual dinâmica cultural da cidade do Porto:

- Identificar as principais lacunas que se fazem sentir no domínio do conhecimento sobre Cinema e Imagem em Movimento, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos, incluindo as correntes contemporâneas;
- Considerar o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente ao nível das práticas de consumo e de programação cultural;
- Atender às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição cinematográfica.



*Handwritten signature*  
56



A partir deste quadro operativo, assumem-se como principais eixos estratégicos, que orientam a missão programática deste projeto, os seguintes:

- O conhecimento sobre a história do cinema através de sessões regulares de cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais;
- A disseminação de discursos contemporâneos na área do cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de cinema existentes;
- O apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas cinematografias, e novos debates, na área do Cinema e da Imagem em Movimento;
- O apoio à investigação nos domínios da história do cinema e do pensamento crítico sobre a imagem em movimento;
- As ações de cruzamento disciplinar entre imagem em movimento e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos.

Pretende-se com este projeto e todas as iniciativas programáticas que lhe estarão associadas atingir os seguintes objetivos:

- Formar novos públicos para a cultura através do cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do cinema e da imagem em movimento;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do cinema;
- Valorizar o património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade através do cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

## b) Filmporto – film commission

A missão da Filmporto consiste na promoção do Porto enquanto destino de filmagens, agilizando todos os procedimentos de pedidos de rodagens de produtores portugueses e estrangeiros no território, criando condições para a afirmação e promoção da cidade como destino de excelência para a produção e realização de filmagens, facilitando e simplificando o processo de filmar.

Funciona ainda como uma ferramenta de promoção de sinergias entre as indústrias criativas e o território, fomentando a colaboração com empresas e profissionais do setor, incrementando o número de produções na sua região, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da indústria cinematográfica para, assim, induzir benefícios económicos, laborais, culturais e promocionais para a cidade.

Para tal, elencam-se os eixos de intervenção que orientam a missão da Filmporto:

- Promoção das potencialidades do território, nomeadamente através da promoção e melhoria da base de dados de técnicos, produtoras, competências, equipamentos, decors, locations e serviços complementares (catering, casting, por exemplo). A presença nos maiores festivais e mercados de cinema do mundo, como Marché du Film - Festival de Cannes, Berlinale - Berlin International Film Festival, American Film Market, Series Mania - Festival Séries Mania e Focus London permitirão também dar a conhecer, junto da indústria audiovisual, as potencialidades do Porto como destino para produções audiovisuais;
- Mediação de mais-valias disponibilizadas pelo município designadamente as de logística e licenças, meios humanos, espaços municipais e Apoio financeiro através da *Bolsa Filmporto*, financiando assim a produção audiovisual;
- Receção e avaliação de propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, que permitam ao município arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas;

*ef*  
*5.6*

- Apoio financeiro e logístico ao audiovisual, analisando propostas para apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, avaliados por comissões externas especializadas em cinema, para suportar custos operacionais – como ocupação de espaço público, estadias, deslocações e ambientes cénicos – que viabilizem produções específicas. A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade, para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto;
- Captação ativa de fundos internacionais, através da mobilização de dossiers e candidaturas (também agregando parceiros) a fundos comunitários, canalizáveis para a dinamização da área audiovisual, através da parceria com outras entidades, nomeadamente a Associação de Turismo Porto e Norte;
- Captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para produção e realização de filmagens na cidade, através de interação nos mercados e festivais internacionais do sector, com produtoras de cinema, séries, canais de televisões ou investidores privados;
- *Location scouting*: dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem e repérages;
- Disponibilização de informação de recursos técnicos através da manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário as produções;
- Disponibilização de informação e capacitação de profissionais, através da manutenção de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção, assim como o apoio e a realização de ações de formação para profissionais do audiovisual, visando aumentar as competências dos profissionais que operam na cidade aumenta as possibilidades de empregabilidade no setor e este alargar de competências é fundamental para a captação de projetos relevantes no contexto audiovisual;
- *Costing*: agilização de procuras especializadas em colaboração com as principais agências de *costing* e figuração nacionais, disponibilizando, através de parceiros, listas de atores e base de dados de *costing* local;
- Comunicação e Promoção: produção de conteúdos audiovisuais de promoção do território e da capacidade instalada.

---

### c) Apoios e coproduções de Cinema

Sendo o cinema uma área de extrema importância para a cultura no Porto, a **Ágora** tem vindo a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades do setor que potenciam a oferta Cinematográfica na cidade. A partir de uma política de coprodução e parceria com diversas iniciativas de exibição Cinematográfica – com diferentes formatos, dimensões e temáticas – é promovido e divulgado o Cinema no Porto, estimulando uma mediação entre vários agentes, não só a nível local como também nacional e internacional. Para além desse enfoque na promoção e divulgação, estes apoios incentivam e viabilizam simultaneamente uma sinergia entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e diferentes públicos da cidade.

Como principais objetivos estratégicos destacam-se:

- Fomentar a oferta e a diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de cinema e a estruturas de exibição regular e contínua;
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.



## Resumo da atividade a desenvolver em 2024

### a) Batalha Centro de Cinema

A atividade prevista para 2024 no âmbito do funcionamento do Batalha Centro de Cinema inclui a conceção e produção programática para 2024 e primeiro semestre de 2025.

O programa de exibição do Batalha Centro de Cinema será constituído por retrospectivas monográficas e ciclos temáticos, bem como por focos programáticos em torno de práticas e autores contemporâneos. A programação integrará ainda debates e conversas, projetos editoriais, performances, parcerias com festivais de Cinema da cidade e um projeto dedicado à formação de comunidades de apreciação fílmica e à inclusão de públicos.

Será realizado todo o trabalho implicado no desenvolvimento programático do projeto e prosseguir-se-á com o planeamento da programação e conteúdos públicos para o período de programação de o segundo semestre de 2023, bem como o planeamento da programação do primeiro semestre de 2024.

A atividade do Batalha Centro de Cinema será direcionada para um público cinéfilo que historicamente existe no Porto, bem como para públicos menos familiarizados com práticas artísticas.

Destacam-se os seguintes eixos de programação que irão materializar a missão do Batalha:

- **Ciclos Temáticos:** Dedicados a temas específicos e que cruzam diversos tipos de cinematografias e modos de fazer cinema. Através de filmes de ficção, documentais e de artista, abordam-se e debatem-se questões sociais, culturais e políticas prementes. Evidenciam-se o ciclo *O Cinema é uma Arma*, durante os meses de março e abril, e um ciclo dedicado ao cinema de humor no feminino, durante os meses de maio e junho;
- **Focos e Retrospectivas:** Ciclos dedicados à filmografia — completa ou essencial — de cineastas e artistas nacionais e internacionais, com trabalhos contemporâneos e de outras décadas. Este é um eixo fundamental da programação que espelha a visão de diversidade formal, temática, geracional e geográfica inerente ao Batalha. Destacam-se os ciclos dedicados a Tsai Ming Liang e Jane Birkin, que acontecerão nos primeiros meses do ano.;
- **Luas Novas:** Mensalmente, a cada Lua Nova do ano, é destacada a prática fílmica de novos nomes do cinema nacional. Uma oportunidade para descobrir ou visitar as obras de um conjunto de cineastas e artistas cujo percurso se prevê continuamente entusiasmante. As primeiras luas novas serão dedicadas às filmografias de Tânia Dinis e Rita Barbosa;
- **Coletivos:** Foco em experiências coletivas de realização e produção de cinema, desde os anos 70 até aos nossos dias. A criação artística é aqui pensada como uma prática partilhada por um núcleo que se agrega pelo seu corpo ético, por uma reivindicação comum, ou simplesmente por uma rede de apoio para a produção de obras. Para este eixo, destaca-se o programa do coletivo mexicano *Los Ingrávidos*, que decorrerá em fevereiro;
- **Cinema com História:** Programas contínuos, semanais ou quinzenais, que olham para a História por trás das histórias do cinema. Em *Seleção Nacional*, é ensaiada uma resposta à questão “O que é o cinema português?”; nas *Matinés* do Cineclube, é recuperada uma parceria com o Cineclube do Porto que remonta aos anos 40 e revisitados os filmes mais marcantes da sua história enquanto instituição;
- **Especiais:** Através da exibição de filmes relacionados com celebrações e efemérides, é dado destaque a datas relevantes, enquanto se abrem as portas a estreias e apresentados projetos comissariados. Tal é o caso da programação de *Sessões Especiais*, com vista a assinalar momentos relevantes para a missão do Batalha, onde se incluem sessões dedicadas a efemérides, o ciclo de cinema *Towards the Last Movies*, composto por filmes vistos por ícones do séc. XX momentos antes das suas mortes, e o programa multidisciplinar *Oásis*, com cinema, palestras, performances, música ao vivo e DJ sets;
- **Famílias:** Sessões de cinema pensadas a partir do programa geral, dirigidas simultaneamente a crianças e a adultos. Um desafio às famílias - formais e afetivas - a construírem uma relação divertida e pessoal com o cinema em toda a sua diversidade;

5  
6

- **Festivais e Mostras:** Ao longo do ano, serão abertas portas aos vários festivais e mostras de cinema da cidade, tomando o Batalha Centro de Cinema num ponto de encontro entre cinéfilos e profissionais. Serão acolhidas também as *Sessões Filmporto*, dedicadas a filmes de autores e produtores da cidade;
- **Exposições e Instalações:** Projetos expositivos e instalativos, desenvolvidos em parceria com artistas e cineastas de hoje, a partir de obras já produzidas ou de novos convites à produção de trabalho. Entre a Sala-Filme e outros espaços de acesso público, serão apresentadas obras que exploram diversas práticas artísticas que se ligam à imagem e ao cinema. Para o próximo ano, serão desenvolvidos projetos expositivos com artistas como Mariana Vilanova, Saodat Ismailova, Tony Cokes, entre outros;
- **Palavra em Movimento:** Neste ciclo de palestras, o Batalha convida diversas personalidades a explicar a sua relação com diferentes formas de produção de cinema, através de experiências e filmes que marcam a vida e até práticas profissionais de cada uma.
- **Música e Performance:** Uma expansão crítica da programação de cinema, através de filmes-concerto e performances transdisciplinares, ancoradas na imagem em movimento, na palavra e no som. Incluem-se aqui projetos já existentes, apresentados em estreia nacional, e projetos inéditos desenvolvidos a convite do Batalha. Neles se inclui ainda "Quatro Canções para Ângelo", projetos com filmes inéditos ou raramente visionados realizados por Ângelo de Sousa, protagonista da contemporaneidade artística portuguesa, com composições musicais originais executadas ao vivo;
- **Cinema ao Redor:** Através de grupos, cursos e oficinas para adultos e crianças e outras iniciativas, procura-se promover o encontro, a partilha e o lazer fora da sala de cinema. Um programa que pretende garantir a igualdade no acesso à nossa atividade e contribuir para a formação de um público ativo e consciente da importância do cinema e da imagem em movimento.

Salienta-se o grupo *Clube de Leitura*, coordenado por Teresa Coutinho, atriz e encenadora, e Gisela Casimiro, artista e escritora. Destaca-se ainda o Curso de Crítica de Cinema, comissariado ao crítico e realizador Saguenail e que tem como título "A Forja", que conta com os docentes convidados António Guerreiro, Cristina Fernandes, Diana Ferreira, Inês Sapeta Dias, Jorge Loureiro, Maria do Carmo Piçarra, Matilde Seabra, Nathalie Mansoux e Tânia Leão. Será, à imagem do ano anterior, realizada uma oficina de animação no período de Páscoa.

No âmbito do projeto *Vizinhos*, salienta-se o projeto *Batalhawood*, desenvolvido em colaboração com os vizinhos do Batalha com raízes no Bangladesh, uma das mais antigas e expressivas comunidades imigrantes do Porto. O projeto *Cineleja* parte da premissa de dinamização do catálogo de filmes da Filnotecca do Batalha dedicada a filmes com enfoque no Porto, propondo uma programação conjunta com os comércio de proximidade do Centro de Cinema. Ao longo dos próximos meses, convidar-se-ão os vizinhos da Praça da Batalha a descobrirem o arquivo digital do Batalha Centro de Cinema. Os filmes selecionados serão exibidos na primavera de 2024 em vários espaços da praça.

No âmbito do projeto *Cinema ao Redor*, prevê-se ainda a realização de visitas guiadas que oferecem um roteiro pela história, pelos espaços e pela arquitetura do edifício, bem como sessões *Batalha Quiz*, criadas e apresentadas por Guilherme Cobretti e Jay Toso, a terem lugar na Cafeteria & Bar do Batalha;

- **Escolas:** Programa que propõe uma relação contínua e permanente com a comunidade escolar, em que o cinema ocupa um lugar central. Através de sessões de cinema e atividades complementares com alunos e professores, procura-se o alargamento do conhecimento da prática cinematográfica, relacionando-a com temáticas vistas como prementes pelos espectadores mais novos. Pretende-se com este projeto afirmar o espaço da sala de cinema como um espaço de cidadania. Este programa é subdividido em *Programa de Cinema para Escolas*, *Proximidade*, *Grupo Professores* e *Big Show*.

- **Indústria e Parcerias:** Em parceria com a Filmporto – *film commission*, o Batalha acolhe eventos promovidos pela indústria cinematográfica, criando um ponto de encontro para profissionais do cinema, nacionais e internacionais. São disponibilizadas salas para a realização de testes de visionamento, sessões para a imprensa, palestras e conferências. Será dado também apoio à investigação no domínio do cinema e do pensamento crítico sobre imagem em movimento, através de uma relação de proximidade com diferentes escolas de cinema da cidade (cedendo espaço para aulas, encontros e visionamentos) e do estabelecimento de parcerias com entidades que promovem a produção e experimentação cinematográficas;
- **Escrita:** Projeto em continuidade que pretende promover o pensamento e a criação escrita em torno das áreas do cinema e imagem em movimento. Compreende a publicação de edições próprias e a encomenda de novos textos críticos, dedicados a filmes inseridos no programa de cinema. Destaque para a edição de *Seleção Nacional*, que acompanha o ciclo com curadoria de Daniel Ribas e Paulo Cunha;
- **Filmoteca e Biblioteca:** A Biblioteca integra uma sala de leitura, estudo e trabalho com 14 lugares, bem como dois postos de visionamento dos filmes da Filmoteca. A sua coleção reúne publicações de todas as épocas relativas a várias áreas do cinema: história, cinematografias, cineastas e artistas, filmes, teoria/estética, técnica e festivais. Dedicada ao património fílmico do Porto, a Filmoteca propõe-se reunir e preservar produção cinematográfica relacionada com a cidade, seja por retratar a sua história, seja por documentar a sua paisagem e relação com a prática do cinema, procurando mapear exaustivamente a fixação da cidade em imagem em movimento e manter em constante atualização um repertório da memória do Porto. O seu catálogo integra filmes de ficção, animação e documentário, bem como diversos tipos de registos audiovisuais: programas ou séries de televisão, videoclipes, spots publicitários, cinema amador ou de família, exercícios de escola e trabalhos experimentais.

## b) Filmporto - film commission

Para 2024, a Filmporto – *film commission* pretende desenvolver as seguintes atividades:

- **Simplificação burocrática:** Desenvolvimento de um único formulário para a obtenção de licenças de filmagem na cidade do Porto, substituindo os quatro formulários atualmente necessários. Este novo formulário reunirá informações sobre aspetos burocráticos, locais de filmagem, condicionamentos de trânsito, reservas de estacionamento e licenças de ruído. A colaboração com os departamentos relevantes da Câmara Municipal do Porto será essencial para desenvolver este projeto.
- **Taxa audiovisual e impacto económico, social e ambiental na cidade:** Implementação de uma Taxa de Filmagem para todos os projetos de filmagem, com avaliação conjunta da Filmporto, da Ágora e da Câmara Municipal do Porto. Esta taxa visa cobrir parte dos custos de produção, que representam cerca de 30% do orçamento de um projeto, incluindo despesas com recursos humanos, aluguer de equipamentos, logística e impostos. Pretende-se ainda incentivar práticas de produção sustentável, oferecendo isenções totais ou parciais da taxa em casos específicos.
- **Bolsas Filmporto:** Deverão ser atribuídas no segundo semestre de 2024 as *Bolsas Filmporto*, que continuarão a apoiar projetos de realizadores, artistas e produtores, estimulando assim a criação de cinema produzido integralmente no Porto, promovendo desta forma a empregabilidade e contratação de técnicos e empresas ligados ao setor audiovisual da cidade, captando também projetos, profissionais e artistas que tragam um valor acrescentado ao panorama audiovisual do Porto e a consolidando assim o Porto como destino potenciador de projetos cinematográficos.
- **Sessões Filmporto:** Em parceria com a equipa de programação do Batalha Centro de Cinema, a Filmporto organizará sessões de cinema mensais para projetos que ainda não tiveram oportunidade de estreiar em sala de cinema e que foram realizados na cidade ou por realizadores residentes na cidade. 2024, a Filmporto pretende também aliar-se a associações de produtores locais, com vista à exibição dos seus filmes no contexto das Sessões Filmporto.
- **Sustentabilidade no cinema e no audiovisual:** Com o intuito de promover a sustentabilidade junto da indústria local e nacional, a Filmporto, com outros parceiros, pretende, no Dia Nacional da Sustentabilidade, promover um encontro com vários agentes do setor cinematográfico e audiovisual e discutir práticas mais sustentáveis no âmbito da produção fílmica. Serão igualmente convidados profissionais e agentes de países estrangeiros, onde estas práticas estão já implementadas.



- **Comunicação:** É objetivo para 2024 comunicar de forma mais abrangente e alargada com o público em geral, ancorando este objetivo nos projetos cinematográficos desenvolvidos na cidade e apoiados pela Filmporto nos dois anos anteriores, que finalmente se irão estrear no próximo ano.
- **Contactos com o setor:** Será mantida a presença da Filmporto em festivais e mercados internacionais. Esta é uma estratégia essencial para a captação de interesse de projetos para o território e para a consolidação da sua posição junto de estruturas de promoção do território internas e externas. O contacto contínuo com as estruturas locais de produção audiovisual permite um conhecimento atualizado e dinâmico da oferta local, nomeadamente a nível de equipas, meios técnicos, competências e *locations* e das atividades audiovisuais a decorrer a cada momento na cidade. Por outro lado, em 2024, a Filmporto continuará a apoiar encontros da indústria que se realizam no contexto de festivais de cinema que acontecem na cidade.
- **Promoção do território:** O cinema estimula muitos dos seus espectadores a visitar os locais de filmagens. Muitas empresas turísticas estão atentas ao fenómeno, que frequentemente origina a criação de circuitos turísticos especializados. Em 2024, a Filmporto continuará a identificar as *mais-valias* (cénicas, técnicas, logísticas e de financiamento) da sua região, e a criar estratégias de divulgação que a posicionem como potencial "palco" para a indústria audiovisual. Para tal, deverá estabelecer pontes de comunicação com as inúmeras entidades envolvidas no sector, colaborando na pré-produção de novos filmes, e na ligação entre agentes e produções de audiovisual.
- **Relações institucionais:** Com a criação da plataforma *Greater Porto*, pela Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal de Gaia e Câmara Municipal de Matosinhos, que tem como objeto promover o território destes três municípios e atrair investimento internacional para a região, a Filmporto posicionar-se-á pela criação de estratégias de promoção do território, com vista à atração de produções internacionais e ao estabelecimento de procedimentos de licenciamento de filmagens comuns, com vista a facilitar o processo de obtenção de licenças a quem pretende filmar na região.
- **Empregabilidade e formação profissional:** Fomento da empregabilidade num sector onde a regra é a curta duração (dias ou semanas) para técnicos e artistas muitas vezes sem trabalho efetivo. O site criado e a inclusão de uma base de dados para profissionais do setor e para entidades produtoras permitirão à Filmporto conectar profissionais e empregadores do setor audiovisual. Associado a isto, a Filmporto irá estabelecer parcerias com Associações e sindicatos que operam na cidade e região, com vista à organização de projetos de formação para profissionais do audiovisual. Neste ano, é intenção da Filmporto estabelecer contactos preliminares com instituições de ensino artístico e audiovisual da região, de forma a entender quantos profissionais do setor são formados na região, quantos decidem prosseguir a sua carreira na região do Porto e quantos exercem a sua atividade noutros países e regiões.
- **Location scouting:** A Filmporto proporá soluções visuais (cenários) adequadas a produções. Deverá organizar visitas a locais previamente selecionados, recolher propostas orçamentais e mediar encontros entre produtores externos e nacionais. Servirá ainda de elo entre os vários departamentos que contribuem para a atividade e deverá procurar parcerias estratégicas com outras *film commissions* para coproduções e financiamento.

### c) Apoios e Coproduções de Cinema

Apoios, coproduções e parcerias para 2024 com os seguintes festivais e ciclos de Cinema:

- **IndieJúnior - Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil do Porto:** Desde 2017, o IndieJúnior visita as principais salas da cidade, durante sete dias, para apresentar o cinema infantil e juvenil mais criativo e original que se faz pelo mundo fora. O festival integra uma competição internacional de filmes, com cerca de 50 produções recentes (ficções, documentários, animações), quase todos inéditos no país, e que são avaliados por júris que atribuem os prémios. É uma grande festa do cinema, um mundo projetado no grande ecrã onde cabem todas as ideias e sonhos.
- **Fantasporto - Festival Internacional de Cinema do Porto** – Realizado no Porto desde 1981, o Fantasporto conta com uma reputação internacional já histórica, sobretudo na vertente do cinema fantástico. Durante dez dias, celebra-se o cinema com filmes apresentados pela primeira vez em Portugal e antestreias mundiais. O festival integra quatro secções competitivas: Cinema Fantástico, Semana dos Realizadores/Prémio Manoel de Oliveira, Orient Express e o Prémio de Cinema Português. Outras secções são dedicadas a documentário, cinema de animação, curta-metragem, e cinema clássico.
- **Porto Femme - Festival Internacional de Cinema** – Criado em 2018, o Porto Femme é um festival de cinema no feminino que pretende mostrar e divulgar o trabalho de pessoas que se identificam como mulheres, promovendo a igualdade e o empoderamento no universo cinematográfico. As questões sociopolíticas que afetam as mulheres em todo o mundo são o foco do festival, que ambiciona dar voz a vários grupos e lutas. Refletindo a diversidade de géneros, temáticas e linguagens, a programação do Porto Femme inclui sessões competitivas, exposições, workshops, debates e conversas.
- **Multiplex:** É uma iniciativa da Universidade Lusófona do Porto que acontece anualmente desde 2011, dedicada ao cinema contemporâneo. As edições mais recentes foram organizadas em parceria com o Teatro Municipal do Porto. Além de trazer à cidade um autor consagrado do cinema internacional para uma masterclass, o Multiplex organiza um ciclo de cinema em torno do convidado de cada edição e exhibe ainda trabalhos de estudantes da Licenciatura em Comunicação Audiovisual e Multimédia. Todo o programa tem entrada livre.
- **Arquiteturas Film Festival:** O Arquiteturas Film Festival é uma plataforma internacional para a discussão e disseminação de produção arquitetónica, através de filmes, exposições e debates. Programado pelo INSTITUTO, este é o primeiro festival de cinema em Portugal dedicado à exibição de filmes de ficção, experimentais e documentais sobre a temática da arquitetura e seus cruzamentos disciplinares. O evento aborda o potencial da imagem em movimento como ferramenta de reflexão sobre o espaço construído e as pessoas que nele habitam. Desde 2022, após oito edições em Lisboa, o festival está sediado no Porto.
- **Beast International Film Festival:** Dedicado essencialmente a filmes que têm como pano de fundo a Europa de Leste, o BEAST explora os Balcãs, os países Bálticos e pós-comunistas através de focos cinematográficos. Funcionando como um fórum de diálogo entre o Leste e o Oeste, o festival promove também a partilha criativa através de palestras, workshops e debates e da cooperação com outras instituições culturais. Todos os anos, o BEAST transforma a cidade do Porto num importante centro internacional para o cinema da Europa de Leste.
- **Queer Porto - Festival Internacional de Cinema Queer:** É o único festival de cinema em Portugal com o propósito de exibir filmes de temática gay, lésbica, bissexual, transgénero, transsexual, intersexo e de outras sexualidades e identidades não-normativas, num género cunhado como “Cinema Queer”. Desde 2015, o festival conta com uma edição no Porto que integra secções competitivas, com alguns dos mais importantes títulos recentes do cinema queer, a par de uma programação paralela que celebra protagonistas e expressões artísticas, problemáticas contemporâneas, pensamento e ativismo.
- **Family Film Project – Festival Internacional de Cinema de Arquivo, Memória e Etnografia:** Decorre anualmente no Porto desde 2012. Dedicado a formas alternativas da expressão cinematográfica, o festival tem ênfase na dimensão arqueológica das imagens, explorada tanto no cinema etnográfico, como no cinema de *found footage*, experimental ou em “filmes caseiros”. Com diversas linhas de atuação, o Family Film Project atravessa os limites entre o cinema e outras artes e áreas de pensamento, integrando na sua programação ciclos performativos, exposições, conferências e masterclasses.

- **MICAR - Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista:** É a única mostra de cinema em Portugal dedicada às temáticas do racismo, da imigração e das minorias étnicas. Durante três dias, as sessões de cinema são complementadas com debates em torno destes tópicos com a intervenção de convidados especiais. O evento, que se realiza desde 2014, é promovido pela SOS Racismo e tem contado com o apoio da Câmara Municipal do Porto e do Teatro Municipal Rivoli. Todo o programa tem entrada livre.
- **Porto/Post/Doc: Film & Media Festival:** É um festival do cinema do real do Porto. Ponto de encontro para criadores, público e profissionais do cinema, tem como objetivo promover a cultura cinematográfica, exibindo as novas formas do cinema contemporâneo. Com uma filosofia eclética, composta por uma Competição Internacional e vários programas paralelos – tais como Transmission, para documentários sobre música e festas noturnas; ou o Fórum do Real, composto por debates com especialistas e académicos –, o festival ocupa vários espaços da cidade.
- **Projeto Tripass:** Atribui acesso privilegiado ao circuito de Cinema no centro do Porto com descontos e outros benefícios nas salas dos Cinemas Trindade, Teatro Municipal do Porto – Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel, e integrando em 2022, o Batalha Centro de Cinema. Em todas as sessões de Cinema ao longo de um ano, o Tripass oferece um desconto de 25% sobre o valor do bilhete normal (excepto nas sessões de preço único). Em 2022 serão mantidas as coproduções Tripass com o Cinema Trindade e o Cinema Passos Manuel, com o objetivo de continuar a fomentar a dinamização e exibição cinematográfica no centro da cidade do Porto, onde se inserem estes dois espaços.
- **Spectral:** Projeto de laboratórios independentes, que trabalham no campo do cinema analógico, cujo objetivo é a criação e circulação de E.C.A. - Expanded Cinematic Arts (Artes Cinematográficas Expandidas) e o desenvolvimento de parcerias internacionais para assegurar a sustentabilidade desta forma de arte. No âmbito do referido projeto estão contempladas as iniciativas denominadas *Residências Primal Light*, *Challenging the cinema room* e *Encontros Cauldron*. O conjunto das iniciativas compreende um programa de residências, conferências, workshops, e criação de novas obras.

Ao longo de 2024 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de cinema ainda a definir.

#### d) Sustentabilidade

O Departamento de Cinema e Imagem em Movimento reconhece a sua responsabilidade em procurar, continuamente, modos de reduzir o impacto ambiental no trabalho que desenvolve. Como tal, tem refletido sobre possíveis respostas às preocupações ecológicas decorrentes do atual estado de emergência climática e na procura do desenvolvimento de estratégias que permitam, por um lado, reduzir a sua pegada de carbono e, por outro, garantir uma gestão mais sustentável de recursos.

A responsabilidade ambiental é um tema que, em toda a sua amplitude, é transversal a todo o programa de atividades do DCIM, que cobrem questões como as dinâmicas do antropoceno, relação da humanidade com o ecossistema onde se insere, e sistemas responsáveis por desequilíbrios e disrupções ecológicas.

A ecologia é também um dos temas abordados no âmbito do programa escolas, com sessões adequadas às diferentes faixas etárias, que propõe refletir, através do cinema, sobre ecologia, a relação entre o consumo e a questão climática e o posicionamento do eu com a natureza.

Com o intuito de promover a sustentabilidade junto da indústria local e nacional, é promovido um encontro anual, no Dia Nacional da Sustentabilidade, com vários agentes

do setor cinematográfico e audiovisual para a reflexão, discussão e partilha de conhecimento sobre de práticas mais sustentáveis no âmbito da produção fílmica.

Na estratégia de comunicação prescindiu-se de materiais de comunicação efémeros, como panfletos, ponderando com critério a quantidade do material impresso, calculada para ser eficiente no seu alcance e evitando o excesso de stock. Privilegiam-se materiais de comunicação com um prazo de vida estendido e promovendo o colecionismo entre os seus públicos. As peças gráficas privilegiam materiais sustentáveis, como por exemplo papéis com certificações FSC (Forest Stewardship Council), EU Ecolabel (Etiqueta Ecológica Europeia) e FSC e 100% Virgin ECF Fibre.



Os produtos de *merchandise* alusivos à marca Batalha Centro de Cinema são peças utilitárias de uso frequente tendo em vista um ciclo de vida prolongada (lápís e cadernos) e produzidos a partir de matérias-primas sustentáveis e/ou recicladas. A procura de alternativas de origem provenientes de Portugal e da Europa de todos estes materiais foi uma prioridade, com o intuito de garantir cadeias de fornecimento mais curtas.

Os uniformes da equipa do Batalha Centro de Cinema foram produzidos a partir de material orgânico, priorizando a *fair fashion*. A conceção do design e a produção dos uniformes da equipa do Batalha Centro de Cinema foram entregues a um designer e fábrica locais, garantindo uma cadeia de produção de proximidade, com recurso a materiais sustentáveis e com o mínimo de desperdício.

O serviço de cafetaria, bar e alimentação do Batalha apresenta uma carta compreensível e acessível, com opções saudáveis e ecológicas e produtos locais frescos, promovendo as boas práticas circulares, reduzindo o desperdício alimentar ao longo da sua cadeia de valor, e procurando maximizar as externalidades positivas, tanto ambientais, como económicas. Pretende-se mitigar a venda de produtos com embalagem de plástico, promover a criação de menus sazonais, adaptados às estações do ano que privilegiam opções de aquisição locais, a disponibilização de menus vegetarianos, e a redução de carne e laticínios na sua oferta.

A oferta programática da Filmoteca é visualizada em formato digital, evitando assim o uso de outros suportes mais poluentes, como o DVD ou o Blu-ray que, além da sua existência efémera, implicam um gasto escusável de plástico no seu processo de produção.

Os projetores de cinema DCP com tecnologia laser são uma fonte de consumo energético considerável. Em função disso, optou-se pela compra de um sistema cuja fonte de iluminação conta com uma durabilidade de 20.000 horas (consideravelmente maior às 3.000 horas dos sistemas mais antigos), evitando uma maior frequência de substituição da lâmpada e, conseqüentemente, dos custos inerentes.

Os transportes representam uma parte importante do consumo de energia final, sendo uma das áreas com maior responsabilidade pelo consumo de produtos petrolíferos para fins energéticos e por uma grande parte da emissão de gases com efeito de estufa, exercendo assim fortes pressões sobre o ambiente e bem-estar humano.

Para o transporte dos filmes que o Batalha exibirá em formato DCP (Digital Cinema Package), que se traduz em 90% do total de filmes em exibição, bem como para parte das obras a exibir dos projetos expositivos, foi subscrita uma plataforma para serviços de transferência de dados em alta velocidade por via digital, evitando assim demoras e gastos desnecessários com transportes de filmes em suportes físicos, e reduzindo exponencialmente os custos ambientais.

Dá-se prioridade à compra de viagens lentas, sempre que possível, para os convidados do Batalha e da sua equipa (excetuando, evidentemente, no caso de pessoas com deficiência, crianças, ou de viagens de longas distâncias ou com preço excessivo), estimulando os nossos convidados e nossa equipa a optarem por autocarros ou comboio, em lugar do avião.

Sempre que possível, são escolhidos para os convidados do Batalha e equipa em viagem hotéis que possuam os mesmos valores de sustentabilidade que o Batalha.

Foram adquiridas várias garrafas de vidro bem como copos no mesmo material, que poderão ser reutilizados continuamente pela equipa e convidados nas múltiplas atividades da instituição. Para o efeito, existem dois pontos de água potável gratuita, filtrada da torneira, para o reabastecimento destas garrafas.

## e) Acessibilidade e Inclusão

O Departamento de Cinema e Imagem em Movimento entende a acessibilidade e a inclusão como valores fundamentais e transversais a toda a sua ação. Por um lado, procuram-se suprimir os obstáculos colocados à mobilidade por um edifício construído na década de 40, classificado como Monumento de Interesse Público em 2012. O Batalha possui lacunas ao nível da acessibilidade física que o projeto de requalificação não conseguiu colmatar, uma vez que as modificações necessárias afetariam características morfológicas e arquitetónicas do património que se pretendia preservar.

Por outro lado, é claro o empenho em que o cinema que projetamos e debatemos seja mais acessível a pessoas com deficiência visual, S/surdas, com deficiência intelectual, mobilidade condicionada, e outras necessidades específicas.

Considerando a acessibilidade como um conceito abrangente, com três dimensões gerais (o acesso físico, o intelectual e o social), foram levadas a cabo reuniões com parceiros externos para a participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade física ou intelectual, no sentido de criar condições de acesso à sua participação, promovendo igualdade de oportunidades através de acesso direto, permanente e o mais autónomo possível e implementando planos de acolhimento de públicos, de acessibilidade, programático e de produção do Batalha Centro de Cinema.

A estratégia programática do DCIM foi construída tendo como um dos seus critérios fundamentais a preocupação com a representatividade geográfica, étnica, de classe, de género e, tanto quanto seja possível aferir, de orientação sexual, traduzindo-se nas temáticas abordadas nos filmes, nas equipas artísticas que assinam as obras mostradas no Batalha, na rede de colaboradores externos convidados a contribuir com o seu conhecimento especializado para a operação, no projeto programático *Cinema ao Redor*, que se centra nos eixos da formação e da fruição cultural ativa, e que se propõe trabalhar com diferentes públicos, a formação de redes de partilha e escuta entre o Batalha e a sua envolvente, no sentido de incluir todos e todas que dele se queiram aproximar, que por ele se sintam bem-vindos, para que nele se sintam representados.

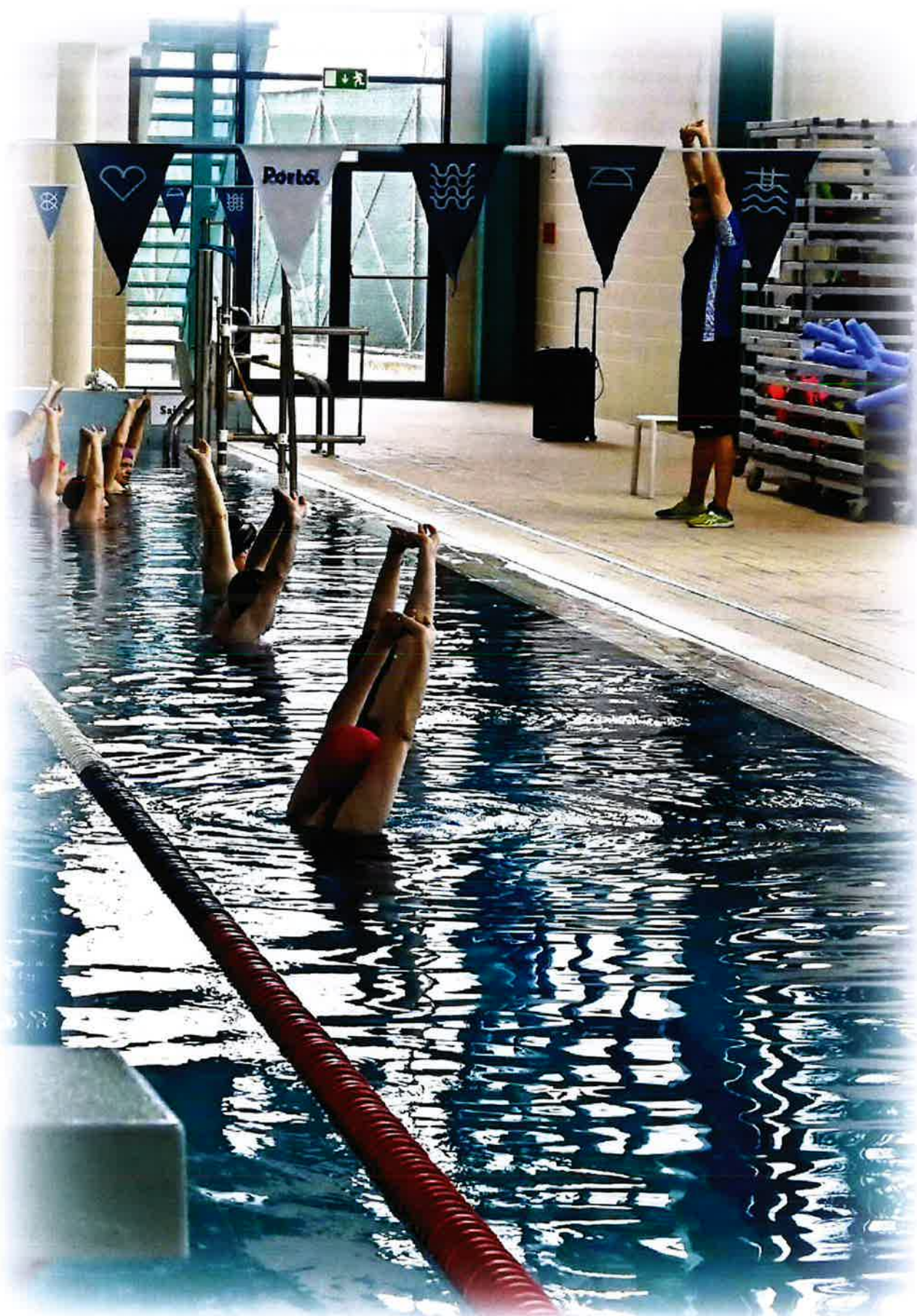
O preço de acesso à programação do Batalha e dos seus serviços privilegia o critério de igualdade de oportunidades, através de uma ampla oferta de descontos que proporcionam condições de acesso otimizado aos portadores de diversos cartões de filiação, bem como estudantes, seniores, pessoas desempregadas, acompanhantes de pessoas com mobilidade reduzida e ainda os estudantes de escolas do e fora do Porto. O acesso e uso da biblioteca, mediateca e galeria é feito sem qualquer custo.

Os filmes em língua estrangeira da programação do Batalha são exibidos sempre com legendagem em português e prevê-se que cerca de 25% das sessões de cinema em 2024 integrem legendagem para pessoas surdas ou ensurdecidas. Os filmes portugueses terão, na sua maior parte, legendagem em inglês. Pretende-se ainda realizar cerca de 35 sessões com língua gestual portuguesa e 16 com tradução simultânea para língua portuguesa.

Para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, o edifício conta com um elevador que, com outras soluções arquitetónicas, possibilita a chegada a todos os pisos. As duas salas de cinema contam com lugares dedicados e adaptados a pessoas com mobilidade reduzida, bem como aos seus acompanhantes que beneficiam de entrada gratuita.



Es  
s.  
e





## 3.2 Desporto

O desporto faz parte da identidade e da história da cidade do Porto. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de um Porto que se quer cada vez mais coeso, inclusivo, moderno e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um desígnio e uma das metas a perseguir pela Ágora. Para além de contribuir para o bem-estar físico e mental, o desporto tem um papel importante na ajuda em ultrapassar problemas como a exclusão social, a desigualdade, o racismo e a xenofobia, e contribui para a formação e educação dos jovens e para a qualidade de vida dos mais idosos.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física registaram um grande desenvolvimento na cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e ainda a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

No ano que agora se inicia, a Ágora irá continuar a aposta no desporto e na consciencialização dos munícipes para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, independentemente da idade, género ou condição.

### Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma componente importante do quotidiano dos munícipes, com reflexos diretos na sua qualidade de vida.

Sob orientação estratégica do Pelouro do Desporto, a Ágora procura continuar a dar resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer indoor, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer a outdoor, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e no apoio ou organização dos mais diversos eventos desportivos no espaço público.

### Objetivos estratégicos

Os principais eixos de intervenção da área do desporto:

- Promover a prática da atividade física e desportiva mediante a renovação dos programas existentes e a dinamização de novos eventos desportivos;
- Alargar a rede municipal desportiva da cidade e implementar novos equipamentos desportivos;
- Requalificar e modernizar as infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, por exemplo, ao nível das suas acessibilidades, garantindo elevados índices de satisfação dos utilizadores;
- Implementar políticas de descarbonização nas infraestruturas desportivas contribuindo de forma determinante para a mitigação das alterações climáticas;
- Reforçar a aposta no associativismo, desenvolvendo parcerias com clubes e associações da cidade de forma a promover a atividade física informal e a prática desportiva federada;
- Garantir uma gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários intervenientes desportivos da cidade;
- Dinamizar espaços e locais outdoor, promovendo estilos de vida e comportamentos saudáveis, por forma a promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos portuenses.

## Programas Municipais de Atividade Física e Desportiva

Aproveitando as condições únicas que o Porto oferece para a prática desportiva ao ar livre, são desenvolvidos vários programas regulares gratuitos, que tornaram a atividade física acessível a crianças, jovens e adultos. A prática de programas inclusivos, nomeadamente a pessoas com deficiência será sempre uma aposta da Ágora, criando, desta forma, uma oportunidade desportiva para todos.

Assim, e de acordo com o programa de atividades, apresentamos o plano de atividades para 2024 – 2028:

### Desporto Informal

- Alargar a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade, mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado nos últimos anos e que se pretende potenciar nos próximos anos. O desporto informal tem vindo a preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa às infraestruturas desportivas tradicionais;
- Motivar a cidade para o desporto informal implica apostar em novos percursos de corrida e de caminhada, tanto na zona ribeirinha, como noutros parques da cidade, nomeadamente no Parque da Cidade e no Parque Urbano da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as expectativas;
- No que se refere à modalidade de Orientação, o Porto disponibiliza percursos permanentes que permitem combinar exercício, competição e descoberta no Parque da Cidade, no Parque do Covelo e no Parque de São Roque. Para os anos vindouros, propõe-se a reformulação dos circuitos, com nova sinalização, novos percursos e novos locais de prática.

### Programas desportivos

Nos últimos anos, a cidade do Porto tem assumido uma forte liderança na área desportiva, reconhecida pela diversidade de programas desenvolvidos e pela democratização da prática desportiva na Cidade.

Seguindo as novas tendências desportivas da população, a Ágora aposta no próximo quinquénio nos seguintes programas desportivos:

- **No Porto a Vida é Longa e Saudável-Mente (Desporto senior)**

Uma vez atingida a consolidação dos programas que abrangem as mais variadas faixas etárias, nomeadamente o programa *No Porto a Vida é Longa*, é agora possível alargar não só a duração, mas também a dimensão de programas dirigidos a esta faixa etária.

O programa *Saudável-Mente* é dirigido à população sénior e tem como objetivo melhorar a mobilidade e proporcionar o maior convívio combatendo o isolamento social, fomentando o envelhecimento ativo e saudável, aumentando a resistência física e promovendo o equilíbrio e a agilidade. A partir de setembro de 2023 este programa foi alargado à Piscina Municipal Eng. Armando Pimentel, em adenda à sessão que semanalmente ocorre na Piscina Municipal da Constituição.

- **Desporto no Bairro**

Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do *breaking*, modalidade que em 2024 se estreia no programa olímpico. O objetivo é atrair e criar paixão nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribuindo assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional. Depois do sucesso no ano de estreia (2020), o programa teve continuidade em 2021, desta vez alargando o seu âmbito a 14 bairros da cidade e introduzindo duas novas modalidades: o surf e o skate. Em 2022, foi também incluída a modalidade de *street basket* e foi alargado o número de locais de prática, chegando a 17 zonas da cidade. Nos próximos anos, pretende-se realizar novas atividades conjuntas e ainda levar o programa a novos locais.

4  
6

- **Aulas gratuitas de skate**

Considerando a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade, especialmente junto do público mais jovem, promoveram-se aulas gratuitas no Skate Park do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL. A intenção é complementar a oferta, juntando às aulas de iniciação, um nível mais avançado, para todos os que pretendem aperfeiçoar a sua técnica.

- **Porto Saudável**

Um programa de caminhadas orientadas por técnicos de educação física, que tem como principal objetivo o combate ao sedentarismo, promovendo a saúde física e mental dos participantes.

Com uma extensão de cerca de 5 km, os percursos das caminhadas têm passagem em vários monumentos históricos e pontos de interesse da cidade, aliando, desta forma, o desporto à cultura.

Em 2024 será dada continuidade ao programa com duas temporadas de atividade física gratuita, transversal a toda a população, em diversos pontos de interesse da cidade do Porto.

- **Missão Férias@Porto**

O programa *Missão Férias@Porto - Campos de Férias* apresenta uma oferta desportiva, cultural e de animação, organizada por semanas temáticas, em que se incluem mais de 30 atividades dirigidas aos vários escalões etários e adaptadas à sua condição física. A oferta da componente desportiva inclui várias modalidades tais como o atletismo, andebol, basquetebol, badminton, bowling, dança, esgrima, minigolfe, tiro com arco, surf, skate, voleibol ou ainda xadrez. Por outro lado, são também programadas visitas a museus, praias, jardins, parques urbanos, oficinas de alimentação e ciência, sessões de magia, entre outras atividades.

O sucesso do programa em 2023 traduziu-se na disponibilização de 4 204 vagas em seis polos (Complexo Desportivo do Monte Aventino, Pavilhão do Viso, Pavilhão Irene de Lisboa, Pavilhão Pêro Vaz de Caminha, Pavilhão da Areosa e Pavilhão Manoel de Oliveira), estando previstas cerca de 4 100 inscrições em 2023.

Atingido o maior número de inscrições de sempre na edição de 2023 da *Missão Férias@Porto*, pretende-se, para 2024, a estabilização da oferta da *Missão Férias@Porto*, quer em número de polos quer em número de inscrições, através do alargamento da oferta de modalidades desportivas e o estabelecimento de novos protocolos e parcerias.

Cientes das novas dinâmicas desportivas que se desenvolveram nos últimos anos, tornando evidente a crescente procura por atividade física e desportiva realizada ao ar livre, a Ágora, no cumprimento dos seus objetivos, pretende continuar a desenvolver iniciativas de desporto informal e ainda o alargamento de programas desportivos a novos locais da cidade e com aulas diferenciadoras, procurando abranger um leque alargado de população das mais diversas faixas etárias.



### Outros programas desportivos de oferta diversa

Os programas *A Rua é Nossa*, *o Vizinhos* e *o Wanderlust* - um dos maiores eventos de meditação e *mindfulness*, têm por objetivo a promoção da atividade física e a animação nas ruas e jardins da cidade. Este tipo de atividades desportivas, dirigidas à população em geral e abertas à participação de famílias, enquadra-se na estratégia de promoção de saúde e bem-estar do Município do Porto. Todos estes projetos, conciliados com o conceito do programa *Dias com Energia*, pretendem ser a base da oferta desportiva na cidade, indo ao encontro dos interesses do público.

O *Estádio de Praia*, realizado na Praia Internacional do Porto, continuará a constituir a grande aposta nos desportos de verão, entre os meses de junho e setembro, com a realização de um elevado número de atividades de competição e de lazer. Em 2023, estrearam-se novas modalidades, como o Hóquei de Praia, Teqball, Cross Training, e o Street Basket, esta última modalidade olímpica.

Para os próximos anos, prevê-se o "amadurecimento" das modalidades recentemente adicionadas ao calendário, bem como um aumento do número de atividades e parceiros.

O *Estádio de Praia* continuará a apostar num conjunto de atividades desportivas e/ou culturais na zona envolvente, incluindo diferentes momentos de entretenimento, como exposições de beatbox, trial bike, escolha de bicicletas, arte urbana, capoeira, xadrez, entre outros, procurando criar uma forte dinâmica que aumente ainda mais o impacto desportivo e cultural do projeto.

No associativismo, nos últimos anos, foi realizado um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade. A partir de 2024, pretende-se alargar esta oferta a cada vez mais atletas. Serão igualmente reativadas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes federados.

A linha de incentivo *Retoma Desporto*, lançada em 2021 e reforçada em 2022 e 2023, destinada aos clubes e associações da cidade para a aquisição de material desportivo e médico-desportivo, continuará, em 2024, a funcionar como um apoio regular.

O programa de *Patrocínio a Atletas de Alto Rendimento e de Elevado Potencial Desportivo*, lançado em 2023, será reforçado em 2024. Esta linha, destinada a atletas individuais, terá um impacto substancial na preparação e participação em provas nacionais e campeonatos internacionais, projetando o nome da cidade e do país.

O reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades, alcançado em 2019, e a garantia da realização de exames médico-desportivos em instituições de referência, são também medidas a manter no período de 2024-2028.

*el*  
*S. G.*

## Provas Desportivas

A Ágora valoriza o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos na cidade, em parceria com clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica.

### Plano de atividades para 2024

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de atletismo o seu número mais expressivo de participantes. Nesse âmbito, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, com um crescente número de inscritos, destacando-se a **Meia Maratona do Porto**, a **Maratona do Porto** e a **São Silvestre do Porto**.

#### Outras provas desportivas relevantes realizadas na cidade:

- O **Meeting de Atletismo do Porto**, atualmente considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O **Porto & Matosinhos Wave Series**, um evento que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de surf, longboard, bodyboard, skimboard e stand up paddle, junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de surf para crianças carenciadas e ações de surf adaptado para crianças e jovens com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no **Estádio de Praia**, que todos os anos decorrem na Praia Internacional do Porto, durante os meses de verão. O andebol de praia, o voleibol de praia, e o beach rugby, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional. Em 2023, estrearam-se várias modalidades na cidade, que têm registado um crescente número de praticantes a nível nacional, como o Street Basket, o Teqball, ou o Cross Training;
- O **World Battle**, que traz ao Porto alguns dos melhores atletas de *breaking* mundiais, num acontecimento que reúne atividades de formação em vários pontos da cidade, competições comunitárias de dança urbana, com acesso inclusivo para as comunidades desfavorecidas, e o *main event* que teve, em 2022, o Coliseu do Porto como palco da final. Em agosto de 2023, a anteceder o World Battle e pela primeira vez na cidade do Porto, teve lugar o *Breaking for Gold World Series*, uma competição mundial certificada pela World Dance Sport Federation (WDSF), com a participação de mais de 300 atletas de 60 países. Esta competição atribui pontos para o *ranking* de acesso aos Jogos Olímpicos de Paris 2024. De realçar que apenas se realizam cinco World Series a nível mundial, tendo sido o Porto uma das cidades escolhidas para acolher esta fase da competição;
- O **Porto International Cup**, um torneio internacional de futebol juvenil nos escalões de sub-11, sub-13, sub-15, sub-17, e sub-19, com mais de 40 equipas e 800 atletas, de oito países, realizou-se em 2023, no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Estádio Universitário do Porto e o Campo da Pasteleira;
- Em 2023, o boxe marcou novamente presença no calendário desportivo da cidade, com a **Gala Oporto Boxing Night**, evento composto por oito combates de boxe profissional – um combate para atribuição do título nacional de super-médios, e sete combates internacionais, sendo um feminino. No total marcaram presença atletas de treze países;
- O **Porto Open**, um dos torneios de ténis com maior dimensão e prestígio organizado na cidade do Porto, no Complexo Desportivo do Monte Aventino. Em 2023, foi promovido de ATP Challenger 80 a ATP Challenger 125, o que elevou consideravelmente o nível do torneio, dotando-o de um *prize-money* de 145 000 euros. Conta com quadro de qualificação de singulares, quadro de pares e quadro principal de pares;
- **Douro Bridges – Porto & Gaia Open Water**, uma iniciativa criada em 2022 e que teve continuidade em 2023, que recuperou uma tradição "adormecida" desde finais da década de 70. Procura recriar a "Travessia do Porto a Nado" que teve a primeira edição em 1916. Integra o Circuito Nacional de Águas Abertas e decorre sob a égide da Federação Portuguesa de Natação;

- O **Porto-Gaia Granfondo**, prova de ciclismo que se estreou no calendário desportivo da cidade em 2022, com partida do Porto, e passagem pelos municípios de Gondomar, Penafiel, Castelo de Paiva, Arouca, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. São apresentados percursos com diferentes distâncias e níveis de dificuldade, de forma a abranger todos os praticantes da modalidade..

---

### **Eventos desportivos internacionais**

**Os grandes eventos desportivos também fazem parte do plano de atividades da Ágora, sendo uma mais-valia para a economia local e contribuem para a projeção internacional da cidade.**

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20 (2015), o Campeonato do Mundo de Ralis – *Porto Super Special Stage* (2016, 2018, 2021 e 2022), a organização da Liga das Nações da UEFA (2019), da Final da Liga dos Campeões (2021) ou a Liga Pro Skate (2021 e 2022) e ainda da Volta a Portugal em Bicicleta (2019 e 2022).

É objetivo da Ágora dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade mais um conjunto de grandes eventos desportivos, com significativo impacto na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a nível nacional e internacional a marca e o destino Porto.

Para os próximos anos, pretende-se continuar a projetar o Porto através da realização de grandes competições internacionais, como reconhecimento da sua importância para a atividade física e desportiva, procurando apostar em eventos que integrem os princípios de desenvolvimento sustentável em termos ambientais, sociais e económicos.

#### **Nessa estratégia, estão englobados os seguintes eventos:**

- Torneio internacional de Padel;
- Festival de desportos urbanos;
- Prova internacional de vela;
- Etapa internacional de voleibol de praia;
- Torneio internacional de rugby de formação.



## Infraestruturas desportivas

Para 2024 e anos seguintes, a Ágora tem o objetivo de adequar a rede de oferta desportiva à crescente procura, mediante o alargamento da rede de pavilhões municipais, polidesportivos de exterior e modernização das infraestruturas e dos equipamentos desportivos.

### Objetivos gerais

A cidade do Porto dispõe de instalações municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura registada.

Entre pavilhões, piscinas e campos da Rede Municipal de Instalações Desportivas (RMID), foram executadas diversas empreitadas, com vista a elevar os níveis de conforto e de qualidade dos espaços.

**As diversas intervenções contribuíram para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:**

- As piscinas da RMID, com especial foco na Piscina Eng. Armando Pimentel que, após obras de beneficiação, reabriu ao público no dia 14 de março de 2023;
- Os pavilhões municipais, com intervenções efetuadas ao nível das instalações, em particular nas coberturas, perspetivando-se obras de reformulação dos pavimentos de jogo nos pavilhões municipais Nicolau Nasoni, Pêro Vaz de Caminha e Irene Lisboa, sem prejuízo da continuação da apresentação de propostas de melhorias em todos os restantes. Em resultado da transferência de competências para o Pelouro da Educação, a Ágora assumiu, em 2023, a gestão de mais seis pavilhões municipais: Pavilhões António Nobre, Areosa, César Augusto Pires de Lima, Leonardo Coimbra, Manoel Oliveira e Ramalho Ortigão. Atendendo ao estado atual destas instalações, a requalificação é um desafio que a Ágora pretende concretizar nos próximos anos;
- Os campos da RMID, constituídos pelo Campo dos Choupos, Campo do Viso, Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, Campo de Futebol do Parque da Cidade e, mais recentemente, o Campo Municipal do Outeiro;
- Em 2023 iniciou-se a Fase II da obra de construção do Campo de Futebol/Rugby e zona de lançamentos de atletismo e tiro com arco no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL.

Em finais de 2022, foi deliberado desenvolver um estudo da situação atual das acessibilidades dos pavilhões, campos e piscinas municipais sob gestão da Ágora, no âmbito do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público (Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, de 4 de outubro e mais recentemente pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho).

O objetivo do trabalho entretanto desenvolvido traduziu-se na elaboração de relatórios individuais, organizados por instalação, com a representação das situações que não cumprem a legislação, bem como das soluções necessárias ao seu cumprimento, por forma a garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais que frequentam as referidas infraestruturas e se confrontam com barreiras arquitetónicas, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Após a apresentação do estudo, a Unidade Orgânica do Desporto e a Manutenção pretendem, até ao final do ano de 2023, executar trabalhos de adaptação das estruturas desportivas promovendo as acessibilidades dos edifícios e espaços desportivos com ganhos de funcionalidade para aqueles que frequentam as instalações municipais.

Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são as seguintes:

- O sucesso do modelo de desenvolvimento desportivo na cidade resulta do envolvimento, da dinâmica e do relacionamento existente entre a Ágora, clubes e associações desportivas, no contributo indissociável para a promoção da prática da atividade física e desportiva da comunidade. Nos últimos anos, a Ágora tem dotado a cidade de novas infraestruturas e equipamentos desportivos, pensando nos munícipes, mas também no importante papel desenvolvido pelas associações na formação dos atletas. A construção de um multiusos com capacidade para receber grandes eventos desportivos constitui mais um grande desafio do desporto na cidade, considerando modalidades como o andebol, o basquetebol, o badminton, o futsal, o hóquei em patins, o voleibol, entre outras. Em fase ainda embrionária, este projeto é a grande aposta na centralidade e promoção do desporto na cidade;
- Na Piscina da Constituição, está prevista uma empreitada de requalificação na zona técnica, na zona do cais e no acesso aos ginásios. Para os próximos anos prevê-se a reformulação da área que é atualmente ocupada pela bancada outrora destinada ao público. Naquele espaço, será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum. O objetivo é aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a implementação de novas modalidades desportivas;
- Para a Piscina de Cartes está também prevista para 2024 uma empreitada de requalificação da zona do cais, na zona destinada a apoio administrativo e na zona técnica. Para os próximos anos prevê-se a reformulação do antigo armazém numa nova área administrativa e a criação no atual espaço de escritório de um gabinete de apoio médico e outro de Medicina no Trabalho;
- No Campo do Viso, está prevista para 2025 uma empreitada de requalificação do piso sintético. Esta obra permite que esta instalação desportiva se torne uma referência nacional no que à prática da modalidade de hóquei em campo se refere, uma vez que a nível nacional escasseia este tipo de infraestrutura desportiva destinada a esta modalidade;
- Para os anos de 2024 a 2028, seguindo o caminho trilhado pela cidade do Porto rumo à neutralidade carbónica do Porto aquando da assinatura do Pacto para o Clima e partindo do pressuposto de que o Porto será líder, a nível nacional na ação climática, levar-se-á a cabo um conjunto de ações para cumprir este importante desígnio da cidade, nomeadamente a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos em todas as instalações desportivas.

Com este desígnio, nos próximos anos pretende-se que a Ágora seja uma referência nas instalações desportivas municipais, mais concretamente nas piscinas, com a racionalização e utilização eficiente da água, evitando desperdícios e adotando novas tecnologias para prosseguir este objetivo.

**Estão ainda previstas as seguintes medidas e investimentos:**

- Campos de futebol nas zonas de Justino Teixeira e Paranhos;
- Conclusão da requalificação do relvado da FADEUP e sistema de rega;
- Pavilhão Multiusos;
- Polo desportivo na zona oriental da cidade para a prática de desportos radicais;
- Centro de apoio a desportos náuticos;
- Modernização dos equipamentos desportivos;
- Reforço do apoio ao associativismo desportivo;
- Criação de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo;
- Alargamento e reforço dos programas informais de atividade física destinados à população sénior;
- Impulsionar a inclusão através do desporto (a partir do programa *Desporto no Bairro*);
- Captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional;
- Criação de um Conselho Consultivo do Desporto.

---

**Para além das medidas referidas anteriormente, é também objetivo da Ágora:**

- Encontrar diversos parceiros institucionais para alargar a oferta desportiva, como foi o caso do Clube Fluvial Portuense (devido ao encerramento temporário da Piscina Eng. Armando Pimentel para obras de reabilitação) e da Universidade do Porto (oferta desportiva no renovado Estádio Universitário);
- Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
- Participar, direta ou indiretamente na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
- Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos, enquanto indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade no âmbito nacional e internacional;
- Monitorizar a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta desportiva relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora. Para isto, é necessário auscultar regularmente o mercado, com vista a potenciar soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e a longo prazo;
- Organizar, atualizar e disponibilizar a oferta desportiva da cidade, garantindo uma base para a análise e deteção de novas oportunidades, de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais diversos programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades, tais como natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras.





### 3.3 Entretenimento

O Porto tem demonstrado uma dinâmica muito própria que lhe tem permitido ser um polo de atração de iniciativas e eventos que consolidam a marca do destino, nacional e internacionalmente. A crescente procura da iniciativa privada de locais na cidade para realização de eventos tem alavancado uma estratégia de qualificação da oferta, quer dirigida aos munícipes, quer aos turistas, que diariamente “vivem” a cidade. No entanto, apesar deste aumento de procura, a oferta tem sido controlada, sendo que o abrandamento na programação própria se tomou imperiosa, verificando-se uma articulação institucional mais criteriosa que permite uma gestão mais responsável do calendário e do espaço público.

Considerando esta premissa, manteve-se a aposta na disseminação, apostando em eventos de proximidade, dando resposta à cidade mais “periférica”. As festas de São João do Porto, o *Vizinhanças* ou o Natal aproximam a cidade e permitem uma programação adequada aos locais, com um envolvimento fundamental das Juntas e União de Freguesia.

Para que esta estratégia perdure, é necessário que o número de eventos e iniciativas fora do centro da cidade aumente, misturando-se com o dia-a-dia e não apenas com momentos pontuais na programação desenvolvida, respeitando sempre as suas especificidades e vontades. Desta forma, procura-se que eventos com maior impacto possam servir de alavanca para estes locais, quer com eventos municipais ou de iniciativa privada.

Na Ágora, mantem-se ainda em agenda a preocupação pela sustentabilidade e da inclusão. A procura, nas atividades promovidas pela Ágora ou na atividade com terceiros, de soluções sustentáveis e com menos impacto ambiental, bem como políticas de democratização e acessibilidade gerais, são questões basilares na definição de percursos, estruturas, localizações e até de cariz das iniciativas desenvolvidas.

#### Objetivos gerais

- Criar uma oferta cada vez mais especial e diferenciadora, que constituirá a matriz da oferta da programação do entretenimento;
- A cidade continuará a revelar-se como palco preferencial para os vários momentos programáticos;
- Continuar a estratégia de descoberta e de revelação de novos territórios, atraindo para estes espaços mais periféricos um conjunto de atividades e valências que não só potenciam a sua vivência, como também a sua desejável (re)descoberta pelo público, eliminando barreiras geográficas, permitindo assim o acesso a uma programação de excelência em espaço público.

#### Objetivos estratégicos

- Reforçar o Porto como uma experiência única e irrepetível;
- Enaltecer a singularidade da cidade, quer pelas suas características mais empreendedoras, quer pelo seu espírito cosmopolita, atual, com uma oferta global, diversificada e qualificada, procurando satisfazer todos os públicos;
- Pretende-se igualmente desenvolver e impulsionar a intervenção pública de Arte Urbana, mostrando uma cidade que continuou e que continuará “viva”, que se revela através de uma programação plural, democrática descentralizada e de proximidade, ocupando o espaço público de forma cuidada, segura e ordenada;
- Transformar a cidade num espaço mais acessível, inclusivo e com preocupações adequadas e em linha com os desafios atuais de sustentabilidade, visando a minimização do impacto das alterações climáticas e da descarbonização.

g.s. el

Para o período de 2024 – 2028, os objetivos estratégicos são:

- Qualificar a oferta de entretenimento que a cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, integrada, criativa, surpreendente e diversificada;
- Manter a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional do Porto;
- Incrementar o seu papel, enquanto interlocutor natural e privilegiado, junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global e integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um;
- Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos, valorizando o património histórico da cidade e a sua memória coletiva;
- Promover a inclusão e a acessibilidade as suas iniciativas, bem como a implementação de boas práticas ambientais e de sustentabilidade do Município do Porto.

### Matriz da oferta

Procurar-se-á manter a democratização da programação de espaço público, de forma inclusiva e acessível, com vista a manter a sua qualidade e reconhecimento do público-alvo.

- A conjugação de atividades de várias dimensões, diversas e descentralizadas permitirá a concretização de uma dinâmica de cidade que seja plural. A procura de interagir com zonas mais descentralizadas da cidade permitirá uma aproximação da programação ao território, qualificando-o e reabilitando-o.
- Pretende-se visar o envolvimento de todos os agentes da cidade – munícipes, comerciantes, turistas, Instituições e associações – para que a visão de cidade possa ser trabalhada com todos e para todos.







## Plano de atividades para 2024

A dinâmica da cidade e a disseminação da programação pelo território têm contribuído para um desenvolvimento sustentável e qualificado da programação que se pretende manter. A relação com todo o tecido artístico, associativo e da comunidade é um dos princípios para que seja mantida uma ação complementar e não intrusiva; o objetivo passa por potenciar e não afastar, numa premissa de moldagem ao território, deixando que este contamine e se deixe contaminar.

- **Principais eventos da Unidade Orgânica do Entretenimento**

A programação terá como base os eventos que são pontos altos na celebração da cidade do Porto: as festas de São João do Porto, a programação de Verão, a Feira do Livro do Porto, a programação de Natal e de Passagem de Ano. Para manter o êxito destas iniciativas é necessário repensá-las, reinventá-las, procurando que a sua importância garanta uma forma muito própria de “sentir o Porto” e de “ser Porto”. A qualificação da experiência é fundamental para que o resultado agrade a todos e gere o reconhecimento desejado.

- **Outros eventos em destaque**

Mas nem só de grandes eventos se faz a programação da cidade, pelo que a aposta em eventos que são hoje marcos da programação, tais como as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Dia Nacional dos Centros Históricos, as Comemorações Oficiais do 25 de Abril, a *Festa da Criança* ou o TRENGO – Festival de Circo do Porto, assumem a responsabilidade de dar consistência e diversidade ao nosso panorama artístico e de envolvimento com o território. De referir o êxito do projeto *Vizinhanças*, que em apenas dois anos após a primeira edição se transformou num programa que reúne a comunidade e a animação artística e cultural em proximidade.

- **Música e festivais**

Continuar-se-á a apoiar a música, através de festivais e iniciativas como o North Music Festival, Primavera Sound, Festival Elétrico, Porto Blues Fest, Jazz ao Relento, Piquenique Dançante sobre a Relva, Concertos na Avenida - Casa da Música ou Porto Sounds Secret, com recurso a uma programação eclética para a cidade consiga a diversificação necessária para todos os portuenses e quantos a visitam.

- **Arte Urbana**

Através do *Programa de Arte Urbana*, pretende-se manter a procura de conteúdo estético que valorize o território e as relações com o mesmo, através de processos colaborativos com a comunidade artística, por vezes marginalizada e ilegal, levando à adoção de métodos convencionais de exibição – o BALUARTE é um exemplo disso – caminho que pode possibilitar uma abordagem com consequências mais significativas do ecossistema criativo, potenciando soluções para a Arte Urbana no Porto, tendo como ambição, para 2024, a sua afirmação internacional.

## 3.4 Plataformas

### 3.4.1 Rede Municipal de Parques de Estacionamento

Durante o ano de 2023, por decisão da Câmara Municipal do Porto, ocorreram duas alterações relevantes no que respeita aos parques de estacionamento geridos pela Ágora – a definição de novas tabelas de preços, implementadas em 1 de janeiro de 2023 numa perspetiva de igualização da oferta de produtos e de preços do estacionamento nos parques da esfera municipal e a transferência da concessão do Parque do Palácio de Cristal, anteriormente gerido pela Ágora, para a STCP Serviços, tendo em vista a gestão integrada com a futura estação de metro da Praça da Galiza, considerando a sua proximidade.

Assim, a Ágora está atualmente mandatada pelo Município para efetuar a gestão de dois parques de estacionamento – o Parque do Silo Auto, cuja exploração foi atribuída em julho de 2014 e o Parque dos Poveiros, desde julho de 2018.

Até ao final do primeiro semestre de 2023 foram atingidos os maiores níveis de faturação mensal desde que a Ágora assumiu a gestão dos parques, sendo previsível a sua consolidação ao longo de 2024.

#### Parque do Silo Auto

O estabelecimento de negócios decorrentes de investimentos recentes na envolvente geográfica deste parque têm vindo a resultar num crescimento da faturação, potenciada pelo aumento da procura relacionada com as atividades de comércio, serviços e turismo.

Este parque caracteriza-se por uma grande componente de estacionamento em regime de avença, requerendo sempre uma monitorização específica que permita garantir as diversas vertentes de estacionamento, tendo, contudo, ainda algum potencial de crescimento ao nível da faturação.

#### Parque dos Poveiros

A predominância das atividades de comércio, movida, restauração e alojamento na zona circundante deste parque, bem como a programação dos eventos do Coliseu Porto Ageas, são os fatores que mais influenciam a procura neste parque, onde se atinge frequentemente o limite de lotação, sendo de realçar que a faturação é allcerçada na vertente de estacionamento de rotatividade.

Embora tenha sofrido uma retoma lenta pós-pandemia derivado ao facto das características do tecido económico envolvente estarem muito relacionadas com pequenos negócios, o Parque dos Poveiros encontra-se atualmente com elevados níveis de procura que resultaram em máximos de faturação mensal, não se prevendo margem para a continuidade deste crescimento, uma vez que este parque atinge frequentemente a sua máxima lotação.

### 3.4.2 Queimódromo

Recinto de eleição onde se realizam os grandes eventos da cidade, como a Queima das Fitas, Primavera Sound, Festa da Comida Continente, Maratona do Porto, entre outros, o Queimódromo foi alvo de uma redução da área disponível com as recentes obras de requalificação da zona Poente do Parque da Cidade, ao qual foi anexada uma parcela de terreno que anteriormente pertencia a este espaço.

Estes grandes eventos adaptaram as respetivas implantações à nova área disponível, que continua a oferecer condições técnicas e logísticas muito favoráveis a todas estas atividades. Em junho de 2023, no âmbito do Primavera Sound foi incorporada, na zona noroeste, uma nova área de terreno anteriormente desaproveitado, na qual foi implantado o palco principal deste festival, resultando numa diminuição dos efeitos deste evento na zona verde do Parque da Cidade.

Em 2024 pretende-se manter as parcerias e ocupações habituais, potenciando o espaço a novas ocupações e parcerias a estabelecer.



## 4. Demonstrações orçamentais previsionais

Dando cumprimento ao expresso na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual;
- Plano Plurianual de Investimentos.

Dada a imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, estes poderão não ocorrer conforme esperado, pelo que os resultados poderão também ser diferentes do previsto. O mesmo acontecerá com as variações que poderão ocorrer, nomeadamente na execução dos anos de 2025 e 2028.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas seguintes demonstrações têm por base todos os pressupostos enunciados nos pontos anteriores e que se traduzem nas demonstrações financeiras apresentadas.



## 4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Recabimentos	Orçamento 2024			Plano Orçamental Plurianual			
		2023	2024	Total	2025	2026	2027	2028
	<b>Receita corrente</b>	<b>354 872</b>	<b>28 676 272</b>	<b>29 031 145</b>	<b>29 253 352</b>	<b>29 842 551</b>	<b>30 444 123</b>	<b>31 058 327</b>
R5.2	Exterior - UE	-	17 340 896	17 340 896	17 705 055	18 076 861	18 456 475	18 844 061
R6	Venda de bens e serviços	354 872	10 273 876	10 628 748	10 486 797	10 704 190	10 926 147	11 152 766
R7	Outras receitas correntes	-	1 061 500	1 061 500	1 061 500	1 061 500	1 061 500	1 061 500
	<b>Receita de capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>354 872</b>	<b>28 676 272</b>	<b>29 031 145</b>	<b>29 253 352</b>	<b>29 842 551</b>	<b>30 444 123</b>	<b>31 058 327</b>
	<b>Receita não efetiva (2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
R12	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Receita Total (3) = (1) + (2)</b>	<b>354 872</b>	<b>28 676 272</b>	<b>29 031 145</b>	<b>29 253 352</b>	<b>29 842 551</b>	<b>30 444 123</b>	<b>31 058 327</b>
	<b>Despesa corrente</b>	<b>848 912</b>	<b>27 317 615</b>	<b>28 166 528</b>	<b>28 252 202</b>	<b>28 845 200</b>	<b>29 436 964</b>	<b>30 043 751</b>
D1	Despesa com o pessoal	258 730	9 234 218	9 492 949	9 742 549	9 937 434	10 136 217	10 338 977
D11	Remunerações certas e permanentes	139 854	7 301 357	7 441 211	7 655 237	7 808 376	7 964 579	8 123 906
D12	Abonos variáveis ou eventuais	-	41 706	41 706	42 540	43 391	44 258	45 144
D13	Segurança social	118 876	1 891 156	2 010 032	2 044 771	2 085 667	2 127 380	2 169 928
D2	Aquisição de bens e serviços	590 182	14 769 652	15 359 834	15 017 930	15 353 337	15 673 002	16 001 796
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências Correntes	-	3 121 291	3 121 291	3 186 838	3 253 762	3 322 091	3 391 855
D44	Outras	-	3 121 291	3 121 291	3 186 838	3 253 762	3 322 091	3 391 855
D6	Outras Despesas correntes	-	192 455	192 455	304 886	300 668	305 654	311 124
	<b>Despesa de capital</b>	<b>30 019</b>	<b>1 263 344</b>	<b>1 293 363</b>	<b>1 325 461</b>	<b>240 033</b>	<b>212 367</b>	<b>212 367</b>
D7	Aquisição de bens de capital	30 019	1 263 344	1 293 363	1 325 461	240 033	212 367	212 367
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>878 931</b>	<b>28 580 959</b>	<b>29 459 890</b>	<b>29 577 663</b>	<b>29 085 233</b>	<b>29 649 330</b>	<b>30 256 118</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
D10	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D11	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>878 931</b>	<b>28 580 959</b>	<b>29 459 890</b>	<b>29 577 663</b>	<b>29 085 233</b>	<b>29 649 330</b>	<b>30 256 118</b>
	<b>Saldo Total (3) - (6)</b>	<b>-524 059</b>	<b>95 313</b>	<b>-428 746</b>	<b>-324 311</b>	<b>757 318</b>	<b>794 792</b>	<b>802 210</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>	<b>-524 059</b>	<b>95 313</b>	<b>-428 746</b>	<b>-324 311</b>	<b>757 318</b>	<b>794 792</b>	<b>802 210</b>
	Despesa primária	878 931	28 580 959	29 459 890	29 577 663	29 085 233	29 649 330	30 256 118
	Saldo corrente	-494 040	1 358 657	864 617	1 001 150	997 350	1 007 159	1 014 576
	Saldo de capital	-30 019	-1 263 344	-1 293 363	-1 325 461	-240 033	-212 367	-212 367
	Saldo primário	-524 059	95 313	-428 746	-324 311	757 318	794 792	802 210



## 4.2 Receita

A receita previsional do ano ascende a 29.031.145 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

## 4.3 Despesa

Estão enquadradas na exceção deste princípio as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos.

Estes pressupostos enquadram-se na lei vigente, nomeadamente na Lei de Enquadramento Orçamental.

Assim, é apresentado um nível de despesa total de 29.459.890 euros.

## 4.4 Plano Plurianual de Investimentos

No plano plurianual de investimentos estão refletidas as principais aquisições previstas para o ano de 2024, conforme o descrito no ponto 5.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

**Do plano de investimento previsto para 2024, destacam-se os seguintes projetos:**

- Aquisição de material informático, servidores, redes e software permitindo a infraestruturização de novos equipamentos, bem como dar continuidade à modernização administrativa e técnica dos sistemas de informação atualmente em utilização. Estes projetos, no seu conjunto, refletem aproximadamente 16% do investimento previsto;
- O investimento em infraestruturas existentes, designadamente na piscinas da Rede Municipal de Instalações Desportivas (RMID), traduz também uma importância significativa no melhoramento das condições das mesmas incluindo os sistemas de segurança e equipamentos de proteção, conservação das infraestruturas e aquisição de equipamento desportivo e técnico.

A totalidade do investimento nestes projetos ascende a 556.747 euros. Este investimento visa modernizar a as piscinas da RMID, obtendo retornos, nomeadamente financeiros, técnicos, de saúde e bem-estar e ambientais;

- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos, bem como a aquisição de equipamento para a produção de eventos dotando a respetiva área de meios próprios e diminuindo a necessidade de aluguer de material.

Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Descrição da atividade	Módulo programático	Forma de realização	Período de implementação					Período de execução					Total Prazada		
				01	02	03	04	05	2024	2025	2026	2027	2028			
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000001	0	15.823,00 €												15.823,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000002	0	47.846,47 €												47.846,47 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	7.664,24 €												7.664,24 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	30.876,94 €												30.876,94 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01001000	0	227.079,23 €												227.079,23 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01002000	0	54.386,04 €												54.386,04 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000003	0	85.454,08 €												85.454,08 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000004	0	29.483,24 €												29.483,24 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	11.041,25 €												11.041,25 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	110.136,83 €												110.136,83 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	47.168,05 €												47.168,05 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	1.071,07 €												1.071,07 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	98.771,08 €												98.771,08 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	01000000	0	15.963,21 €												15.963,21 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000005	0	486.861,08 €												486.861,08 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000006	0	1.179,24 €												1.179,24 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000007	0	29.380,11 €												29.380,11 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000008	0	227.801,84 €												227.801,84 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000009	0	78.971,48 €												78.971,48 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000010	0	77.732,65 €												77.732,65 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000011	0	54.170,94 €												54.170,94 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000012	0	13.268,94 €												13.268,94 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000013	0	18.837,22 €												18.837,22 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000014	0	48.488,62 €												48.488,62 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000015	0	1.177,24 €												1.177,24 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000016	0	95.488,24 €												95.488,24 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000017	0	203.000,00 €												203.000,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000018	0	47.008,00 €												47.008,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000019	0	298.000,00 €												298.000,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000020	0	98.100,00 €												98.100,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000021	0	288.000,00 €												288.000,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000022	0	398.000,00 €												398.000,00 €
Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	Atividade de manutenção de equipamentos e veículos	04000023	0	2.853.139,24 €												2.853.139,24 €
Total				2.853.139,24 €												2.853.139,24 €

Nota: Os investimentos previstos têm a duração de um ano.



*Handwritten initials and marks:*  
 EF  
 L  
 G

## 5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

### 5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2024

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2024 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob gestão da Ágora (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas, culturais e as plataformas), visando um melhor funcionamento e um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas. Adicionalmente, também se encontra previsto o reforço dos meios afetos aos serviços transversais e de suporte da Ágora.

Do plano de investimento previsto para 2024, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas e requalificação dos espaços, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresenta-se de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2024:

Valores em euros					
<b>Investimento 2024</b>	<b>Serviços transversais e de suporte</b>	<b>Infraestruturas desportivas</b>	<b>Infraestruturas culturais</b>	<b>Plataformas</b>	<b>Total</b>
Ativos Fixos Tangíveis	282 133	501 570	205 426	81 574	1 070 703
Ativos Intangíveis	6 815	0	0	92 681	99 946
<b>Total</b>	<b>288 948</b>	<b>501 570</b>	<b>205 426</b>	<b>174 255</b>	<b>1 170 199</b>

Para a realização do investimento proposto, pretende-se utilizar a seguinte fonte de financiamento:

Valores em euros	
<b>Financiamento do Investimento 2024</b>	<b>Total</b>
<b>Autofinanciamento 2024</b>	<b>1 170 199</b>

## 5.2 Plano de capital humano para o ano de 2024

A estrutura previsional de capital humano para o período de 2024–2028 é a seguinte:

<b>Estrutura Previsional de Capital Humano</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Administração	3	3	3	3	3
Secretariado	1	1	1	1	1
Encarregado de Proteção de Dados	1	1	1	1	1
Departamento de Artes Performativas	68	68	68	68	68
Departamento de Arte Contemporânea	23	23	23	23	23
Museu e Bibliotecas do Porto	9	9	9	9	9
Direção de Novos Projetos	1	1	1	1	1
Departamento de Cinema e Imagem em Movimento	33	33	33	33	33
Direção de Desporto	98	98	98	98	98
Direção de Entretenimento	26	26	26	26	26
Financeiro	12	12	12	12	12
Serviços Jurídicos e Contratação	14	14	14	14	14
Direção de Comunicação e Imagem	26	26	26	26	26
Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação	18	18	18	18	18
Parques de Estacionamento	5	5	5	5	5
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>	<b>338</b>

Do número acima indicado, estão considerados os três membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pela Presidente e dois administradores executivos.

## 5.3 Plano financeiro para o ano de 2024

Valores em euros

<b>Agregados Económico-financeiros</b>	<b>2024</b>
<b>Resultados</b>	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	689 118
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	117 928
Resultado líquido do período	19 989
<b>Rendimentos</b>	
Vendas	8 901
Prestação de Serviços	8 466 474
Transferências correntes e subsídios à exploração	17 340 896
Reversões	54 176
Outros rendimentos e ganhos	143 583
<b>Gastos</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 800
Gastos com pessoal	9 549 713
Fornecimentos e serviços externos	12 621 524
Transferências e subsídios concedidos	3 121 291
Provisões	23 983
Outros gastos e perdas	5 600
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	571 190
<b>Balanco</b>	
Total do ativo	8 839 904
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 126 508
Total do passivo	5 768 101
Total do património líquido	3 071 802
<b>Fluxos de tesouraria</b>	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	864 617
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 293 363
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-
<b>Indicadores</b>	
<b>Liquidez geral</b> (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	<b>126%</b>
<b>Autonomia financeira</b> (Total do capital próprio/Total do ativo)	<b>35%</b>
<b>Cobertura do ativo não corrente</b> (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	<b>136%</b>

O Resultado operacional antes de depreciações e gastos de financiamento estimado para 2024 ascende a 689 118 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 571.190 euros e da estimativa de IRC no montante de 97 939 euros, o Resultado Líquido esperado, para 2024, é positivo em 19 989 euros.

Em 2024, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 3 071 802 euros, equivalente a 140% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2024 demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras, no que respeita à sua continuidade.



## 5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2024


Valores em euros

<b>Demonstração dos resultados previsionais</b>	<b>2024</b>
<b>Rendimentos e gastos</b>	
Vendas	8 901
Prestação de serviços e concessões	8 466 474
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	17 340 896
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 800
Fornecimentos e serviços externos	-12 621 524
Gastos com o pessoal	-9 549 713
Transferências e subsídios concedidos	-3 121 291
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	54 176
Provisões (aumentos/reduções)	-23 983
Outros rendimentos e ganhos	143 583
Outros gastos e perdas	-5 600
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>689 118</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-571 190
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>117 928</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>117 928</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-97 939
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>19 989</b>

## 5.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2024 ascende a 26.014.029 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

	Valores em euros
<b>Rendimentos totais</b>	<b>2024</b>
<b>Rendimentos totais</b>	<b>26 014 029</b>
<b>Vendas</b>	<b>8 901</b>
<b>Prestação de serviços na área de gestão de infraestruturas desportivas e culturais e Plataformas</b>	<b>2 544 354</b>
Inscrições / Anuidades	262 500
Aulas diversas modalidades	305 000
Utilização das piscinas da Rede Municipal de Instalações Desportivas	74 000
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	1 641 453
Renda concessão PRM/PC	261 401
<b>Prestação de serviços na área de projetos culturais e de entretenimento</b>	<b>1 189 131</b>
Patrocínios	970 000
Organização de eventos	60 976
Bilhética	158 155
<b>Prestação de serviços ao município do Porto</b>	<b>4 732 988</b>
Projetos recreativos, culturais e desportivos	4 504 488
Serviços de estacionamento	170 299
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	58 202
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>17 340 896</b>
Município do Porto	17 235 896
Outras Entidades	105 000
<b>Reversões</b>	<b>54 176</b>
Reversões	54 176
<b>Outros rendimentos</b>	<b>143 583</b>
Cedência de espaço	80 319
Rendas	7 093
Almoços Campos de Férias - Missão Férias@Porto	50 000
Outros	6 171



De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora:



#### **Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Culturais e Plataformas**

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e do Silo Auto. O valor destes rendimentos representa cerca de 10% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2024.

#### **Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento**

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 5% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2024.

#### **Prestação de Serviços ao município do Porto**

Os rendimentos decorrem de espetáculos, iniciativas de entretenimento e outros divertimentos públicos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto e da prestação de serviços de estacionamento. Relativamente ao exercício de 2024, espera-se que estes rendimentos venham a representar cerca de 18% dos rendimentos totais da Ágora.

#### **Subsídios à Exploração**

Nos subsídios à exploração considerados para 2024, que se preveem ascender a 17.340.896 euros, está incluída a verba no valor de 17.235.896 euros atribuída pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas, os encargos com a gestão das infraestruturas culturais e serviços transversais e de suporte. O referido subsídio também tem por finalidade os incentivos culturais, desportivos e de entretenimento.

#### **Outros Rendimentos**

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando na sua maioria sujeitos a IVA. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).



## 5.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, necessários ao normal funcionamento da Ágora.

	Valores em euros
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>2024</b>
Trabalhos especializados	4 518 142
Publicidade, comunicação e imagem	560 646
Vigilância e segurança	1 228 791
Honorários	707 756
Conservação e reparação	772 662
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	188 854
Material de escritório	24 846
Eletricidade	407 011
Combustíveis e lubrificantes	257 473
Água	193 632
Deslocações e estadas	123 308
Rendas e alugueres	1 657 586
Comunicação	28 433
Seguros	165 410
Limpeza, higiene e conforto	733 980
Outros serviços	1 052 994
<b>Total</b>	<b>12 621 524</b>

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos ocorridos com FSE decorrentes da atividade da Ágora:

### **Trabalhos especializados, vigilância e segurança e rendas e alugueres**

Os trabalhos especializados, vigilância e segurança e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 59% do total em 2024). Os trabalhos especializados registam essencialmente os gastos suportados com a aquisição de serviços de assessoria técnica, conceção e coproduções de iniciativas culturais, consultoria e prestação de serviços. A rubrica rendas e alugueres refere-se ao aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de vigilância e segurança, respeita essencialmente aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e desportivas e na sede, ascendendo a 1.228.791 euros em 2024.

### **Conservação e reparação**

A este respeito, cumpre destacar a aposta da Ágora em intervir nas infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão ao nível da conservação e reparação das mesmas, com o intuito de, não só, qualificar os serviços disponibilizados aos utentes e utilizadores das mesmas, bem como, melhorar os níveis de controlo sobre estas.

As verbas consideradas para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela Ágora, as quais ascendem a 772.662 euros em 2024, respeitam apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais visam assegurar o seu correto funcionamento.

**Água e eletricidade**

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2024 representem cerca de 5%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

**Publicidade, comunicação e imagem**

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2024 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

**Limpeza, higiene e conforto**

Os gastos com limpeza, higiene e conforto respeitam essencialmente aos encargos à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a limpeza nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e desportivas e na sede da Ágora.

**Outros serviços**

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

**Gastos com pessoal**

Descrição	Valores em euros
	2024
Remunerações dos órgãos sociais	112 602
Remunerações do pessoal	7 419 966
Encargos sobre remunerações	1 664 263
Seguros de acidentes no trabalho	86 277
Outros gastos com o pessoal	25 113
Outros encargos sociais	241 491
<b>Total</b>	<b>9 549 713</b>

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 0% em 2024;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data;
- Valor anual para formação: 54.551 euros em 2024; e,
- Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise na base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2024 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 9.549.713 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 37% do total de custos orçamentados de 2024.

## Depreciações

	Valores em euros
<b>Taxas de depreciação</b>	<b>2024</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	33,33%
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	
Edifícios e outras construções	1% - 10%
Equipamento básico	6,66% - 12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 25%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2024, ascende a 571.190 euros.

### Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,0% para o ano de 2024, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2024, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 97.939 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010, 2011 e 2012, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento, considera-se que:

- O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- As prestações de serviços na área dos projetos culturais e de entretenimento, das atividades de enriquecimento curricular e dos serviços de estacionamento são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.



## 5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2024

Valores em euros

<b>Demonstração de fluxos de caixa previsional</b>	<b>2024</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	
Recebimentos de clientes	10 546 666
Pagamentos a fornecedores	- 18 442 638
Pagamentos ao pessoal (1)	- 9 485 736
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>- 17 381 708</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento	- 61 968
Outros recebimentos/pagamentos (2)	18 308 293
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]</b>	<b>864 617</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	
Ativos fixos tangíveis	- 1 182 921
Ativos intangíveis	- 110 442
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]</b>	<b>- 1 293 363</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]</b>	
	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]</b>	<b>- 428 746</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3 689 168</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>3 260 422</b>

**Notas:**

- (1) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal.
- (2) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2024, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 864.617 euros em 2024 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 10 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 10 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2024 de subsídios à exploração no montante de 17.340.896 euros e de clientes de 10.546.666 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 18.442.638 euros em 2024.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 1.293.363 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.

*ef*  
L  
G

## 5.6 Balanço previsional para o ano de 2024

<b>Rubricas</b>	<b>2024</b>
<b>Valores em euros</b>	
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	2 923 693
Ativos intangíveis	202 816
Outros ativos financeiros	85 447
Ativos por impostos diferidos	127 300
	<u>3 339 255</u>
<b>Ativo corrente</b>	
Inventários	118 014
Clientes, contribuintes e utentes	287 093
Estado e outros entes públicos	1 688 222
Outras contas a receber	139 163
Diferimentos	7 734
Caixa e depósitos	3 260 422
	<u>5 500 648</u>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8 839 904</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	
<b>Património Líquido</b>	
Património / Capital	2 200 000
Reservas	57 014
Resultados transitados	576 800
Outras variações no património líquido	218 000
	<u>3 051 813</u>
Resultado líquido do período	19 989
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>3 071 802</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Provisões	1 300 929
Outras contas a pagar	112 208
	<u>1 413 137</u>
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	538 473
Estado e outros entes públicos	370 995
Outras contas a pagar	3 423 824
Diferimentos	21 672
	<u>4 354 964</u>
<b>Total do Passivo</b>	<b>5 768 101</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>	<b>8 839 904</b>

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2024, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 8.839.904 euros, sendo que cerca de 35% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

#### **Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Esta rubrica inclui os investimentos que se perspetivam realizar em 2024, no montante de 1.170.199 euros, deduzidos das amortizações no montante de 571.190 euros.

#### **Ativos por impostos diferidos**

Esta rubrica apresenta o montante de 127.300 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

#### **Património líquido**

O património líquido previsto para 31.12.2024, no montante de 3.071.802 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2024, no montante de 19.989 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 633.813 euros.

#### **Provisões**

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.300.929 euros em 2024, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o Conselho de Administração da Ágora esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

#### **Outras contas a pagar**

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2025 e respetivos encargos e outros gastos com projetos, no montante de 3.423.824 euros\* em 2024.

\* De notar que o valor apresentado inclui o montante de 1.156.186 euros de dívida ao município do Porto relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2010 (meses de novembro e dezembro), 2011 e 2012, descrito anteriormente.



## 5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2024–2028

4  
6

Valores em euros

<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Serviços Transversais e de Suporte	282 133	288 058	36 947	36 947	36 947
Infraestruturas Desportivas	501 570	512 103	99 125	99 125	99 125
Infraestruturas Culturais	205 426	209 740	30 065	30 065	30 065
Plataformas	81 574	83 286	33 863	33 863	33 863
<b>Total</b>	<b>1 070 703</b>	<b>1 093 188</b>	<b>200 000</b>	<b>200 000</b>	<b>200 000</b>

Valores em euros

<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
Serviços Transversais e de Suporte	6 815	6 958	26 226	26 226	26 226
Infraestruturas Desportivas	-	-	-	-	-
Infraestruturas Culturais	-	-	1 275	1 275	1 275
Plataformas	92 681	94 627	2 500	2 500	2 500
<b>Total</b>	<b>99 496</b>	<b>101 585</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>	<b>30 000</b>

Pre vemos que o financiamento do plano de investimento do período de 2024 a 2028 seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar em 2025 totaliza o montante de 1.194.773 euros, em 2026 a 2028 o valor totaliza, para cada um dos anos, 230.000 euros, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o período de 2024 a 2028, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.

<b>Agregados Económico-financeiros</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>
<b>RESULTADOS</b>					
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	689 118	709 490	710 481	713 607	624 386
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	117 928	166 816	125 205	131 018	136 172
Resultado líquido do período	19 989	57 877	25 628	30 133	34 128
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas	8 901	9 088	9 278	9 473	9 672
Prestação de Serviços	8 466 474	8 644 270	8 825 799	9 011 141	9 200 375
Transferências correntes e subsídios à exploração	17 340 896	17 705 055	18 076 861	18 456 475	18 844 061
Reversões	54 176	54 176	54 176	54 176	54 176
Outros rendimentos e ganhos	143 583	143 583	143 583	143 583	143 583
<b>GASTOS</b>					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 800	2 859	2 919	2 980	3 043
Gastos com pessoal	9 549 713	9 740 707	9 935 522	10 134 232	10 336 917
Fornecimentos e serviços externos	12 621 524	12 886 576	13 177 194	13 471 995	13 865 599
Transferências e subsídios concedidos	3 121 291	3 186 838	3 253 762	3 322 091	3 391 855
Provisões	23 983	23 983	23 983	23 983	23 983
Outros gastos e perdas	5 600	5 718	5 838	5 960	6 085
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	571 190	542 674	585 276	582 589	488 214
<b>BALANÇO</b>					
Total do ativo	8 839 904	8 989 833	9 057 522	9 171 594	9 290 712
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 126 508	3 778 608	3 380 324	2 984 727	2 683 505
Total do passivo	5 768 101	5 860 154	5 902 216	5 986 155	6 071 144
Total do património líquido	3 071 802	3 129 679	3 155 307	3 185 440	3 219 568
<b>FLUXOS DE TESOURARIA</b>					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	864 617	1 001 150	1 017 350	1 024 792	1 032 210
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 293 363	-1 325 461	-260 033	-230 000	-230 000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
<b>INDICADORES</b>					
<b>Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos)</b> (Ativo corrente/Passivo corrente)	<b>126%</b>	<b>113%</b>	<b>123%</b>	<b>133%</b>	<b>140%</b>
<b>Autonomia financeira</b> (Total do capital próprio/Total do ativo)	<b>35%</b>	<b>35%</b>	<b>35%</b>	<b>35%</b>	<b>35%</b>
<b>Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos)</b> ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	<b>136%</b>	<b>115%</b>	<b>130%</b>	<b>148%</b>	<b>167%</b>

Para o período em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no período.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2024 a 2028, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período.

De notar ainda que nos termos do n.º 15 do artigo da referida lei, os referidos critérios não se aplicam a empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito da prestação de serviços nas áreas da cultura e do desporto, como é o caso da Ágora.

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028
Artigo 35.º do CSC (Património Líquido < 50% Capital Social)	140%	142%	143%	145%	146%
EBITDA < 0	689 118	709 490	710 481	713 607	624 386
Resultado Líquido < 0	19 989	57 877	25 628	30 133	34 128

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo para os anos de 2024 a 2028.

## 5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para os anos de 2024 e 2025

No âmbito das competências atribuídas pelo município do Porto à Ágora, é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos.

Para 2024 e 2025, a Ágora pretende contratualizar com o município do Porto as seguintes componentes financeiras:

	Valores em euros
<b>Contrato Programa (Subsídio à Exploração)</b>	<b>2024</b>
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(1)</sup>	3 623 469
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas <sup>(1)</sup>	2 943 985
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais <sup>(1)</sup>	6 574 621
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	4 093 822
<b>Total</b>	<b>17 235 896</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento não sujeito a IVA.

	Valores em euros
<b>Contrato Programa (Subsídio à Exploração)</b>	<b>2025</b>
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(1)</sup>	3 699 562
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas <sup>(1)</sup>	3 005 808
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais <sup>(1)</sup>	6 712 688
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	4 179 792
<b>Total</b>	<b>17 597 850</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento não sujeito a IVA.

Na relação com o município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.



## 5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para os anos de 2024 e 2025

No ano de 2024, a Ágora irá prestar serviços ao município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento, no montante de 4.504.488 euros:

Valores em euros		
<b>Contrato de Prestação de Serviços 2024</b>	<b>Valors/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	4 504 488	5 540 520
<b>Total</b>	<b>4 504 488</b>	<b>5 540 520</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

No ano de 2025, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento, no montante de 4.599.083 euros:

Valores em euros		
<b>Contrato de Prestação de Serviços 2025</b>	<b>Valors/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	4 599 083	5 656 872
<b>Total</b>	<b>4 599 083</b>	<b>5 656 872</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

## 5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o anos de 2024 e 2025

Esta verba respeita aos serviços para apoio na coordenação e acompanhamento da implementação das AEC disponibilizados pela Ágora.

Valores em euros		
<b>Contrato de Prestação de Serviços AEC 2024</b>	<b>Valors/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Coordenação <sup>(1)</sup>	9 057	11 140
Técnicos de acompanhamento <sup>(1)</sup>	24 995	30 744
Utilização de equipamentos desportivos <sup>(1)</sup>	24 150	29 704
<b>Total</b>	<b>58 202</b>	<b>71 588</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

Valores em euros		
<b>Contrato de Prestação de Serviços AEC 2025</b>	<b>Valors/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Coordenação <sup>(1)</sup>	9 247	11 374
Técnicos de acompanhamento <sup>(1)</sup>	25 520	31 389
Utilização de equipamentos desportivos <sup>(1)</sup>	24 657	30 328
<b>Total</b>	<b>59 424</b>	<b>73 091</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

4  
6

## 5.11 Prestação de serviços de estacionamento para os anos de 2024 e 2025

Valores em euros

<b>Contrato de Prestação de Serviços Estacionamento 2024</b>	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Prestação de Serviços Estacionamento <sup>(1)</sup>	170 299	209 468
<b>Total</b>	<b>170 299</b>	<b>209 468</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

Valores em euros

<b>Contrato de Prestação de Serviços Estacionamento 2025</b>	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
Prestação de Serviços Estacionamento <sup>(1)</sup>	173 876	213 867
<b>Total</b>	<b>173 876</b>	<b>213 867</b>

<sup>(1)</sup> Rendimento sujeito a IVA

## 5.12 Transferências financeiras 2023 vs. 2024 do município do Porto

Valores em euros

<b>Descrição</b>	<b>Orçamento 2023</b>		<b>Orçamento 2024</b>	
	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>	<b>Valor s/ IVA</b>	<b>Valor c/ IVA</b>
<b>Contrato de prestação de serviços</b>				
Prestação de serviços de projetos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	6 618 063	8 140 218	4 504 488	5 540 520
<b>Subtotal</b>	<b>6 618 063</b>	<b>8 140 218</b>	<b>4 504 488</b>	<b>5 540 520</b>
<b>Contrato programa (subsídio à exploração)</b>				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(2)</sup>	4 743 035	4 743 035	3 623 469	3 623 469
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas <sup>(2)</sup>	3 597 217	3 597 217	2 943 985	2 943 985
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais <sup>(2)</sup>	7 303 330	7 303 330	6 574 621	6 574 621
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(2)</sup>	4 181 363	4 181 363	4 093 822	4 093 822
<b>Subtotal</b>	<b>19 824 945</b>	<b>19 824 945</b>	<b>17 235 896</b>	<b>17 235 896</b>
<b>Contrato de prestação de serviços das AEC</b>				
Prestação de serviços das AEC <sup>(1)</sup>	58 202	71 589	58 202	71 588
<b>Subtotal</b>	<b>58 202</b>	<b>71 589</b>	<b>58 202</b>	<b>71 588</b>
<b>Contrato de prestação de serviços de estacionamento</b>				
Prestação de serviços de estacionamento <sup>(1)</sup>	170 299	209 469	170 299	209 468
<b>Subtotal</b>	<b>170 299</b>	<b>209 469</b>	<b>170 299</b>	<b>209 468</b>
<b>Total</b>	<b>26 671 509</b>	<b>28 246 221</b>	<b>21 968 885</b>	<b>23 057 473</b>

<sup>(1)</sup> Valores sujeitos a IVA;

<sup>(2)</sup> Valores não sujeitos a IVA.

## 5.13 Transferências financeiras 2024 vs. 2025 do município do Porto

Valores em euros

Descrição	Orçamento 2024		Orçamento 2025	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
<b>Contrato de prestação de serviços</b>				
Prestação de serviços de projetos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(1)</sup>	4 504 488	5 540 520	4 599 083	5 656 872
<b>Subtotal</b>	<b>4 504 488</b>	<b>5 540 520</b>	<b>4 599 083</b>	<b>5 656 872</b>
<b>Contrato programa (subsídio à exploração)</b>				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte <sup>(2)</sup>	3 623 469	3 623 469	3 699 562	3 699 562
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas <sup>(2)</sup>	2 943 985	2 943 985	3 005 808	3 005 808
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais <sup>(2)</sup>	6 574 621	6 574 621	6 712 688	6 712 688
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento <sup>(2)</sup>	4 093 822	4 093 822	4 179 792	4 179 792
<b>Subtotal</b>	<b>17 235 896</b>	<b>17 235 896</b>	<b>17 597 850</b>	<b>17 597 850</b>
<b>Contrato de prestação de serviços das AEC</b>				
Prestação de serviços das AEC <sup>(1)</sup>	58 202	71 588	59 424	73 091
<b>Subtotal</b>	<b>58 202</b>	<b>71 588</b>	<b>59 424</b>	<b>73 091</b>
<b>Contrato de prestação de serviços de estacionamento</b>				
Prestação de serviços de estacionamento <sup>(1)</sup>	170 299	209 468	173 876	213 867
<b>Subtotal</b>	<b>170 299</b>	<b>209 468</b>	<b>173 876</b>	<b>213 867</b>
<b>Total</b>	<b>21 968 885</b>	<b>23 057 472</b>	<b>22 430 233</b>	<b>23 541 680</b>

<sup>(1)</sup> Valores sujeitos a IVA;<sup>(2)</sup> Valores não sujeitos a IVA.



Porto, 10 de novembro de 2023

O Conselho de Administração



---

**Catarina Araújo**  
Presidente



---

**César Vasconcelos Navio**  
Administrador Executivo



---

**Ester Gomes da Silva**  
Administradora Executiva

## **6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional**



**RSM & Associados – Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## PARCELO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2024 a 2028, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de Investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os Instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos Instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2023. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2023, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2023

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a generalização de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.º 21

NIP 501 042 181 Capital Social 114.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380



e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.

2. A Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) pedidos de revisão oficiosa em sede do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor os montantes aproximadamente de 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, tendo a AT indeferido os pedidos e a Entidade apresentado as competentes impugnações judiciais, aguardando-se o desenvolvimento do processo. O balanço em apreciação apresenta ativos de aproximadamente 803.000 euros e de 354.000 euros, respetivamente, e passivos relacionados com as regularizações efetuadas de igual montante.  
Assim, as recuperabilidades dos ativos dependem de decisões judiciais final favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com o Município do Porto, em caso de decisões desfavoráveis.
3. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
4. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se perspectivam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Estas infraestruturas são anualmente atribuídas à Entidade através de contrato celebrado com o Município para este efeito, o qual tem sido celebrado numa base contínua e que se espera que continue ininterruptamente no tempo. Relativamente ao plano plurianual de investimentos, os montantes para os anos de 2024 e 2025 apresentam um nível muito elevado, sendo que nos anos seguintes reduz significativamente, com impacto direto no saldo global orçamental.

## Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 3 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospectivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 10 de novembro de 2023



RSM & ASSOCIADOS – SRQC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n.º 933)  
registado na CMVM com o n.º 20160550

# EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023 – 2027

Versão atualizada em novembro de 2023







<b>1. PREÂMBULO</b> .....	<b>5</b>
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL .....	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	8
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO.....	8
<b>2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>3. GOVERNO DAS SOCIEDADES</b> .....	<b>17</b>
3.1. MISSÃO .....	17
3.2. VISÃO.....	17
3.3. VALORES .....	17
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	18
<b>4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES</b> .....	<b>20</b>
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2022-2026 [PERÍODO DE REFERÊNCIA DO PLANO DE ATIVIDADES APROVADO].....	20
4.2. AÇÕES A CONSIDERAR NO PLANO DE ATIVIDADES.....	24
4.3. OBJETIVOS PARA O ANO .....	25
4.3.1. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE .....	25
4.3.2. SELO DE EXCELÊNCIA DA ERSAR.....	25
4.3.3. OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO EM SST PELA ISO 45001 .....	26
4.3.4. PROJETO ECONOMIA CIRCULAR .....	26
4.3.5. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL .....	27
4.3.6. CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO.....	28
4.3.7. DIREÇÃO DO PACTO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA.....	30
4.4. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2023-2027 .....	32
4.4.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	32
4.4.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS	32
4.4.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS .....	33
4.5. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS .....	34
4.6. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS .....	36
4.7. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS.....	36
4.8. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO.....	37
4.9. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS .....	37
4.10. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO.....	38
4.11. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	39
4.11.1. PERÍODOS DE 2023 A 2025 .....	39
4.11.2. PERÍODOS DE 2026 A 2027 .....	40
<b>5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027</b> .....	<b>42</b>
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO.....	42
5.1.1. PRESSUPOSTOS.....	42
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	42
5.1.3. SUBGONTRATOS .....	43
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	44
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS	44
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL.....	45
5.1.7. OUTROS GASTOS.....	45

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVENBRO DE 2023



5.2.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027	46
5.3.	BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027 .....	46
5.4.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2023 A 2027 .....	47
5.5.	RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES .....	47
5.6.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2023-2027 .....	48
5.7.	CONCLUSÃO .....	49
<b>6.</b>	<b>PARECER DO FISCAL ÚNICO .....</b>	<b>52</b>
<b>7.</b>	<b>CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>54</b>

4 HT



# 1

## PREÂMBULO



## 1. PREÂMBULO

### 1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A Porto Ambiente, entidade empresarial local de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 3 000 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à Porto Ambiente incumbem como principais objetivos, os seguintes:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de Ação do Município do Porto em vigor, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a entidade gestora de resíduos que presta serviços em alta o modo de articulação entre si, de





forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

No início do ano de 2022, consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou o Pacto do Porto para o Clima, tendo sido, a Porto Ambiente, desafiada a abraçar o desafio de dirigir este projeto. Este Pacto reconhece o papel fundamental da participação de todos os atores locais na implementação de medidas que minimizem drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa, tendo em vista atingir a neutralidade carbónica na cidade até 2030.

As competências previstas no número anterior abrangem, nomeadamente:

- a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;
- b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:
  - I. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos;
  - II. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;
  - III. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;
  - IV. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no Município;
  - V. a limpeza do espaço público.
- c) Prestar o serviço complementar de gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser.
- d) O Pacto do Porto para o Clima é um projeto desafiador que convida cidadãos e organizações a agirem rumo à neutralidade carbónica e que necessita de ser permanentemente desenvolvida e dinamizada, tendo em vista o alargamento do número de subscritores e envolvidos a fim de alcançar a plenitude dos seus ambiciosos objetivos;

Handwritten blue ink marks, including a large 'A' and some scribbles.



Ao lançar o Pacto para o Clima, o Município do Porto comprometeu-se e tem desafiado múltiplas instituições da cidade a:

- (i) estabelecer e partilhar metas e ações concretas, desenvolvidas ou a desenvolver, tendentes a uma redução de emissões de GEE com vista à neutralidade carbónica,
- (ii) envolver os atores municipais no processo de redução de emissões de GEE do Porto;
- (iii) colaborar com o governo local e nacional para definir um contexto favorável para a descarbonização;
- (iv) monitorizar e comunicar o progresso e os impactos das medidas implementadas na redução das emissões de GEE;
- (v) divulgar o progresso conseguido no cumprimento das metas e ações desenvolvidas, contribuindo para aumentar a consciencialização pública.

A atividade da Porto Ambiente e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu compromisso com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; e a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a Porto Ambiente tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.

O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e





respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

## 1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da Porto Ambiente é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e ainda nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação e divulgação previsto no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, de acordo com o n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, isto à luz do artigo 22.º dos Estatutos da Porto Ambiente, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2023-2027, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração no horizonte dos próximos quatro anos.

## 1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da Porto Ambiente devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). O Sistema de Normalização Contabilística foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.





Em 2 de Junho de 2015 é republicado o Decreto-Lei 158/2009 pelo Decreto-Lei 98/2015. O Decreto-Lei 98/2015 transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, alterando a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revogando as Diretivas números 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei 98/2015 são também publicados Avisos e Portarias que reposicionam o enquadramento legal do SNC. Nomeadamente é publicada a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que vem aprovar os novos modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016.

Assim, atualmente, o SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- a) Aviso 8254/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015, de 23 de julho (revoga Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro de 2015;
- e) Portaria 220/2015, de 24 de julho (revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015, de 24 de julho (revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e



Declaração de Retificação n.º41-B/2015, de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelós das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As demonstrações financeiras incorporadas no IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.





# 2

**MENSAGEM DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**





## 2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos anos transatos temos vindo apresentar múltiplas reflexões sobre os desafios e a complexidade na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional. Desafios esses particularmente agudizados, nos períodos de 2020 a 2022, pelos eventos sócio-económicos e geopolíticos verificados e que se manifestaram:

- Desde logo, na conjuntura pós-pandemia, com enormes constrangimentos nas cadeias logísticas globais. Têm-se vindo a verificar subidas abruptas na inflação de vários países, decorrentes de desequilíbrios entre a oferta e a procura, das políticas de apoio para conter os efeitos da pandemia e dos indícios de um movimento de aperto da política monetária, comportamentos económicos esses que ainda hoje se continuam a manifestar;
- Seguida pelo facto de, em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia ter levado a cabo uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, evento esse com enormes prejuízos humanitários, e cujos reflexos financeiros negativos se verificaram em várias dimensões, nomeadamente na crise energética que assolou o ano de 2022.

Não obstante o acima exposto, é com enorme entusiasmo que escrevemos esta mensagem, tendo o ano de 2023 reservado mais um enorme desafio operacional, **a internalização do Serviço de Limpeza do Espaço Público.**

Desde o início da atividade da Porto Ambiente, que a estratégia definida privilegiava um *mix* de abordagens no que respeitava às duas grandes áreas operacionais. A gestão dos resíduos urbanos era realizada com recurso a meios internos, e a Limpeza do Espaço Público, subcontratada a um prestador de serviços, sendo o planeamento, gestão e fiscalização realizados com recurso a meios internos.

No âmbito da Limpeza do Espaço Público, o contrato iniciado em 11 de agosto de 2018, válido por 48 meses, verificou o seu término em meados de 2022, tendo a Porto Ambiente encetado todos os esforços, dentro das premissas que entendeu razoáveis, para promover a realização de um novo contrato. Por duas oportunidades, no ano de 2022, a Porto Ambiente procurou ir ao encontro às necessidades do mercado, tentando ajustar o preço base à realidade mais atual dos preços de mercado e reduzindo a exposição ao risco pelos



concorrentes, para efeitos de publicação de concurso público internacional, não tendo, ainda assim, sido possível a adjudicação a nenhum dos concorrentes. Nesse contexto, e sendo a Limpeza do Espaço Público um serviço essencial para a cidade do Porto e seus municípios, foi necessário promover a adjudicação do mesmo por via de um ajuste direto, segundo um critério material, para dar resposta à imperiosa necessidade de muito curto prazo, tendo sido decidido, após uma profunda reflexão, ajustar a estratégia da Empresa e internalizar a atividade da Limpeza do Espaço Público.

Esse processo de internalização, concretizado de forma faseada ao longo de 2023, foi concluído no passado dia 1 de setembro de 2023, tendo todo o mesmo sido muito bem sucedido, sem qualquer interrupção do nível de serviço.

Não podíamos igualmente deixar de sublinhar que as projeções evidenciadas neste documento incorporam, para além do contexto económico supramencionado nos parágrafos iniciais, um enorme foco na inovação, automação, eficiência operacional, o que nos permite acreditar como alcançáveis os ambiciosos objetivos de crescimento dos resultados dos indicadores de reciclagem.

Os diversos projetos em que se apostou, nomeadamente (i) na operação "Orgânico", (ii) no alargamento das zonas de abrangência porta-a-porta, (iii) no planeamento de uma solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia, e (iv) na implementação de novas metodologias de avaliação do desempenho dos circuitos, já se demonstraram profícuos nos resultados obtidos em 2022, sendo expectável que a maturidade dos mesmos venha a incrementar a sua resposta.

No decurso deste documento, o qual procura contemplar o desempenho prospetivo para os períodos anuais compreendidos entre 2023 e 2027, é ilustrada a evolução do desempenho da Porto Ambiente, nomeadamente ao nível dos quantitativos da fração seletiva.

Esta performance resulta, em grande medida, dos frutos colhidos pelo envolvimento nos projetos supramencionados, da contínua densificação e reorganização da rede de ecopontos no Município, assim como do esforço permanente de aprofundar e melhorar a sua forma de atuação, tendo sido

58  
A





dada continuidade ao processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

Por último, e conscientes dos desafios que se avizinham para os cidadãos do Porto, as projeções apresentadas apontam para a necessidade cobertura parcial de encargos da atividade de gestão dos resíduos urbanos (em cerca de 10% a 12%), com recurso a subsídios à exploração, justificada em parte pela vontade do Município em não repercutir integralmente os impactos económicos sentidos pela Porto Ambiente, nos seus municípios.

No contexto apresentado, são múltiplas as indefinições que poderão impactar de forma divergente nos pressupostos assumidos nas atuais projeções, as quais foram elaboradas considerando estimativas fiáveis, prudenciais e com elevados padrões de rigor. Ainda assim, a Administração da Porto Ambiente deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente no cumprimento das metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos em linha com o Plano de Ação, o qual se traduzirá consequentemente na melhoria da qualidade de vida dos municípios, incorporando na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e numa lógica da melhoria contínua.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional, para o período de 2023 a 2027, traduzem o esforço da Porto Ambiente na valorização da importância do Município, na aposta de um serviço de excelência, bem como na gestão mais eficiente dos equipamentos e recursos ao serviço da Empresa. Estas projeções, cujo desempenho financeiro prospetivo se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com os valores que decorrem do contrato de gestão delegada.

No que respeita ao desempenho financeiro, a tabela seguinte ilustra a projeção do EBITDA para cada um dos períodos anuais, assim como a sua formação:

✖  
5  
VT.  
✖



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVENBRO DE 2023



(Valores expressos em Euro)

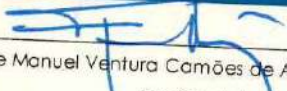
Desempenho financeiro	2023	2024	2025	2026	2027
Vendas e serviços prestados	17 750 907	19 974 471	20 245 940	20 908 817	21 613 450
Subsídios à exploração	10 691 243	9 763 000	10 738 000	10 709 962	11 076 139
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-353 680	-414 986	-401 139	-430 370	-447 757
Fornecimentos e serviços externos	-14 870 409	-11 333 959	-11 772 209	-11 620 734	-11 839 178
Gastos com o pessoal	-11 928 379	-15 382 527	-16 086 359	-16 849 688	-17 685 264
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-150 000	-150 000	-150 000	-150 000	-150 000
Outros rendimentos	803 011	956 812	1 089 054	1 108 401	1 128 065
Outros gastos	-577 715	-684 450	-795 719	-805 421	-814 053
<b>EBITDA</b>	<b>1 364 979</b>	<b>2 728 361</b>	<b>2 867 568</b>	<b>2 870 968</b>	<b>2 881 402</b>


O Conselho de Administração da Porto Ambiente não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

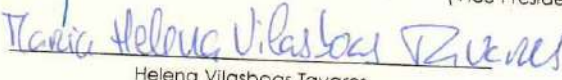
- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrados;
- A todos os munícipes do Porto, cuja adesão aos interesses da cidade, e bem assim, aos projetos implementados em muito têm contribuído para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositadas na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, dedicação e empenho postos nas tarefas que lhes são confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 13 de novembro de 2023

O Conselho de Administração

  
Filipe Manuel Ventura Comões de Almeida Araújo  
(Presidente)

  
Luís Bragança de Assunção  
(Vice Presidente)

  
Helena Vilasboas Tavares  
(Vogal)



# 3

## GOVERNO DAS SOCIEDADES





### 3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A Porto Ambiente é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+).

#### 3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.

#### 3.2. VISÃO

A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

#### 3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto;
- Sustentabilidade ambiental, económica e social;
- Respeito e valorização do ambiente;
- Integridade;
- Inovação;
- Transparência;
- Rigor;
- Responsabilidade.

Handwritten blue ink marks, including a large checkmark and some illegible scribbles.





### 3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da Porto Ambiente, são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte:

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Vice-Presidente	Luís Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso



# 4

ENQUADRAMENTO

E

PRESSUPOSTOS





#### 4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os IGP que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades que a Porto Ambiente se propõe a executar, sendo como referencial considerado para o efeito, o Plano de Atividades aprovado pelo Conselho de Administração em outubro de 2022, com os necessários ajustamentos decorrentes da decisão de internalização da operação da Limpeza do Espaço Público.

Sendo o plano anual de atividades, um instrumento de gestão que visa refletir a estratégia de atuação da Empresa e respetivos serviços, encontrando-se discriminados os objetivos a atingir, as atividades a desenvolver e os recursos necessários à sua realização consideramos pertinente partilhar desde já o seguinte enquadramento. A prossecução dos objetivos da Porto Ambiente será promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o Ambiente, a qual assenta nos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação. A este nível, importa referir que a Porto Ambiente irá assegurar a continuidade das ações que se encontram já em desenvolvimento e irá potenciar o arranque das demais.

De referir ainda que recentemente, e estando o Porto entre as cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030, a Porto Ambiente agarrou um novo desafio, passando a assegurar a exigente responsabilidade da Direção para a neutralidade carbónica do Porto. Assim, sublinhamos que é expectável que numa das próximas revisões dos indicadores do plano do sistema de gestão da qualidade, o mesmo passe a integrar os objetivos desta direção.

##### 4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2022-2026 [PERÍODO DE REFERÊNCIA DO PLANO DE ATIVIDADES APROVADO]

###### a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis

Os pressupostos prospetivos relativos ao período têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois





subsídios à exploração por parte do Município do Porto. De notar que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à Porto Ambiente se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

Sublinhamos o enquadramento muito particular que este período de reporte representa, fruto da crise económica de uma forma generalizada, é previsível que o custo da operação se revele particularmente dispendioso. Nesse contexto, sendo a vontade do acionista apoiar os seus Municípios neste exigente período, as projeções demonstram que o custo da operação não seja integralmente repercutido na tarifa, apresentando-se o Contrato Programa para cobertura de tarifa como um importante instrumento na concretização deste objetivo.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um serviço essencial, está excluída do Sistema Tarifário.

O Contrato Programa relativo ao Pacto para a Neutralidade Carbónica (CPNC), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com as iniciativas daquela direção que, se encontra excluída do Sistema Tarifário.

#### b) Receitas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

- i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de



- Grandes Produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;
- ii. no âmbito da Limpeza do Espaço Público, as receitas próprias obtidas são provenientes de ações de fiscalização e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato Programa para o efeito;
  - iii. no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica, não é expectável a ocorrência de quaisquer receitas próprias obtidas.

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, no âmbito da revisão quinquenal ocorrida no período de 2022.

c) Outras fontes de financiamento

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas pela Administração e Direções o recurso aos seguintes programas de financiamento POSEUR, H2020, ICLEI, e Fundo Ambiental, os quais à data de elaboração deste documento se apresentavam aprovados. Estes programas tiveram como objetivo a execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota e equipamentos de lavagem.

d) Investimentos propostos para o período

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela Porto Ambiente, os quais vão ao encontro à ambição da Administração no que respeita à renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros.

Os demais investimentos considerados, encontram-se parcialmente cofinanciados por candidaturas a fundos comunitários, tendo sido considerados





estes cofinanciamentos, apenas nos casos em que os mesmos já se encontrem submetidos e aceites, ainda que esteja sempre no horizonte da empresa um posicionamento proativo em matéria de oportunidades para novas candidaturas.

No que respeita a mobiliário urbano, e para além das previsíveis necessidades de renovação e manutenção do parque de contentorização do Município do Porto, a Porto Ambiente prevê reforçar em concreto, determinadas ações, nomeadamente (i) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor residencial, (ii) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor não residencial, (iii) ampliação do parque de ecopontos e (iv) ampliação do parque de contentorização enterrado.

Ainda no contexto dos investimentos a efetuar e tendo sido objetivo da Administração a renovação integral da frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, de 26 viaturas, procedimento terminado no ano de 2021, encontra-se prevista a necessidade de reforço parcial desta frota, nomeadamente de 4 viaturas de lavagem e 5 viaturas pesadas de recolha.

Estas renovações e reforços, permitiram e irão continuar a permitir a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica. Complementarmente, como consequência dos projetos abraçados pela Empresa, e dos níveis de elasticidade com que a Porto Ambiente ambiciona operar.

No que respeita à internalização da operação da Limpeza do Espaço Público, dado ser uma atividade que até então se encontrava subcontratada, estão previstos investimentos relevantes, financiados em grande parte com recurso a locação financeira, e dos quais se destacam (i) uma frota de 20 varredoras novas, sendo a parte mais significativa das mesmas completamente eletrificada, (ii) Roçadeiras e equipamentos de deservagem, (iii) Carrinhos de Limpeza Urbana e (iv) papeleiras.

Por último encontra-se no horizonte da empresa e nas projeções para o período em reporte, uma aposta relevante em beneficiações dos ecocentros.

e) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza

4  
15.4





ou similares.

f) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;

O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;

- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;
- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária por forma a capacitá-los a responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, ou na sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;
- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas;
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

#### 4.2. AÇÕES A CONSIDERAR NO PLANO DE ATIVIDADES

Conforme supramencionado, a Porto Ambiente acompanha de forma muito próxima o desempenho da sua organização, por via de um conjunto de indicadores definidos âmbito da Gestão da Qualidade, indicadores esses que visam garantir e demonstrar que a gestão revê adequadamente o desempenho da organização, nos diversos capítulos e objetivos que se propõe.



Nesse âmbito e ainda que não seja objetivo do presente documento originar redundâncias entre as atividades a considerar no plano e os indicadores a definir pela equipa da Gestão da Qualidade, entendeu-se pertinente verter no presente documento um conjunto de ações e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a 29 de março de 2022 (com a exceção da Direção para a Neutralidade Carbónica, que apenas surgiu num momento posterior), classificados como estratégicos ou por áreas. Estes objetivos foram definidos para o ano de 2022, sendo os mesmos, objeto de revisão anual do Conselho de Administração no contexto da revisão do SGQA, devendo nesse momento ser automaticamente substituídos pelos presentes com referência ao ano em questão.

#### 4.3. OBJETIVOS PARA O ANO

##### 4.3.1. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) tem vindo a atribuir à Porto Ambiente, anualmente e desde o ano de 2020, o selo de qualidade aos serviços de gestão de resíduos urbanos.

As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurarem o cumprimento de um conjunto de critérios previstos no regulamento da iniciativa "Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos", no decorrer do último período com avaliação regulatória.

##### ➤ META(S) DEFINIDA(S)

a) O Conselho de Administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, relativo ao exercício da atividade de gestão de resíduos urbanos para o período de 2023, a manutenção do selo de qualidade da ERSAR.

##### 4.3.2. SELO DE EXCELÊNCIA DA ERSAR

Adicionalmente ao selo de qualidade, atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), a Porto Ambiente foi galardoada, no ano de 2021, com o Prémio de Excelência, tendo-se destacado a nível nacional como a melhor entidade gestora na sua área de atividade.

##### ➤ META(S) DEFINIDA(S)





b) O Conselho de Administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, relativo ao exercício da atividade de gestão de resíduos urbanos para o período de 2023, a obtenção do prémio de excelência ERSAR.

#### 4.3.3. OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO EM SST PELA ISO 45001

A Porto Ambiente pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho, com vista a tornar-se uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e destacar-se pelo serviço de excelência prestado ao cidadão, bem como pelo contributo para a inovação, sendo igual objetivo a atuação como líder na promoção e proteção do ambiente, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas no cumprimento deste desígnio, associado à necessidade de desenvolver a nossa atividade de forma segura para os nossos colaboradores, formando pessoas empenhadas, qualificadas e flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças, aumentando a sua eficiência operacional.

Para concretizar esta visão, para além de toda a empresa estar certificada pelo sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015 e ISO 14001, sendo igual objetivo, já em execução, a implementação do sistema de segurança e saúde no trabalho segundo a norma ISO 45001.

##### ➤ META(S) DEFINIDA(S)

a) O Conselho de Administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, a data de 31 de dezembro de 2023, como data-limite para a finalização do processo de certificação naquela norma.

#### 4.3.4. PROJETO ECONOMIA CIRCULAR

É uma constatação que vivemos, atualmente, num modelo de "Economia Linear" em que extraímos – produzimos – usamos – rejeitamos. São 65 mil milhões de toneladas de recursos extraídos globalmente todos os anos, dos quais só se reciclam 7%.

Este modelo económico não é sustentável:

- Incerteza sobre a disponibilidade dos recursos do planeta;
- Grande impacto ambiental – a extração e a utilização destas matérias-

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'ST'.



primas aumentam o consumo de energia e as emissões de CO<sub>2</sub>;

- Volatilidade dos preços – a flutuação dos *commodities* leva ao aumento dos preços médios;
- Aumento contínuo da população mundial.

Existe um apetite insaciável por novos produtos, mas falta de consciência do verdadeiro custo de nossos hábitos de consumo. A alteração de comportamentos é um dos principais desafios. Em Portugal temos trabalhando ativamente para promover a prevenção, reutilização e reparo de resíduos, no entanto a gestão e recolha de resíduos continua a ser muito incentivada pela procura.

Porque as cidades constituem um foco incontornável para o desenvolvimento da sustentabilidade e para a transição para uma economia circular, o Município do Porto definiu, em 2017, um *Roadmap* para a cidade do Porto circular em 2030, com o objetivo de incentivar a transição do Município para uma economia circular.

A título representativo, o Ecocentro da Prelada recebeu, no 1º semestre de 2022, a visita de 17 174 munícipes, nos quais foram entregues 4 356 toneladas de resíduos e, no mesmo período, as equipas aos pedidos ao domicílio recolheram mais de 700 toneladas de objetos fora de uso.

É assim ambição da Porto Ambiente, em representação do Município, a criação de uma solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia, facilitando assim o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

- a) O Conselho de Administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, a data de 31 de dezembro de 2024, como data-limite para a definição e adjudicação de uma solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia.

#### 4.3.5. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL

No período de 2021, a Porto Ambiente e definiu um conceito, política e visão

Handwritten marks: a blue checkmark and the number '4' written vertically.



para implementação de um princípio de *procurement sustentável*.

Esta política visa estabelecer parcerias consistentes com os fornecedores, assegurando a satisfação das partes interessadas, através da integração no processo de aquisição de especificações sustentáveis, de forma a potenciar um impacto mais positivo na sociedade, na economia e com um menor impacto no ambiente.

A visão traduz-se em ser uma organização de referência na temática do *Procurement Sustentável*, promovendo a sensibilização junto dos parceiros fornecedores quanto à integração de especificações sustentáveis nos procedimentos de aquisição. Com o objetivo da procura da melhor solução à satisfação das necessidades da Organização, potenciando decisões que criem respostas sustentáveis aos desafios, de modo a acrescentar valor e a criar benefícios para todos os envolvidos nos processos de aquisição.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) Considera-se cumprida a presente meta se, com referência ao período de 2023, pelo menos 60% dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços na lista de produtos e serviços prioritários da Porto Ambiente, integrarem requisitos de *Procurement sustentável*.

**4.3.6. CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO**

No seguimento do supramencionado, a Porto Ambiente irá executar a sua atividade, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último.

Os objetivos e metas previstos no plano de ação, incluem cronogramas objetivos a cumprir, os quais tem vindo pontualmente a ser revistos nos Planos estratégicos, e que visam, nomeadamente:

- Promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia e dissociar o crescimento económico dos impactes ambientais relacionados com a produção de resíduos;
- Reforçar a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem com vista a prolongar o seu uso na economia;
- Aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos

Handwritten blue ink marks, including a large 'A' and some illegible scribbles.





recicláveis;

- Reduzir a deposição de RU em aterro;
- Valorizar economicamente e escoar os recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;
- Reduzir a produção de resíduos por habitante;
- Aumentar a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem;
- Aumentar a taxa de reciclagem.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de Administração definiu os seguintes objetivos, como sendo abordagens adequadas para uma como avaliação ajustada do nível de cumprimento dos objetivos:

- a) Taxa de acessibilidade da recolha seletiva por proximidade: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 87%;
- b) Lavagem de contentores de recolha indiferenciada e de recolha seletiva de biorresíduos: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado entre 6 e 24;
- c) Lavagem de contentores de recolha seletiva multimaterial: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado entre 1,5 e 4;
- d) Taxa de separação: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 25%;
- e) Taxa de reciclagem: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 31%;
- f) Capitação de separação: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 85 kg/hab./ano;

Handwritten signature and initials in blue ink.





- g) Deposição em aterro: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou inferior a 1%;
- h) Recolha de resíduos orgânicos por proximidade - Adesões: Considera-se cumprida a presente meta, se a abrangência do serviço for igual ou superior a a 65% das famílias;
- i) Recolha de resíduos orgânicos por proximidade - Quantitativos: Considera-se cumprida a presente meta, se os quantitativos de resíduos orgânicos recolhidos, em equipamentos de proximidade, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 1.080.000kg/ano;
- j) Recolha seletiva Porta-a-Porta – Quantitativos: Considera-se cumprida a presente meta, se os quantitativos de resíduos seletivos recolhidos, por via do Porta a Porta residencial, até ao final do período de 2023, ascender a um resultado igual ou superior a 831.000kg/ano;
- k) Recolha seletiva Porta-a-Porta – Adesões: Considera-se cumprida a presente meta, se o número de adesões ao Porta a Porta residencial, durante o período de 2023, registar um crescimento igual ou superior a 11%;
- Ainda neste âmbito e até ao final de 2023, a Porto Ambiente irá elaborar o Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbano 2030 (PAPERU 2030), o qual se alinhará com o já publicado PERSU 2030.

Este documento, após aprovação do Município do Porto e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), irá definir as estratégias para atingir os objetivos que a Porto Ambiente se irá propor a atingir no ano até ao ano de 2030, substituindo os atuais objetivos definidos pelo PERSU 2020+.

#### 4.3.7. DIREÇÃO DO PACTO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

A Comissão Europeia anunciou, em 2022, que os municípios portugueses do Porto, Lisboa e Guimarães foram escolhidos para a chamada 'Missão Cidades' da UE, desafio que integra 100 cidades europeias "neutras e inteligentes" que estarão na linha da frente da neutralidade carbónica até 2030".

A inclusão do Porto neste restrito lote das 100 cidades líderes na ambição de descarbonização a nível europeu é mais um reconhecimento internacional de

Handwritten signature and initials in blue ink.



que o Porto tem desempenhado bem a missão, rumo a uma cidade cada vez mais sustentável. Esta escolha decorre do facto do Porto ter em curso um conjunto de iniciativas e uma estrutura de governança capaz de garantir a neutralidade carbónica em 2030.

As ações de pesquisa e inovação abordarão áreas diversas, como a mobilidade limpa, a eficiência energética ou planeamento urbano com recurso a soluções baseadas na natureza (*nature base solutions*). "Acresce ainda a possibilidade de construir iniciativas conjuntas e intensificar as colaborações em sinergia com outros programas da UE", avança a Comissão.

A Porto Ambiente agarrou este novo desafio, do Município, passando a assegurar a exigente responsabilidade da Direção do rumo à neutralidade carbónica do Porto.

Sublinhamos ainda que é expectável que numa das próximas revisões dos indicadores do plano do Sistema de Gestão da Qualidade, o mesmo passe a integrar os objetivos desta Direção.

No decurso da execução desta missão, o plano de atividades da mesma subdivide-se em 5 tipologias de abordagens distintas, a elencar:

- Atividades promovidas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;
- Representações em eventos/atividades no âmbito da Neutralidade Carbónica do Porto, designadamente relacionadas com o Pacto do Porto para o Clima e com a Missão Europeia "Cidades inteligentes e com impacto neutro no Clima";
- Apresentações públicas realizadas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;
- Participações em eventos promovidos por outras entidades no âmbito da Neutralidade Carbónica do Porto;
- Candidaturas promovidas ou participadas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto.

Sendo certo que as atividades têm diferentes âmbitos, não é objetivo considerar diferentes ponderações para as mesmas.

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a large '4' and some illegible scribbles.





➤ **META DEFINIDA**

Considera-se cumprida a presente meta, se número de atividades realizadas, acumulado em 2023, for igual ou superior a 90% do número de atividades propostas para o mesmo intervalo temporal;

**4.4. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2023-2027**

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apesentam-se os seguintes pontos:

**4.4.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS**

Pressupostos Macroeconómicos	2023	2024	2025	2026	2027
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - RCD's	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subsídios exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - Outras prestações de serviços	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outros)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa nominal de IRC	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa efetiva de IRC (média estimada)	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de Imposto sobre o rendimento	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa crescimento da Remuneração Mínima Nacional	0,00%	6,38%	6,67%	6,25%	5,88%
Taxa inflação (IHPC_M(12:12))	0,00%	3,30%	2,10%	2,00%	2,00%
Produtório dos IPC_M(12:12) - Tarifa	5,20%	8,67%	10,95%	13,17%	15,44%
Taxa inflação combustíveis (IHPC_M(12:12))	0,00%	0,00%	2,10%	2,00%	2,00%
Evolução da TGR (conhecida até 2025 e estimada ao IPC após)	0,00%	20,00%	16,67%	2,00%	2,00%
Taxa Euribor 12 meses	3,98%	4,04%	4,04%	4,04%	4,04%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread) - 2019	0,47%	0,47%	0,47%	0,47%	0,47%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread) - 2023	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%

**4.4.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS**

**PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS**

Handwritten blue ink marks and signatures in the bottom right corner of the page.



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 2023



Principais fontes de receitas próprias		2023	2024	2025	2026	2027
Utilizadores domésticos	<b>Tarifa de disponibilidade</b>					
	Número de utilizadores/contratos	124 000	124 000	124 000	124 000	124 000
	Tarifa (€/dia)	0,0718	0,0776	0,0809	0,0842	0,0875
	<b>Tarifa variável</b>					
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	10 701 242	11 342 340	10 980 000	10 980 800	10 980 800
Utilizadores não domésticos	Tarifa (€/m3)	0,4471	0,4777	0,4971	0,5060	0,5228
	<b>TGR (€/m3)</b>	0,0350	0,0400	0,0490	0,0500	0,0510
	<b>Tarifa de disponibilidade</b>					
	Número de utilizadores/contratos	31 500	31 500	31 500	31 500	31 500
	Tarifa (€/dia)	4,4687	5,5020	5,5182	5,5343	5,5505
Grandes Produtores / Não domésticos na	<b>Tarifa variável</b>					
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	6 762 971	7 511 976	7 272 000	7 272 600	7 272 600
	Tarifa (€/m3)	0,5784	0,6242	0,6501	0,6763	0,7023
	<b>TGR (€/m3)</b>	0,0350	0,0400	0,0490	0,0500	0,0510
	<b>Tarifa de disponibilidade</b>					
Remoção de resíduos de construção e demolição (RCD)	Número de utilizadores/contratos	44	44	44	44	44
	Tarifa (€/dia)	0,4687	0,5020	0,5182	0,5343	0,5505
	<b>Tarifa variável</b>					
	Quantidade de resíduos produzidos (litros)	10 052 571	14 400 000	10 051 000	10 051 000	10 051 000
	Tarifa (€/m3)	0,0337	0,0364	0,0378	0,0394	0,0410
Outros	<b>Recolha na origem</b>					
	N.º de serviços	60	60	60	60	60
	Taxa de serviço (€/Serviço)	68,08	72,04	71,81	73,24	74,71
	Quantidade (kg)	0	0	0	0	0
	Preço kg (> 500 kg)	0,1305	0,1381	0,1376	0,1404	0,1432
Depósito no ecocentro	Quantidade (kg)	360 000	360 000	360 000	360 000	360 000
	Preço kg (> 500 kg)	0,0435	0,0461	0,0459	0,0468	0,0477
	Transporte de resíduos e deposição (€)	6 000	6 198	6 328	6 455	6 584
	Fiscalização (€)	19 200	19 834	20 250	20 655	21 068
	...					
<b>Estimativa de perda por imparidade (valor anual)</b>		150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00

**4.4.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS**

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2023	2024	2025	2026	2027
Gestão de resíduos Urbanos	<b>Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas</b>					
	Custo tratamento de resíduos - Taxa de exploração (€/t)	107 023	105 638	105 260	104 439	103 470
	Custo tratamento de resíduos - TGR (€/t)	43,4200	44,8529	45,7948	46,7107	47,6449
	Taxa de recuperação, em percentagem (final ano)	5,0000	6,0000	7,0000	7,1400	7,2828
	<b>Taxa de faturação e cobrança CMPEA</b>	26,43%	27,98%	29,72%	31,63%	33,59%
Limpeza do espaço público	Número médio de viaturas ligeiras	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	21	30	30	30	30
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	48	50	53	53	53
	<b>Resíduos de varredura - Toneladas estimadas</b>					
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
Neutr. Carbon.	Subcontratação de serviços (€)	1 800	1 800	1 800	1 800	1 800
	Número médio de viaturas ligeiras	100,000	103,300	105,469	107,579	109,730
	Fiscalização, sensibilização e formação ambiental (€)	3 362 713	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	30	35	35	35	35
	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	13	20	20	20	20
Gastos comuns	Comunicação e dinamização da marca (€)	60 000	61 980	63 282	64 547	65 838
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número médio de viaturas ligeiras	1	1	1	1	1
	Comunicação e dinamização da marca (€)	0	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	15 600	16 115	16 453	16 782	17 118
Gastos comuns	Número médio de viaturas pesadas/equipamentos	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Comunicação e dinamização da marca (€)	7	7	7	7	7
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	0	0	0	0	0
	Número médio de viaturas ligeiras	54 000	55 782	56 953	58 092	59 254
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1

NOTA 1: ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

Em adição aos principais gastos "recorrentes" apresentados no quadro infra, será importante enfatizar que se encontram previstos os seguintes gastos, elegíveis para efeitos de candidatura a projetos cofinanciados:

*Handwritten signature and initials*





(Valores expressos em Euro)

Candidatura - Gastos elegíveis	2023	2024	2025	2026	2027
H2020 - Cityloops	6.500	0	0	0	0
Consultores e peritos externos	45.000	0	0	0	0
Recursos Humanos	91.156	0	0	0	0
Outros custos					
POSEUR (candidatura 2021)	0	0	0	0	0
Consultores e peritos externos	87.822	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	0	0	0	0	0
Outros FSE's					
Fundo Ambiental - Recolha	0	0	0	0	0
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	106.483	0	0	0	0
Outros FSE's					
Fundo Ambiental - PAMEAP	0	0	0	0	0
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000
Outros FSE's					
<b>Total</b>	<b>342.960</b>	<b>6.000</b>	<b>6.000</b>	<b>6.000</b>	<b>6.000</b>

Como mencionado anteriormente, foram exclusivamente considerados os cofinanciamentos de candidaturas a fundos comunitários, que já se encontrem submetidos e aceites, ainda que esteja sempre no horizonte da empresa um posicionamento proativo em matéria de oportunidades para novas candidaturas.

#### 4.5. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

No que respeita aos Recursos Humanos, começamos por reiterar, uma vez mais, a mensagem de enaltecimento pela coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público.

O quadro do pessoal da Porto Ambiente, constituído para assumir a execução do serviço de recolha de resíduos em todo o Município do Porto, procurou desde sempre garantir a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade pretendidos pela Empresa, sublinhando ainda que, sempre que manifestada disponibilidade e interesse por parte dos colaboradores da anterior estrutura do Município do Porto, estes foram integrados na atual estrutura.

Esta estratégia, não só permitiu um maior controlo dos riscos associados à transferência da recolha para a Porto Ambiente, uma vez que grande parte dos seus executantes continuaram a ser os mesmos, como também permitiu uma melhor racionalização dos recursos humanos afetos à Autarquia.

Handwritten marks: a blue checkmark, a blue '4', and a blue signature/initials.



Não obstante, a decisão de internalização da operação da Limpeza do Espaço Público, impacta de forma muito relevante nos recursos humanos necessários, direta e indiretamente, para a execução desta atividade, sendo expectável que a referida estrutura se possa aproximar dos 700 colaboradores.

Em resumo, e na sequência dos supramencionado, a estrutura previsual de recursos humanos da Porto Ambiente, para o período de 2023 a 2027 apresenta-se da forma que seguidamente se detalha:

Pessoal		2023	2024	2025	2026	2027
Gestão de resíduos urbanos	Diretor	1	1	1	1	1
	Coordenador	2	2	2	2	2
	Encarregado Geral	2	2	2	2	2
	Encarregado	9	9	9	9	9
	Técnico Superior	6	6	6	6	6
	Gestor Clientes	6	6	6	6	6
	Motorista	97	97	97	97	97
	Piquetes	22	22	22	22	22
	Cantoneiro - serviços conexos	16	16	16	16	16
	Cantoneiro	176	176	176	176	176
Limpeza do espaço público	Diretor	1	1	1	1	1
	Encarregado Geral	1	1	1	1	1
	Encarregado	10	10	8	8	8
	Assistente Técnico	1	1	1	1	1
	Tec. Superior	3	3	3	3	3
	Formador ambiental	9	9	9	9	9
	Cantoneiro - serviços conexos	13	13	13	13	13
	Responsável (Internalização LEP)	1	1	1	1	1
	Encarregado (Internalização LEP)	2	2	2	2	2
	Chefe de Equipa (Internalização LEP)	7	7	7	7	7
	Motorista (Internalização LEP)	20	20	20	20	20
Cantoneiro (Internalização LEP)	241	241	241	241	241	
Neut Caib	Diretor	1	1	1	1	1
	Técnico superior	2	2	2	2	2
Gastos Comuns	Administrador executivo	2	2	2	2	2
	Diretor	2	2	2	2	2
	Assessor Jurídico	1	1	1	1	1
	Coordenador	3	3	3	3	3
	Secretariado CA	1	1	1	1	1
	Responsável de equipa	2	2	2	2	2
	Técnico superior	12	12	12	12	12
	Carreira técnica	29	29	29	29	29
	Administrativo(a)	10	10	10	10	10
	<b>Total</b>	<b>711</b>	<b>711</b>	<b>709</b>	<b>709</b>	<b>709</b>

Importa ainda sublinhar que, não obstante do processo de constituição do quadro de pessoal ter sido efetuado de forma gradual, a admissão, acolhimento e integração de um número tão elevado de colaboradores, tem vindo e continuará a ser um importante desafio a ultrapassar. Por tal motivo, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de elaboração e uniformização de procedimentos na área de Recursos Humanos, procurando constituir uma política de gestão de pessoas equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar da Porto Ambiente estar focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram atribuídas, foi dada afeição à eficiência





organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto a ser consolidado nos períodos subsequentes.

#### 4.6. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela Porto Ambiente. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra nos quadros seguintes.

O ano de 2023, será um ano de incorporação gradual desta atividade, motivo pelo qual a respetiva incorporação deverá ser ponderada pela média anual desse indicador.

Critério de afetação de gastos comuns	Ano de implementação da Limpeza do Espaço Público - 2023												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Média
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	89,92%	88,42%	85,67%	84,70%	77,76%	70,40%	62,43%	54,51%	51,93%	51,93%	51,93%	51,93%	67,88%
Limpeza do Espaço Público	12,81%	13,31%	13,75%	14,43%	21,47%	28,94%	35,60%	45,51%	47,61%	47,61%	47,61%	47,61%	31,55%
Neutralidade carbónica	0,27%	0,57%	0,58%	0,88%	0,77%	0,66%	0,57%	0,48%	0,46%	0,46%	0,46%	0,46%	0,46%

Para os demais períodos económicos, o critério de imputação dos encargos comuns, em conformidade com o critério mencionado, é o que seguidamente se ilustra:

Critério de afetação de gastos comuns	2023	2024	2025	2026	2027
Gestão de Resíduos sólidos urbanos	67,88%	51,93%	52,09%	52,09%	52,09%
Limpeza do Espaço Público	31,55%	47,61%	47,45%	47,45%	47,45%
Neutralidade carbónica	0,57%	0,46%	0,46%	0,46%	0,46%

#### 4.7. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

O investimento previsto para os períodos em análise reparte-se da seguinte forma:

Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis	[Valores em Euro, com IVA incluído]				
	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>8 263 646</b>	<b>4 373 448</b>	<b>905 376</b>	<b>781 360</b>	<b>791 003</b>
Viaturas pesadas para recolha de RSU's	0	1 419 320	0	0	0
Frota de lavagem de equipamentos	0	1 672 142	0	0	0
Equipamento básico Limpeza do Espaço Público	6 870 780	95 294	97 295	99 241	101 226
Reabilitação e qualificação dos ecocentros	47 970	332 100	0	0	0
Equipamentos de deposição, armazenamento ou compactação	1 179 461	731 592	681 717	615 958	628 277
Outros projetos de recolha por proximidade	61 500	123 000	126 364	66 161	61 500
Outros investimentos diversos	103 935	0	0	0	0
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>63 345</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Software	63 345	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0



Os principais investimentos projetados ao longo dos vários períodos relacionam-se com as seguintes iniciativas, ponderadas no plano de atividades da Porto Ambiente:

- Aquisição de uma frota de 20 varredoras, parte relevante das quais eletrificadas, para a incorporação na operação de Limpeza do Espaço público;
- Aquisição de demais meios de suporte para a incorporação na operação de Limpeza do Espaço público, nomeadamente roçadeiras e material de deservagem, papeleiras e carrinhos de suporte à varredura manual;
- Reforço muito relevante do investimento efetuado na fração dos biorresíduos, sendo esta uma fração onde a Porto Ambiente poder marcar a diferença no caminho das metas a que se propôs;
- Reforço da frota de viaturas pesadas para recolha de RSU's, sendo o objetivo desta fase colmatar especificamente determinados circuitos deficitários;
- Reforço da frota de lavagem de equipamentos, procurando assim a Porto Ambiente, atingir números mais interessantes a este nível;
- Reabilitação e qualificação dos ecocentros, nomeadamente ao nível de soluções multifuncionais que visem o reaproveitamento, transformação e reintrodução dos bens na economia, facilitando assim o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas;
- Continuidade do processo de alargamento e reestruturação da rede municipal de equipamentos, relocalizando determinados pontos de recolha, repondo equipamentos, e investindo na expansão da componente seletiva.

#### 4.8. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no período de 2023-2027 é a seguinte:

Fontes de financiamento	Fontes de financiamento				
	2023	2024	2025	2026	2027
Autofinanciamento					
Financiamento externo - fundo perdido	1 561 161	230 594	158 795	99 241	791 003
Cityloops					
POSEUR (candidatura 2021)	0	0	0	0	0
Financiamento externo - Locação Financeira	177 950	0	0	0	0
Aumento de capital	6 587 880	4 142 854	746 580	682 119	0
	0	0	0	0	0

(Valores em Euro, com IVA incluído)

#### 4.9. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
 VERSÃO ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 2023



(Valores em dias)

Pressupostos Financeiros	2023	2024	2025	2026	2027
Prazo médio de recebimentos Receitas próprias	75	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios CMP	0	0	0	0	0
Prazo médio de recebimentos outros subsídios	120	120	120	120	120
Prazo médio de pagamentos Tratamento Resíduos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcontratos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	30	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos Outros	0	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos financiamentos	0	0	0	0	0

**4.10. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO**

Pressupostos de Financiamento	2023	2024	2025	2026	2027
Taxa de juro Locação financeira - Euribor	3,9780%	4,0400%	4,0400%	4,0400%	4,0400%
Taxa de juro Locação financeira - Spread 2019	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%
Taxa de juro Locação financeira - Spread 2023	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%	0,2500%

Handwritten blue ink marks, including a large '4' and some illegible scribbles.





4.1.1. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE  
 4.1.1.1. PERÍODOS DE 2023 A 2025

Demonstração dos resultados por atividade	2023					2024					2025				
	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Imposto do Esporo Público	Neutralidade Carbonica	Total	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Imposto do Esporo Público	Neutralidade Carbonica	Total	Receita de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Imposto do Esporo Público	Neutralidade Carbonica	Total
Vendas e serviços prestados	17.286.257	344.651	9.455.000	253.152	127.292.222	19.397.330	553.141	24.000	325.000	129.274.471	19.811.552	469.075	25.313	350.000	20.245.940
Subsídios e subvenções	973.091				10.451.263	238.000		9.200.000		2.263.000	1.268.000		9.100.000		10.238.000
Contribuição para o desenvolvimento econômico e social	(9.208.113)	(153.669)	(5.070.589)	(126.909)	(855.680)	(245.376)	(3.737)	(166.874)	(24.300)	(414.586)	(246.488)	(3.254)	(150.897)	(101.120)	
Contribuição pessoal	(2.097.288)	(120.294)	(3.794.148)	(114.637)	(11.828.367)	(8.489.300)	(129.279)	(6.640.374)	(123.625)	(15.302.572)	(8.917.533)	(133.666)	(6.906.622)	(16.058.329)	
Imposto de renda e de lucro e dividendos (previdência social)	(142.238)	(2.289)			(144.527)	(142.238)	(2.289)			(144.527)	(142.238)	(2.289)		(144,527)	
Outros contribuintes	748.627	35.384	19.200		803.011	879.379	57.680	19.804		954.812	1.018.554	49.250	30.256	1.088.064	
Outros ganhos	(588.717)	(8.508)	(10.484)		(607.709)	(661.279)	(10.078)	(13.592)		(684.950)	(749.312)	(11.212)	(14.621)	(775,145)	
<b>Exercício / Resíduo de programação e de contingência</b>	1.081.629	97.883	170.782	12.432	1.362.726	1.624.046	(10.078)	(13.592)	34.744	3.228.361	1.967.586	134.818	240.630	2.463.734	
<b>Resultado operacional</b>	(912.549)	(13.897)	(110.282)	(12.432)	11.097.422	(1.194.561)	(10.191)	(252.333)	(24.746)	11.898.821	(1.438.525)	(22.211)	(258.638)	3.867.546	
<b>Justos e outros resultados operacionais</b>	(1.693.14)	(2.378)	49	15	255.302	439.486	-779.025	0	738.539	1.148.882	509.041	102.807	(258.638)	2.258.101	
<b>Resultado antes de impostos</b>	0	83.410	57	87	83.410	0	66.921	0	738.539	(444.882)	(509.041)	(2.258)	0	611.467	
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>	0	(22.356)	0	0	(22.356)	0	(22.024)	0	74,656	(22,911)	(23,367)	0	0	(516,813)	
<b>Resultado líquido do período</b>	0	61.056	57	87	61.056	0	197.144	0	197.144	(22,911)	(23,367)	0	0	94.654	

(Valores expressos em Euro)

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



4.1.1.2. PERÍODOS DE 2026 A 2027

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados por atividade	2026				2027					
	Recolha de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbónica	Total	Recolha de Resíduos Urbanos	Serviços auxiliares	Limpeza do Espaço Público	Neutralidade Carbónica	Total
Vendas e serviços prestados	20 457 167	425 832	25 819	340 934	20 908 812	21 144 517	442 598	26 335	337 853	21 613 450
Subsídios e exploração	887 302		9 481 726		10 709 942	355 547		9 882 739	337 853	11 076 132
Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(254 752)	(3 879)	(1 717 738)		(430 370)	(265 044)	(4 036)	(1 78 676)		(447 757)
Fornecimentos e serviços externos	(9 888 670)	(1 177 957)	(1 354 604)	(1 99 504)	(11 620 734)	(10 064 406)	(1 81 180)	(1 387 547)	(206 045)	(11 839 178)
Gastos com o pessoal	(1 47 750)	(1 42 245)	(7 236 282)	(1 29 060)	(1 6 849 688)	(9 806 884)	(1 49 343)	(7 597 248)	(1 31 789)	(1 50 000)
Importidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	1 037 511	50 235	20 655		1 108 401	1 055 757	51 240	21 068		1 288 065
Outros rendimentos	(7 78 579)	(1 11 857)	(1 14 985)		(805 421)	(786 786)	(1 11 982)	(1 15 285)		(814 051)
Outros gastos	1 970 148	137 858	750 571	12 370	2 870 968	1 984 950	145 046	751 386	20	2 881 402
<b>EBITDA</b>	<b>(1 514 684)</b>	<b>(23 066)</b>	<b>(750 571)</b>	<b>(112 370)</b>	<b>(2 300 712)</b>	<b>(1 603 848)</b>	<b>(24 424)</b>	<b>(751 386)</b>	<b>(20)</b>	<b>(2 379 628)</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	455 454	114 792			570 256	381 102	120 622			501 724
<b>Resultado operacional</b>	<b>(455 454)</b>	<b>(6 936)</b>			<b>(462 400)</b>	<b>(381 102)</b>	<b>(5 804)</b>			<b>(386 905)</b>
Juros e gastos similares suportados		107 854			107 854		114 819			114 819
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(28 905)</b>			<b>(28 905)</b>		<b>(30 771)</b>			<b>(30 771)</b>
Imposto sobre rendimento do período		78 951			78 951		84 047			84 047
<b>Resultado líquido do período</b>										

*[Handwritten signature and initials]*





# 5

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
PREVISIONAIS  
PARA OS ANOS DE  
2023, 2024, 2025,  
2026 E 2027**





## 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027

### 5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

#### 5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4.

#### 5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios à exploração (contratos programa para a Limpeza do espaço público, Pacto do Porto para o Clima e Cobertura tarifária da atividade de Gestão de resíduos Urbanos), (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M., (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários e, (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 2023



Prestação de Serviços e Outros Rendimentos		(Valores em Euro)				
	2023	2024	2025	2026	2027	
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)</b>	<b>17 380 257</b>	<b>19 391 132</b>	<b>19 805 224</b>	<b>20 450 712</b>	<b>21 137 933</b>	
Utilizadores domésticos	8 101 679	8 930 412	9 119 692	9 389 138	9 701 012	
Utilizadores não domésticos	9 278 578	10 460 720	10 685 532	11 061 574	11 436 921	
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)</b>	<b>370 651</b>	<b>559 339</b>	<b>415 403</b>	<b>432 286</b>	<b>449 182</b>	
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	344 906	532 222	388 250	404 590	420 932	
Recuperação de bens	19 745	20 919	20 825	21 241	21 666	
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	0	0	0	0	0	
Outros	6 000	6 198	6 328	6 455	6 584	
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)</b>	<b>19 200</b>	<b>43 834</b>	<b>45 563</b>	<b>46 474</b>	<b>47 403</b>	
Limpeza de outros eventos	0	24 000	25 313	25 819	26 335	
Fiscalização	19 200	19 834	20 250	20 655	21 068	
<b>TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	<b>646 431</b>	<b>811 773</b>	<b>943 598</b>	<b>962 540</b>	<b>981 791</b>	
Subsídios à exploração - Cobertura de tarifa	740 000	235 000	1 285 000	884 302	655 297	
Subsídios à exploração - Limpeza do Espaço Público	9 465 000	9 200 000	9 100 000	9 481 726	9 882 739	
Subsídios à exploração - Neutralidade Carbónica	253 152	325 000	350 000	340 934	337 853	
Subsídios à exploração - Fundos comunitários	233 091	3 000	3 000	3 000	250	
Subsídios ao investimento - Fundos comunitários	137 379	125 206	125 206	125 206	125 206	
<b>Total</b>	<b>29 245 161</b>	<b>30 694 283</b>	<b>32 072 994</b>	<b>32 727 180</b>	<b>33 817 654</b>	

**5.1.3. SUBCONTRATOS**

Os valores apresentados resultam essencialmente da:

- Aplicação da taxa de faturação e cobrança pelas Águas do Porto;
- execução do serviço de Limpeza do Espaço Público.

Conforme mencionado, este serviço tem vindo a ser prestado por uma entidade subcontratada, cujo contrato verificou início em 11 de agosto de 2018, por 48 meses, terminando em meados de 2022). Por duas oportunidades, no ano de 2022, a Porto Ambiente procurou ir ao encontro às necessidades do mercado, reunindo com todos os potenciais concorrentes, ajustando o preço base à realidade mais atual dos preços de mercado e reduzindo a exposição ao risco pelos concorrentes, para efeitos de publicação de concurso público internacional, não tendo, ainda assim, sido possível a adjudicação do mesmo. Nesse contexto, e sendo a Limpeza do espaço público um serviço essencial, foi necessário promover à adjudicação do mesmo por via de um Ajuste direto, segundo um critério material, tendo sido concedido o respetivo prévio por parte do Tribunal de contas, procedimento esse que será seguido do processo de internalização da operação da Limpeza do Espaço Público.

- execução do serviço de Limpeza das praias (originada como consequência indireta da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, e prevê, entre outros, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das





praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados. Esta operação, executada duas vezes ao dia, 7 dias por semana durante a atual época balnear, garante a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, sendo igualmente realizada a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00) e, (iv) a entrega ao município de 50% do valor cobrado a título de coimas por infrações, em conformidade com o regulamento de fiscalização em vigor.

	(Valores em Euro)				
	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Subcontratos</b>					
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	556 453	628 041	640 215	660 835	682 728
Fee de faturação e cobrança CMPEA	556 453	628 041	640 215	660 835	682 728
<b>Limpeza do espaço público</b>	3 574 076	9 917	10 125	10 328	10 534
Limp. espaço público, terrenos, eventos	3 361 168	0	0	0	0
Limpeza das praias	203 308	0	0	0	0
Fee de fiscalização do Município	9 600	9 917	10 125	10 328	10 534
<b>Serviços auxiliares</b>	8 474	9 564	9 749	10 063	10 397
Fee de faturação e cobrança CMPEA	8 474	9 564	9 749	10 063	10 397
<b>Total</b>	<b>4 139 002</b>	<b>6 47 522</b>	<b>6 60 090</b>	<b>6 81 224</b>	<b>7 03 657</b>

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

#### 5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

	(Valores expressos em Euro)				
	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Tratamento de resíduos</b>					
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	5 410 571	5 608 894	5 802 234	5 872 128	5 934 029
Taxa de exploração	4 851 858	4 947 115	5 032 922	5 093 549	5 147 243
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	558 712	661 779	769 312	778 579	786 786
<b>Limpeza do espaço público</b>	201 294	209 689	215 927	220 246	224 650
Taxa de exploração	190 800	197 096	201 235	205 260	209 365
Outros	10 494	12 593	14 692	14 985	15 285
<b>Serviços auxiliares</b>	107 834	111 694	115 190	116 791	118 281
Taxa de exploração	99 326	101 616	103 475	104 935	106 300
Outros	8 508	10 078	11 715	11 857	11 982
<b>Total</b>	<b>5 719 699</b>	<b>5 930 277</b>	<b>6 133 351</b>	<b>6 209 165</b>	<b>6 276 961</b>

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

#### 5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner, including a large blue 'A' and other illegible scribbles.





Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios e, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

	2023		2024		2025		2026		2027	
	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados
<b>Aluguer operacional Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas</b>										
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>										
<i>Aluguer operacional</i>										
Própria	21	48	20	20	20	23	20	33	20	33
Aluguer operacional	3	45	2	49	2	53	2	53	3	53
<b>Total</b>	24	93	22	69	22	76	22	86	23	86
<i>Manutenção</i>										
Aluguer operacional	272 859	2 078 474	390 054	2 182 111	393 464	2 519 398	394 780	2 569 785	400 162	2 421 181
Manutenção, Combustíveis e outros	149 099	141 988	227 680	91 414	227 680	0	227 580	0	227 680	0
<b>Total</b>	123 761	1 936 462	162 375	2 090 675	165 785	2 519 398	169 100	2 569 785	172 482	2 421 181
<b>Limpeza do espaço público</b>										
<i>Aluguer operacional</i>										
Própria	30	13	24	20	33	20	35	20	35	20
Aluguer operacional	0	5	0	20	0	20	0	20	0	20
<b>Total</b>	30	18	24	40	33	40	35	40	35	40
<i>Manutenção</i>										
Aluguer operacional	281 760	873 403	246 946	684 571	244 265	315 495	265 141	321 805	244 035	328 241
Manutenção, Combustíveis e outros	248 804	616 691	234 044	351 159	220 462	0	220 462	0	220 462	0
<b>Total</b>	530 564	1 490 094	480 990	1 035 730	464 727	315 495	485 603	321 805	464 497	328 241
<b>Neutralidade Carbónica</b>										
<i>Aluguer operacional</i>										
Própria	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Aluguer operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
<i>Manutenção</i>										
Aluguer operacional	10 101	0	10 131	0	10 148	0	10 205	0	10 241	0
Manutenção, Combustíveis e outros	8 360	0	8 360	0	8 360	0	8 360	0	8 360	0
<b>Total</b>	18 461	0	18 491	0	18 508	0	18 565	0	18 601	0
<b>Gastos comuns</b>										
<i>Aluguer operacional</i>										
Própria	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0
Aluguer operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0
<i>Manutenção</i>										
Aluguer operacional	78 795	0	54 473	0	54 659	0	54 839	0	57 024	0
Manutenção, Combustíveis e outros	70 092	0	47 617	0	47 617	0	47 617	0	47 617	0
<b>Total</b>	148 887	0	102 090	0	102 276	0	102 456	0	104 641	0
<b>Total</b>	643 215	2 561 873	723 604	2 948 481	744 551	2 834 893	728 365	2 891 591	723 462	2 141 423

**5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL**

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4., a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos, mas que verificará um relevante crescimento, direta e indiretamente, decorrente do processo de internalização da operação da Limpeza do espaço público no ano de 2023.

Gastos com o pessoal	[Valores expressos em Euro]				
	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>					
Número de colaboradores	337	337	337	337	337
Total encargos	6 912 353	7 659 562	8 056 376	8 452 707	8 887 315
<b>Limpeza do espaço público</b>					
Número de colaboradores	309	309	307	307	307
Total encargos	3 258 403	5 761 037	5 998 468	6 296 538	6 623 551
<b>Neutralidade Carbónica</b>					
Número de colaboradores	3	3	3	3	3
Total encargos	105 250	115 180	117 598	119 950	122 349
<b>Gastos comuns</b>					
Número de colaboradores	62	62	62	62	62
Total encargos	1 652 372	1 846 749	1 913 918	1 980 492	2 052 049
<b>Total Gastos com o pessoal</b>	<b>11 728 379</b>	<b>15 382 527</b>	<b>16 086 357</b>	<b>16 849 688</b>	<b>17 685 264</b>

**5.1.7. OUTROS GASTOS**

*Handwritten signature and initials*

**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 2023



Os valores apresentados em outros gastos traduzem, essencialmente, os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura ou outros de carácter menos representativo individualmente.

(Valores em Euro)

Outros gastos e/ou fornecimentos diversos	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Recolha de resíduos urbanos</b>	<b>1 197 183</b>	<b>1 061 974</b>	<b>1 370 670</b>	<b>1 042 026</b>	<b>1 082 402</b>
Manutenção de equipamentos, infraestruturas e recondicionamentos	231 240	244 657	619 509	242 604	271 863
Sacos, cordas, rodas, lonas, consumíveis viaturas e outros mat.	215 484	249 112	250 242	258 632	269 080
Aluguer de equipamentos, licenças e instrumentalização	123 034	133 410	139 596	145 236	151 103
Gastos de exploração comparticipados	287 799	87 822	0	0	0
Outros diversos	339 626	346 973	361 323	375 555	390 355
<b>Limpeza do espaço público</b>	<b>346 188</b>	<b>299 226</b>	<b>289 908</b>	<b>316 366</b>	<b>329 147</b>
Fiscalização, sensibilização e formação ambiental	73 800	78 751	82 093	85 410	88 861
Sacos varredura, tintas, diluentes, sílica, areia e outros materiais	138 195	165 874	150 897	171 738	178 676
Água e energia - Equipamentos afetos à limpeza urbana	33 210	35 438	36 942	38 435	39 987
Equipamentos de comunicação / leitores de papelarias	84 255	7 875	8 209	8 541	8 886
Outros diversos	16 728	11 288	11 767	12 242	12 737
<b>Neutralidade Carbonica</b>	<b>111 496</b>	<b>162 788</b>	<b>184 897</b>	<b>185 349</b>	<b>191 703</b>
Comunicação e dinamização da marca	19 188	20 475	21 344	22 207	23 104
Encargos com eventos	42 804	45 678	47 614	49 538	51 539
Estudos, pareceres e honorários	25 830	46 622	59 867	61 651	63 494
Outros fornecimentos	23 674	50 015	56 072	51 954	53 567
<b>Gastos comuns</b>	<b>692 841</b>	<b>739 323</b>	<b>770 700</b>	<b>801 837</b>	<b>834 231</b>
Encargos com Serviços do Espaço 3. Dinis	215 045	229 472	239 211	248 875	258 929
Licenças de software e hardware	140 220	149 627	155 978	162 279	168 835
Honorários e/ou trabalhos especializados	179 334	191 365	199 487	207 546	215 931
Comunicações	39 232	41 864	43 641	45 404	47 238
Comunicação e reforço de marca	66 420	70 876	73 984	76 869	79 975
Outros diversos	52 590	56 118	58 500	60 843	63 322
<b>Total</b>	<b>2 347 708</b>	<b>2 263 310</b>	<b>2 616 176</b>	<b>2 345 578</b>	<b>2 437 483</b>

**5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027**

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados	2023	2024	2025	2026	2027
Vendas e serviços prestados	17 750 907	19 974 471	20 245 940	20 906 817	21 613 450
Subsídios à exploração	10 691 243	9 763 000	10 738 000	10 709 962	11 076 139
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(355 680)	(414 986)	(401 139)	(430 370)	(447 757)
Fornecimentos e serviços externos	(14 870 409)	(11 333 959)	(11 772 209)	(11 620 734)	(11 839 178)
Gastos com o pessoal	(11 928 379)	(15 382 527)	(16 086 359)	(16 849 688)	(17 685 264)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(150 000)	(150 000)	(150 000)	(150 000)	(150 000)
Outros rendimentos	803 011	956 812	1 089 054	1 108 401	1 128 065
Outros gastos	(577 715)	(684 450)	(795 719)	(805 421)	(814 053)
<b>EBITDA</b>	<b>1 364 979</b>	<b>2 728 361</b>	<b>2 867 568</b>	<b>2 870 968</b>	<b>2 881 402</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(1 109 677)	(1 989 825)	(2 256 101)	(2 300 712)	(2 379 678)
<b>Resultado operacional</b>	<b>255 302</b>	<b>738 537</b>	<b>611 467</b>	<b>570 256</b>	<b>501 724</b>
Juros e gastos similares suportados	(171 892)	(466 482)	(516 813)	(462 400)	(386 905)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>83 410</b>	<b>272 054</b>	<b>94 654</b>	<b>107 856</b>	<b>114 819</b>
Imposto sobre rendimento do período	(22 354)	(72 911)	(25 567)	(28 905)	(30 771)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>61 056</b>	<b>199 144</b>	<b>69 087</b>	<b>78 951</b>	<b>84 047</b>

**5.3. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2023, 2024, 2025, 2026 E 2027**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023-2027**  
VERSÃO ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 2023



Balço		(Valores expressos em Euro)				
		2023	2024	2025	2026	2027
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis		13 252 399	15 671 364	14 354 455	12 854 953	11 266 278
Ativos intangíveis		89 007	53 666	19 849		
Outros investimentos financeiros		51 436	51 436	51 436	51 436	51 436
Ativos por impostos diferidos		40 707	40 707	40 707	40 707	40 707
		<b>13 433 549</b>	<b>15 817 173</b>	<b>14 466 448</b>	<b>12 947 096</b>	<b>11 358 421</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários						
Clientes		173 154	173 154	173 154	173 154	173 154
Estado e outros entes públicos		3 847 403	4 127 884	4 085 242	4 082 015	4 087 507
Outros créditos a receber		63 608	13 051	60 594	57 056	55 190
Caixa e depósitos bancários		20 000	1 250	1 250	1 250	
		574 630	711 998	968 510	1 087 833	481 545
<b>Total do ativo</b>		<b>4 678 797</b>	<b>5 027 337</b>	<b>5 288 750</b>	<b>5 401 308</b>	<b>4 797 397</b>
		<b>18 112 347</b>	<b>20 844 510</b>	<b>19 755 198</b>	<b>18 348 404</b>	<b>16 155 818</b>

Balço		(Valores expressos em Euro)				
		2023	2024	2025	2026	2027
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>						
Capital subscrito						
Reservas legais		3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566
Outras reservas		107 183	119 395	159 223	173 081	188 871
Resultados transferidos		148 107	148 107	148 107	148 107	148 107
Excedentes de reavaliação		1 425 217	1 474 062	1 633 377	1 688 807	1 751 967
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(0)	(0)	(0)	(0)	(0)
Resultado líquido do período		480 808	383 774	286 739	189 704	92 669
<b>Total do capital próprio</b>		<b>61 056</b>	<b>199 144</b>	<b>69 287</b>	<b>78 951</b>	<b>84 047</b>
		<b>5 487 938</b>	<b>5 590 047</b>	<b>5 562 299</b>	<b>5 544 215</b>	<b>5 531 228</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Financiamentos obtidos		8 507 058	10 654 842	9 352 826	7 813 227	5 527 831
Passivos por impostos diferidos		140 191	112 019	83 848	55 677	27 505
		<b>8 647 249</b>	<b>10 766 862</b>	<b>9 436 674</b>	<b>7 868 903</b>	<b>5 555 336</b>
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores		1 613 620	1 593 246	1 679 242	1 675 009	1 702 347
Estado e outros entes públicos		196 951	209 402	218 649	228 976	240 256
Financiamentos obtidos		1 281 975	1 800 340	1 973 720	2 146 687	2 242 037
Outras dívidas a pagar		861 234	861 234	861 234	861 234	861 234
Diferimentos		23 380	23 380	23 380	23 380	23 380
		<b>3 977 159</b>	<b>4 487 601</b>	<b>4 756 225</b>	<b>4 935 286</b>	<b>5 069 254</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12 624 409</b>	<b>15 254 463</b>	<b>14 192 899</b>	<b>12 804 189</b>	<b>10 624 590</b>
		<b>18 112 347</b>	<b>20 844 510</b>	<b>19 755 198</b>	<b>18 348 404</b>	<b>16 155 818</b>
		<b>Total do capital próprio e do passivo</b>				

**5.4. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2023 A 2027**

Orçamento de tesouraria previsual		(Valores expressos em Euro)				
		2023	2024	2025	2026	2027
<b>Recebimentos</b>						
Saldos iniciais		<b>5 633 938</b>	<b>574 630</b>	<b>711 998</b>	<b>948 510</b>	<b>1 087 833</b>
Recebimentos de clientes e contratos Programa		27 102 763	30 171 789	31 865 087	32 480 928	33 566 501
Subsídios de candidaturas comunitárias						
Financiamentos bancários		6 587 880	4 142 854	746 580	682 119	(0)
Outros		795 929	28 167	7 201	7 942	7 059
		<b>34 486 572</b>	<b>34 342 810</b>	<b>32 618 868</b>	<b>33 170 982</b>	<b>33 573 560</b>
<b>Pagamentos</b>						
Pagamentos a fornecedores		(18 008 087)	(12 483 769)	(12 883 071)	(12 860 757)	(13 073 651)
Pagamentos a fornecedores Investimento		(8 326 991)	(4 373 448)	(905 376)	(781 360)	(791 003)
Pagamentos ao pessoal		(12 009 665)	(15 382 527)	(16 086 359)	(16 849 688)	(17 685 264)
Financiamentos bancários e serviço da dívida		(809 280)	(1 943 188)	(2 392 029)	(2 511 151)	(2 576 951)
Impostos, contribuições e outros		(391 856)	(52 510)	(95 522)	(48 709)	(52 980)
		<b>(39 545 879)</b>	<b>(34 205 442)</b>	<b>(32 362 356)</b>	<b>(33 051 665)</b>	<b>(34 179 848)</b>
<b>Saldo Final</b>		<b>574 630</b>	<b>711 998</b>	<b>948 510</b>	<b>1 087 833</b>	<b>481 545</b>

**5.5. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES**

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





**5.6. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2023-2027**

À data de emissão deste documento, apuram-se as seguintes despesas, cujos compromissos assumidos se verificam, ou se esperam verificar, para além do período em reporte (2023-2027):

a) Contratos de locação financeira:

- Foi adjudicada em 2020, a renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, através da aquisição de 26 viaturas e equipamentos, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2023-2027), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;
- Prevê-se a adjudicação, em 2023 e 2024, da aquisição de uma frota de varredoras e demais equipamentos para a operação da Limpeza do espaço público, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida, está previsto exceder o período em reporte neste documento (2023-2027), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

(valores em Euro)

Contratos Plurianuais	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Locação financeira viaturas 2020	728 068	734 566	734 578	734 571	734 564	704 935	1	0	0	0
Locação financeira equipamentos 2023	81 212	974 509	974 480	974 391	974 331	974 272	974 212	974 151	892 914	0
Locação financeira viaturas 2024	0	190 547	457 294	457 296	457 236	457 210	457 182	457 154	457 125	266 542
<b>Total</b>	<b>809 280,10</b>	<b>1 899 642,88</b>	<b>2 166 322,92</b>	<b>2 166 228,42</b>	<b>2 166 133,43</b>	<b>2 136 417,81</b>	<b>1 431 374,83</b>	<b>1 431 304,17</b>	<b>1 350 037,45</b>	<b>266 541,73</b>

- Prevê-se ainda a adjudicação, em 2024, 2025 e 2026, a realização de investimentos relevantes no sistema, tais como contentorização e requalificação de ecocentros, os quais se estima igualmente que venham a ser financiados externamente, por via de contrato de locação financeira de bens móveis. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2023-2027), projetando-se da forma evidenciada na tabela seguinte:

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Contratos Plurianuais	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Capacidade financeira relativa sistema 2024	43 545	174 172	174 162	174 151	174 140	174 129	174 118	130 561	0	0
Capacidade financeira relativa sistema 2025	0	51 534	123 676	123 669	123 661	123 654	123 646	123 638	72 118	0
Capacidade financeira relativa sistema 2026	0	0	47 264	112 998	112 991	112 984	112 977	112 970	112 963	65 891
<b>Total</b>	<b>43 544,46</b>	<b>225 706,00</b>	<b>344 922,15</b>	<b>410 617,33</b>	<b>410 792,25</b>	<b>410 767,02</b>	<b>410 741,49</b>	<b>367 187,26</b>	<b>185 081,15</b>	<b>65 891,40</b>

(Valores em Euro)

b) Contratos de manutenção preventiva:

▪ No âmbito do procedimento de renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2020, foi adicionalmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato, excede o período em reporte neste documento (2023-2027), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;

▪ No âmbito do procedimento previsto em 2023 e 2024, da aquisição de uma frota de varredoras e demais equipamentos para a operação da Limpeza do espaço público, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), serão igualmente adjudicados contratos de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato está previsto exceder o período em reporte neste documento (2023-2027), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

Contratos Plurianuais	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Manutenção programada 2020	207 304	207 304	167 034	0	0	0	0
Manutenção programada 2023	43 284	173 135	173 135	173 135	173 135	129 851	0
Manutenção programada 2024	0	79 704	159 408	159 408	159 408	159 408	79 704
<b>Total</b>	<b>250 588,20</b>	<b>460 143,30</b>	<b>499 577,05</b>	<b>332 542,80</b>	<b>332 542,80</b>	<b>289 259,10</b>	<b>79 704,00</b>

(Valores em Euro, com IVA não dedutível, incluído)

**5.7. CONCLUSÃO**

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2023 a 2027 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa, quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).

Sublinhamos ainda que a Porto Ambiente atingiu, nos anos de 2020 e 2021, os ambicionados níveis de eficiência que se traduziram na cobertura integral de gastos na atividade de recolha de resíduos urbanos, ainda assim, as presentes

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a stylized signature and the letter 'A'.





projeções apontam para uma eventual necessidade cobertura parcial de encargos desta atividade (de 1% a 6%), com recurso a subsídios à exploração, justificada parcialmente pela crise no setor energético, evolução dos encargos com o pessoal, pelo crescimento generalizado muito relevante dos preços de mercado, e pela vontade do Município em não repercutir integralmente esses impactos nos munícipes da cidade do Porto.

Permanece ainda assim, a inegável capacidade da empresa para ultrapassar obstáculos, atingir os desafios propostos, e sempre pautada por critérios de excelência, como aliás foi reconhecido pela ERSAR, atribuindo à Porto Ambiente, por três anos consecutivos, o selo de qualidade da entidade reguladora, tendo ainda distinguido Porto Ambiente com o Prémio de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, atribuído no ano de 2021.

Porto, 13 de novembro de 2023

**Contabilista Certificado**  
  
Paulo Sérgio Oliveira da Cruz  
(Contabilista certificado)

**O Conselho de Administração**  
  
Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo  
(Presidente)

  
Luis Bragança de Assunção  
(Vice Presidente)

  
Helena Vilasboas Tavares  
(Vogal)





# 6

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**  
**SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL (2023-2027)**

**INTRODUÇÃO**

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre o ano de 2023 e o ano de 2027**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos de referência em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 dos referidos Instrumentos de Gestão Previsional.

**RESPONSABILIDADES DO ORGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional (“IGP”) e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu.

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

## **CONCLUSÃO E OPINIÃO**

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Este documento e parecer substitui aquela de 12 de maio de 2023.

Porto, 13 de novembro de 2023

### **MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS**

Representada por José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)







**7**

**CERTIDÃO DE PARTE  
DE ATA DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO**



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----**CERTIDÃO DE PARTE DE ATA**-----

---**Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 13 de novembro de 2023**--

----- **Ponto 1:** Aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2023 e 2027 (atualização de novembro de 2023). -----

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2023 e 2027 (na versão atualizada em novembro de 2023), no decurso do cumprimento dos deveres de informação previstos no artigo 20.º dos Estatutos da Porto Ambiente, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----**Está conforme**-----

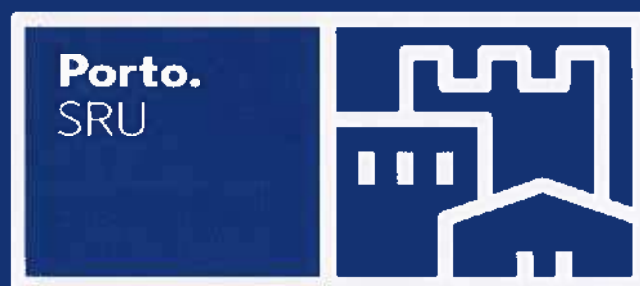
----- **Porto, 13 de novembro de 2023** -----

-----**O ADMINISTRADOR EXECUTIVO**-----

-----**(Dr. Luís Bragança de Assunção)**-----







## Instrumentos de Gestão Previsional

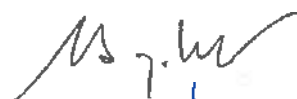
2024 – 2028

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto,  
E.M., S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar  
4350-158 Porto

Instrumentos de Gestão Previsional  
2024 – 2028

Aprovado em Conselho de Administração em 9 de novembro  
de 2023

  
Name



# Índice

I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA PORTO VIVO, SRU.....	9
1. Enquadramento da atividade .....	11
2. Objetivo do documento .....	11
3. Evolução histórica do objeto social da Empresa.....	11
4. Matriz de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2024-2028 .....	14
5. Missão e Competências.....	22
6. Aspetos Organizacionais .....	23
II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2024.....	31
Eixos Estratégicos para 2024/2028.....	33
Planeamento de atividade para 2024 .....	35
[E1] ORU Centro Histórico.....	35
[E2] ORU de Campanhã- Estação e da Corujeira .....	40
[E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis .....	47
[E4] Projeto "Ilhas" da Cidade e gestão do Gabinete 1º Direito .....	53
Outras Atividades .....	55
Indicadores de Avaliação de Atividade .....	56
III. ORÇAMENTO PARA 2024 .....	61
1. Sumário .....	63
2. Orçamento de Receitas e Despesas .....	64
3. Orçamento de Receitas .....	65
4. Participação Financeira do Município do Porto .....	65
5. Contrato-Programa .....	65
6. Contrato-Mandato – Imóveis Sob Gestão .....	66
7. Contrato-Mandato – Porto com Sentido .....	66
8. Vendas.....	66
9. Participações Comunitárias .....	66
10. Rendas (Propriedade SRU) .....	67

M-11



11.	Rendas (Gestão SRU).....	67
12.	Outras Receitas.....	67
13.	Orçamento de Despesas .....	68
14.	Pessoal.....	68
15.	Aquisição de Bens e Serviços .....	69
16.	Amortização de Financiamentos Obtidos .....	70
17.	Juros de Financiamentos Obtidos.....	70
18.	Outros Encargos Financeiros .....	71
19.	Impostos e Taxas .....	71
20.	Outras Despesas.....	72
21.	Investimentos em Reabilitação Urbana.....	72
22.	Outros Investimentos .....	74
IV.	PLANO PLURIANUAL 2024-2028.....	75
	Orçamento Plurianual 2024 - 2028.....	77
	Demonstrações Orçamentais Previsionais.....	77
1.1.	Receitas.....	77
1.2.	Despesas.....	78
1.3.	Plano Plurianual de Investimento .....	79
2.	Demonstrações Financeiras Previsionais.....	83
2.1.	Balanço .....	83
2.2.	Demonstração de Resultados.....	84
3.	Compromissos Plurianuais .....	85
V.	PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	91
VI.	ANEXOS.....	99

M  
K



## Índice de Figuras

Figura 1: Organograma .....	24
Figura 2: Ilhas da Lomba .....	43
Figura 3: Ilhas da Lomba .....	44



## Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição 2024 por Área de Especialidade e Tipo de Vínculo .....	25
Tabela 2: Distribuição por Carreiras e Categorias 2024.....	26
Tabela 3: Atividades .....	34
Tabela 4: Imóveis da Porto Vivo, SRU .....	42
Tabela 5: Imóveis sob gestão da Porto Vivo, SRU .....	42
Tabela 6: Indicadores de avaliação de atividade .....	56
Tabela 7: Indicadores Eixo 1.....	57
Tabela 8: Indicadores Eixo 2.....	58
Tabela 9: Indicadores Eixo 3.....	59
Tabela 10: Indicadores Eixo 4.....	60
Tabela 11: Tesouraria para 2024.....	64
Tabela 12: Despesas com Pessoal.....	69
Tabela 13: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços .....	70
Tabela 14: Despesas com Outros Encargos Financeiros .....	71
Tabela 15: Despesas com Impostos e Taxas .....	72
Tabela 16: Outras Despesas .....	72
Tabela 17: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana.....	73
Tabela 18: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade .....	73
Tabela 19: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas.....	78
Tabela 20: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas.....	79
Tabela 21: Plano Plurianual de Investimento .....	81
Tabela 22: Balanço Previsional 2024– 2028 .....	84
Tabela 23: Demonstração de Resultados Previsional 2024 – 2028 .....	85
Tabela 24: Compromissos Plurianuais .....	89

M-K



## Índice de Plantas

Planta 1: ARU do CHPPM .....	35
Planta 2: Planta cadastral da UI de Santa Clara .....	36
Planta 3: Delimitação da ORU de Campanhã - Estação e respetiva ampliação .....	40
Planta 4: Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação .....	41



## Lista de Abreviaturas

- ARU – Área de Reabilitação Urbana
- BEI - Banco Europeu de Investimento
- CHP – Centro Histórico do Porto
- CHPPM - Centro Histórico do Porto Património Mundial
- CMP – Câmara Municipal do Porto
- ELH – Estratégia Local de Habitação
- IHRU – Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- ORU - Operação de Reabilitação Urbana
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
- RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
- SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana
- UI - Unidade de Intervenção

M K





## I. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR E MISSÃO DA PORTO VIVO, SRU

## 1. Enquadramento da atividade

A Porto Vivo, SRU, é uma «empresa local, com natureza municipal e de responsabilidade limitada» conforme definição do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL).

A natureza de «empresa local» advém-lhe de a circunstância do seu capital social ser detido na totalidade pelo Município do Porto, desenvolvendo a sua atividade empresarial local nos termos do artigo 2.º do RJAEL.

Concomitantemente, a Porto Vivo, SRU é também uma sociedade de reabilitação urbana, na aceção e nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRA), com o específico propósito, estatutariamente consagrado, de promover «a reabilitação urbana na cidade do Porto».

Deste modo, a Porto Vivo, SRU tem por objeto social a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto, tendo, no domínio do horizonte temporal deste documento de Instrumentos de Gestão Previsional, principal ênfase na promoção do arrendamento a rendas acessíveis, pela via de *“reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal da habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados a habitação social, designadamente através da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e gestão dos edifícios destinados a habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade”*, conforme os seus Estatutos.

## 2. Objetivo do documento

Os instrumentos de Gestão Previsional definem e caracterizam as opções estratégicas da Porto Vivo, SRU no cumprimento do mandato definido pela sua Assembleia Geral, em observância aos desígnios e missão estabelecidos pelo Município do Porto.

O presente documento prevê dar continuidade à estratégia definida no primeiro instrumento previsional que foi definido para o período 2020-2024, complementando-a e reforçando a intervenção em determinados eixos, dos quais se destaca a atual necessidade de responder com urgência às necessidades habitacionais da cidade.

## 3. Evolução histórica do objeto social da Empresa

Aquando da sua constituição, e até 2015, o capital social da Porto Vivo era detido em 60% pelo IHRU, cabendo os restantes 40% ao Município do Porto.

Até àquele ano de 2015, o contexto da atividade da Porto Vivo e da convivência entre os seus acionistas – o IHRU e o Município do Porto – conheceu diversas especificidades. Numa fase inicial, a Porto Vivo, SRU,

estava focada num dos seus projetos mais representativos, que passava pela reabilitação do Morro da Sé, para o qual, mantendo e atualizando diferentes versões, foi sempre carecendo de financiamento.

No âmbito desse projeto, a Porto Vivo vem reabilitando diversos imóveis de que é proprietária e que fazem parte do seu ativo fixo.

Em julho de 2015, foi celebrado um memorando de entendimento entre o Município do Porto e o outro acionista, o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nos termos do qual, para além da passagem do Município a acionista único, se acordou num contrato-programa destinado a reequilibrar operacionalmente a Porto Vivo, SRU.

Apenas em março de 2019, o Município do Porto passou a ser o único acionista da Porto Vivo, SRU, resultando uma alteração e ampliação do seu objeto social, bem como o seu alinhamento com a estratégia definida por aquele para a cidade, no domínio da habitação e reabilitação urbana.

São de destacar, no quadro seguinte, as competências associadas aos contratos programa e mandato que a Porto Vivo, SRU assinou com o município do Porto, assim como a sua evolução ao longo do tempo.

Cronologia	Competências
Julho 2015	Celebração de um memorando de entendimento entre o Município do Porto e o IHRU, nos termos do qual, para lá da passagem do Município do Porto a acionista único, se acordou na celebração de um contrato-programa destinado a reequilibrar operacionalmente a Porto Vivo.
Março 2019	O Município do Porto passou a ser o único acionista da Porto Vivo, SRU, resultando desta mudança a alteração e ampliação do objeto social da Empresa, bem como o seu alinhamento com a estratégia definida pelo Município do Porto para a cidade no domínio da habitação e reabilitação urbana, definidos nos contratos-programa e contrato-mandato acordados com esta entidade.
6/1/2020 - Contrato Programa -	O Município do Porto e a Porto Vivo celebraram o Contrato Programa para os anos de 2020 a 2024, através do qual definiram a missão e a atividade a desenvolver pela Porto Vivo e o correspondente subsídio à exploração ("Contrato Programa").
2/5/2020 – 1.º Aditamento ao Contrato Programa	O Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 1.º Aditamento ao Contrato Programa no sentido de encarregar a Porto Vivo da gestão e execução operacional do "Programa PORTO com SENTIDO".
26/3/2021 – 2.º Aditamento ao Contrato Programa -	O Município do Porto e a Porto Vivo assinaram o 2.º Aditamento ao Contrato Programa no sentido contratualizar a transferência para a Porto Vivo da competência de gestão dos imóveis a afetar pelo Município do Porto ao regime do arrendamento acessível e a atualização do subsídio à exploração a receber pela Porto Vivo em 2021 e 2022 no âmbito das responsabilidades assumidas com a gestão das ORU de Campanhã-Estação e da Corujeira.






2/8/2022 - 3º Aditamento ao Contrato Programa	<p>Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa "1.º Direito", ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros.</p> <p>Gestão do programa "1.º Direito" no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto e para assegurar os levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação.</p>
2/8/2022 - Contrato Mandato	<p>Externalização, na PORTO VIVO, da atividade de reabilitação e conservação dos edifícios identificados no mencionado anexo destinados a habitação a custos acessíveis, com a possibilidade de recorrer a programas como o PRR, desenvolvida através do processo próprio e específico, enformada pelo n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.</p>
28/11/20212 - 4º Aditamento ao Contrato Programa	<p>Identificação de outros imóveis transferidos do Município do Porto para a gestão da Porto Vivo e afetar ao mercado de arrendamento acessível e contratualização dos valores a receber pela Porto Vivo, SRU nos anos de 2023 e 2024.</p>
28/11/20212 - 1º Aditamento ao Contrato Mandato	<p>Definição do preço a pagar pelo Município do Porto à Porto Vivo para os anos de 2023 a 30 de junho de 2026 como contrapartida por todos os serviços prestados pela Porto Vivo no âmbito do Contrato de Mandato de 2 de agosto de 2022.</p>



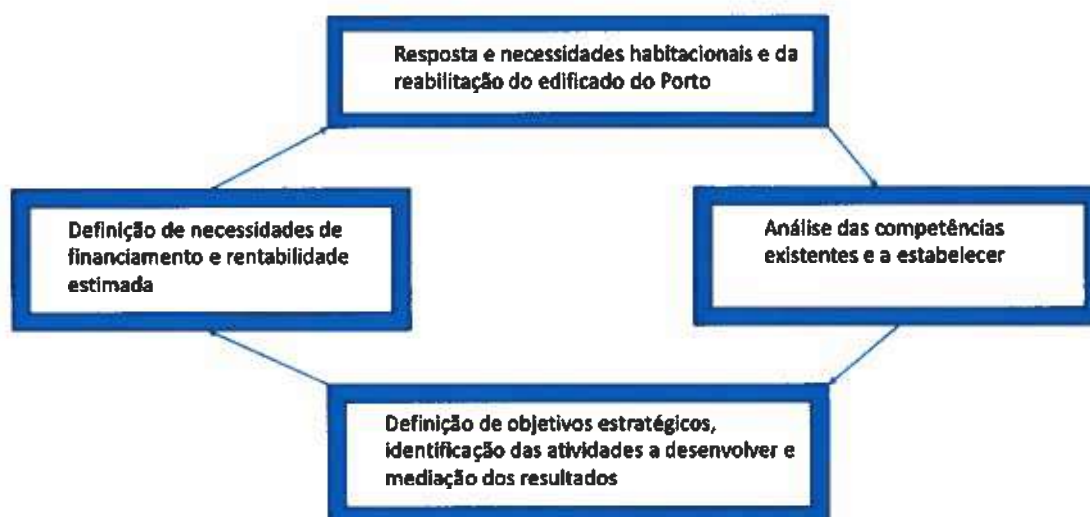

#### 4. Matriz de construção dos Indicadores de Gestão Previsional 2024-2028

A reflexão sobre os Instrumentos de Gestão Previsional 2024-28 iniciou-se pelo diagnóstico da envolvente externa, identificando-se as necessidades no domínio da habitação que exigem intervenção da Empresa.

Num segundo momento, analisaram-se as competências internas existentes e identificaram-se as necessidades de investimento em meios técnicos, formação e recrutamento.

Definiu-se depois o plano de ação que é proposto neste documento, com a identificação das atividades a desenvolver no período 2024/28.

Concluiu-se o documento com o apuramento das necessidades de financiamento e pela aferição da rentabilidade estimada.

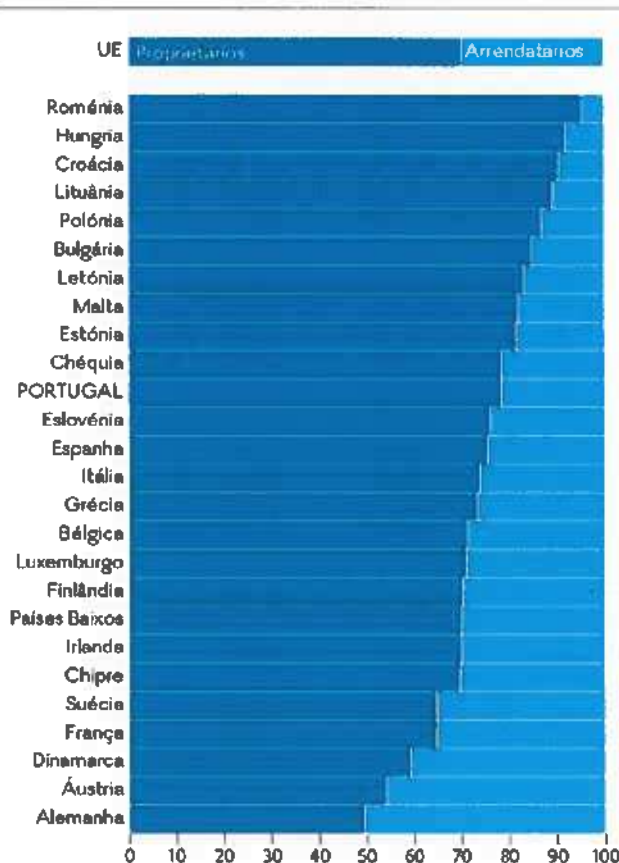


#### 4.1 – Síntese da envolvente de mercado

Em Portugal, de acordo com os dados publicados pelo EUROSTAT, alusivos a 2021, 78,3% dos portugueses vive em casa própria, ocupando o País o 11.º lugar, numa União Europeia a 26.

#### PERCENTAGEM DE PROPRIETÁRIOS E ARRENDATÁRIOS NA UNIÃO EUROPEIA

Dados de 2021



As principais razões da atual crise habitacional, caracterizada por uma falta de oferta e pelo desajustamento do seu custo face ao nível médio de rendimentos da população, decorrem dos seguintes fatores:

- O forte abrandamento do ritmo de crescimento do parque habitacional, com um máximo de 175 mil novos fogos em 2002 e um mínimo de 7 mil em 2015, tendo recuperado para 20 mil em 2022 (fonte: INE).
- O aumento dos preços da habitação a um ritmo superior aos rendimentos das famílias.
- A falta de confiança no mercado de arrendamento nacional, sendo que a escassez de oferta reduziu a disponibilidade neste segmento do arrendamento, propiciando um crescimento muito acentuado dos preços. Os preços de arrendamento atingiram em outubro de 2023, no Porto, o seu máximo histórico, ascendendo a 14,7 €/m<sup>2</sup>, valor que representa um acréscimo anual de 34,9%, face ao seu período homólogo.

De acordo com os censos de 2021, o número de fogos vagos em Portugal ascende a 732.215, pelo que, se fosse possível colocar no mercado cerca de 10% deste montante, o impacto sobre a redução dos



preços seria muito significativo. Na Área Metropolitana do Porto, o Porto terá 20.270 fogos vagos, enquanto Vila Nova de Gaia apresenta cerca de 13 mil, Matosinhos 5 mil e Maia cerca de 700.

Nos últimos 10 anos, as ações públicas mais marcantes estão refletidas no quadro seguinte:

2017	Nova geração de políticas de habitação
2019	Lei de Bases da Habitação
2021	PRR e majoração do apoio financeiro do 1º Dto
2023	Programa Nacional de Habitação
	Pacote mais Habitação

No quadro do desenvolvimento da Nova Geração de Políticas de Habitação aprovado pelo Governo, foi criado o Programa de Arrendamento Acessível, através do Decreto-Lei 68/2019, de 22 de maio, destinado a incentivar a oferta de alojamentos para arrendamento habitacional a preços reduzidos, a disponibilizar de acordo com uma taxa de esforço comportável para os agregados habitacionais.

A opção pela qualificação da habitação tem passado, no município do Porto, por uma forte aposta na reabilitação urbana e pela promoção do arrendamento acessível.

Desde 2020, o Município do Porto tem vindo a tomar medidas que visam proporcionar às famílias, alternativas habitacionais para arrendamento acessível (nomeadamente, através do lançamento no mercado de frações habitacionais da Porto Vivo, SRU, no Centro Histórico do Porto) e, desta forma, dando um sinal ao mercado de que o arrendamento é fundamental para a sustentabilidade da cidade.

Estas apostas têm permitido, por um lado, modernizar a cidade mantendo a sua traça original, e, por outro lado, oferecer habitação qualificada, sem que esta se circunscreva a grandes conjuntos de edificado situados naqueles que outrora foram os limites da cidade.

O arrendamento acessível e reabilitação urbana, de mãos dadas com a preocupação ambiental, são a receita do Município para um futuro melhor ao nível da habitação.

## 4.2 – Análise SWOT

### 4.2.1 - Pontos Fortes

<u>Competências e Interdisciplinaridade do Capital Humano</u>	A Porto Vivo, SRU dispõe de capital humano com competências específicas no processo de regeneração urbana, no seu planeamento e monitorização e ainda na gestão do seu património imobiliário. Estas competências
---	---

M  
K

	advém da sua longa experiência nestas áreas, como também do conhecimento e das valências dos seus quadros, que poderão potenciar a interdisciplinaridade necessária para uma resposta holística aos problemas que envolvem a habitação pouco digna e inacessível.
<u>Entidade gestora das ORU da Cidade do Porto (Centro Histórico, Campanhã-Estação e Corujeira)</u>	Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental, nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.
<u>Experiência acumulada na regeneração urbana</u>	A Porto Vivo, SRU, dispõe de uma vasta experiência que poderá, com as devidas adaptações, vir a ser utilizada na formulação de modelos de desenvolvimento e na implementação dos projetos estruturantes e dos eixos programáticos dos PERU das ORU, em que a Porto Vivo, SRU é, ou venha a ser, designada como entidade gestora.
<u>Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável</u>	A Porto Vivo, SRU, tem vindo a implementar, nos seus projetos, medidas para a sustentabilidade ambiental, económica e social, assim como o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável 2030.
<u>Articulação estreita com os serviços do Município</u>	As competências da Porto Vivo, SRU, são exercidas com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.




#### 4.2.2 - Pontos Fracos

De acordo com o diagnóstico, a Porto Vivo, SRU tem investimentos e outras ações a implementar, como a formação e alguma subcontratação externa de competências.

<p><u>Escassez de Recursos Humanos</u></p>	<p>A alteração do seu objeto social, por um lado, e do enquadramento legal, por outro, motivaram a necessidade, iniciada em anos anteriores, de uma reorganização interna para incrementar a execução operacional da missão da empresa, bem como o cumprimento do dever de planeamento das atividades e de reporte no contexto de uma empresa municipal. Esta reorganização interna envolveu a reafecção de recursos humanos internos, que se encontravam na atividade de gestão urbanística, a novas funções, com a exigência de competências equivalentes.</p> <p>As atuais necessidades centram-se na quantidade de colaboradores necessários, fruto de um significativo aumento da atividade, sendo que é previsível que possa acentuar-se a necessidade de contratação de mais elementos.</p>
<p><u>Tecnologias de Informação em adaptação</u></p>	<p>Face ao esforço já desenvolvido, designadamente através da renovação do parque informático, da implementação do sistema de gestão documental, totalmente desmaterializado, renovação do site, promoção de plataformas de candidatura on-line, plataforma de gestão de cadastro, existe ainda um caminho a percorrer no que concerne a TI. A área tecnológica é iminentemente dinâmica, razão pela qual a sua melhoria nunca se pode considerar efetivamente concluída. Trata-se da concretização cíclica de melhorias contínuas que aportam valor à organização e, sobretudo, aos seus "stakeholders".</p>

M

K



### 4.2.3 - Oportunidades

Da análise feita, resulta a seguinte matriz de oportunidade para a atividade de Porto Vivo, SRU:

<p><u>Designação da Porto Vivo, SRU, entidade gestora das ORU da Cidade do Porto</u></p>	<p>Estas áreas, do ponto de vista estratégico, assumem uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.</p>
<p><u>Aposta do Município do Porto na continuidade das políticas de arrendamento a custos acessíveis</u></p>	<p>A aposta do Município do Porto no arrendamento acessível, seja incentivando o mercado privado de arrendamento através do Programa Municipal Porto com Sentido, seja pela afetação, a este segmento para a classe média, de património próprio, constituiu uma orientação clara da estratégia do Município de promoção de novas formas de (re)habitar a cidade. A competência estatutária da Porto Vivo, SRU, permite encarar este desafio como uma oportunidade de contribuir, a par das outras empresas municipais, para o aumento de oferta de habitação, vetor essencial para o aumento do bem-estar da população residente.</p>
<p><u>Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)</u></p>	<p>No âmbito do PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – o I.º Direito pretende dar resposta às várias carências habitacionais, exigindo uma abordagem integrada e participativa, que promova a inclusão social e territorial, a concretizar através de uma nova figura de governação e planeamento estratégico, tendo em conta o estabelecido na Estratégia Local de Habitação (ELH) no município do Porto. A Porto</p>

*M*

*K*

	<p>Vivo, SRU, pretende utilizar estes apoios financeiros para alavancar o objetivo estabelecido na ELH para criar melhores condições de vida nos núcleos degradados (ilhas) para os diversos agregados familiares, até 2026. A regeneração da Ilha da Lomba e a implementação de um espaço físico que pretende ser um gabinete de apoio à melhoria das condições da habitabilidade do edificado elegível para o efeito, são a demonstração, efetiva e no terreno, de duas vertentes programáticas definidas nos objetivos estratégicos da cidade.</p>
<p><u>Transformação do território em larga escala (ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira)</u></p>	<p>Os PERU das ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira são uma oportunidade de transformação em larga escala do território da zona oriental da cidade, potenciando a sua integração plena na cidade, a qual passará a ter uma unidade e coerência estendida a todo o território municipal, minimizando barreiras que são sentidas nestas áreas, atualmente mais carenciadas e deprimidas.</p>

## 4.2.4 – Ameaças

<p><u>Projetos de longo prazo expostos à conjuntura económica</u></p>	<p>A inflação, que decorre de uma instabilidade política que provém de fatores não controláveis é, neste ano de 2023, um fator adicional de incerteza, que pode repercutir-se no aumento dos preços das matérias-primas, o que, naturalmente, tem implicações ao nível da atividade desenvolvida.</p> <p>A natureza dos projetos implica ciclos longos de produção e de exploração, também sujeitos a alterações das políticas municipais.</p> <p>A incumbência estatutária da Porto Vivo, SRU, no âmbito do arrendamento acessível aumenta a exposição da empresa à variação de ciclo económico. Contudo, este é um risco necessário para que a empresa possa prosseguir a sua missão.</p>
<p><u>Escassez de recursos económicos</u></p>	<p>Para dar resposta às novas atribuições da empresa a organização necessita de um aumento de receita que permita realizar as intervenções necessárias no parque habitacional que se encontra sob a sua gestão.</p>
<p><u>Concorrência por parte de outros territórios na atração de investimento</u></p>	<p>A cidade do Porto concorre com outros municípios com diferentes escalas territoriais, o que faz com que a atratividade de outros concelhos se revista de múltiplos fatores. A competitividade assenta na qualidade e centralidade que produz um efeito de atração gerado pelos impactos positivos da “ideia de habitar” na cidade. Contudo, esta dinâmica não é despercebida por parte de outros territórios que farão esforços para a contrariar.</p>
<p><u>Instabilidade do quadro legislativo</u></p>	<p>A atividade da Porto Vivo, SRU, depende da estabilidade legislativa, nos vários domínios da respetiva área de intervenção. Possíveis alterações, designadamente, em matéria de</p>

M

K



	<p>políticas de habitação e de incentivos fiscais e dos apoios ao investimento podem retrair regeneração urbana do território, como se verificou com o recente programa público do Governo central denominado por "Mais Habitação".</p>
--	---

## 5. Missão e Competências

<p>A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. tem como missão a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto.</p>	<p>Para a prossecução do seu objeto e missão, compete à Porto Vivo, SRU:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Impor a obrigação de reabilitar e de realizar obras coercivas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;</li> <li>2. Recorrer à demolição de edifícios como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;</li> <li>3. Exercer o direito de preferência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;</li> <li>4. Promover o arrendamento forçado como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;</li> <li>5. Elaborar projetos de delimitação de áreas de reabilitação urbana, de operações de reabilitação urbana ou de planos de pormenor de reabilitação urbana, sempre que para tal seja mandatada pelo Município e de acordo com os objetivos previamente definidos pela Câmara Municipal;</li> <li>6. Adquirir, alienar ou onerar todos os imóveis necessários à execução das ORU na sua gestão, organizando e mantendo atualizado o seu cadastro de bens imóveis;</li> <li>7. Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação dos prédios e frações sob a sua gestão;</li> <li>8. Cobrar os valores devidos pela ocupação ou oneração dos prédios e frações sob a sua gestão e propor a fixação dos seus valores ao Município;</li> <li>9. Executar as atividades de promoção da habitação que lhe sejam</li> </ol>
--	--

	<p>indicadas pelo Município;</p> <p>10. Acompanhar e avaliar as ORU;</p> <p>11. Prestar informação aos munícipes sobre programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação do seu património;</p> <p>12. Exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com as anteriores ou outras que venham a ser atribuídas pelo Município do Porto, dentro do quadro de atribuições da sociedade;</p> <p>13. Todas as demais competências delegadas no âmbito dos documentos estratégicos, das estratégias de reabilitação urbana ou dos programas estratégicos de reabilitação urbana sob a sua gestão.</p>
--	---

## 6. Aspetos Organizacionais

### 6.1 - Organograma

Procedeu-se, durante o exercício de 2023, à implementação de um projeto piloto para a definição de um conjunto de indicadores de atividade por colaborador, sujeitos a uma monitorização trimestral, com o objetivo de, a partir de janeiro de 2024, toda a atividade da Porto Vivo, SRU, devidamente monitorizada e medida, em função do desempenho de cada um dos colaboradores, das respetivas unidades orgânicas e da organização no seu todo.

Para melhorar a capacidade das respostas, a Porto Vivo, SRU pretende a criação, em 2024, de uma nova unidade de sistemas de informação, integrando o organograma que se apresenta em seguida:

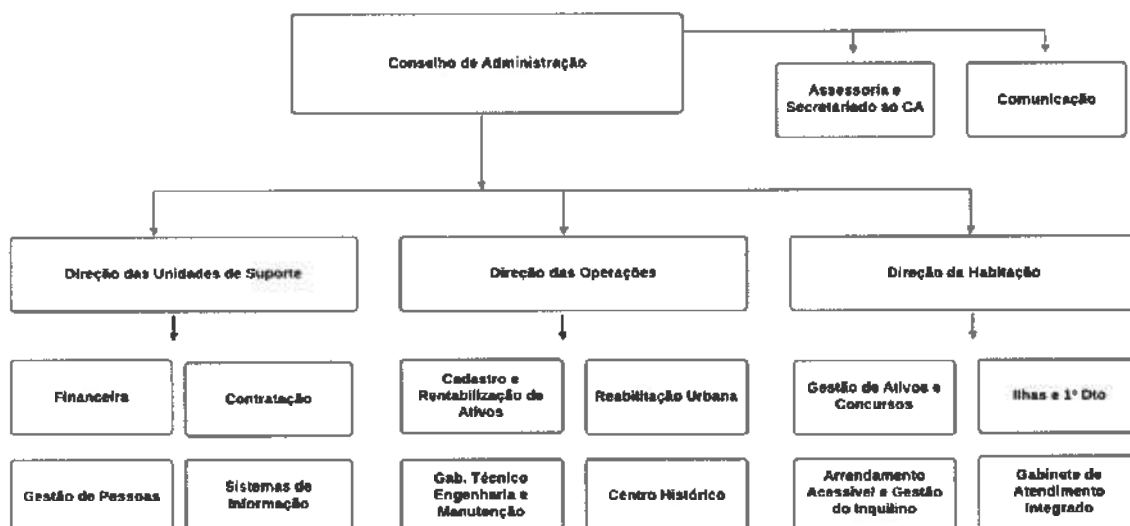


Figura 1: Organograma

## 6.2 - Plano de Recursos Humanos para o Período 2024

Durante o ano de 2023 decorreu a saída de três colaboradores, técnicos superiores, e a entrada de seis novos colaboradores (um assistente técnico, um assistente operacional e quatro técnicos superiores), pelo que a Porto Vivo, SRU apresenta, em novembro de 2023, um total de 41 colaboradores.

Até 31 de dezembro de 2023, a Porto Vivo, SRU prevê admitir um técnico superior para a área das Operações, perfazendo um total de 42 colaboradores no final deste ano.

Em 2024, prevê-se reforçar a área de Habitação com a contratação de um assistente técnico para o balcão de habitação acessível e de um técnico superior para a o arrendamento acessível, assim como reforçar a área do Suporte, mais concretamente a unidade da contratação, dado que um dos técnicos superiores afetos a esta unidade irá transitar para a unidade de sistemas de informação.

Logo no início de 2024, por força do término de dois contratos a termo certo, a Porto Vivo, SRU prevê integrar esses dois colaboradores nos quadros da Empresa por via de dois contratos a tempo indeterminado.

A evolução do mapa de pessoal ativo para 2024 tem a expressão previsional indicada no quadro a seguir, contemplando as admissões que se estimam imprescindíveis à prossecução das atribuições da empresa.



## Distribuição 2024 por Área de Especialidade e Tipo de Vínculo

Tabela 1: Distribuição 2024 por Área de Especialidade e Tipo de Vínculo

Área de Especialidade	Ano 2024	Ano 2024
	01/01/2024	31/12/2024
Direção da Habitação	15	17
Direção das Operações	15	15
Direção de Suporte	10	11
Assessoria ao Conselho de Administração	1	1
Comunicação Empresarial	1	1
<b>Total de Colaboradores Ativos</b>	<b>42</b>	<b>45</b>

Tipo de Vínculo		Ano 2024	Ano 2024
		01/01/2024	31/12/2024
Contrato	Tempo Indeterminado	32	34
Contrato a Termo		2	2
Comissão de Serviço Externa		1	1
Cedência de Interesse Público/Ocasional		7	7
<b>Total de Colaboradores Ativos</b>		<b>42</b>	<b>44</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Porto Vivo, SRU, tem um Conselho de Administração, composto por um Presidente, uma Vice-Presidente e um Vogal.

## Distribuição por Carreiras e Categorias 2024

Tabela 2: Distribuição por Carreiras e Categorias 2024

Distribuição por Carreiras e Categorias		Ano 2024	Ano 2024
		01/01/2024	31/12/2024
Cargos	Direção	3	3
	Coordenação	13	13
Carreiras	Técnico Superior	21	23
	Assistente Técnico	2	3
	Assistente Operacional	3	3

Apresenta-se, de seguida, a análise custo-benefício que sustenta a necessidade de recrutamento:

### Área da Habitação:

- a) Contratação de um técnico superior para o desempenho de funções inerentes ao apoio técnico-jurídico no âmbito da gestão de inquilinos, nomeadamente:
- Emitir pareceres e informações técnicas relativamente às obrigações contratuais de todas as partes envolvidas nos contratos celebrados ou a celebrar e, de um modo geral, relativos a várias matérias relacionadas com o regime do arrendamento urbano e arrendamento acessível;
  - Apoiar na gestão das relações decorrentes dos contratos de subarrendamento e, de um modo geral, a devida ocupação dos imóveis, durante a vigência dos respetivos contratos, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das obrigações contratuais, como o pagamento atempado das rendas, bom uso e manutenção dos imóveis e cumprimento das regras relativas ao uso e utilização das partes comuns;
  - Preparar os processos para cobrança coerciva e/ou cessação do subarrendamento.

A Porto Vivo, SRU não dispõe internamente de recursos internos suficientes para assegurar o desempenho destas funções.

Prevê-se, assim, uma contratação de um técnico superior a afetar área da habitação, por intermédio da celebração de contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa anual acrescida de 25mil €, que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

- b) Contratação de um assistente técnico para o desempenho de funções de atendimento, nomeadamente:
- Assegurar funções de atendimento de primeira linha no âmbito do atendimento integrado multicanal da Porto Vivo, SRU (presencial, telefónico e online);

- Prestar apoio na receção e envio de Expediente.

A Porto Vivo, SRU não dispõe, internamente, de recursos internos suficientes para assegurar o desempenho destas funções.

Prevê-se, assim, uma contratação de um assistente técnico a afetar à área da habitação, por intermédio da celebração de contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa anual de 17,6 mil €, que está acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

#### Área de Suporte

- a) Contratação de um técnico superior para o desempenho de funções na unidade orgânica da contratação, nomeadamente:
- Apoio na elaboração dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens, serviços e empreitadas requeridos por todas as unidades orgânicas;
  - Apoio na elaboração de relatórios preliminares e relatórios finais;
  - Apoio na elaboração de minutas de contratos, programas de procedimento, caderno de encargos, convites e anúncios dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens, serviços e empreitadas requeridos pelas respetivas unidades orgânicas;
  - Apoio na condução e gestão, na plataforma acingov.pt, dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens, serviços e empreitadas;
  - Apoio na condução e gestão dos processos de contratação pública gerados pelo sistema de gestão documental.

A Porto Vivo, SRU não dispõe, internamente, de recursos internos suficientes para assegurar o desempenho destas funções.

Prevê-se, assim, uma contratação de um técnico superior a afetar área de suporte, por intermédio da celebração de contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa anual e cerca de 25 mil €, que está acautelado ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

#### Formação

Em 2024, será dada continuidade ao investimento na área da formação contínua dos colaboradores da empresa, mantendo-se o incentivo ao reforço e desenvolvimento de novas competências, procurando colmatar as lacunas e fragilidades, visando a melhoria da empresa e a prestação de um serviço de excelência para satisfação do público-alvo.

Para assegurar o cumprimento deste objetivo, será preparado o plano de formação para 2024, que será apresentado no primeiro trimestre de 2024.



## **Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

No que respeita às condições de segurança e saúde no trabalho, durante o ano de 2024 será dada continuidade ao contrato de prestação de serviços, celebrado entre a Porto Vivo, SRU e Medilogics Serviços Médicos SA, visando este dar cumprimento à obrigação legal existente, estando a verba a afetar a este serviço devidamente prevista no âmbito do presente documento.

## **Seguro de Saúde**

Prevê-se que seja dada continuidade, em 2024, ao Plano de Seguro de Saúde que tem sido disponibilizado aos seus colaboradores, promovendo a prestação de serviços de saúde comparticipados e estando a verba a afetar a este serviço devidamente prevista no âmbito do presente documento.

## **Regulamento, Códigos e Planos**

### **Regulamento Interno**

É firme convicção da Porto Vivo, SRU que a existência de um regulamento interno contribui em muito para o desenvolvimento salutar das relações laborais no seu seio e, bem assim, para o seu crescimento e modernização permanentes.

O regulamento interno, elaborado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 13 de outubro de 2020 (ata n.º 1174), visa conciliar e harmonizar o direito laboral comum aplicável como regra à Porto Vivo, SRU, e o regime laboral aplicável a trabalhadores com vínculos jurídico-administrativos.

Por outro lado, o Regulamento visa constituir um contributo para o pleno cumprimento, por parte da Porto Vivo, SRU da sua obrigação de informar os trabalhadores acerca de aspetos relevantes da relação de trabalho.

A valorização das pessoas e as relações são vetores que a Porto Vivo, SRU quer solidificar. Assim sendo, a Porto Vivo, SRU está empenhada em proporcionar um ambiente de trabalho favorável, livre de discriminação ou de qualquer forma de assédio. Como qualquer outra compilação ou sistematização, este Regulamento e demais códigos e planos são, na sua essência, importantes ferramentas de trabalho sujeita à evolução natural da Porto Vivo, SRU.

### **Código de Ética**

Aprovado em reunião de Conselho de Administração no dia 26 de abril de 2022 (Ata nº 1249), o Código de Ética prevê a constituição de uma Comissão de Ética para acompanhar o código em termos de aplicação, garantindo a monitorização e atualização do mesmo, apresentando propostas que ache necessárias para a sua boa aplicação e revisão.

A Comissão de Ética será também responsável por qualquer tipo de esclarecimento de dúvidas quanto ao código, na sua generalidade.

### **Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio**

O Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio, aprovado em Reunião de Conselho de Administração no dia 6 de setembro de 2022 (Ata nº 1265), surge em cumprimento com o previsto na Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto e de acordo com a política de segurança e saúde promovida pela Porto Vivo, SRU.

Esta política envolve o compromisso da organização em adotar e garantir a aplicação de uma estratégia e a correspondente afetação de recursos com vista à valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores, garantindo um ambiente seguro e saudável, por forma a promover a saúde, física e mental, dos seus profissionais.

### **Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGRCIC), aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 17 de agosto de 2016 (ata n.º 1016), prevê a constituição de um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para coordenar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do PPRGRCIC.

### **Plano para a Igualdade de Género 2022**

O Plano para a Igualdade de Género de 2022, aprovado em 14 de setembro de 2021, tem como objetivo a promoção de boas práticas no âmbito da igualdade de género, aplicável tanto aos seus colaboradores, como a membros dos órgãos sociais, comprometendo-se na sua implementação, monitorização e melhorias constantes.







## II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2024

## Eixos Estratégicos para 2024/2028

Decorrente da revisão dos estatutos realizada em 2019, que ditou a formulação da estratégia adotada no planeamento das atividades da Porto Vivo, SRU, e a consequente definição dos respetivos eixos estratégicos, dá-se continuidade no presente documento - "Instrumentos Previsionais 2024-2028" - ao seu reporte, com as devidas atualizações na definição das atividades para 2024.

A atividade atual da Porto Vivo, SRU desenvolve-se em observância a três pilares estratégicos:

- a indução da reabilitação urbana em áreas da cidade do Porto;
- a promoção do arrendamento a rendas acessíveis;
- o processo de regeneração das Ilhas da Cidade, pela promoção da reabilitação das habitações destes núcleos habitacionais em respeito pela identidade dos seus núcleos populacionais.



Estes pilares estratégicos desdobram-se nos seguintes eixos de atividade:

### I – Reabilitação Urbana

[E1] – Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto

[E2] – Operações de Reabilitação Urbana: Campanhã-Estação e Corujeira

### II – Promoção do Arrendamento Acessível

[E3] – Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

### III – Regeneração de agregados populacionais – Ilhas do Porto -

[E4] – Projeto “Ilhas da Cidade”

Apresentam-se, no quadro seguinte, as Áreas de atuação que integram os pilares e eixos estratégicos de atividade.

Tabela 3: Atividades

ATIVIDADES			
OBJETIVO	DESIGNAÇÃO	DESCRIÇÃO	
Reabilitação Urbana	Gestão das ORUs	Centro Histórico	Monitorização do Plano de Gestão; Desenvolvimento da Unidade de Intervenção de Santa Clara; Identificação de prédios degradados e indução da reabilitação por privados.
		Campanhã - Estação	Monitorização do estado, identificação de prédios degradados e indução da reabilitação por privados.
		Conujeira	Monitorização do estado, identificação de prédios degradados e indução da reabilitação por privados.
	Reabilitação e manutenção de imóveis	Porto Vivo, SRU	Reabilitação de imóveis próprios destinados ao mercado de arrendamento.
		Município do Porto	Reabilitação de imóveis geridos pela Porto Vivo e destinados ao mercado de arrendamento
	Captação imóveis	Porto com Sentido (PcS) - proprietários	Arrendamento a proprietários para posterior subarrendamento a rendas acessíveis
Porto com Sentido (PcS) - Build to Rent		Promessa de construção para arrendamento de imóveis, e subarrendamento a rendas acessíveis	
Promoção do arrendamento acessível	Atribuição de habitações a rendas acessíveis	Concursos de arrendamentos e subarrendamento	
	Acordo financiamento com IHRU (1º Dto - PRR)		Preparação e acompanhamento de candidaturas para reabilitação e aquisição de imóveis
			Apoio na candidatura de municípios ao 1º Dto (Beneficiários diretos)
Regeneração de agregados populacionais "Ilhas do Porto"	Regeneração dos núcleos habitacionais denominados por Ilhas do Porto	Promoção de soluções habitacionais através de estudos de reabilitação enquadrados pelas normas e regulamentos urbanísticos em vigor e do financiamento das intervenções de reabilitação pelo programa 1º direito.	

M

V



## Planeamento de atividade para 2024

## [E1] ORU Centro Histórico

## [E1.1] Caracterização



*Planta 1: ARU do CHPPM*

A Porto Vivo, SRU, foi designada entidade gestora da ORU do CHP, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

As entidades gestoras das ORU devem elaborar relatórios de monitorização da operação de reabilitação em curso, os quais devem ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

Em 2012, procedeu-se à elaboração do projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, em instrumento próprio, à luz do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e publicado em Diário da República através do Aviso n.º 9562/2012 de 12 de julho. A respetiva ORU foi posteriormente alterada conforme Aviso n.º 1181/2015 de 2 de fevereiro.

A ARU do CHP, primeira área de reabilitação urbana a ser instituída pelo Município do Porto, na sua quase totalidade, é coincidente com o limite da área classificada pela UNESCO como Património Mundial, equiparada a Monumento Nacional.

Em 9 de maio de 2022, em reunião extraordinária da Assembleia Municipal, foi efetuada a apreciação e deliberação do relatório da avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana do CHP, o qual se reporta ao período de 2014 a 2021. Este relatório incorpora todo trabalho anual que tem vindo a ser elaborado no âmbito da gestão e monitorização do CHPPM, bem como o diagnóstico efetuado para a elaboração do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade.

Este eixo de atividade compreende também a aprovação da Unidade de Intervenção de Santa Clara, que está inserida na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, abrangendo um território de cerca de 1,3ha, com 54 parcelas e delimitado a norte pela Av. Vímara Peres e pela Travessa de Santa Clara, a nascente pelas traseiras dos prédios das Escadas do Codeçal, a sul pela Rua da Ribeira Negra e a poente pela Vereda das Indulgências.

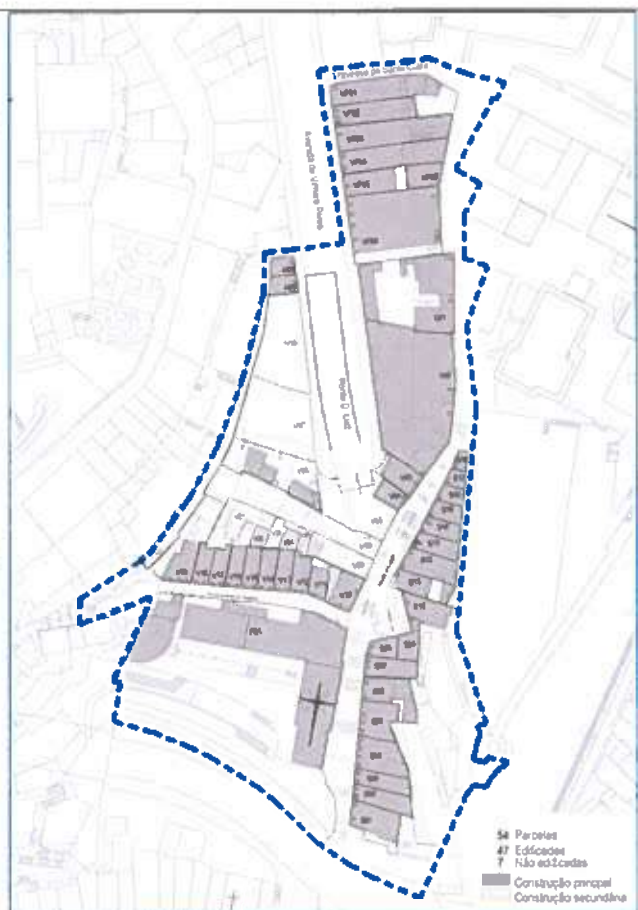


Figura 1. Planta Cadastral da UI de Santa Clara.  
Fonte: Porto Vivo SRU (2020)

### Planta 2: Planta cadastral da UI de Santa Clara

Em terceiro lugar, compreende a eixo a atuação no sentido da aprovação e do acompanhamento do Plano de Gestão e de Sustentabilidade.

A ORU do CHP e Plano de Gestão e Sustentabilidade, retratam o mesmo território, com objetivos e indicadores comuns. No entanto, a existência dum Plano de Gestão que periodicamente deve ser revisto é uma exigência da UNESCO a todos os Bens que têm esta classificação de Património Mundial, pretendendo ser um documento estratégico que assegura a manutenção do seu valor universal excecional.

Este novo plano define um conjunto de ações, projetos e medidas elencadas para a pretensão de que o Porto continue a ter um “Centro Histórico respeitador dos valores e atributos excecionais do património e da paisagem, atrativo para residentes, investigadores e visitantes, ambientalmente sustentável, integrando comunidades diversificadas, ativas e inter geracionais, e com forte reconhecimento nacional e internacional”, dando orientações para os indicadores a monitorizar para os diferentes projetos e medidas.

## [E1.2] Linhas condutoras do Plano de Médio Prazo

Entre 2024 e 2028, o grande objetivo é concluir-se a ORU do Centro Histórico do Porto tal como foi planeada, competindo à Porto Vivo, SRU, enquanto entidade gestora, efetuar a monitorização de forma contínua, através de levantamentos do edificado, caracterizando o seu estado de conservação, ocupação e uso e identificando as anomalias existentes passíveis de serem colmatadas a curto ou médio prazo.

Atendendo a que a programação temporal desta ORU, estimada em 15 anos, termina em 2027, será necessário dar continuidade, nos próximos 5 anos, ao trabalho de monitorização em curso, colaborando com as diferentes direções e empresas municipais que atuam neste território, tendo em atenção os seus objetivos estratégicos a atingir e as conclusões do último relatório de avaliação, que define alguns trabalhos e metas atingir:

- a) Identificar os prédios em mau estado de conservação ou ruína e encontrar soluções que revertam esta situação;
- b) Dar continuidade às obras de manutenção no edificado municipal destinado à habitação;
- c) Manter um equilíbrio na diversificação das funcionalidades dos edifícios, dando prioridade ao uso para habitação, com oferta para as diferentes classes sociais e faixas etárias;
- d) Planear e executar obras de conservação no espaço público, com a preocupação de criar espaços confortáveis e acessíveis a toda a comunidade, e mais adaptados aos modos suaves;
- e) Aprovar a Unidade de Intervenção de Santa Clara, e dar cumprimento às opções estratégicas aprovadas, através da implementação dos diferentes projetos estruturantes e respetivas ações.

Em 2022, foi também elaborado um Plano de Gestão e Sustentabilidade para o Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, aprovado em reunião extraordinária pública do Executivo Camarário, de 28 de março de 2022. Este Plano teve já o parecer favorável da Comissão Nacional de Unesco e foi também objeto de análise pelo Ponto Focal do Património, da Direção Geral do Património Cultural, que fez algumas recomendações a ter em conta ainda no texto do plano.

No seguimento dos referidos pareceres, o documento foi concluído em 2022 e enviado para apreciação da UNESCO, sediada em Paris, para a sua aprovação final, momento após o qual se dará início efetivo à implementação do Plano de Ação, que prevê uma execução num horizonte temporal de 10 anos.

Complementarmente, aproveitando a disponibilidade de fundos do PRR, deverão ser concluídas até março de 2026 um conjunto de obras de reabilitação do edificado da Porto Vivo, SRU e do Município do Porto, sob a gestão da Empresa, acompanhando-se em 2024 os projetos de especialidade e as empreitadas, depois do seu lançamento, a ocorrer entre o último trimestre deste ano e o primeiro de 2024.

Pretende-se que, até final de 2024, seja aprovada pelo Executivo Municipal a proposta de delimitação da Unidade de Intervenção de Santa Clara, bem como os seus diferentes projetos estruturantes. Tal como



com a ORU do Centro Histórico do Porto, as decorrentes ações deverão também estar concluídos até finais de 2027.

O plano de ação do Plano de Gestão e Sustentabilidade deverá ser implementado neste período de 2024/28.

### [E1.3] Objetivos, atividades e indicadores do Eixo

<p>Objetivo 1 – Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar</p>	<p>Para obtenção deste objetivo dever-se-á dar continuidade às seguintes atividades para efeitos de monitorização:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>i. recolha de indicadores que permitam dar continuidade à avaliação do estado da operação de reabilitação urbana, do investimento público e privado;</li> <li>ii. atualização da cartografia e tabelas de monitorização;</li> <li>iii. identificação dos prédios públicos ou privados em mau estado de conservação ou ruína;</li> <li>iv. Apresentação de soluções que envolvam proprietários/ promotores/ município e Porto Vivo com vista à resolução dos problemas já identificados com o edificado em mau de estado de conservação ou ruína;</li> <li>v. informar as operações urbanísticas localizadas em unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados (Ordem de Serviço n.º I/156565/19/CMP);</li> <li>vi. Atualização do diagnóstico de monitorização da ORU, com base nos indicadores selecionados.</li> </ol> <p>Complementarmente, no domínio da intervenção direta em obras de reabilitação de imóveis propriedade e sob a gestão da Porto Vivo, SRU:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>i. elaborar os projetos de especialidade de 6 empreendimentos;</li> <li>ii. lançar 5 empreitadas de obras de reabilitação de edifícios localizado no Centro Histórico do Porto, a acrescentar à lançada em 2023, em propriedades da Porto Vivo, SRU ou na sua gestão, e fazer o acompanhamento da sua evolução.</li> </ol>
---	---


<p>Objetivo 2 – Aprovação da Unidade de Intervenção de Santa Clara</p>	<p>Prevê-se que em 2024 deverão ser desenvolvidas as seguintes principais atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Revisão do documento a submeter à aprovação do Executivo Municipal;</li> <li>ii. Coordenação da execução das várias ações propostas;</li> <li>iii. Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos;</li> <li>iv. Proceder às expropriações necessárias para a reabilitação de edifícios degradado;</li> <li>v. Lançamento de empreitada para as parcelas H08 e H09, objeto de emparcelamento, sitas na Av. Vimara Peres e acompanhamento da obra;</li> <li>vi. Projetos de especialidades de dois novos projetos.</li> </ul>
--	--

<p>Objetivo 3 – Acompanhamento do Plano de Gestão e Sustentabilidade e implementação do seu Plano de Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Colaboração com a Direção Municipal da Cultura na implementação do Plano de Ação;</li> <li>ii. Participação nas ações e eventos da Rede Património Mundial de Portugal, bem como em outras iniciativas de outras redes, de municípios, de organizações nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial.</li> </ul>
---	--

As metas e indicadores a atingir no ano de 2024, estão refletidos no capítulo de indicadores de Avaliação de Atividade.

## [E2] ORU de Campanhã- Estação e da Corujeira

## [E2.1] Caracterização

	<p>Os objetivos estratégicos para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da ARU de Campanhã – Estação, são os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atratividade residencial;</li> <li>2. Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;</li> <li>3. Dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana;</li> <li>4. Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projetos disruptivos;</li> <li>5. Implementar um modelo de intervenção integrado, eficiente e participado.</li> </ol>
<p><i>Planta 3: Delimitação da ORU de Campanhã – Estação e respetiva ampliação</i></p> <p>A Porto Vivo, SRU, foi designada como entidade gestora da ORU Campanhã – Estação, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto. No decurso da elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira, concretizou-se a redelimitação da área de intervenção para a definição da ORU que abrange agora um território com 143 ha.</p>	





*Planta 4: Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação*

Em 19 de março de 2018, foi aprovada a delimitação da ARU da Corujeira por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 4428/2018, publicado na 2.ª série do DR de 4 de abril de 2018. A ORU da Corujeira, foi aprovada por instrumento próprio, através de deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de outubro de 2019, tendo sido designada a Porto Vivo, SRU como entidade gestora.

Os objetivos operacionais para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da ARU Corujeira são os seguintes:

1. Qualificar e tornar mais inclusivo este território, melhorando as condições de vida e de bem-estar da população residente e reforçando a sua capacidade de atrair e fixar novos habitantes, utilizadores e visitantes;
2. Promover a interação territorial, socioeconómica e cultural com a restante cidade, anulando efeitos de segregação espacial e de estigmatização;
3. Atrair atividades económicas, sociais e culturais, criando um novo polo funcional;
4. Envolver os atores locais em torno de uma estratégia de atuação clara e fomentar complementaridades e sinergias entre as intervenções.

Também se desenvolvem idênticos procedimento ao nível das ORU da Corujeira e Campanhã-Estação, fazendo o melhor aproveitamento da janela de oportunidade para os fundos públicos disponíveis até 2026 pelo Programa de Resistência e Resiliência e integrados no programa 1º Direito.

Ao longo de 2023, foram efetuadas intervenções de reabilitação de parte do edificado identificado como Unidades patrimoniais, cumprindo objetivos que envolvem todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador das ORU, bem como na

A operação urbanística de alteração e ampliação contempla a aquisição e reabilitação de um conjunto de ilhas, com um número relevante de casas degradadas e anexos, no geral com condições muito precárias de utilização, sem as necessárias condições de habitabilidade que proporcionem uma habitação digna aos seus moradores.

*M*

*V*

## [E2.2] Linhas condutoras do Plano de Médio Prazo

A atividade presente da Porto Vivo, SRU tem um especial enfoque na reabilitação e manutenção do seu património edificado e dos imóveis que mais recentemente passar a integrar o seu património, bem como o conjunto de imóveis cuja gestão o Município tem vindo a transferir para Porto Vivo, SRU com o propósito de esta empresa municipal cumprir um dos seus principais designios., a sua colocação no mercado de arrendamento acessível.

A Porto Vivo, SRU, prevê intervir, em 2024, nos imóveis identificados no Plano Plurianual de Investimento, bem como em dezassete imóveis do Município do Porto e cuja gestão foi transferida para a esfera da Sociedade, prevendo-se que da atuação resulte a disponibilização de um total de 209 fogos.

*Tabela 4: Imóveis da Porto Vivo, SRU*

Endereço	Estado	Fogos
Rua Senhora da Lapa, 84	Projeto	1
Rua Senhora da Lapa, 96	Projeto	1
Rua Senhora da Lapa, 100	Projeto	1
Rua da Glória, 71/77	Projeto	2
Travessa da Senhora da Lapa, 16/22	Projeto	3
Rua do Heroísmo, 70/72	Projeto	3
Rua do Heroísmo, 185/193	Projeto	6
Rua Senhora da Lapa, 32/60	Conceção/ construção em preparação	14
Rua Mouzinho da Silveira, 208/214	Projeto	6
Rua General de Francos, 757/761	Concurso em prelúdio	6
Prça de Carlos Alberto - Parcela 6	Empreitada adju- dicada	3
Rua Nove de Abril, 628/632	Projeto	12
Rua Malta de Albuquerque, 263	Projeto	8
Rua Antero de Quental, 225	Programa prelimi- nar	6
Av. Virmina Peres, 21/23 e 25/27	Em projeto	3
Ilhas da Lomba	Em projeto	97

*Tabela 5: Imóveis sob gestão da Porto Vivo, SRU*

PRR	Imóvel
Sim	Escadas do Barredo, 12 a 16
Não	P.º D. Hugo 14
Sim	Rua dos Mercadores, 168 a 170
Sim	Rua Mouzinho da Silveira 235 a 237
Sim	Rua Francisco da Rocha Soares, 36 a 48
Sim	Rua de São João 24
Sim	Rua Dr. Alberto Aguiar, 48
Sim	Rua Igreja de Ramalho 155
Sim	Travessa das Eirinhas
Não	Rua de Cecefeia 442
Não	Rua de Cecefeia 452
Sim	Rua de Cecefeia 475
Não	Rua de Costa Cabral 703-717
Sim	Passo das Fontes 837-85
Não	Rua da Pena, 63 - 75
Sim	Rua Central de Francos 837
Sim	Travessa Senhora da Lapa 37/39

Após se ter concretizado a aquisição em 2023 dos prédios referentes às ilhas integradas no “Projeto Ilhas da Lomba, tem sido acompanhado a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades, para se lançar o concurso de empreitada no decurso do 1º trimestre de 2024.

*M*

*V*

O projeto propõe a demolição das construções precárias existentes no interior das ilhas e a alteração e ampliação das construções situadas à face dos arruamentos.

A reabilitação deste núcleo urbano contempla a transformação geral dos prédios abrangidos pela intervenção, promovendo o seu emparcelamento, com o propósito de dar lugar a um único prédio, cuja intervenção de reabilitação permitirá criar um total de cerca de 47 novas habitações, de tipologias T1 a T3, com padrões atuais de utilização, assegurando uma habitação digna aos atuais moradores.

Para além das obras de alteração, ampliação e construção previstas, a intervenção prevê ainda a demolição de um número significativo de construções precárias que atualmente ocupam uma área relevante do interior do quarteirão.



Figura 2: Ilhas da Lomba



A solução proposta contempla duas frentes urbanas com a cêrcea de rés-do-chão e andar, e, no interior do quarteirão, um pequeno corpo de rés-do-chão com uma reduzida área em cave, aproveitando a diferença de cotas existente entre a Rua do Lourenço e a Rua de Vera Cruz.

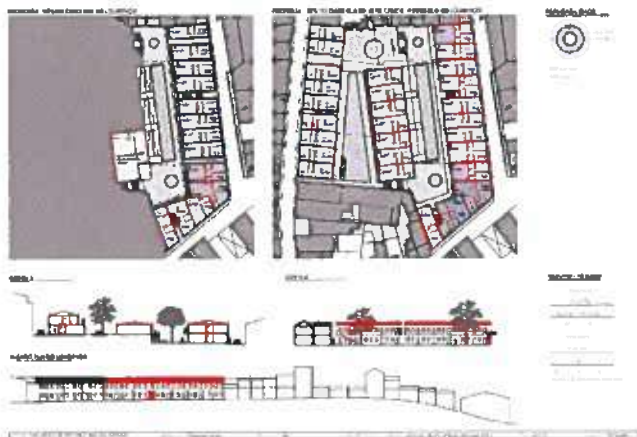


Figura 3: Ilhas da Lomba

Serão ainda criados vários pontos de acesso ao logradouro interior, o qual terá adequado tratamento paisagístico e está devidamente integrado com as novas habitações resultantes da operação de reabilitação, ligações que permitirão estabelecer ligações fáceis entre a Rua de Vera Cruz e a Rua do Lourenço, conduzindo a uma configuração final qualificada do espaço urbano, dignificadora da cidade e dos poderes públicos envolvidos no processo, e, sobretudo, melhorar as condições de habitação dos residentes.

### [E2.3] Objetivos, atividades e indicadores do Eixo

Para dar cumprimento aos objetivos descritos, a Porto Vivo, SRU prevê desenvolver as seguintes atividades, norteados pelos objetivos seguintes:

<p>Objetivo 1. Desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU de Campanhã Estação.</p>	<p>Para dar cumprimento aos objetivos descritos, a Porto Vivo, SRU prevê desenvolver as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>i. Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína, no domínio desta ORU;</li> <li>ii. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público;</li> <li>iii. Manter atualizados os diagnósticos do estado de conservação do edificado em mau estado de conservação e ruína;</li> </ol>
---	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>iv. Acompanhar as dinâmicas locais de transmissão de imóveis e o processo de reabilitação do edificado, através da monitorização das comunicações para efeitos do exercício do direito de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas;</li> <li>v. Realizar as ações constantes do plano de comunicação;</li> <li>vi. Realizar vistorias em edifícios em mau estado de conservação e ruína.</li> </ul>
--	--

<p>Objetivo 2. Desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU da Corujeira.</p>	<p>Para dar cumprimento aos objetivos descritos, a Porto Vivo, SRU prevê desenvolver as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína, no domínio desta ORU;</li> <li>ii. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público;</li> <li>iii. Manter atualizados os diagnósticos do estado de conservação do edificado em mau estado de conservação e ruína;</li> <li>iv. Acompanhar as dinâmicas locais de transmissão de imóveis e o processo de reabilitação do edificado, através da monitorização das comunicações para efeitos do exercício do direito de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas;</li> <li>v. Realizar as ações constantes do plano de comunicação;</li> </ul>
--	--

	vi. Realizar vistorias em edifícios em mau estado de conservação e ruína.
--	---

Objetivo 3. Desencadear os procedimentos necessários no que concerne à reabilitação de Imóveis Porto Vivo e geridos pela Porto Vivo	<p>Para dar cumprimento aos objetivos acima descritos, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Acompanhar os projetos de arquitetura e de especialidades</li> <li>ii. Acompanhar as candidaturas submetidas a financiamento do PRR</li> <li>iii. Lançar 6 novos concursos de empreitada, a acompanhar, conjuntamente com os 9 já lançados em 2023.</li> </ul>
---	--

Objetivo 4. Gerir, acompanhar e monitorizar o projeto Ilhas da Lomba.	<p>Para dar cumprimento aos objetivos acima descritos, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Acompanhamento do projeto de especialidades;</li> <li>ii. Lançamento de empreitada;</li> <li>iii. Acompanhamento da execução da empreitada.</li> </ul>
---	--

As metas e indicadores a atingir no ano de 2024, estão representados no capítulo de indicadores de Avaliação de Atividade.

M

K



## [E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

### [E3.1] Caracterização

A promoção da habitação para arrendamento a rendas acessíveis representa um eixo programático, estrutural e fundamental da política pública municipal da habitação, que pretende desenvolver soluções de habitação para as pessoas com rendimentos intermédios, que não conseguem aceder ao mercado habitacional.

A estratégia definida contempla um vasto conjunto de soluções para a concretização dos objetivos propostos, que passam quer pelo investimento público, quer pela captação de imóveis privados, construídos ou a construir, para os tornar parte integrante da oferta do mercado de arrendamento acessível.

A Porto Vivo, SRU, no âmbito das competências e atribuições advenientes dos estatutos, para além das competências na área da reabilitação urbana, é a entidade que tem por missão executar a política municipal de habitação no regime do arrendamento acessível, aumentando a respetiva oferta, contemplando a sua atuação o seguinte:

- Dar e manter em arrendamento as habitações de que é proprietária e as que venham a ser colocadas sob sua gestão;
- Participar, desenvolver e executar os programas municipais de habitação para arrendamento a custos acessíveis, designadamente o Programa Municipal “Porto com Sentido” (Programa PcS);
- Promover a reabilitação de edifícios do parque habitacional municipal cuja propriedade lhe seja transferida e que se destinam ao arrendamento a custos acessíveis.

### [E3.2] Linhas condutoras do Plano de Médio Prazo

O objetivo que a Porto Vivo, SRU se propõe realizar, decorrente da sua missão de implementar as políticas municipais de habitação de arrendamento, é aumentar a oferta de habitações a custos acessíveis em todo o concelho.

<p>A Porto Vivo, SRU tem um parque habitacional próprio, composto por edifícios habitacionais e de arrendamento comercial.</p> <p>A estes acresce o património de habitação municipal que lhe foi atribuído para gestão e colocação no mercado de arrendamento acessível.</p>	Parque Habitacional	
	Porto Vivo	168
	Gestão Porto Vivo	256
	Porto com Sentido	146
	Total	570

Com o objetivo de aumentar a oferta de fogos assume destaque a decorrente do Programa Municipal Porto com Sentido.

A Porto Vivo, SRU, enquanto empresa municipal incumbida de tal missão pelo Município, tem levado a cabo um conjunto de atividades e programas com intuito de colocar habitações no mercado de arrendamento habitação a rendas acessíveis. Para tal, procede à reabilitação de edifícios, quer da sua propriedade quer da propriedade do Município, e, através do Programa Municipal "Porto com Sentido", procede à angariação de imóveis junto dos privados, prontos a habitar e ainda a construir - modalidade Build to Rent (BtR).

A captação de habitações por via do Porto com Sentido tem vindo a crescer e a consolidar-se, verificando-se que tem havido cada vez proprietários a confiar os seus ativos à gestão municipal.

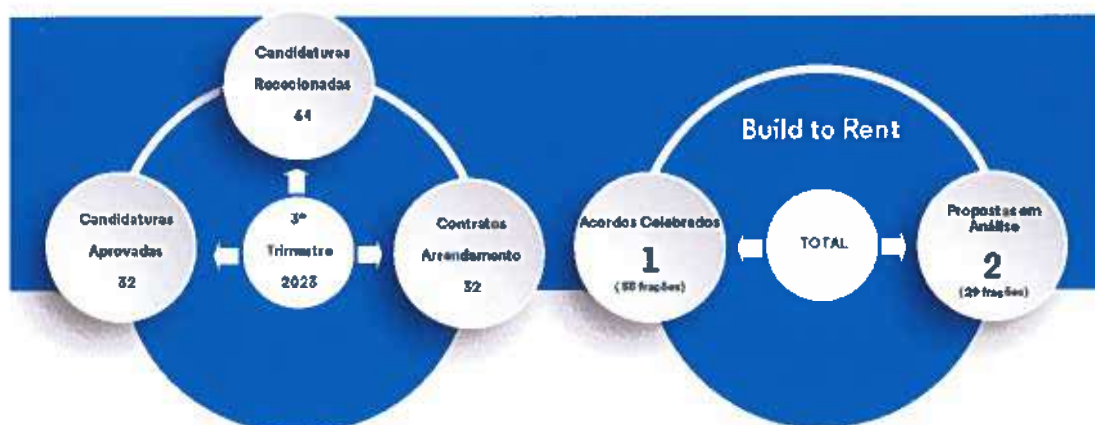


FIGURA 2 Síntese do Programa Municipal "Porto com Sentido"

No âmbito da Estratégia Local de Habitação, a Porto Vivo, SRU celebrou em 12 de abril de 2022 um Acordo de Colaboração com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, no qual se identificaram as soluções habitacionais que a empresa municipal se propôs desenvolver, direta ou indiretamente, nomeadamente, a promoção da sua execução e a estimativa dos correspondentes montantes globais de investimento e de financiamento.

Este Acordo deu origem a um Contrato de comparticipação, no montante de cerca de 34M de euros, que funciona como acordo chapéu que define o montante máximo de financiamento a atribuir pelo IHRU às entidades beneficiárias, no âmbito do programa 1.º Direito, dependendo a transferências das verbas da apresentação de candidaturas para cada um dos projetos tendentes à prossecução das soluções habitacionais expressas na Estratégia Local de Habitação.

Enquadradas no programa 1.º Direito, destinado ao mercado de arrendamento condicionado, foram adquiridos, até setembro de 2023, um conjunto de 25 conjuntos habitacionais:

	PortoVivo, SRU	Gestão Município Porto	Beneficiários Diretos
Acordo de comparticipação	33,9 M€	56,2 M€	n.e.
Financiamento Contratado	18,5 M€	1,1 M€	0,4 M€
Taxa de execução	55%	1,9%	s.s.
Operações contratadas	25	4	3

A Porto Vivo, SRU tem, até 30/9/2023, 32 candidaturas já aprovadas, sendo 25 as relativas a imóveis da Porto Vivo, 4 propriedade do Município do Porto e 3 dos denominados Beneficiários Diretos, proprietários de imóveis que integram as Ilhas da Lomba.

	PortoVivo, SRU	Gestão Município Porto	Beneficiários Diretos
Acordo de comparticipação	33,9 M€	56,2 M€	n.e.
Financiamento Contratado	18,5 M€	1,1 M€	0,4 M€
Taxa de execução	55%	1,9%	s.s.
Operações contratadas	25	4	3



Destinando-se as habitações a serem colocadas a concurso nos mercados de arrendamento acessível e condicionada, apresenta-se, em seguida, informação sobre o número de concursos e habitações a concurso neste ano, até setembro de 2023, bem como as unidades destinadas ao arrendamento comercial:

Arrendamento e Subarrendamento Acessível				
Descrição	3ºT	2º T	1ºT	Total
Concursos Lançados	1	1	3	5
Habitações a concurso	10	6	25	41
Candidaturas Submetidas	213	143	809	1165
Contratos celebrados	6	24	19	49

Arrendamento não Habitacional				
Descrição	3ºT	2º T	1ºT	Total
Concursos Lançados	0	2	1	3
Espaços colocados a concurso	0	2	0	2
Candidaturas Submetidas	2	1	3	6
Contratos celebrados	0	1	0	1

Desde o 1.º Concurso de arrendamento acessível, lançado em janeiro de 2020, foram colocadas 209 habitações a concurso, tendo sido já atribuídas, a 30/09/23, 199, das quais 126 (63%) via Programa Porto com Sentido e 73 (37%) propriedade ou sob a gestão da Empresa.

Dados sobre os inquilinos Setembro 2023			
Total Contratos Arrendamento acessível	199		
Número de beneficiários	402	Adultos	282
		Menores	120

## [E3.3] Objetivos, atividades e indicadores do Eixo

<p>Objetivo 1. Gestão do Cadastro de imóveis</p>	<p>i. Atualização do cadastro de imóveis com a informação disponível, assegurando, obrigatoriamente, de modo continuado, a informação caracterizadora de todos os imóveis, estado de ocupação;</p> <p>ii. Prevê-se a aquisição de mais 25 imóveis no decurso do 1º trimestre de 2024, no âmbito da aquisição e aquisição/reabilitação de imóveis com financiamento 1ºDto/PRR.</p>
--	---

<p>Objetivo 2. Gerir o Programa Municipal Porto com Sentido</p> <p>Organizar e executar os procedimentos de consulta pública, bem como os prévios contatos com investidores e proprietários imobiliários, dos quais resultará a seleção dos imóveis a tomar de arrendamento e subarrendamento.</p>	<p>i. Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará os imóveis a tomar de arrendamento.</p> <p>O objetivo é dar continuidade às consultas públicas para contratação de arrendamento, tendo em vista a obtenção de manifestação de interesse de 15 candidaturas/imóveis por trimestre.</p> <p>ii. Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção de edifícios ou frações para celebração dos contrato-promessa de arrendamento (built to rent).</p> <p>O objetivo é dar continuidade às consultas públicas para contratação de promessas de arrendamento (Build to Rent – BtR), tendo em vista a obtenção</p>
--	---

M

V

	de manifestação de interesse de 15 candidaturas/imóveis por trimestre.
Objetivo 3. Rentabilizar os ativos, aumentando a oferta de habitação a rendas acessíveis	<p>i. Promover e realizar concursos de arrendamento das habitações propriedade ou sob gestão da Porto Vivo, SRU.</p> <p>ii. Promover e realizar concursos de subarrendamento das habitações no âmbito do Programa Municipal Porto com Sentido Vivo.</p> <p>iii. Adequada Gestão dos inquilinos</p> <p>Dado ser uma atividade dependente da disponibilização de imóveis por outras unidades orgânicas, o foco da monitorização da atividade está no cumprimento e melhoria dos prazos de resposta, desde a data de lançamento dos concursos até à celebração dos contratos de arrendamento, conforme indicadores.</p>

Objetivo 4. Desenvolver instrumentos inovadores de novas áreas de negócio	Propor um instrumento inovador em matéria de habitação para o arrendamento acessível, que permitam alavancar em simultâneo a reabilitação urbana da cidade, a manutenção em bom estado de conservação do seu parque habitacional e a atração de população para o Porto.
---	---

As metas e indicadores a atingir no ano de 2024, estão representados no capítulo de indicadores de Avaliação de Atividade.



## [E4] Projeto “Ilhas” da Cidade e gestão do Gabinete 1.º Direito

### [E4.1] Caraterização

O Município do Porto mandatou a Porto Vivo, SRU para o exercício das atribuições conferidas ao Município pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, (aprova o 1.º Direito), no que se reporta às candidaturas a apresentar pelas demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, identificados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto.

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal do Porto, de julho de 2022, foi celebrado o terceiro aditamento ao Contrato-Programa entre o Município do Porto e a Porto Vivo SRU, nos termos do qual foram delegadas na Sociedade, o exercício das seguintes competências:

- Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de “ilhas”) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
- Gestão do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto.

### [E4.2] Linhas condutoras do Plano de Médio Prazo

Assegurar a disponibilização de um atendimento integrado multicanal, concretizado através de via presencial, telefónica e on-line.

- Criar e melhorar os procedimentos internos, registos, formulários e plataforma informática, tendo em vista o efetivo funcionamento e gestão do Gabinete do 1.º Direito;
- Criar e disponibilizar materiais de comunicação (físicos ou virtuais) para divulgação dos programas de apoio à reabilitação de ilhas

Acompanhar a execução física e financeira das candidaturas, assim como a respetiva articulação com o IHRU, de forma a assegurar o eficaz cumprimento da mesma ao longo de todas as fases, nomeadamente: celebração do contrato de comparticipação, projeto, licenciamento, empreitada, realojamento temporário, entrega final das soluções habitacionais.

- Analisar o enquadramento e viabilidade urbanística das solicitações, bem como o respetivo enquadramento no âmbito do “1.º Direito”, de forma a tentar incrementar a eficácia na submissão de candidaturas.
- Apoiar na instrução e submissão de candidaturas de forma ativa, assegurando a realização dos levantamentos espaciais, sociais e a produção dos diversos documentos necessários.

## [E4.3] Objetivos, atividades e indicadores do Eixo

<p>Objetivo 1. Assegurar o atendimento diário de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do “1º Direito”, através da implementação e gestão do Gabinete do 1º Direito.</p>	<p>Cumprir indicadores e eficiência de serviço prestado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Nível de serviço no atendimento telefónico;</li> <li>ii. Redução do tempo de espera no serviço telefónico;</li> <li>iii. Assegurar a devolução das chamadas telefónicas;</li> <li>iv. Redução do tempo de espera no serviço presencial;</li> <li>v. Disponibilização de um novo serviço.</li> </ul>
--	--

<p>Objetivo 2. Apoiar proprietários de “ilhas” e beneficiários diretos na obtenção de financiamento através do “1º Direito”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Assegurar a realização atempada dos atendimentos;</li> <li>ii. Preparar e acompanhar as candidaturas ao 1º Direito de projetos que tenham viabilidade;</li> <li>iii. Produzir relatórios trimestrais de apresentação do estado do programa ao IHRU.</li> </ul>
--	--

As metas e indicadores a atingir no ano de 2024, estão representados no capítulo de indicadores de Avaliação de Atividade.

## Outras Atividades

As atividades apresentadas, relativas aos diferentes eixos estratégicos assumidos pela Sociedade, são complementadas pelas seguintes ações:

- Comunicação, promoção e captação de investimento para os distintos projetos integrados nas áreas de atuação da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana associando-se o incremento do posicionamento dos programas municipais sob sua gestão.
- Assegurar a contratação pública para a aquisição de bens e serviços e respetiva gestão dos contratos de suporte.
- Gerir anual e plurianualmente o orçamento da Sociedade.
- Assegurar a manutenção preventiva e corretiva do edificado sob a gestão da Porto Vivo, SRU.
- Promover a gestão equilibrada e a distribuição do capital humano na estrutura orgânica da Porto Vivo, SRU.
- Assessorar e prestar apoio administrativo ao Conselho de Administração.

M

R



## Indicadores de Avaliação de Atividade

A Porto Vivo, SRU, propõe avaliar a sua atividade do seguinte modo:

Tabela 6: Indicadores de avaliação de atividade

Eixo do Plano	Objetivo	Ponderação	Indicador	Ponderação por indicador
Eixo 1	Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar	15	I1	4
	Aprovar a Unidade de Intervenção de Santa Clara		I2	7
	Plano de Ação do Plano de Gestão e Sustentabilidade		I3	4
Eixo 2	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU de Campanhã-Estação	35	I4	10
	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU da Corujeira		I5	10
	Desencadear os procedimentos necessários no que concerne à reabilitação de imóveis PV e GPV		I6	10
	Gerir, monitorizar e acompanhar o "Projeto Ilhas da Lomba"		I7	5
Eixo 3	Assegurar a gestão patrimonial	35	I8	3
	Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção dos imóveis a tomar de arrendamento		I9	1
	Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção de edifícios ou frações, para celebração de contratos promessa de arrendamento		I10	6
	Promover e realizar concursos, de arrendamento, das habitações propriedade ou sob gestão da Porto Vivo, SRU.		I11	6,5
	Promover e realizar concursos, de sub-arrendamento, no âmbito do Programa "Porto com Sentido"		I12	6,5
	Adequada gestão de inquilinos		I13	5
	Desenvolver de instrumentos inovadores de novas áreas de negócio		I14	7
Eixo 4	Assegurar o atendimento de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do "1º Direito" através gestão do Gabinete 1º Direito	15	I15	7,5
	Apoiar proprietários de ilhas e beneficiários diretos na obtenção de financiamento através do apoio "1º Direito"		I16	7,5
		100		100

$$P = \sum_{k=1}^{16} P_k \cdot I_j$$

$P \geq 80$

Excelente

$60 \leq P < 80$

Bom

$50 \leq P < 60$

Razoável

$P < 50$

Insuficiente

Tabela 7: Indicadores Eixo 7

Eixo do Plano	Objetivo	Atividade	Indicador	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual	Base de Cálculo/Métrica			
E1 - Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico	Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luís e Mosteiro da Serra do Pilar	Recolha de indicadores que permitam a avaliação do estado da Operação de Reabilitação Urbana, e montantes de investimento público e privado	$I1 = 0,20A + 0,10B + 0,10(C+D) + 0,20E + 0,10F + 0,10(C+H)$	(A) Recolha de 4 indicadores	(A) Recolha de 4 indicadores	(A) Recolha de 4 indicadores	(A) Recolha de 4 indicadores	(A) Recolha de 16 indicadores	(A) = Realizado/Programado, com limite de 1,1			
		Atualização da cartografia e tabelas de monitorização		(B) NA	(B) NA	(B) NA	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Identificação dos prédios públicos ou privados em mau estado de conservação ou ruína no CH		(C) NA	(C) NA	(C) NA	(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Realização de reuniões com os proprietários/promotores/municípios/administração da Ponte Vivo, SRI, com vista à resolução dos problemas do edifício		(D) NA	(D) NA	(D) 6 reuniões para análise e propostas de soluções	(D) 6 reuniões para análise e propostas de soluções	(D) 12 reuniões para análise e propostas de soluções	(D) = N.º Reuniões de resoluções de problemas/N.º Reuniões de resolução a ter			
		Dar cumprimento à Ordem de Serviço n.º 1565/6519/0MP, informando os processos recebidos da DMU/CM, relativos às Operações Urbanísticas de imóveis localizados em Unidades de Intervenção com documento estratégico aprovado		(E) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação	(E) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação	(E) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação	(E) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação	(E) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação	(E) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Atualização do diagnóstico de monitorização da CRU, com base nos novos indicadores		(F) NA	(F) Conclusão do diagnóstico de monitorização da CRU	(F) NA	(F) Conclusão do diagnóstico de monitorização da CRU	(F) Conclusão do diagnóstico de monitorização da CRU	(F) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Lançamento das empreitadas		(G) Lançamento de 2 empreitadas	(G) Lançamento de 2 empreitadas	(G) NA	(G) Lançamento de 1 empreitadas	(G) Lançamento de 5 empreitadas	(G) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Acompanhamento das empreitadas		(H) Acompanhamento de 1 empreitada	(H) Acompanhamento de 3 empreitadas	(H) Acompanhamento de 5 empreitadas	(H) Acompanhamento de 5 empreitadas	(H) Acompanhamento de 5 empreitadas	(H) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Revisão do documento a submeter à aprovação do Executivo do Município do Porto		(A) Iniciar a revisão do documento	(A) Concluir a revisão do documento	(A) NA	(A) NA	(A) Carente a revisão do documento	(A) = Realizado/Programado, com limite de 1,25			
		Coordenação da execução das várias ações propostas		(B) NA	(B) NA	(B) Assegurar um grau de cumprimento de 20% das ações	(B) Assegurar um grau de cumprimento de 30% das ações	(B) Assegurar um grau de cumprimento de 50% das ações	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
Aprovar a Unidade de Intervenção de Santa Clara	Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	Proceder às expropriações necessárias para a reabilitação de edifícios degradados	$I2 = 0,20A + 0,15(B+C) + 0,20(D) + 0,30E$	(C) Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	(C) Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	(C) Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	(C) Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	(C) Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos	(C) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Proceder às expropriações necessárias para a reabilitação de edifícios degradados		(D) NA	(D) NA	(D) NA	(D) NA	(D) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário				
		Projetos de especialidades de dois novos projetos		(E) Lançamento de 1 projeto	(E) NA	(E) NA	(E) NA	(E) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário				
		Colaboração com a Direção Municipal da Cultura na implementação do Plano de Ação		(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Participação nas ações e eventos da Rede Património Mundial de Portugal, bem como em outras iniciativas de outras redes, de municípios, de organizações nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial		(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário			
		Plano de Ação do Plano de Gestão e Sustentabilidade		Participação nas ações e eventos da Rede Património Mundial de Portugal, bem como em outras iniciativas de outras redes, de municípios, de organizações nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial	Colaboração com a Direção Municipal da Cultura na implementação do Plano de Ação	$I3 = 0,50A + 0,50B$	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) Garantir reuniões mensais	(A) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário
					Participação nas ações e eventos da Rede Património Mundial de Portugal, bem como em outras iniciativas de outras redes, de municípios, de organizações nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial		(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) Participar nas ações	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário



M







Tabela 10: Indicadores Exo 4

Eixo do Plano	Objetivo	Atividade	Indicador	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			Anual			Base de Cálculo/Métrica		
				(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Rácio de chamadas atendidas face às recebidas	(B) % Chamadas atendidas em menos de 30 segundos	(C) % Chamadas devolvidas
[E4] - Projeto "Ilhas da Cidade" e gestão do Gabinete 1º Direito	Assegurar o atendimento de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do 1º Direito	Atendimento integrado municipal	115 = $0,20A + 0,20B + 0,20C + 0,20D + 0,20E$	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Rácio de chamadas atendidas face às recebidas	(B) % Chamadas atendidas em menos de 30 segundos	(C) % Chamadas devolvidas			
	Apoiar proprietários de ilhas e beneficiários diretos	Análise, instrução e submissão de candidaturas ao 1º Direito* solicitadas por proprietários de ilhas e beneficiários diretos	136 = $0,30A + 0,40B + 0,30C$	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Rácio de chamadas atendidas face às recebidas	(B) % Chamadas atendidas em menos de 30 segundos	(C) % Chamadas devolvidas			
	Apoiar proprietários de ilhas e beneficiários diretos	acompanhamento da execução física e financeira de candidaturas aprovadas ao abrigo do 1º Direito		(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Nível de serviço do atendimento telefônico (NS)	(B) Reduzir o tempo de espera do telefone	(C) Assegurar a devolução de chamadas feitas às chamadas perdidas	(A) Rácio de chamadas atendidas face às recebidas	(B) % Chamadas atendidas em menos de 30 segundos	(C) % Chamadas devolvidas			

M





### III. ORÇAMENTO PARA 2024



## 1. Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2024 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar<sup>1</sup>. Assim, nesse período, a Porto Vivo, SRU, espera obter resultados positivos, quer ao nível orçamental, quer ao nível económico, tendo em consideração, principalmente, a obtenção das seguintes receitas e rendimentos:

1. A transferência do Município do Porto no valor de 2,72M€, no âmbito do Memorando de Entendimento e do Contrato-Programa celebrado e cuja proposta de aditamento se apresentará;
2. A alienação de imóveis pelo valor estimado de 2M€;
3. A comparticipação do valor de 12,19M€ no âmbito das candidaturas apresentadas e a apresentar pela Sociedade ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, enquadradas no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU a 12 de abril de 2022, e cujos projetos financiados estão refletidos no Plano Plurianual de Investimento;
4. O acréscimo das rendas a obter, tendo em consideração a entrada no mercado de arrendamento dos imóveis adquiridos em 2023 e a adquirir em 2024, financiados, igualmente, pelo Programa 1.º Direito.

De relevar que as atuais previsões têm em consideração a alteração orçamental modificativa a efetuar relativamente ao exercício de 2023, dada a revisão ao nível da execução dos projetos de investimento, bem como da perspectiva de alienação, apenas em 2024, dos imóveis referidos no ponto 2.

---

<sup>1</sup> É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2024.

M

K

## 2. Orçamento de Receitas e Despesas

Conforme é perceptível na Tabela 11, a atual previsão do orçamento para 2024 traduz um excedente de tesouraria de cerca de 0,10M€, apresentando cinco grandes fontes de financiamento, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Memorando de Entendimento, do Contrato-Programa e do Contrato-Mandato celebrados com o Município do Porto, a contrapartida prevista associada à alienação de imóveis, bem como as comparticipações previstas enquadradas no Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Tabela 11: Tesouraria para 2024

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Ent. (A)	Contrato-Programa (B)	Contrato-Mandato (C)	Outros (D)	Receitas (E)	
<b>Receitas</b>						
Comparticipações Financeiras do Município do Porto	1 000 000	-	-	-	-	1 000 000
Contrato - Programa	-	1 715 247	-	-	-	1 715 247
Prestação de Serviços	-	-	7 499 027	-	-	7 499 027
Vendas de Imóveis	-	-	-	-	2 075 000	2 075 000
Comparticipações Comunitárias (PRR)	-	-	-	12 185 842	-	12 185 842
Rendas (Propriedade SRU)	-	-	-	-	727 882	727 882
Rendas (Gestão SRU)	-	-	-	-	1 348 454	1 348 454
Outras Receitas	-	-	-	-	540 610	540 610
<b>A. Total de Receitas</b>	<b>1 000 000</b>	<b>1 715 247</b>	<b>7 499 027</b>	<b>12 185 842</b>	<b>4 691 946</b>	<b>22 092 063</b>
<b>Despesas</b>						
<b>Despesas Correntes</b>						
Personal	228 411	1 042 137	-	-	588 365	1 858 913
Aquisição de Bens e Serviços	86 997	658 076	7 499 027	-	1 549 551	9 793 651
Amortização de Financiamentos Obtidos	365 883	-	-	-	-	365 883
Juros de Financiamentos Obtidos	304 325	-	-	-	-	304 325
Outros Encargos Financeiros	147	2 096	-	-	11 251	13 494
Impostos e Taxas	12 728	6 702	-	290 631	646 713	956 774
Outras Despesas	1 509	6 236	-	-	235 205	242 950
<b>B. Total de Despesas</b>	<b>1 000 000</b>	<b>1 715 247</b>	<b>7 499 027</b>	<b>12 185 842</b>	<b>4 545 844</b>	<b>26 945 960</b>
<b>Investimentos de Capital</b>						
Investimentos em Reabilitação Urbana	-	-	-	11 895 211	1 482 189	13 377 400
Quarteirão Carlos Alberto	-	-	-	-	508 722	508 722
Unidade de Intervenção de Santa Clara	-	-	-	446 176	12 500	458 676
Unidade de Intervenção da Lomba	-	-	-	1 806 485	144 362	1 950 847
Unidades Patrimoniais (Aumento de Capital)	-	-	-	1 746 001	216 605	1 962 606
Unidades Patrimoniais (Imóveis Adquiridos Exercício Anterior)	-	-	-	1 854 729	-	1 854 729
Aquisição de Imóveis	-	-	-	6 041 820	600 000	6 641 820
Outros Investimentos	-	-	-	-	82 570	82 570
<b>C. Tesouraria (A - B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96 102</b>	<b>96 102</b>

### 3. Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 27,09M€, distribuído por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

### 4. Comparticipação Financeira do Município do Porto

No âmbito do estipulado no Memorando de Entendimento e no Contrato-Programa celebrado a 5 de outubro de 2015, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, a Sociedade receberá, no exercício de 2024, a comparticipação financeira devida pelo Município do Porto no valor total de 1M€.

Esta obrigação do Município do Porto, cumprida pelo IHRU entre os exercícios de 2019-2023, terminará em 2024, tendo em consideração que apenas foi formalizada em 2020, no seguimento do acordado no Contrato-Programa celebrado e aprovado pelo Tribunal de Contas nesse ano.

### 5. Contrato-Programa

Não obstante a transferência do Município do Porto evidenciada no ponto anterior estar efetivada formalmente em sede do Contrato-Programa celebrado, importa distinguir os montantes que representam transferências correntes e, por isso, discriminadas nesse, e aqueles que se traduzem em subsídios à exploração. Assim, o total de 1,72M€ previsto a receber ao longo de 2024, e a formalizar através de um novo aditamento, traduz os subsídios a atribuir à Porto Vivo, SRU pelo exercício das seguintes atividades:

- i. Gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, designadamente, pela criação da equipa, através da afetação de recursos humanos internos, que assegure os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir esta missão, acrescidos dos encargos indiretos e diretos associados à respetiva atividade;
- ii. Execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”;
- iii. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, bem como acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
- iv. Gestão do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
- v. Realização dos levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação;

M  
V



- vi. Gestão, manutenção, conservação e reabilitação dos imóveis cuja transferência foi delegada na Sociedade, correspondendo à diferença entre o valor das receitas previstas a obter com o arrendamento dos mesmos e custos de estrutura a suportar.

## 6. Contrato-Mandato – Imóveis Sob Gestão

Nos termos do estipulado no Contrato Mandato celebrado com o Município do Porto a 2 de agosto de 2022, através do qual é delegada na Sociedade a competência de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida no âmbito da celebração do 2.º Aditamento ao Contrato-Programa, a Sociedade estima receber, do Município do Porto, e ao longo de 2024, o valor de 6,01M€, sendo este total correspondente às despesas a suportar com o respetivo processo e a formalizar através de um novo aditamento àquele contrato.

## 7. Contrato-Mandato – Porto com Sentido

Tendo em consideração a transferência da competência para a Porto Vivo, SRU da gestão dos contratos de arrendamento celebrados com os proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido, a Sociedade prevê receber do Município do Porto o valor de 1,49M€ para fazer face ao pagamento das respetivas rendas, operação realizada por este até ao presente ano, e cuja transferência será preconizada através de um novo Contrato-Mandato a celebrar.

## 8. Vendas

No exercício de 2024 a Sociedade prevê alienar património, pelo valor estimado de 2M€, permitindo, deste modo, fazer face ao investimento previsto e a pagar através de receitas próprias.

Ainda, e associado ao Concurso Público Internacional, a lançar no ano de 2023, para a Empreitada de Conceção-Construção de Alojamentos para Arrendamento Acessível dos imóveis sitos na Rua Sra. da Lapa, n.ºs 32 a 60, e cujo pagamento será efetuado em espécie, através da alienação dos edifícios sitos na Rua da Maternidade e Rua Campo Mártires da Pátria, será considerada, em 2024, uma receita no valor mínimo de 0,08M€ referente a 50% da diferença estimada entre o valor dos imóveis a alienar e o valor da empreitada.

## 9. Comparticipações Comunitárias

Enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente, no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, a Porto Vivo, SRU estima receber no ano de 2024 o valor de 12,19M€ associado à

comparticipação do investimento a realizar nos diferentes processos de reabilitação e detalhados no ponto 21 Investimentos em Reabilitação Urbana do orçamento das despesas.

## 10. Rendas (Propriedade SRU)

Para o total das rendas a obter com os imóveis da Sociedade, no valor estimado de 0,73M€, contribuem duas atividades distintas, (i) a promoção do arrendamento de habitações a preços acessíveis, bem como (ii) a rentabilização do investimento realizado com as frações comerciais ou edifícios afetos a serviços. Deste modo, para aquele total foram assumidos os seguintes pressupostos:

- i. As frações habitacionais da propriedade da Porto Vivo, SRU, e em processo de arrendamento, serão responsáveis pela obtenção de receitas no total de 0,40M€, prevendo-se, para tal, uma taxa de ocupação das mesmas de 100%. De relevar que para este total contribuem as rendas a obter com os imóveis adquiridos no presente ano, bem como dos que serão adquiridos em 2024 no âmbito da execução do PRR;
- ii. As frações comerciais da Sociedade permitirão a obtenção de uma renda anual estimada de 0,29M€, tendo em consideração uma taxa de ocupação de 100% das mesmas;
- iii. Pelo arrendamento do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, antiga sede da Sociedade, estima-se a obtenção de uma renda de 0,03M€.

## 11. Rendas (Gestão SRU)

Enquadradas contabilisticamente como uma prestação de serviços, tendo em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, a Sociedade estima obter receitas inerentes à promoção do arrendamento acessível e enquadradas no Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, no valor total de 1,35M€, tendo em consideração as seguintes atividades:

- i. A transferência da gestão para a Porto Vivo, SRU de duzentos e setenta fogos pertencentes ao Município do Porto representará a obtenção de receitas estimadas no total de 0,28M€;
- ii. Associado ao desenvolvimento do programa Porto com Sentido, estima-se que a Sociedade obtenha uma receita de 1,06M€ inerente às rendas resultantes dos contratos de sub-arrendamento celebrados e a celebrar, valor que se encontra igualmente traduzido na despesa, para efeito de transferência dos respetivos montantes para o Município do Porto.

## 12. Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 0,54M€, está previsto, essencialmente:

- i. O reembolso por parte do Parceiro Privado das despesas a suportar com a expropriação do direito de servidão da passagem do Quarteirão das Cardosas, despesa esta transferida do orçamento de 2022, no valor de 0,24M€;

- ii. O IVA a deduzir no âmbito da execução do Contrato Mandato, previsto em 0,30M€. associado à realização de empreitadas, porquanto o mesmo não será refaturado ao Município do Porto, tendo, no entanto, de ser considerado como despesa, aquando da assunção do respetivo compromisso,

### 13. Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor (amortização de capital, juros e comissões bancárias), bem como com os impostos a suportar.

Ao nível das despesas de capital, será evidenciada a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana, com a execução de dez projetos e a aquisição de vinte e quatro imóveis para afetação direta ao mercado de arrendamento, bem como a realização de investimentos em *software*, *hardware* e outros equipamentos.

### 14. Pessoal

Durante o exercício de 2024 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal (de acordo com o mapa de pessoal apresentado anteriormente) em cerca de 1,86M€, assumindo-se, principalmente, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- i. A uniformização das remunerações ao nível interno e ao mercado de trabalho, tendo em vista a retenção do capital humano na Sociedade, nos termos do praticado em outras empresas municipais;
- ii. A atualização das remunerações de acordo com o estipulado na proposta do Orçamento do Estado para 2024, isto é, um aumento de 52,64€ para salários inferiores a 1.754,41€ e um aumento de 3% para níveis superiores.



Tabela 12: Despesas com Pessoal

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato Mandato	Outros Subsídios	Recetas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	148 780	693 307	-	-	359 395	1 201 482
Remunerações (Tarefas e Avenças)	242	1 153	-	-	605	2 000
Subsídio de Refeição	7 451	35 469	-	-	18 592	61 512
Subsídio de Férias / Natal	23 416	81 658	-	-	88 238	193 312
Abonos (Ajudas de Custos e Outros)	858	3 949	-	-	2 292	7 099
Encargos Contributivos	43 291	206 079	-	-	108 036	357 406
Seguros	4 373	20 522	-	-	11 207	36 102
<b>Tota de Despesas</b>	<b>228 411</b>	<b>1 042 137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>588 365</b>	<b>1 858 913</b>

Conforme se pode verificar na tabela, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas em cerca de 68% através das transferências do Município do Porto associadas ao Memorando de Entendimento celebrado com o IHRU e ao Contrato-Programa, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU do Centro Histórico e da Corujeira e Campanhã – Estação, do Programa Porto com Sentido, à gestão e reabilitação dos imóveis cuja transferência foi delegada na Sociedade, bem como ao projeto das ilhas da cidade, inclusive, no que respeita à criação do Gabinete de Atendimento Integrado.

## 15. Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que no exercício de 2024 a Sociedade suporte um encargo total de 9,79M€, contribuindo para o mesmo, e principalmente, o valor de 6,01M€ associado à execução do Contrato de Mandato, nos termos do acordado a 2 de agosto de 2022 (e segundo aditamento a propor), no que respeita, designadamente, ao processo de reabilitação de dezassete imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade<sup>2</sup>,

A formalizar através de um novo Contrato Mandato a celebrar com o Município do Porto, contribui, ainda, para aquele total o montante de 1,49M€ inerente às rendas a pagar aos proprietários dos imóveis integrados no Programa Porto com Sentido<sup>3</sup> e que terá de ser transferido por aquele, nos termos da nova competência delegada.

Encontram-se ainda valorizadas no total dos serviços a suportar, as rendas a receber dos sub-arrendatários daquele Programa e que serão transferidas para o Município do Porto, conforme procedimento atualmente em vigor, estimadas, atualmente, em 1,06M€.

<sup>2</sup> Esta previsão tem em consideração o cronograma físico atual do processo de reabilitação de cada imóvel, podendo existir diferenças na realização das despesas no ano de 2024, na medida em que tal depende do grau de execução a verificar no final do exercício de 2023, bem como da aprovação das respetivas candidaturas ao PRR.

<sup>3</sup> De realçar que tal contabilização se prende com o facto de a Comissão de Normalização Contabilística enquadrar o recebimento das respetivas rendas como um rendimento (designadamente, como uma prestação de serviços), devendo, por isso, a respetiva despesa, ser classificada como um gasto (nomeadamente, como um Fornecimento e Serviço Externo).

M

K

O valor remanescente, 1,23M€, inclui, maioritariamente, o total de 0,75M€ inerente às despesas a suportar com a prossecução da missão inerente ao programa Porto com Sentido, à gestão das ORU's da Corujeira e Campanhã-Estação, à gestão e conservação de imóveis propriedade do Município do Porto, bem como da competência delegada no âmbito do projeto das ilhas da cidade (Gabinete de Atendimento Integrado), traduzindo-se na respetiva afetação de encargos diretos e indiretos, e financiadas através do subsídio à exploração a receber.

Tabela 13: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato Programa	Contrato Planilato	Outros Subsídios	Recetas Próprias	
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	
Aquisição de bens	6 901	31 431	-	-	14 566	52 898
Encargos com Instalações	2 253	10 724	-	-	62 857	75 834
Limpeza e Higiene	1 958	11 780	-	-	22 105	35 843
Conservação de bens	532	53 794	5 004 653	-	126 847	5 185 826
Rendas	8 620	53 325	1 509 371	-	1 086 012	2 657 328
Aluguer de Material Informático	6 108	29 073	-	-	15 241	50 422
Comunicações	5 517	26 538	-	-	13 488	45 543
Transportes	5 445	25 923	-	-	13 592	44 960
Representação dos Serviços	606	2 882	-	-	1 512	5 000
Seguros	396	1 077	-	-	42 742	44 215
Deslocações e Estadas	4 720	11 047	-	-	2 568	18 335
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	6 145	99 849	627 135	-	21 481	754 610
Formação	4 007	19 073	-	-	10 001	33 081
Seminários e Publicidade	9 037	148 434	-	-	32 148	189 619
Assistência Técnica	2 139	45 111	-	-	10 259	57 509
Outros Serviços Especializados	21 447	80 987	357 868	-	69 410	529 712
Outros Serviços	1 166	7 028	-	-	4 722	12 916
<b>Total de Despesas</b>	<b>36 997</b>	<b>658 076</b>	<b>7 499 027</b>	<b>-</b>	<b>1 549 351</b>	<b>9 793 651</b>

## 16. Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá, no ano de 2024, à amortização deste financiamento no valor total de 0,37M€, correspondendo este à amortização contratualizada.

## 17. Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento associado ao Desembolso IHRU/BEI previsto no final de 2023, no valor de 6,22M€, a amortização contratualizada a verificar no primeiro trimestre de 2024, bem como a taxa de juro

estimada (Euribor a 3 meses<sup>4</sup>), prevê-se que no próximo exercício a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 0,30M€.

## 18. Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, bem como a previsão de manutenção deste limite, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente.

A este total acrescem ainda outros encargos, associados, essencialmente, à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto e de referências multibanco na cobrança de rendas, inclusive as associadas à execução do programa Porto com Sentido.

Tabela 14: Despesas com Outros Encargos Financeiros

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	-	5 000	5 000
Comissões Bancárias (TPA, SDD, RM)	26	1 520	-	-	5 948	7 494
Outros Juros	121	576	-	-	303	1 000
<b>Total de Despesas</b>	<b>147</b>	<b>2 096</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 251</b>	<b>13 494</b>

## 19. Impostos e Taxas

Para o total de 0,96M€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribuí, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no decurso de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre o Rendimento estimado para o ano de 2023 e que será liquidado em 2024, conforme sintetizado na *Tabela 15*.

<sup>4</sup> Dada a evolução atual da taxa de juro, assume-se, que esta atingirá em 2024 o valor médio de 4,3%.

*M*  
*V*



Tabela 15: Despesas com Impostos e Taxas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato Programa	Contrato Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
IVA Apurado a entregar ao Estado	-	3 000	-	290 631	354 271	647 902
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	-	81 445	81 445
IMI, AIMI e IRC	12 115	-	-	-	119 053	131 168
Imposto de Selo	-	1 562	-	-	89 638	91 200
Taxas de justiça e Outras Taxas	613	2 140	-	-	2 306	5 059
<b>Total de Despesas</b>	<b>12 728</b>	<b>6 702</b>	<b>-</b>	<b>290 631</b>	<b>646 713</b>	<b>956 774</b>

## 20. Outras Despesas

O valor orçamentado nesta rubrica, 0,24M€, traduz, principalmente, o montante de 0,23M€ previsto como necessária para efetivar o pagamento de indemnizações pela expropriação do direito de servidão da passagem no Quarteirão das Cardosas, tendo em consideração a avaliação efetuada pelo perito nomeado pela Porto Vivo, SRU.

Tabela 16: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato Programa	Contrato Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Quota - Urban Land Institute e AdePorto	1 161	4 593	-	-	3 841	9 585
Custas de Parte	348	1 653	-	-	5 864	7 865
Expropriação Q. Cardosas	-	-	-	-	225 500	225 500
<b>Total de Despesas</b>	<b>1 509</b>	<b>6 246</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>236 205</b>	<b>242 950</b>

## 21. Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 17, a Sociedade estima, no ano de 2024, suportar despesas no valor total de 6,74M€ associadas a onze processos de reabilitação de imóveis, todos estes já iniciados em períodos anteriores. De realçar ainda a estimativa de 6,64M€ correspondente ao investimento inerente à aquisição de vinte e quatro imóveis prontos a arrendar e que será financiado a 100% pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente, no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, com exceção das despesas inerentes ao Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e respetivo Imposto de Selo.

Assim, e conforme contratos de financiamento já celebrados com o IHRU, a Porto Vivo, SRU prevê proceder ao processo de reabilitação de dois imóveis na Unidade de Intervenção de Santa Clara (dos quais um já é propriedade da Sociedade), executar o processo de reabilitação previsto para a Unidade de Intervenção da Lomba, reabilitar oito imóveis que entram para o património da Sociedade por conta da

operação de aumento de capital efetuada pelo Município do Porto em 2021, bem como executar o processo de reabilitação de quatro imóveis adquiridos ao longo de 2023, incluindo a Ilha das Antas

Tabela 17: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	PI	PI	PI	PI	PI	
Parcela 6 - Quarteirão Carlos Alberto	-	-	-	-	508 722	508 722
Unidade de Intervenção de Santa Clara	-	-	-	446 176	12 500	458 676
Aquisição	-	-	-	280 000	12 500	292 500
Outras Despesas	-	-	-	166 176	-	166 176
Unidade de Intervenção da Lomba	-	-	-	1 806 485	144 302	1 950 847
Edifício sito na Rua Central de Francos	-	-	-	450 143	-	450 143
Edifício sito Rua 9 de Abril	-	-	-	555 055	-	555 055
Edifício sito na Rua Matias de Albuquerque	-	-	-	634 291	-	634 291
Edifício sito Rua Mouzinho da Silveira	-	-	-	-	216 605	216 605
Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185	-	-	-	502 449	-	502 449
Edifício sito na Rua Antero de Quental	-	-	-	346 836	-	346 836
Ilha das Antas	-	-	-	215 240	-	215 240
Outras Unidades Patrimoniais	-	-	-	898 736	-	898 736
Aquisições PRR	-	-	-	6 041 820	600 000	6 641 820
<b>Total de Despesas</b>	-	-	-	<b>11 895 211</b>	<b>1 482 189</b>	<b>13 377 400</b>

Através da utilização de capitais próprios a Porto Vivo, SRU prevê iniciar a empreitada do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, antiga sede da Sociedade, bem como prosseguir com o processo de reabilitação da parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto.

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui, ainda, o valor do IVA a suportar com as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 0,34M€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas), de acordo com o detalhado seguidamente.

Tabela 18: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade

Despesas	Parcela 6 - Quarteirão Carlos Alberto	Santa Clara	Lomba	Unidades Patrimoniais	Total
Investimento <sup>1</sup>	508 722	458 676	1 950 847	3 817 335	6 735 580
IVA <sup>2</sup>	27 000	7 200	103 228	199 842	337 270
<b>Total</b>	<b>535 722</b>	<b>465 876</b>	<b>2 054 075</b>	<b>4 017 177</b>	<b>7 072 850</b>

<sup>1</sup> Pagamento ao Fornecedor

<sup>2</sup> Pagamento ao Estado, aquando do apuramento do IVA mensal

## 22. Outros Investimentos

Prevê-se que sejam suportados encargos com a aquisição de *software* informático referente ao sistema de gestão de contratos de arrendamento e de atendimento ao público no total de 49.200€, estimando-se, adicionalmente, um encargo de 23.370€ associado à aquisição de *hardware* informático e de mobiliário.

Acresce, ainda, o total de 10.000€ associado à realização de obras de melhoria em edifícios atualmente arrendados e que aumentarão a respetiva vida útil, montante este (acrescido de IVA) que estará refletido no ativo da Sociedade.

*M*

*V*





#### IV. PLANO PLURIANUAL 2024-2028

## Orçamento Plurianual 2024 – 2028

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2024 – 2028<sup>5</sup>, quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, bem como o nível de projetos planeados importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar entre 2025-2028, na medida em que vários fatores podem condicionar a respetiva execução, entre as quais, a aprovação e execução das respetivas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

### Demonstrações Orçamentais Previsionais

#### 1.1. Receitas

A previsão das receitas apresentadas na Tabela 19 tem por base os seguintes pressupostos:

- A receita no valor de 1M€ a receber do Município do Porto em 2024, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o IHRU e preconizado no Contrato-Programa celebrado a 6 de janeiro de 2019, com manutenção do respetivo subsídio entre 2025 e 2028, tendo em consideração a estimativa de défice de exploração para esses anos;
- O valor de 1,97M€ referente ao Contrato-Programa a celebrar com o Município do Porto, no âmbito da Gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, do programa Porto com Sentido, da criação do Gabinete 1.º Direito no âmbito da Estratégia Local da Habitação, bem como da gestão, conservação e reabilitação de imóveis que foram transferidas para a Sociedade, e a receber entre 2025 e 2028;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,0694 para o período de 2025 a 2028;
- A consideração como receita (e também como despesa), dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido, quer no que refere ao pagamento aos proprietários, quer no que respeita ao recebimento por parte dos sub-arrendatários;
- A prestação de serviços, até 2026, ao Município do Porto, no âmbito da execução do Contrato Mandato, no que respeita ao processo de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade (valores igualmente incluídos como despesa);
- A consideração como receita (bem como despesa) do valor do IVA associado à realização das empreitadas integradas na execução do contrato supra-evidenciado;
- A comparticipação a receber no âmbito do Programa 1.º Direito equivalente ao investimento a realizar, com exceção do que respeita ao projeto das Ilhas da Lomba, tendo em consideração uma comparticipação estimada de 92,60%;

<sup>5</sup> Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.

*M*

*W*

- A consideração da inexistência de receitas por liquidar referentes ao ano de 2023.

Tabela 19: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Rubrica	Designação	Orçamento 2024			Plano Orçamental Plurianual			
		2023	2024	Soma	2025	2026	2027	2028
	Receita corrente		12 830 920	12 830 920	20 052 048	17 240 976	7 936 756	8 313 362
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos		300 132		696 393	502 198		
R2	social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade		727 982	727 982	742 706	901 509	1 171 088	1 284 721
R5	Transferências Correntes		2 715 247	2 715 247	2 971 151	2 971 151	2 971 151	2 971 151
R5.1	Administrações Públicas		2 715 247	2 715 247	2 971 151	2 971 151	2 971 151	2 971 151
R5.1.1	Administração Central - Estado							
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades							0
R5.1.3	Segurança Social							
R5.1.4	Administração Regional							
R5.1.5	Administração Local		2 715 247	2 715 247	2 971 151	2 971 151	2 971 151	2 971 151
R5.2	Exterior - UE							
R5.3	Outras							
R6	Venda de bens e serviços		8 847 681	8 847 681	15 636 498	12 860 818	3 789 217	4 052 190
R7	Outras receitas correntes		239 878	239 878	5 300	5 300	5 300	5 300
	Receita capital		14 261 142	14 261 142	5 034 975	688 448	300	300
R8	Venda de bens de investimento		2 075 100	2 075 100	100	75 100	100	100
R9	Transferências de Capital							
R9.1	Administrações Públicas							
R9.1.1	Administração Central - Estado		12 185 842		5 034 675	613 148		
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.3	Segurança Social							
R9.1.4	Administração Regional							
R9.1.5	Administração Local							
R9.2	Exterior - UE							
R9.3	Outras							
R10	Outras receitas de capital		100	100	100	100	100	100
R11	Reposição não abtidas aos pagamentos		100	100	100	100	100	100
	Receita efetiva [1]		27 092 062	27 092 062	25 087 023	17 929 424	7 937 056	8 313 662
	Receita não efetiva [2]		0	0	0	0	0	0
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [3]=[1]+[2]		27 092 062	27 092 062	25 087 023	17 929 424	7 937 056	8 313 662

## 1.2. Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na Tabela 20, contribuirão, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização anual da massa salarial entre 2025 e 2028 em 4,3% e a manutenção do quadro de pessoal previsto para 2024;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao orçamentado para 2024, com exceção das despesas a suportar enquadradas no âmbito do Contrato Mandato e das rendas a pagar aos proprietários e a entregar ao Município do Porto no âmbito do Programa Porto com Sentido;
- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de 4,3% para todo o período;



- A amortização anual de 0,37ME, após 2024, do Desembolso IHRU/BEI, sem consideração de amortizações extraordinárias;
- Os encargos suportados com a execução do Contrato-Mandato e com o pagamento e recebimento de rendas, conforme evidenciado no ponto das receitas;
- A consideração da inexistência de despesas por pagar referentes ao ano de 2023.

Tabela 20: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2024			Plano Orçamental Plurianual			
		2023	2024	Soma	2025	2026	2027	2028
	Despesa corrente		13 170 107	13 170 107	19 963 183	16 936 892	7 372 094	7 768 025
D1	Despesas com o pessoal		1 858 913	1 858 913	1 938 846	2 022 217	2 109 172	2 199 866
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		1 458 806	1 458 806	1 521 013	1 586 417	1 654 633	1 725 782
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		7 099	7 099	7 404	7 723	8 055	8 401
D1.3	Segurança social		393 608	393 608	410 429	428 077	446 485	465 683
D2	Aquisição de bens e serviços		9 793 651	9 793 651	16 615 857	13 799 272	4 837 677	5 136 566
D3	Juros e outros encargos		317 819	317 819	298 271	279 593	260 915	242 902
D4	Transferências correntes		9 585	9 585	9 585	9 585	9 585	9 585
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias		9 585	9 585	9 585	9 585	9 585	9 585
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		1 190 139	1 190 139	1 100 624	826 226	154 745	179 106
	Despesa capital		13 459 970	13 459 970	5 535 855	620 552	0	0
D7	Investimento		13 459 970	13 459 970	5 535 855	620 552	0	0
D8	Transferências de capital		0	0	0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas		0	0	0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	0	26 630 077	26 630 077	25 499 038	17 557 444	7 372 094	7 768 025
	Despesa não efetiva [5]	0	365 883	365 883	365 883	365 883	365 883	365 883
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		365 883	365 883	365 883	365 883	365 883	365 883
	Despesa total [6] = [4] + [5]	0	26 995 960	26 995 960	25 864 921	17 923 327	7 737 977	8 133 908
	Saldo total [3] - [6]	0	96 102	96 102	-777 898	6 096	199 079	179 753
	Saldo global [1] - [4]	0	461 985	461 985	-412 015	371 979	564 962	545 636
	Despesa primária	0	26 312 258	26 312 258	25 200 767	17 277 851	7 111 179	7 525 123
	Saldo corrente	0	-339 187	-339 187	88 865	304 083	564 662	545 336
	Saldo de capital	0	801 172	801 172	-500 880	67 896	300	300
	Saldo primário	0	-779 804	-779 804	113 744	-633 572	-825 877	-788 538

### 1.3. Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento estão refletidos os processos de reabilitação planeados para o período 2024-2028, e evidenciados seguidamente, destacando-se aqueles que serão financiados através do Programa 1.º Direito, tendo em consideração o Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU no presente ano.

- Reabilitação da Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto: tendo já sido celebrado o contrato de empreitada de reabilitação, prevê-se que ao longo dos exercícios de 2024 e 2025 a mesma tenha a respetiva execução, estando esta parcela disponível para entrar no processo de arrendamento no ano de 2026;
- Reabilitação na Unidade de Intervenção de Santa Clara: Uma vez que a Sociedade já possui uma parcela nesta Unidade de Intervenção, está prevista, para 2024, a aquisição de uma parcela confinante com vista à reabilitação conjunta, bem como o início da respetiva empreitada;
- Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba: Tendo em consideração que se trata da intervenção em seis ilhas desta zona, nomeadamente, Lourenço 5, Travessa da Lomba 41, Lourenço 43, Vera Cruz 46 A, Vera Cruz 36-42 e Vera Cruz 26, estima-se que o processo de reabilitação se prolongue até ao período de 2026, com a execução da respetiva empreitada, sendo o ano de 2024 caracterizado pelo início da mesma;
- Reabilitação das Unidades Patrimoniais: no âmbito da operação da entrada de capital realizada pelo Município do Porto em 2021, a Sociedade estima proceder à reabilitação dos respetivos prédios, de acordo com o seguinte, iniciando a respetiva empreitada de reabilitação no ano de 2024:
  - Edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira (antiga sede da Porto Vivo, SRU);
  - Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185;
  - Edifícios sitos na Rua da Lapa, Rua da Glória e na Rua do Heroísmo;
  - Edifício sito na Rua Antero de Quental.
- Reabilitação de Imóveis adquiridos em 2023: tendo em consideração a aquisição de imóveis no ano de 2023 financiada pelo PRR, prevê-se que, no ano de 2024, se dê continuidade ao processo de reabilitação, com início da respetiva empreitada de reabilitação, designadamente:
  - Edifício sito na Rua 9 de Abril;
  - Edifício sito na Rua Matias de Albuquerque;
  - Edifício sito na Rua de Francos;
  - Ilha das Antas.

Tabela 21: Plano Plurianual de Investimento

Ano	Código do Projeto	Código do Objeto	Código do Item	Descrição	Modalidade de Realização	Valor do Investimento (R\$)		Valor do Financiamento (R\$)		Valor do Arrecadamento (R\$)		Total (R\$)	
						2024	2025	2024	2025	2024	2025		
2024	10000000	AC	D4	Reabilitação do Edifício da Rua de Francisco	Administração direta	0,00	24,71	0,00	24,71	0,00	0,00	24,71	
				Reabilitação do edifício sito na Rua do Tronco	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	1.407.900	0,00	1.407.900	0,00	0,00	1.407.900	
				Empreitada	Empreitada	0,00	110.000	0,00	110.000	0,00	0,00	110.000	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	6.600	0,00	6.600	0,00	0,00	6.600	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	36.181	0,00	36.181	0,00	0,00	36.181	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D6	Reabilitação da Rua da Rua das Artes	Administração direta	0,30	99,73	0,00	99,73	0,00	0,00	99,73	
				Reabilitação do edifício sito na Rua das Artes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	125.785	0,00	125.785	0,00	0,00	125.785	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	9.764	0,00	9.764	0,00	0,00	9.764	
				Aquisição de bens de capital	Empreitada	0,00	163.753	0,00	163.753	0,00	0,00	163.753	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	23.985	0,00	23.985	0,00	0,00	23.985	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D6	Reabilitação do Prédio Rua Nova da Abril, n.º 628 a 632	Administração direta	2,21	44,79	0,00	44,79	0,00	0,00	44,79	
				Reabilitação do edifício sito na Rua Nova da Abril, n.º 628 a 632	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	1.329.599	0,00	1.329.599	0,00	0,00	1.329.599	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	1.200	0,00	1.200	0,00	0,00	1.200	
				Aquisição de bens de capital	Empreitada	0,00	322.000	0,00	322.000	0,00	0,00	322.000	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	40.633	0,00	40.633	0,00	0,00	40.633	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D6	Reabilitação e Reabilitação do prédio sito na Rua Maria de Albuquerque, n.º 254	Administração direta	2,83	91,17	0,00	91,17	0,00	0,00	91,17	
				Reabilitação do edifício sito na Rua de Matias de Albuquerque, n.º 254	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	751.972	0,00	751.972	0,00	0,00	751.972	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	34.905	0,00	34.905	0,00	0,00	34.905	
				Aquisição de bens de capital	Empreitada	0,00	380.714	0,00	380.714	0,00	0,00	380.714	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	29.233	0,00	29.233	0,00	0,00	29.233	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D6	Reabilitação do Quarteirão Carlos Alberto	Administração direta	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Reabilitação do prédio sito na Rua Carlos Alberto	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	491.311	0,00	491.311	0,00	0,00	491.311	
				Empreitada	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	608.000	0,00	608.000	0,00	0,00	608.000	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	17.953	0,00	17.953	0,00	0,00	17.953	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D4	Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba	Administração direta	7,40	32,60	0,00	32,60	0,00	0,00	32,60	
				Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	959.402	0,00	959.402	0,00	0,00	959.402	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	103.228	0,00	103.228	0,00	0,00	103.228	
				Aquisição de bens de capital	Empreitada	0,00	1.770.461	0,00	1.770.461	0,00	0,00	1.770.461	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	238.620	0,00	238.620	0,00	0,00	238.620	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	EMP	D6	Reabilitação das Unidades Palmontins	Administração direta	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Reabilitação do imóvel sito no Aterro de Quintal	Administração direta	0,00	14.931	0,00	14.931	0,00	0,00	14.931	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	14.931	0,00	14.931	0,00	0,00	14.931	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	EMP	D6	Reabilitação do imóvel sito na Rua Mourão de Silveira	Administração direta	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Reabilitação do imóvel sito na Rua Mourão de Silveira	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Empreitada	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	EMP	D6	Reabilitação do edifício sito na Rua do Heróico 186	Administração direta	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Reabilitação do edifício sito na Rua do Heróico 186	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	EMP	D6	Unidade Palmontins, Jape e Hieróimo	Administração direta	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	
				Unidade Palmontins, Jape e Hieróimo	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Empreitada	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Empreitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	10000000	AO	D6	Reabilitação da Unidade de Intervenção do Santa Clara	Administração direta	1,61	78,39	0,00	78,39	0,00	0,00	78,39	
				Reabilitação da Unidade de Intervenção do Santa Clara	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	292.300	0,00	292.300	0,00	0,00	292.300	
				Empreitada	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	10000000	OS	D6	Outras despesas correntes	Administração direta	0,00	7.200	0,00	7.200	0,00	0,00	7.200	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	22.080	0,00	22.080	0,00	0,00	22.080	
				Outros Serviços	Administração direta	0,00	46.176	0,00	46.176	0,00	0,00	46.176	
				Aquisição de bens de capital	Administração direta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
						1.468.396	6.643.222	7.872.850	6.827.344	649.076	0,00	0,00	21.660.587



M K



## 2. Demonstrações Financeiras Previsionais

### 2.1. Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2024 – 2028 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A contabilização dos encargos registados com o processo de reabilitação dos projetos apresentados no ponto referente ao Plano Plurianual de Investimento na rubrica de “Propriedades de Investimento”, designadamente, em “Investimentos em curso”, tendo em consideração que os mesmos se destinam a arrendamento;
- A depreciação anual dos mesmos aquando da entrada no mercado de arrendamento a uma taxa de 2% sobre 75% o valor do edifício (vida útil de 50 anos);
- A alienação, no ano de 2026, pelo valor mínimo de 2,12M€ dos imóveis sitos na Rua da Maternidade e Rua Mártires da Pátria, nos termos do Contrato de Reabilitação Urbana a celebrar previsivelmente em 2024, associado à reabilitação dos imóveis sitos na Rua Senhora da Lapa 32 a 60 e a respetiva exclusão da rubrica de “Inventários”
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- O registo em Outras Variações do Capital Próprio do valor das participações recebidas no âmbito do PRR, com diminuição à taxa de 2% do ano (dada a consideração como rendimento do mesmo montante);
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual 0,37M€ a partir do ano de 2024, de acordo com o contratualizado e tendo em consideração as amortizações adicionais efetuadas em períodos anteriores;
- O registo em Rendimentos Diferidos do valor pago pelos diferentes arrendatários correspondente ao pagamento adiantado de uma renda.

Tabela 22: Balanço Previsional 2024– 2028

Rubricas	Datas				
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo não Corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	50 347	36 696	23 044	9 392	-
Propriedades de investimento	40 348 772	45 813 802	47 871 861	47 069 422	46 266 983
Ativos intangíveis	66 400	50 000	33 600	17 200	800
Outros ativos financeiros	10 682	14 934	19 369	23 995	28 820
	40 476 201	45 915 432	47 947 874	47 120 009	46 296 603
<b>Ativo Corrente</b>					
Inventários	1 320 016	1 320 016	-	-	-
Clientes, Contribuintes e Utentes	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
Estado e Outros Entes Públicos	81 445	78 174	87 136	111 965	127 824
Outras contas a receber	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000
Diferimentos	146 382	163 239	166 084	169 919	173 919
Caixa e depósitos bancários	2 724 480	1 946 582	1 952 678	2 151 757	2 331 511
	4 337 323	3 573 011	2 270 898	2 498 641	2 698 254
<b>Total do Ativo</b>	<b>44 813 524</b>	<b>49 488 443</b>	<b>50 218 772</b>	<b>49 618 650</b>	<b>48 994 857</b>
<b>Património Líquido e Passivo</b>					
<b>Património Líquido</b>					
Património/Capital	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609
Reservas	221 355	226 259	239 100	291 901	312 971
Resultados Transitados	1 505 364	1 598 542	1 842 531	2 845 747	3 246 079
Outras Variações no Capital Próprio	26 745 286	31 506 027	31 597 072	30 929 759	30 215 405
Resultado Líquido do Período	98 081	256 829	1 056 017	421 402	442 600
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>36 952 695</b>	<b>41 970 266</b>	<b>43 117 329</b>	<b>42 871 418</b>	<b>42 599 664</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não Corrente</b>					
Financiamentos obtidos	5 488 236	5 122 353	4 756 471	4 390 589	4 024 706
Diferimentos	1 410 000	1 410 000	1 410 000	1 410 000	1 410 000
Outras contas a pagar	195 000	195 000	120 000	120 000	120 000
	7 093 236	6 727 353	6 286 471	5 920 589	5 554 706
<b>Passivo Corrente</b>					
Estado e outros entes públicos	7 724	20 226	33 185	33 185	34 856
Financiamentos obtidos	365 883	365 883	365 883	365 883	365 883
Outras Contas a Pagar	308 986	319 715	330 904	342 575	354 749
Diferimentos	85 000	85 000	85 000	85 000	85 000
	767 593	790 824	814 972	826 643	840 487
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 860 829</b>	<b>7 518 177</b>	<b>7 101 443</b>	<b>6 747 232</b>	<b>6 395 193</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>	<b>44 813 524</b>	<b>49 488 443</b>	<b>50 218 772</b>	<b>49 618 650</b>	<b>48 994 857</b>

## 2.2. Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2024 – 2028 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas, despesas e Balanço plurianuais, os seguintes pressupostos:

- O reconhecimento como rendimento das participações financeiras recebidas no âmbito do PRR de 1/50 por ano a partir do período em que as frações resultantes dos processos de reabilitação entram no mercado de arrendamento;
- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:
  - Tributações autónomas no valor estimado de 2.100€;
  - Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 30% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores;
  - Aplicação de uma taxa de 21% à matéria coletável;
  - Aplicação de uma taxa de 1% ao resultado antes de imposto, associado à derrama.

Tabela 23: Demonstração de Resultados Previsional 2024 - 2028

Rendimentos e Gastos	Períodos				
	2024	2025	2026	2027	2028
Impostos, Contribuições e taxas	326	326	326	326	326
Vendas	2 000 000	-	2 118 830	-	-
Prestações de serviços e concessões	9 249 585	16 066 509	13 338 785	4 512 447	4 825 618
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 715 247	2 971 151	2 971 151	2 971 151	2 971 151
Variação nos inventários da produção	-1 983 290	-	-1 320 315	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-9 660 305	-16 476 777	-13 654 212	-4 686 380	-4 978 764
Gastos com o pessoal	-1 834 387	-1 913 265	-1 995 535	-2 081 342	-2 170 839
Outros rendimentos e ganhos	779 472	587 255	876 647	1 115 853	1 226 360
Outros gastos e perdas	-515 742	-282 778	-289 676	-296 871	-304 375
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>750 906</b>	<b>952 421</b>	<b>2 046 001</b>	<b>1 535 184</b>	<b>1 569 477</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-334 876	-384 669	-634 825	-827 276	-856 714
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>416 030</b>	<b>567 732</b>	<b>1 411 176</b>	<b>707 908</b>	<b>712 763</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	100	100	100	100	100
Juros e gastos similares suportados	-310 325	-290 777	-272 099	-253 421	-235 408
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>105 805</b>	<b>277 055</b>	<b>1 139 177</b>	<b>454 587</b>	<b>477 455</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-7 724	-20 226	-83 160	-33 185	-34 855
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>98 081</b>	<b>256 829</b>	<b>1 056 017</b>	<b>421 402</b>	<b>442 600</b>

### 3. Compromissos Plurianuais

3.1.1.1. A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., (Porto Vivo, SRU) é uma empresa local de natureza municipal, integralmente detida pelo Município do Porto, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;

3.1.1.2. A Assembleia Municipal do Porto, sob proposta da Câmara Municipal, por deliberação de 8 de julho de 2019, designou a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e de Campanhã – Estação e por deliberação de 14 de outubro de 2019, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Corujeira;

M  
K



- 3.1.1.3. Para dar execução ao documento estratégico do Quarteirão de Carlos Alberto, foi deliberada a reabilitação da parcela 6 do referido quarteirão, implicando, desta forma, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública, cuja contratualização e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se agora à sua recalendarização;
- 3.1.1.4. Após um levantamento exaustivo dos imóveis municipais foram identificados aqueles que, pela sua natureza, proximidade e escala potenciavam o desenvolvimento de projetos de arrendamento a custos acessíveis;
- 3.1.1.5. A integração no capital social da empresa desses imóveis permitiu desenvolver estudos que promovessem a dinamização das necessárias operações de reabilitação urbana através de modelos de financiamento otimizados;
- 3.1.1.6. Neste sentido, foram identificados aqueles que necessitam de ser reabilitados e reúnem as condições para serem afetos ao regime de arrendamento a custos controlados, sendo elegíveis para apresentação de candidaturas ao abrigo do PRR;
- 3.1.1.7. Os imóveis que integraram o capital da Porto Vivo, SRU, em setembro de 2021, e que foram objeto de candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência são os seguintes:
- Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22;
- Rua Senhora da Lapa n.º 84;
- Rua Senhora da Lapa n.º 96;
- Rua Senhora da Lapa n.º 100;
- Rua da Glória n.º 71 e 77;
- Rua do Heroísmo n.º 70 e 72;
- Rua do Heroísmo n.º 183 a 193;
- Rua Antero de Quental, n.º 225.
- 3.1.1.8. Já os estudos, aquisições de serviços e empreitadas a desenvolver na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214, por forma a destinar este prédio a arrendamento acessível, serão suportados por recursos próprios da empresa;
- 3.1.1.9. Tendo em vista a aquisição de serviços, a contratação das respetivas empreitadas e as despesas com arrendamento temporário, foi programado o investimento, de acordo com o documento em anexo;
- 3.1.1.10. Prevê-se também e neste âmbito, a aquisição de um imóvel sito na Avenida Vimara Peres n.º 25 e 27 tendo em vista a sua reabilitação para ser afeta ao regime de arrendamento a custos controlados, encontrando-se devidamente programado o investimento a realizar, no que respeita a aquisição de serviços e empreitadas;
- 3.1.1.11. No que respeita aos imóveis adquiridos ao abrigo do PRR tendo em vista a sua reabilitação, constam os seguintes projetos:
- Rua Central de Francos, n.º 757 a 761;
- Rua Nove de Abril, n.º 628 a 632;

Rua Matias de Albuquerque, n.º 263;

Ilha das Antas, n.º 224.

- 3.1.1.12. A 2 de agosto de 2022 foi celebrado o Contrato de Mandato Administrativo entre a Câmara Municipal do Porto e a Porto Vivo, SRU e a 9 de dezembro de 2022 foi celebrado o seu primeiro aditamento;
- 3.1.1.13. Este contrato e respetivo aditamento teve como objetivo dotar a Porto Vivo, SRU dos meios financeiros necessários para a externalização da atividade de reabilitação e conservação dos edifícios identificados nos respetivos anexos, destinados a habitação a custos acessíveis, com a possibilidade de recorrer a programas como o PRR;
- 3.1.1.14. A publicação do Aviso RE-CO2-i01/2021 abriu a possibilidade de candidaturas a financiamento para a reabilitação urbana de imóveis destinados à habitação acessível;
- 3.1.1.15. A Porto Vivo, SRU apresentou, ao abrigo do referido Aviso, candidaturas para parte dos imóveis discriminados no Anexo II ao Contrato de Mandato Administrativo, designadamente, dos que careciam de reabilitação, e que se adequam aos limites para o regime de arrendamento a aplicar aos mesmos, definido no Programa do 1.º Direito;
- 3.1.1.16. No sentido de executar a posição que a Porto Vivo, SRU assumiu no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU, I.P., no âmbito do 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, a Porto Vivo, SRU terá de efetuar contratações de serviços com carácter plurianual;
- 3.1.1.17. Acresce que, tendo em consideração o trabalho até então desenvolvido, a Porto Vivo, SRU adquiriu por via do direito privado e prevê adquirir por recurso a expropriação e reabilitar habitações pertencentes a seis ilhas entre a Rua Vera Cruz e a Rua do Lourenço, cujos procedimentos de contratação associados à sua execução se iniciaram em 2022, e se encontram programados quanto a projetos de arquitetura e especialidades, aquisição de serviços, empreitadas e despesas com arrendamento temporário;
- 3.1.1.18. Finalmente, para suportar a sua atividade corrente, a Porto Vivo, SRU, tem necessidade de efetuar a aquisição de bens e serviços, indispensáveis ao seu funcionamento, com efeitos económicos e financeiros em mais do que um ano económico, cuja estimativa de valores vai indicada também na tabela seguinte;
- 3.1.1.19. Todos os vínculos contratuais supramencionados têm uma natureza plurianual, e, por isso, implicam compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, ou em ano distinto que não seja o da abertura do respetivo procedimento;
- 3.1.1.20. Todos estes compromissos a assumir pela Porto Vivo, SRU foram devidamente enquadrados e suportados nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa, com projeção plurianual

M  
K

(2024/2028), instrumentos esses que, por sua vez, estão, também eles, harmonizados e constituem, aliás, uma decorrência do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal do Porto;

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.



Tabela 24: Compromissos Plurianuais

Designação	Ano						Valor Total (A)
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
<b>A. Despesas Correntes</b>							
<b>A1. Funcionamento Corrente da Sociedade</b>							
A1.1. Aquisição de Combustíveis		9 484 €	9 872 €	10 317 €			29 673 €
A1.2. Serviços de Comunicações Móveis		4 481 €	4 674 €	4 875 €			14 029 €
A1.3. Consultoria em Serviços de Contabilidade e Fiscal		9 600 €	10 013 €	10 443 €			30 056 €
A1.4. Serviços de reformulação infraestrutura passiva/comunicações e net		28 400 €	29 621 €	30 895 €			88 916 €
A1.5. Serviços de Limpeza		29 141 €	30 394 €	31 701 €			91 236 €
A1.6. Serviços de Manutenção de Elevadores		4 300 €	4 485 €	4 678 €			13 463 €
A1.7. Serviços Postais		4 065 €	4 240 €	4 422 €			12 727 €
A1.8. Serviços de subscrição de licenças		19 097 €	19 918 €	20 775 €			59 790 €
A1.9. Serviços de fornecimento de energia e abastecimento de água		21 661 €	22 892 €	23 864 €			67 817 €
A1.10. Arrendamento de Espaços (inclui Programa Porto com Sentido)		2 740 875 €	3 098 932 €	3 313 981 €	3 645 953 €	3 789 884 €	16 487 626 €
A1.11. Renting de Hardware		40 974 €	42 767 €	44 575 €			128 316 €
A1.12. Renting de Viaturas		37 467 €	39 078 €	40 758 €			117 304 €
A1.13. Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judicial		66 308 €	69 159 €	72 133 €			207 600 €
A1.14. Serviços de Consultoria para o Gabinete 1.º Direito		30 000 €	31 290 €	32 635 €			93 925 €
A1.16. Serviços de Assistência Técnica para Software Informático		46 593 €	48 576 €	50 686 €			145 855 €
A1.17. Serviços de disponibilização de balneios		5 000 €	5 215 €	5 439 €			15 654 €
A1.18. Participação em Seminários e Eventos		75 000 €	78 225 €	81 589 €			234 814 €
<b>A2. Contrato de Mandato Administrativo</b>							
A2.1. Empreitadas		5 004 653 €	11 606 552 €	8 369 964 €			24 981 169 €
A2.2. Projetos		509 866 €	111 967 €	267 525 €			889 358 €
A2.3. Coordenação, Fiscalização e Segurança de Obra		208 937 €	386 853 €	365 424 €			960 514 €
A2.4. Sondagens Arqueológicas		53 314 €	2 000 €				55 314 €
A2.5. Levantamento Topográfico		4 000 €					4 000 €
A2.6. Outros Trabalhos Especializados		24 700 €	42 100 €	53 300 €			120 100 €
A2.7. Arrendamento de Espaços		17 171 €	49 656 €	28 459 €			95 286 €
	Sub-Total (A)	0,00 €	6 995 107 €	19 744 610 €	12 694 391 €	3 313 953 €	37 767 054 €
<b>B. Despesas de Capital</b>							
<b>B1. Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto</b>							
B1.1. Empreitada	100 000 €	450 000 €	150 000 €				700 000 €
B1.2. Projetos		5 000 €					5 000 €
B1.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra	33 950 €	40 741 €	10 185 €				84 876 €
<b>B2. Unidade de Intervenção da Lomba</b>							
B2.1. Empreitada		1 720 451 €	2 064 542 €	344 090 €			4 129 083 €
B2.2. Projetos	180 000 €	7 000 €	7 000 €	7 000 €			201 000 €
B2.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		45 000 €	64 420 €	17 326 €			126 746 €
B2.4. Arrendamento de Espaços		166 436 €	181 566 €	90 783 €			438 785 €
<b>B3. Unidades Patrimoniais</b>							
<b>B31. Edifícios da Senhora da Lapa e Heroísmo</b>							
B31.1. Empreitada		778 875 €	562 676 €				1 341 551 €
B31.2. Projetos	80 750 €	3 931 €	3 107 €				87 788 €
B31.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra	7 050 €	62 000 €	26 338 €				95 388 €
B31.4. Sondagens Arqueológicas		6 000 €	22 000 €				28 000 €
B31.5. Arrendamento de Espaços	2 278 €	13 226 €	7 100 €				22 604 €
<b>B32. Edifício de Heroísmo, 185</b>							
B32.1. Empreitada		397 125 €	397 125 €				794 250 €
B32.2. Projetos	44 464 €	2 581 €	2 581 €				49 626 €
B32.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		30 000 €	30 000 €				60 000 €
B32.4. Arrendamento de Espaços		55 479 €	55 479 €				110 958 €
<b>B33. Edifício da Mourzinha da Silveira</b>							
B33.1. Empreitada		200 000 €	380 000 €				580 000 €
B33.2. Projetos	13 500 €	500 €	1 000 €				15 000 €
B33.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		12 000 €	24 000 €				36 000 €
<b>B34. Edifícios da Rua Antão de Quental</b>							
B34.1. Empreitada		258 665 €	517 331 €	86 222 €			862 218 €
B34.2. Projetos	12 139 €	48 557 €	2 168 €				62 864 €
B34.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		21 000 €	42 000 €	7 000 €			70 000 €
<b>B4. Unidade de Intervenção da Santa Clara</b>							
B4.1. Empreitada		120 000 €	220 000 €	45 000 €			385 000 €
B4.2. Projetos		7 200 €	12 000 €	2 700 €			21 900 €
B4.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		12 000 €	24 000 €	6 000 €			42 000 €
<b>B5. Edifício da Rua de Franco</b>							
B5.1. Empreitada	110 000 €	430 000 €					540 000 €
B5.2. Projetos	11 050 €	1 376 €					12 426 €
B5.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra	10 300 €	10 000 €					20 300 €
<b>B6. Edifício da Rua 9 de Abril</b>							
B6.1. Empreitada		52 000 €	132 000 €				184 000 €
B6.2. Projetos	30 437 €	1 500 €	1 500 €				33 437 €
B6.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra	2 800 €	24 000 €	6 000 €				32 800 €
<b>B7. Edifício da Rua Matias de Albuquerque</b>							
B7.1. Empreitada		582 744 €	291 324 €				874 068 €
B7.2. Projetos	28 085 €	1 958 €	1 967 €				32 000 €
B7.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra	3 080 €	35 949 €	18 473 €				57 502 €
<b>B8. Rua das Antas</b>							
B8.1. Empreitada		163 253 €	163 253 €				326 506 €
B8.2. Projetos	23 985 €	21 508 €	2 412 €				47 905 €
B8.3. Serviços de Fiscalização e Coordenação e Segurança de Obra		12 857 €	17 143 €				30 000 €
	Sub-Total (B)	682 038 €	1 871 123 €	3 474 875 €	106 264 €	0 €	11 576 194 €
	Total (A) + (B)	682 038 €	8 866 230 €	21 219 485 €	13 700 655 €	3 313 953 €	49 343 248 €

O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de novembro de 2023.

O Conselho de Administração



---

Pedro Baganha

Presidente do Conselho de Administração



---

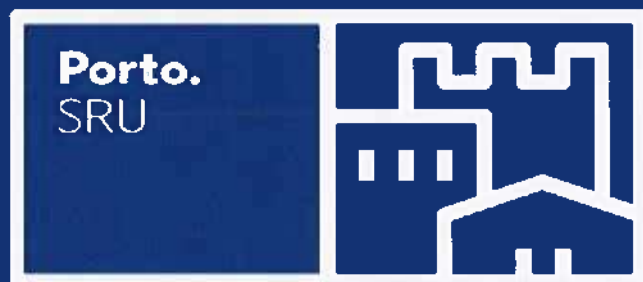
Raquel Maia

Vice-Presidente do Conselho de Administração

---

Ricardo Valente

Vogal do Conselho de Administração



## V. PARECER DO FISCAL ÚNICO



11-11

M

u

M

h



M  
K

M

ll

M

✓





## VI. ANEXOS

# Orçamento - Receita

Exercício		3034			
Legislativa		300 - Anual		Valores em R\$	
Obrigatoria	F. Fin.	Específica	Descrição	Valor	Total
<b>Receitas de Capital</b>					
01	442	10	Transferências de capital		12.183.842,00
01	442	1000	Administração central		12.183.842,00
01	442	100001	Estado		12.183.842,00
01	442	10000179	Outras	12.183.842,00	12.183.842,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>					<b>12.183.842,00</b>
<b>Total F. Fin. 442</b>					<b>12.183.842,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>					
03	513	02	Impostos e contribuições		800.132,00
03	513	0201	Sobre o consumo		800.132,00
03	513	020101	Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	300.132,00	300.132,00
03	513	05	Recebimentos de propriedade		721.862,00
03	513	0503	Juros - Administrações Públicas		300,00
03	513	050301	Administração Central - Estado	300,00	300,00
03	513	0510	Renditas		721.862,00
03	513	051003	Indicações	401.304,00	401.304,00
03	513	051004	Educação	31.878,00	31.878,00
03	513	051019	Outras	288.680,00	288.680,00
03	513	07	Venda de bens e serviços correntes		8.841.881,00
03	513	0702	Serviços		1.478.177,00
03	513	070201	Educação, parcerias, projetos e consultorias		1.478.177,00
03	513	07020201	Conselho Municipal	5.000.027,00	5.000.027,00
03	513	07020202	Partido com Serviços	1.472.300,00	1.472.300,00
03	513	07020203	Outros Serviços	700,00	700,00
03	513	0703	Renditas		1.348.454,00
03	513	070301	Indicações		1.348.454,00
03	513	07030103	Renditas - Partido sem Serviço	1.064.300,00	1.064.300,00
03	513	07030104	Renditas - DPV	284.154,00	284.154,00
03	513	08	Outras receitas correntes		278.878,00
03	513	0801	Outras		278.878,00
03	513	080101	Prémios - Juros por garantia de risco e diferenças de	100,00	100,00
03	513	080179	Outras		278,778,00
03	513	08019999	Diversas	278.778,00	278.778,00
<b>Total das Receitas Correntes</b>					<b>10.213.673,00</b>
<b>Receitas de Capital</b>					
01	513	09	Venda de bens de investimento		2.073.300,00
01	513	0902	Indicações		2.073.000,00
01	513	090201	Famílias	2.073.000,00	2.073.000,00
01	513	0904	Outros bens de investimento		300,00
01	513	090401	Famílias		300,00
01	513	09041001	Outras	300,00	300,00
01	513	10	Outras receitas de capital		300,00
01	513	1001	Outras		300,00
01	513	100101	Indicações	100,00	100,00
01	513	15	Respostas não atribuídas nos pagamentos		200,00
02	513	1501	Respostas não atribuídas nos pagamentos		200,00
03	513	150101	Respostas não atribuídas nos pagamentos	100,00	100,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>					<b>2.073.300,00</b>
<b>Total F. Fin. 513</b>					<b>12.196.673,00</b>
<b>Receitas Correntes</b>					
01	540	06	Transferências correntes		2.713.247,00
01	540	0605	Administração local		2.713.247,00
01	540	060501	Comunidade		2.713.247,00

*M*  
*K*

## Orçamento - Receita

Exercício		2024		Valores em R\$	
Anexo		003 - ACUM			
Orç./Anexo	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	940	00050101	Municipal	2.715.247,00	2.715.247,00
<b>Total das Receitas Correntes</b>				<b>2.715.247,00</b>	<b>2.715.247,00</b>
<b>Total F. Fin. 940</b>				<b>2.715.247,00</b>	<b>2.715.247,00</b>
<b>Total Orçamentos 01</b>				<b>27.012.062,00</b>	<b>27.012.062,00</b>
<b>Total Orçamento</b>				<b>27.012.062,00</b>	<b>27.012.062,00</b>

M  
K

# Orçamento - Despesa

Exercício: 2024

Emprego: 300 - Anual

Valores em Euro

Orç. Anual	F. Fin.	Económica	Designação	Valor	Total
<b>Despesas Correntes</b>					
01	443	06	Outras despesas correntes		200,631.00
01	443	0600	Outras		200,631.00
01	443	060000	Outras		200,631.00
01	443	06000300	IVA pago	200,631.00	200,631.00
<b>Total das Despesas Correntes</b>					<b>200,631.00</b>
<b>Despesas de Capital</b>					
01	443	07	Aquisição de bens de capital		11,895,211.00
01	443	0700	Investimentos		11,895,211.00
01	443	070000	Investimentos		11,895,211.00
01	443	07000000	Construção	5,573,391.00	5,573,391.00
01	443	07000002	Aquisição	6,321,820.00	6,321,820.00
<b>Total das Despesas de Capital</b>					<b>11,895,211.00</b>
<b>Total F. Fin. 443</b>					<b>12,185,842.00</b>
<b>Despesas Correntes</b>					
01	513	01	Despesas com o pessoal		588,365.00
01	513	0101	Remunerações certas e pagáveis		466,832.00
01	513	010100	Órgãos locais	14,720.00	14,720.00
01	513	010101	Pessoal dos quadros - Regime de função pública		70,092.00
01	513	01010300	Pessoal em funções	70,092.00	70,092.00
01	513	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual		240,586.00
01	513	01010400	Pessoal em funções	240,586.00	240,586.00
01	513	010106	Pessoal contratado a termo		9,091.00
01	513	01010600	Pessoal em funções	2,152.00	2,152.00
01	513	01010604	Recrutamento do pessoal para novas prazos de trial	6,739.00	6,739.00
01	513	010107	Pessoal em regime de tarefa de aviação		605.00
01	513	010110	Representação	7,416.00	7,416.00
01	513	010113	Subsídios de refeição	18,592.00	18,592.00
01	513	010114	Subsídios de férias e de Natal	88,738.00	88,738.00
01	513	0102	Alugueres diversos ou eventuais		2,292.00
01	513	010200	Horas extraordinárias	529.00	529.00
01	513	010204	Aquiescência	982.00	982.00
01	513	010205	Alugueres para lanchas	721.00	721.00
01	513	010210	Indemnizações por cessação de funções	30.00	30.00
01	513	010213	Outros suplementos e prémios		30.00
01	513	01021300	Prémios de desempenho	30.00	30.00
01	513	0103	Segurança social		119,243.00
01	513	010301	Alugueres para a saúde	4,368.00	4,368.00
01	513	010305	Contribuições para a segurança social		109,663.00
01	513	01030500	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD)	3,528.00	3,528.00
01	513	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP		88,809.00
01	513	0103050200	Cassa Geral de Aposentação	16,578.00	16,578.00
01	513	0103050200	Segurança social - Regime geral	72,231.00	72,231.00
01	513	01030503	Outros	1,231.00	1,231.00
01	513	010309	Seguros		11,207.00
01	513	01030900	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4,224.00	4,224.00
01	513	01030902	Seguros de saúde	6,983.00	6,983.00
01	513	02	Aquisição de bens e serviços		9,048,578.00
01	513	0200	Aquisição de bens		14,566.00
01	513	020000	Contribuintes e beneficiários		3,526.00
01	513	02000200	Outros	3,426.00	3,426.00
01	513	02000200	Outros	100.00	100.00
01	513	020004	Licenças e férias	151.00	151.00
01	513	020005	Alimentação - Refeições com as famílias	790.00	790.00
01	513	020007	Viagens e despesas pessoais	102.00	102.00



# Orçamento - Despesa

Exercício: 2024

Lançamento: 200 - Anual

Valores em R\$

Orçânica	P. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
<b>Despesas Correntes</b>					
01	513	020108	Material de consumo	1,425.00	1,425.00
01	513	020110	Produtos vendidos nas farmácias	148.00	148.00
01	513	020115	Prêmios, indenizações e ofertas	62.00	62.00
01	513	020117	Ferramentas e utensílios	31.00	31.00
01	513	020118	Unos e documentação técnica	557.00	557.00
01	513	020119	Outros bens	7,774.00	7,774.00
01	513	0202	Aquisição de serviços		8,034,012.00
01	513	020201	Encargos das instalações	62,857.00	62,857.00
01	513	020202	Limpeza e higiene	72,105.00	72,105.00
01	513	020203	Contribuição de bens	5,131,500.00	5,131,500.00
01	513	020204	Locação de edifícios	2,595,383.00	2,595,383.00
01	513	020205	Locação de material de informática	15,241.00	15,241.00
01	513	020206	Contratações	13,488.00	13,488.00
01	513	020210	Transportes	13,502.00	13,502.00
01	513	020211	Representação dos serviços	1,512.00	1,512.00
01	513	020212	Sigilos	42,742.00	42,742.00
01	513	020213	Deslocações e estadas	2,565.00	2,565.00
01	513	020214	Estudos, pareceres, projetos e consultorias	648,616.00	648,616.00
01	513	020215	Formação	10,001.00	10,001.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares	15,214.00	15,214.00
01	513	020217	Biblioteca	17,046.00	17,046.00
01	513	020218	Vigilância e segurança	31.00	31.00
01	513	020219	Assistência técnica	10,259.00	10,259.00
01	513	020220	Outros trabalhos especializados	426,311.00	426,311.00
01	513	020221	Utilização de infra-estruturas de terceiros	907.00	907.00
01	513	020222	Serviços de saúde	967.00	967.00
01	513	020225	Outros serviços	3,772.00	3,772.00
01	513	02	Juros e outros encargos		11,251.00
01	513	0202	Outros encargos correntes da dívida pública		5,000.00
01	513	030201	Despesas diversas	5,000.00	5,000.00
01	513	0306	Outros juros		103.00
01	513	030601	Outros		103.00
01	513	03250102	Juros do Novo	303.00	303.00
01	513	0306	Outros encargos financeiros		5,948.00
01	513	030601	Outros encargos financeiros	5,948.00	5,948.00
01	513	04	Instituições correntes		3,843.00
01	513	0401	Sociedades e quasi sociedades em finanças		3,843.00
01	513	040102	Privadas	3,843.00	3,843.00
01	513	06	Outras despesas correntes		878,077.00
01	513	0602	Diversas		878,077.00
01	513	060201	Impostos e taxas		292,442.00
01	513	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		292,442.00
01	513	06020102	Outras	292,442.00	292,442.00
01	513	060202	Outras		585,635.00
01	513	06020201	IMT pago	354,171.00	354,171.00
01	513	06020205	Outras	231,464.00	231,464.00

**Total das Despesas Correntes 18,530,112.00**

## Despesas de Capital

01	513	07	Aquisição de bens de capital		1,564,750.00
01	513	0701	Investimentos		1,564,750.00
01	513	070101	Manutenção		1,492,180.00
01	513	07010101	Construção	66,569.00	66,569.00
01	513	07010102	Aquisição	612,500.00	612,500.00
01	513	07010103	Reparação e conservação	10,000.00	10,000.00
01	513	070107	Equipamento de informática	19,680.00	19,680.00
01	513	070108	Software informático	49,700.00	49,700.00
01	513	070110	Equipamento básico		3,600.00

# Orçamento - Despesa

Exercício: 2014  
 Lançamentos: ODD - Anual

Valores em R\$

Ordem	P. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
<b>Despesas de Capital</b>					
01	513	07011007	Outro	3.600,00	3.600,00
<b>Total das Despesas de Capital</b>				<b>3.600,00</b>	<b>3.600,00</b>
<b>Total P. Fin. 513</b>				<b>3.600,00</b>	<b>3.600,00</b>
<b>Despesas Correntes</b>					
01	540	01	Despesa com pessoal		1.270.548,00
01	540	0101	Remuneração fixas e permanentes		991.476,00
01	540	010102	Orgãos sociais	45.341,00	45.341,00
01	540	010103	Pessoal dos quadros - Regime de função pública		182.555,00
01	540	01010301	Pessoal em funções	182.555,00	182.555,00
01	540	010104	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual		576.086,00
01	540	01010401	Pessoal em funções	576.086,00	576.086,00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo		20.985,00
01	540	01010601	Pessoal em funções	20.985,00	20.985,00
01	540	01010604	Aumento do pessoal para repor perdas de todo	11.028,00	11.028,00
01	540	010107	Pessoal em regime de férias ou aviação	1.305,00	1.305,00
01	540	010111	Representação	17.120,00	17.120,00
01	540	010113	Subsídio de refeição	42.920,00	42.920,00
01	540	010114	Subsídios de férias e de Natal	105.074,00	105.074,00
01	540	0102	Alugueres variáveis ou eventuais		4.207,00
01	540	010202	Alugueres extraordinários	4.207,00	4.207,00
01	540	010204	Águas de teste	2.168,00	2.168,00
01	540	010205	Adorno para festas	1.178,00	1.178,00
01	540	010212	Indemnizações por cessação de funções	70,00	70,00
01	540	010214	Outros suplementos e vantagens	70,00	70,00
01	540	01021301	Prémios de desempenho	70,00	70,00
01	540	0103	Segurança social		374.265,00
01	540	010301	Encargos com a saúde	10.081,00	10.081,00
01	540	010305	Contribuições para a segurança social		339.280,00
01	540	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (AD)	8.377,00	8.377,00
01	540	01030502	Segurança social do pessoal em RCTFP	228.072,00	228.072,00
01	540	0103050201	Cassa Social de Assistência	61.348,00	61.348,00
01	540	0103050202	Segurança social - Regime geral	166.724,00	166.724,00
01	540	01030503	Outros	2.845,00	2.845,00
01	540	010309	Sóguas		34.895,00
01	540	01030901	Sóguas de acidentes no trabalho e doença profissional	3.779,00	3.779,00
01	540	01030902	Sóguas de saúde	16.116,00	16.116,00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		745.073,00
01	540	0201	Aquisição de bens		38.132,00
01	540	020101	Combustíveis e lubrificantes		8.130,00
01	540	02010201	Gasolina	8.130,00	8.130,00
01	540	020104	Sempres e aluguer	349,00	349,00
01	540	020105	Alimentação - refeições confeccionadas	1.818,00	1.818,00
01	540	020107	Vestuário e artigos pessoais	608,00	608,00
01	540	020108	Materiais de vestidura	3.417,00	3.417,00
01	540	020110	Produtos vendidos nas farmácias	344,00	344,00
01	540	020115	Prémios, indenizações e gratias	138,00	138,00
01	540	020117	Ferramentas e utensílios	69,00	69,00
01	540	020118	Livros e documentação literária	1.288,00	1.288,00
01	540	020119	Outros bens	22.072,00	22.072,00
01	540	0202	Aquisição de serviços		706.742,00
01	540	020201	Encargos das instalações	12.977,00	12.977,00
01	540	020202	Luzes e higiene	13.738,00	13.738,00
01	540	020203	Comunicação de bens	54.326,00	54.326,00
01	540	020204	Reparação de edifícios	61.945,00	61.945,00
01	540	020205	Locação de móveis de informática	35.181,00	35.181,00
01	540	020208	Comunicações	12.055,00	12.055,00

# Orçamento - Despesa

Exercício: 2018  
 Lançamento: OCO - Anual

Valor em R\$ 0,00

Orgânica	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
<b>Despesas Correntes</b>					
01	540	020210	Tributáveis	31.168,00	31.168,00
01	540	020211	Representação dos serviços	3.488,00	3.488,00
01	540	020212	Seguros	1.473,00	1.473,00
01	540	020213	Deslocações e estadas	15.767,00	15.767,00
01	540	020214	Estudos, pareceres, projetos e consultorias	105.994,00	105.994,00
01	540	020215	Formação	23.080,00	23.080,00
01	540	020216	Seminários, exposições e simulações	50.886,00	50.886,00
01	540	020217	Publicidade	97.573,00	97.573,00
01	540	020218	Vegetação e segurança	60,00	60,00
01	540	020219	Assistência técnica	47.250,00	47.250,00
01	540	020220	Outros trabalhos executados	100.203,00	100.203,00
01	540	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	2.093,00	2.093,00
01	540	020222	Serviços de saúde	2.231,00	2.231,00
01	540	020225	Outros serviços	6.044,00	6.044,00
01	540	03	Juros e outros encargos		306.568,00
01	540	0301	Juros de dívida pública		306.325,00
01	540	030109	Administração Pública Local - Contratos	304.325,00	304.325,00
01	540	0305	Outros juros		697,00
01	540	030502	Juros		697,00
01	540	03050202	Juros de dívida	697,00	697,00
01	540	0306	Outros encargos financeiros		1.546,00
01	540	030601	Outros encargos financeiros	1.546,00	1.546,00
01	540	04	Transferências correntes		5.744,00
01	540	0401	Sociedades e outras entidades não financeiras		5.744,00
01	540	040102	Privadas	5.744,00	5.744,00
01	540	06	Outras despesas correntes		21.430,00
01	540	0602	Diversas		21.430,00
01	540	060201	Impostos e taxas		16.430,00
01	540	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia		16.430,00
01	540	0602010103	Contribuição	16.430,00	16.430,00
01	540	060203	Outras		5.002,00
01	540	06020302	IVA pago	3.002,00	3.002,00
01	540	06020305	Outras	2.002,00	2.002,00
<b>Total das Despesas Correntes</b>				<b>2.949.364,00</b>	
<b>Despesas de Capital</b>					
01	540	10	Passivos financeiros		365.883,00
01	540	1006	Empréstimos à médio e longo prazos		365.883,00
01	540	100601	Administração Pública Local - Contratos	365.883,00	365.883,00
<b>Total das Despesas de Capital</b>				<b>365.883,00</b>	
<b>Total F. Fin. 540</b>				<b>2.715.247,00</b>	
<b>Total Orgânica 01</b>				<b>26.095.966,00</b>	
<b>Total Orçamento</b>				<b>26.095.966,00</b>	

M  
K

**Parecer do Fiscal Único**  
**relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2024-2028 da**  
**Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.**

**Introdução**

Conforme previsto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2024-2028, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

**Responsabilidades**

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

**Âmbito**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a adequação da apresentação da informação previsional.
  
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

## Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

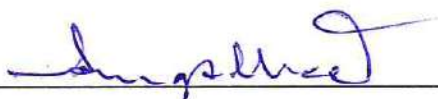
Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2023, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, na situação patrimonial e nos resultados das operações projetados para 2024.
2. Conforme descrito no orçamento em análise, o financiamento das atividades previstas para o período 2024-2028, designadamente no que respeita aos investimentos em reabilitação urbana, dependerá, essencialmente, da concretização das transferências a receber estimadas no âmbito das candidaturas já submetidas e ainda a submeter ao Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência.
3. As receitas estimadas a receber do Município do Porto no âmbito do Contrato Programa e do Contrato de Mandato, em montante superior ao atualmente estipulado, pressupõem a aprovação de um novo aditamento aos referidos contratos.

Porto, 13 de novembro de 2023



António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179



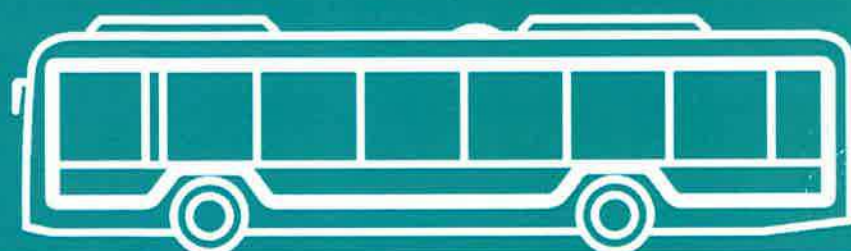


STCP, EIM, SA

# Instrumentos Previsionais de Gestão 2024-2028

Versão 21.set.23

28.set.2023



1. Introdução .....	3
2. Resumo Executivo .....	5
3. Plano de Atividade e Orçamento .....	10
<b>3.1 OFERTA, PASSAGEIROS E RECEITA AUTOCARRO E CARRO ELÉTRICO</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2 PESSOAL</b> .....	<b>11</b>
<b>3.3 FROTA</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4 RENDIMENTOS SEM OSP</b> .....	<b>12</b>
<b>3.5 GASTOS E RENDIMENTOS NÃO CORRENTES</b> .....	<b>13</b>
4. Plano de Investimento .....	14
5. Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/12 .....	17
<b>COMPENSAÇÃO ADICIONAL POR MUNICÍPIO</b> .....	<b>18</b>
6. Demonstrações Financeiras .....	19
<b>6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA</b> .....	<b>19</b>
<b>6.2 BALANÇO</b> .....	<b>20</b>
<b>6.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>21</b>
7. Principais Riscos .....	22
8. Anexos .....	24
<b>ANEXO 1. PASSAGEIROS E RECEITA</b> .....	<b>24</b>
<b>ANEXO 2. PESSOAL</b> .....	<b>33</b>
<b>ANEXO 3 DETALHE DE GASTOS</b> .....	<b>35</b>
<b>ANEXO 4 PLANO DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>37</b>
9. Parecer do Fiscal Único .....	44





## 1. Introdução

O orçamento da STCP, EIM, SA para os anos de 2024 a 2028 foi elaborado em junho de 2023, dando cumprimento às instruções recebidas por parte dos Departamentos Financeiros dos Municípios acionistas e dos prazos que impuseram à empresa.

Considerando que a vigência do contrato de concessão em vigor termina a 31 de dezembro de 2024, os montantes que são apresentados para além desta data, por forma a responder ao solicitado, constituem um exercício meramente académico assente nos pressupostos do contrato vigente e do serviço atualmente contratualizado.

A estimativa para 2023 incorpora os valores reais até maio inclusive. Os valores considerados para o período de previsão refletem o melhor conhecimento existente na data de elaboração do orçamento 2024 a 2028, o do mês de junho de 2023.

Este orçamento incorpora a partir de 2025 a exploração das linhas Metrobus da Boavista-Império e Boavista-Anémona pela STCP, EIM, SA, estando igualmente previsto o valor de investimento de 11,028 milhões de euros a realizar em 2025 na colocação de painéis fotovoltaicos para a produção de energia nas estações de Via Norte e Areosa.

A STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., empresa participada a 100% pela STCP, EIM, SA, é valorizada nas demonstrações financeiras da STCP pelo método de equivalência patrimonial. Tendo por base o contrato programa elaborado entre a STCP Serviços e o Município do Porto, e outros que venham a ser firmados, estima-se que a atividade da STCP Serviços evolua de forma positiva ao longo dos anos. No entanto, ao abrigo dos contratos-programa elaborados e, tendo por base o pressuposto de transferência dos resultados positivos ou assunção dos prejuízos via subsídio OSP por parte dos beneficiários dos contratos, estima-se um resultado próximo de zero, razão pela qual não foi considerado qualquer impacto ao nível da aplicação do método de equivalência patrimonial na elaboração deste orçamento. Este tema poderá ser revisto e ponderado em orçamentos futuros.

Não foi estimado qualquer impacto pela aplicação do MEP para as restantes participadas TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. por não se considerar os seus impactos materialmente relevantes no orçamento.

O valor previsional das Obrigações de Serviço Público (OSP) de 2023 a 2028 foram calculadas pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica. Esta entidade elaborou o Anexo A das Bases Financeiras do Terceiro Aditamento do Contrato de Serviço Público em 2019. Desde essa data, apoia a STCP no cálculo das compensações financeiras das obrigações de serviço público.



*D. Pinheiro*  
2

A proposta de orçamento versão 28.set.2023 será apresentada pela STCP, EIM, SA, na 18ª reunião da Unidade Técnica de Coordenação, dia 22 de setembro, bem como também na reunião de 25 de setembro com os Departamentos Financeiros dos Municípios Acionistas.

## 2. Resumo Executivo

Documento apresentado pela STCP, EIM, SA, na 18ª reunião da Unidade Técnica de Coordenação, dia 22 de setembro, bem como também na reunião de 25 de setembro com os Departamentos Financeiros dos Municípios Acionistas.

# 1. Investimento

(milhares euros) [1] [2]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	23-28
Municípios [3]	236	18.117	21.291	45.521	29.821	12.601	5.941	133.291
Aviso n.º 01/C15-405/2021   Fundo Ambiental	0	8.449	0	0	0	0	0	8.449
Estado [3]	2.575	3.275	3.308	0	0	0	0	6.583
<b>Investimento</b>	<b>2.811</b>	<b>29.835</b>	<b>24.599</b>	<b>45.521</b>	<b>29.821</b>	<b>12.601</b>	<b>5.941</b>	<b>148.317</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores do Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Período 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

**Financiamento Investimento**  
8,5M€ 48 autocarros PRR em 2023  
Não previsto para as restantes aquisições

(milhares euros) [1] [2]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	23-28
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	19.260	12.240	26.350	28.000	11.910	5.250	103.010
Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos	0	500	2.200	2.500	0	0	0	5.200
Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos	48	415	450	495	115	115	115	1.705
Estação de Recolha Francos e Via Norte	1.644	1.245	4.850	3.000	0	0	0	9.095
Outras Infraestruturas	167	1.412	618	11.173	1.110	10	10	14.339
Sistema de Bilhética	0	2.392	250	0	0	0	0	2.642
Sistema Apoio à Exploração e Informação (SAEI)	0	1.520	100	100	0	0	0	1.720
Outros	953	3.091	3.891	1.898	596	566	566	10.606
<b>Investimento</b>	<b>2.811</b>	<b>29.835</b>	<b>24.599</b>	<b>45.521</b>	<b>29.821</b>	<b>12.601</b>	<b>5.941</b>	<b>148.317</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores do Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Período 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

**Investimento**  
Maior parte para renovação e expansão (24)  
autocarros  
23-28 aquisição de 178 autocarros elétricos

*Dr. J. J. J.*



## 2. Atividade

Pressuposto	Real 2019	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Taxa de inflação [1]	0,2%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%

[1] [http://www.cfpj.uspb.br/subsistema\\_ficheros/202305/Estimativa-projecoes-macro-economicas-maio2023\\_pt.pdf](http://www.cfpj.uspb.br/subsistema_ficheros/202305/Estimativa-projecoes-macro-economicas-maio2023_pt.pdf), 2023 CFP, 2024 BCP e 25 e 28, ficha 16, FMI Dades, atualizados a 09/09/2023.

	% face a 2019												
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
<b>Autosumo (milhares)</b>	Real 2019	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028						
Oferta (km Serviço)	22.065	21.996	23.671	23.398	23.429	23.427	23.416	104%	107%	106%	106%	106%	106%
Passageiros	75.985	71.096	73.147	74.023	76.432	76.719	76.961	94%	96%	97%	101%	101%	101%
Receita (€) [1]	47.497	48.513	52.649	54.576	57.596	58.901	60.017						
Taxa Atualização Tarifária (TAT) [2]	1,1%	0,8%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%						
Bilhete de Bordo (€)	2.00	2,50	2,50	2,70	2,70	2,80	2,80						

<b>Linhas Metrobus (milhares)</b>							
	Real 2019	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (km Serviço)	0	0	0	786	786	786	786
Passageiros	0	0	0	6.220	6.431	6.462	6.480
Receita (€) [1]	0	0	0	4.801	5.051	5.192	5.290

Exploração das linhas Metrobus a partir de 2025

	% face a 2019												
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
<b>Carro Elétrico (milhares)</b>	Real 2019	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028						
Oferta (km Serviço)	152	179	174	174	233	233	233	118%	115%	115%	154%	154%	154%
Passageiros	738	696	737	734	881	925	927	86%	100%	99%	116%	125%	126%
Receita (€) [1]	1.971	2.258	2.956	3.629	4.515	5.220	5.337						

<b>STCP (milhares)</b>							
	Real 2019	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (km Serviço)	22.217	23.175	23.845	24.359	24.448	24.447	24.435
Passageiros	76.723	71.732	73.883	80.977	83.744	84.107	84.369
Receita (€) [1]	49.468	50.771	55.604	63.006	66.922	69.913	70.643

[1] Receita de Bilhetes e Compensação Tarifária  
 [2] Em 2023, Tarifário Andante.

Orçamento 2024-2028 versão 21.set.23 | 18ª Reunião UTC.22.set.23 | Informação Confidencial



### 3.1 Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/12

(milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Org 2024	21-24
OSP Contrato Inicial [1]	10.531	16.227	17.833	20.137	64.728
OSP Totais [1] [2]	16.941	11.271	19.292	30.500	78.003
Acerto das OSP [1]	6.410	-4.956	1.459	10.363	13.275
Art. 40º Lei 50/2012 [2]	2.924	8.605	0	0	11.530
OSP Totais [1] e Art. 40º Lei 50/2012 [2]	19.865	19.876	19.292	30.500	89.533
Acerto das OSP [1] e Art. 40º Lei 50/2012 [2]	9.334	3.649	1.459	10.363	24.805

[1] valores sem IVA.

[2] OSP condição de RAJ = 0 & VAL = 0




*Dr. J. Inácio*



### 3.2 Compensação Adicional por Município

Acerto das ODP [1] milhares de euros	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Org. 2024	Σ 21-24
Gondomar	467	-361	106	754	966
Matosinhos	616	-476	140	996	1.276
Porto	768	-594	175	1.241	1.590
Valongo	3.442	-2.661	783	5.564	7.128
Vila Nova de Gaia	346	-268	79	580	717
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>-597</b>	<b>176</b>	<b>1.248</b>	<b>1.598</b>
<b>Total</b>	<b>6.430</b>	<b>-4.956</b>	<b>1.469</b>	<b>10.363</b>	<b>13.275</b>

[1] valores sem IVA.

Art. 4ºP Lei 50/2012 milhares de euros	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Org. 2024	Σ 21-24	Acerto das ODP [1] e Art. 4ºP Lei 50/2012 [2]	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Org. 2024	Σ 21-24
Gondomar	213	616	0	0	839	Gondomar	680	266	106	754	1.806
Matosinhos	281	827	0	0	1.108	Matosinhos	837	351	140	996	2.384
Porto	350	1.031	0	0	1.381	Porto	1.118	437	175	1.241	2.972
Valongo	1.570	4.620	0	0	6.190	Valongo	5.012	1.959	783	5.564	13.318
Vila Nova de Gaia	158	465	0	0	623	Vila Nova de Gaia	504	197	79	580	1.339
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>1.036</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.388</b>	<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>439</b>	<b>176</b>	<b>1.248</b>	<b>2.987</b>
<b>Total</b>	<b>2.924</b>	<b>8.605</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.530</b>		<b>9.334</b>	<b>3.649</b>	<b>1.459</b>	<b>10.363</b>	<b>24.805</b>

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0

[1] valores sem IVA.

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0

Orçamento 2024-2028 versão 21.set.23 | 18ª Reunião UTC 23.set.23 | Informação Confidencial



## 4. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados por Natureza (milh. euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027	Orç. 2028
Receita	33.460	45.223	50.771	55.604	63.006	66.922	69.313	70.643
Outros Rendimentos e Subsídios	3.630	3.960	3.276	3.658	3.808	3.840	3.633	3.699
Subsídios COVID DL 14-C/2020	7.082	6.517	0	0	0	0	0	0
Subsídios Apoio Combustível	327	2.366	1.863	0	0	0	0	0
Obrigações de Serviço Público Contratuais e Acertios	16.941	11.271	19.292	30.500	63.736	45.139	26.007	20.319
<b>Rendimentos</b>	<b>61.240</b>	<b>69.337</b>	<b>75.203</b>	<b>89.763</b>	<b>130.550</b>	<b>115.901</b>	<b>98.962</b>	<b>94.662</b>
Pessoal	33.048	34.213	37.713	40.404	44.298	46.295	48.174	49.977
Energia	10.334	24.293	13.432	14.938	15.466	15.257	15.147	15.229
Amortizações	6.854	7.595	6.940	9.522	11.967	14.548	14.625	15.290
Manutenção Autocarros e Cárros Eléctricos	6.146	5.633	6.683	7.756	7.905	7.575	7.543	7.611
Outros	7.782	6.209	10.235	12.979	13.994	14.710	14.832	15.423
<b>Gastos</b>	<b>64.164</b>	<b>77.942</b>	<b>75.003</b>	<b>85.599</b>	<b>93.650</b>	<b>98.384</b>	<b>100.322</b>	<b>103.530</b>
Juros Suportados	0	0	0	150	0	0	0	0
<b>Resultado Antes de Imposto</b>	<b>-2.924</b>	<b>-8.605</b>	<b>199</b>	<b>4.014</b>	<b>36.921</b>	<b>17.517</b>	<b>-1.369</b>	<b>-8.869</b>
Transferências Financeiras a título Art. 50/12	2.924	8.605	0	0	0	0	1.369	8.869
Imposto sobre o Rendimento do Período	83	84	-41	-285	-2.605	-1.237	-2	-1
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>83</b>	<b>84</b>	<b>158</b>	<b>3.728</b>	<b>34.316</b>	<b>16.280</b>	<b>-2</b>	<b>-1</b>

Pressupostos	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027	Orç. 2028
Taxa de Aumento Salarial [1]	1,7%	2,0%	3,0%	4,8%	4,7%	4,6%	4,6%	4,6%
Preço m3 gás natural (cêntimos euro)	61	150	72	82	85	87	89	91
Preço kWh electricidade (cêntimos euro)	15	31	28	30	31	32	32	33
Preço litro gas óleo (cêntimos euro)	104	135	127	144	149	153	156	156

[1] Em 2023, houve adicionalmente aumento de 52 euros nos salários até 2.600 euros brutos.

### 3. Plano de Atividade e Orçamento

Pressuposto	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Taxa de Inflação [1]	0,2%	-0,2%	0,7%	8,1%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%

[1] [https://www.cfp.pt/uploads/subcanais\\_ficheiros/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023\\_pt.pdf](https://www.cfp.pt/uploads/subcanais_ficheiros/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023_pt.pdf), 2023 CFP, 2024 BdP e 25 a 28, inclusive, FMI. Dados consultados a 15/05/2023.

#### 3.1 Oferta, Passageiros e Receita Autocarro e Carro Elétrico

Estima-se para 2024 a 2028 cumprir a oferta que corresponde ao nível atualmente contratualizado, no modo autocarro, que é de cerca de 23,5 milhões de quilómetros.

A partir de 2025 foi considerada a exploração das linhas Metrobus pela STCP, EIM, SA.

Para o carro elétrico foi considerado o encerramento da linha 22 até final de 2025, devido às obras do Metro do Porto.

No Anexo 1 segue detalhe da previsão da oferta, passageiros, receita do modo autocarro, Linhas Metrobus e carro elétrico.

Autocarro (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (Km Serviço)	22.065	21.760	22.214	22.551	22.996	23.671	23.398	23.429	23.427	23.416
Passageiros	75.985	48.985	50.769	68.064	71.096	73.147	74.023	76.432	76.719	76.961
Receita (€) [1]	47.497	31.547	32.810	43.562	48.513	52.649	54.576	57.356	58.901	60.017
Taxa Atualização Tarifária (TAT) [2]	1,1%	0,0%	0,0%	0,5%	0,8%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%
Bilhete de Bordo (€)	2,00	2,00	2,00	2,00	2,50	2,50	2,70	2,70	2,80	2,80
[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária					0	0	0	0	0	0
[2] Em 2023, Tarifário Andante										

Linhas Metrobus (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (Km Serviço)	0	0	0	0	0	0	786	786	786	786
Passageiros	0	0	0	0	0	0	6.220	6.431	6.462	6.480
Receita (€) [1]	0	0	0	0	0	0	4.801	5.051	5.192	5.290
[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária										

Carro Elétrico (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (Km Serviço)	152	117	96	173	179	174	174	233	233	233
Passageiros	738	242	250	565	636	737	734	881	925	927
Receita (€) [1]	1.971	558	650	1.661	2.258	2.956	3.629	4.515	5.220	5.337
[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária										

STCP (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Oferta (Km Serviço)	22.217	21.876	22.310	22.724	23.175	23.845	24.359	24.448	24.447	24.435
Passageiros	76.723	49.227	51.018	68.629	71.732	73.883	80.977	83.744	84.107	84.369
Receita de Bilheteira	40.878	24.677	26.837	36.781	39.739	43.640	50.037	53.438	55.547	56.628
Compensações Tarifárias	8.590	7.428	6.623	8.442	11.032	11.965	12.969	13.485	13.766	14.015
Receita (€) [1]	49.468	32.105	33.460	45.223	50.771	55.604	63.006	66.922	69.313	70.643
[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária										



### 3.2 Pessoal

No Anexo 2 segue detalhe da previsão dos gastos de pessoal e efetivo.

Efetivo a 31/12 [1]	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Autocarro	1.243	1.291	1.296	1.290	1.315	1.356	1.382	1.397	1.397	1.397
Linhas Metrobus	0	0	0	0	0	0	48	48	48	48
Carro Elétrico e Museu	46	42	40	45	52	57	59	59	59	59
<b>STCP</b>	<b>1.289</b>	<b>1.333</b>	<b>1.335</b>	<b>1.334</b>	<b>1.367</b>	<b>1.413</b>	<b>1.489</b>	<b>1.504</b>	<b>1.504</b>	<b>1.504</b>

Efetivo [1]	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Efetivo a 31/12	1.289	1.333	1.335	1.334	1.367	1.413	1.489	1.504	1.504	1.504
Efetivo Médio	1.267	1.278	1.313	1.321	1.366	1.389	1.474	1.495	1.504	1.504
Motoristas Funções Autocarro	938	983	988	986	990	1.010	1.030	1.030	1.030	1.030
Motoristas Funções Linhas Metrobus	0	0	0	0	0	0	36	36	36	36
Guarda-Freios em Funções	18	20	17	23	22	22	22	28	28	28

[1] Não inclui órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

### 3.3 Frota

Em 2024, e com o investimento previsto na frota, a STCP terá 22% da frota de autocarros elétrica e 70% a gás natural.

Não se encontram contabilizados os autocarros a hidrogénio que farão a operação das linhas Metrobus a partir de 2025.

No Anexo 4.1 segue detalhe da previsão da evolução da frota de autocarros.

Frota Autocarros 31/12	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Standard Gás Natural	239	295	304	304	304	284	254	254	254	254
Articulados Gás Natural	29	29	29	29	29	29	19	0	0	0
<b>Autocarros Gás Natural</b>	<b>268</b>	<b>324</b>	<b>333</b>	<b>333</b>	<b>333</b>	<b>313</b>	<b>273</b>	<b>254</b>	<b>254</b>	<b>254</b>
Standard Elétrico	15	15	20	20	68	88	108	108	108	108
Articulados Elétricos	0	0	0	0	0	0	20	60	60	60
Dois Pisos Elétricos	0	0	0	0	0	0	0	0	15	22
Midis Elétricos	0	0	0	0	0	8	8	8	8	8
<b>Autocarros Elétricos</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>68</b>	<b>96</b>	<b>136</b>	<b>176</b>	<b>191</b>	<b>198</b>
Standard Gasóleo	99	43	38	24	2	2	2	0	0	0
Articulados Gasóleo	20	20	20	20	20	20	20	0	0	0
Dois Pisos Gasóleo	15	15	15	15	15	15	15	15	0	0
Minis Gasóleo	8	8	8	8	8	0	0	0	0	0
<b>Autocarros Gasóleo</b>	<b>142</b>	<b>86</b>	<b>81</b>	<b>67</b>	<b>45</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Frota Autocarros 31/dezembro</b>	<b>425</b>	<b>425</b>	<b>434</b>	<b>420</b>	<b>446</b>	<b>446</b>	<b>446</b>	<b>445</b>	<b>445</b>	<b>452</b>
% Autocarros Gás Natural	63%	76%	77%	79%	75%	70%	61%	57%	57%	56%
% Autocarros Elétricos	4%	4%	5%	5%	15%	22%	30%	40%	43%	44%
% Autocarros Gasóleo	33%	20%	19%	16%	10%	8%	8%	3%	0%	0%

Frota Carros Elétricos 31/12	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Frota Carros Elétricos 31/12	7	7	7	7	7	8	8	9	9	9




### 3.4 Rendimentos sem OSP

Esta análise não inclui as verbas de compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público (OSP).

Rendimentos sem OSP (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Receita	33.460	45.223	50.771	55.604	63.006	66.922	69.313	70.643
Aluguer de Carro Elétrico e Autocarro	26	80	90	93	98	100	102	106
<b>Vendas e Serviço Prestados</b>	<b>33.486</b>	<b>45.302</b>	<b>50.862</b>	<b>55.697</b>	<b>63.104</b>	<b>67.022</b>	<b>69.415</b>	<b>70.749</b>
Imputação Subsídios Investimentos	1.581	1.727	1.589	1.958	1.955	1.873	1.650	1.636
Rendas	775	729	636	650	666	680	694	708
Publicidade	186	274	253	360	467	556	589	666
Outros Rendimentos	895	1.070	706	598	623	631	599	584
Subsídios COVID DL 14-C/2020	7.082	6.517	0	0	0	0	0	0
Subsídios Apoio Combustível	127	2.366	1.863	0	0	0	0	0
Outros Subsídios	166	81	1	0	0	0	0	0
<b>Subsídios</b>	<b>7.374</b>	<b>8.964</b>	<b>1.864</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Rendimentos sem OSP</b>	<b>44.299</b>	<b>58.066</b>	<b>55.911</b>	<b>59.263</b>	<b>66.814</b>	<b>70.763</b>	<b>72.946</b>	<b>74.342</b>

Ao abrigo do DL 14-C/2020, foram atribuídos cerca de 7,1 milhões de euros em 2021 e cerca de 6,5 milhões de euros em 2022 de compensação pelo período da pandemia. Não foi considerado qualquer valor a partir de 2023, inclusive.

Foram também atribuídos subsídios para apoiar o aumento dos combustíveis em 2021 de cerca de 130 mil euros e em 2022 de cerca de 2,4 milhões de euros. Em 2023 foram atribuídos cerca de 1,9 milhões de euros até junho, não tendo sido considerado mais nenhum valor para o segundo semestre de 2023.

Assim, e a partir de 2024, a receita de transporte representa cerca de 94% dos rendimentos, sendo os restantes 6% oriundos da imputação de subsídios ao investimento, maioritariamente, contando com outras fontes marginais como as rendas de edifícios e publicidade.

No quadro abaixo segue a descrição das rubricas incluídas em outros rendimentos.

Outros Rendimentos (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Vendas e Serviços do Museu	29	105	133	137	142	144	146	149
Sinistros	286	364	125	150	150	150	150	150
Cedência de Trabalhadores	121	124	129	129	129	132	135	137
Outros	460	477	319	183	202	205	168	148
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>895</b>	<b>1.070</b>	<b>706</b>	<b>598</b>	<b>623</b>	<b>631</b>	<b>599</b>	<b>584</b>



### 3.5 Gastos e Rendimentos não correntes

Gastos (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Pessoal	33.048	34.213	37.713	40.404	44.298	46.295	48.174	49.977
Energia	10.334	24.293	13.432	14.938	15.466	15.257	15.147	15.229
Amortizações	6.854	7.595	6.940	9.522	11.967	14.548	14.625	15.290
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	6.146	5.633	6.683	7.756	7.905	7.575	7.543	7.611
Outros	3.492	3.649	4.730	6.743	6.955	7.359	7.235	7.657
Comissões e Fiscalização de Receita	1.705	2.185	2.465	2.487	3.020	3.205	3.330	3.377
Limpeza, Higiene e Conforto	1.603	1.333	1.450	1.590	1.696	1.783	1.869	1.955
Seguros	716	781	893	1.397	1.551	1.587	1.622	1.657
Não Correntes	265	-1.739	696	762	771	776	776	776
<b>Gastos</b>	<b>64.164</b>	<b>77.942</b>	<b>75.003</b>	<b>85.599</b>	<b>93.630</b>	<b>98.384</b>	<b>100.322</b>	<b>103.530</b>

No **Anexo 2** encontra-se detalhada a evolução dos gastos de pessoal com os pressupostos enumerados e os impactos quantificados.

No **Anexo 3** encontra-se detalhada a evolução dos gastos de energia dos gastos de manutenção de autocarros e carros elétricos, dos outros gastos e dos não correntes.

O preço médio previsto para o gás natural e gasóleo e eletricidade foram estimados em junho de 2023 sendo a melhor estimativa com a informação disponível: para o gás natural e gasóleo de junho a dezembro de 2023 foi considerado a média do preço unitário até maio, inclusive, acrescida de 20%. Para 2024 a 2028 o preço médio do gás natural e gasóleo e eletricidade foram atualizados à taxa de inflação. No quadro abaixo encontram-se os preços médios considerados.

Preços Médios (cêntimos €)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
m <sup>3</sup> gás natural [1]	61	150	72	82	85	87	89	91
kWh eletricidade	15	31	28	30	31	32	32	33
Litro gasóleo	104	135	127	144	149	153	156	156

[1] comprimido e liquefeito sem outras rubricas do contrato

As amortizações aumentam devido ao investimento previsto, exceto no ano de 2023 pelo facto das séries de autocarro 7713 e 7714 ficarem totalmente amortizadas durante o ano de 2023.

No **Anexo 1** está detalhada a decomposição das comissões de venda e validação.

*Dr. Luís*



4. Plano de investimento

Plano Investimento (milhares euros) [1] [2]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	19.260	12.240	26.350	28.000	11.910	5.250	103.010
Infraestruturas Carregadores Autocarros Eléctricos	0	500	2.200	2.500	0	0	0	5.200
Manutenção e Reabilitação de Carros Eléctricos	48	415	450	495	115	115	115	1.705
Estação de Recolha Francos e Via Norte	1.644	1.245	4.850	3.000	0	0	0	9.095
Outras Infraestruturas	167	1.412	618	11.178	1.110	10	10	14.339
Sistema de Bilhética	0	2.392	250	0	0	0	0	2.642
Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI)	0	1.520	100	100	0	0	0	1.720
Software e Equipamento Informático	180	952	742	524	37	37	37	2.328
Equipamento Oficial e Administrativo	63	400	400	400	250	200	200	1.850
Informação ao Público e Marketing	0	678	1.304	282	187	207	207	2.865
Outros Projetos	710	1.061	1.445	692	122	122	122	3.563
<b>Plano Investimento</b>	<b>2.811</b>	<b>29.835</b>	<b>24.599</b>	<b>45.521</b>	<b>29.821</b>	<b>12.601</b>	<b>5.941</b>	<b>148.317</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

O plano de investimento foi elaborado em junho de 2023, momento em que a estimativa de realização para 2023 era de cerca de 30 milhões de euros. Encontra-se no Anexo 4.1 o Plano de Investimento detalhado.

Financiamento do Plano Investimento (milhares euros) [1] [2]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Municípios [3]	236	18.117	21.291	45.521	29.821	12.601	5.941	133.291
Aviso n.º 01/C15-i05/2021   Fundo Ambiental	0	8.443	0	0	0	0	0	8.443
Estado [3]	2.575	3.275	3.308	0	0	0	0	6.583
<b>Plano Investimento</b>	<b>2.811</b>	<b>29.835</b>	<b>24.599</b>	<b>45.521</b>	<b>29.821</b>	<b>12.601</b>	<b>5.941</b>	<b>148.317</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.





Plano Investimento Financiados Municípios (milh. euros) [1] [2]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23-28
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	10.817	12.240	26.350	28.000	11.910	5.250	94.567
Infraestruturas Carregadores Autocarros Eléctricos	0	500	2.200	2.500	0	0	0	5.200
Manutenção e Reabilitação de Carros Eléctricos	10	349	450	495	115	115	115	1.639
Estação de Recolha Francos e Via Norte	0	220	1.542	3.000	0	0	0	4.762
Outras Infraestruturas	117	162	618	11.178	1.110	10	10	13.089
Sistema de Bilhética	0	2.392	250	0	0	0	0	2.642
Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI)	0	1.520	100	100	0	0	0	1.720
Software e Equipamento Informático	69	833	742	524	37	37	37	2.209
Equipamento Oficial e Administrativo	40	386	400	400	250	200	200	1.836
Informação ao Público e Marketing	0	318	1.304	282	187	207	207	2.505
Outros Projetos	0	620	1.445	692	122	122	122	3.122
<b>Plano Investimento Financiados Municípios (milh. euros) [1] [2]</b>	<b>236</b>	<b>18.117</b>	<b>21.291</b>	<b>45.521</b>	<b>29.821</b>	<b>12.601</b>	<b>5.941</b>	<b>133.291</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

No Anexo 4.2 segue detalhe do Plano de Investimento Financiados pelos Municípios.

*P. A. Pires*



Plano Investimento Financiado Estado (milh. euros) [1] [2][3]	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23-28
Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas Carregadores Autocarros Eléctricos	0	0	0	0	0	0	0	0
Manutenção e Reabilitação de Carros Eléctricos	38	66	0	0	0	0	0	66
Estação de Recolha Francos e Via Norte	1.644	1.025	3.308	0	0	0	0	4.333
Outras Infraestruturas	49	1.250	0	0	0	0	0	1.250
Sistema de Bilhética	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI)	0	0	0	0	0	0	0	0
Software e Equipamento Informático	111	119	0	0	0	0	0	119
Equipamento Oficial e Administrativo	24	14	0	0	0	0	0	14
Informação ao Público e Marketing	0	360	0	0	0	0	0	360
*Outros Projetos	710	441	0	0	0	0	0	441
<b>Plano Investimento Financiado Estado (milh. euros) [1] [2][3]</b>	<b>2.575</b>	<b>3.275</b>	<b>3.308</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.583</b>

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da Est. 2023 que não sejam executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

## 5. Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/12

As Obrigações de Serviço Público foram calculadas pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica.

Esta entidade elaborou o Anexo A das Bases Financeiras do Terceiro Aditamento do Contrato de Serviço Público em 2019. Desde essa data, apoia a STCP no cálculo das compensações financeiras das obrigações de serviço público.

Proposta de orçamento com indicação de valores plurianuais a inscrever no orçamento municipal a constar nos Contratos Programa, Mandato e Prestação de Serviços, para 2024.

(milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Σ 21-24
OSP Contrato Inicial [1]	10.531	16.227	17.833	20.137	64.728
OSP Totais [1] [2]	16.941	11.271	19.292	30.500	78.003
<b>Acerto das OSP [1]</b>	<b>6.410</b>	<b>-4.956</b>	<b>1.459</b>	<b>10.363</b>	<b>13.275</b>
<b>Art. 40º Lei 50/2012 [2]</b>	<b>2.924</b>	<b>8.605</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.530</b>
<b>OSP Totais [1] e Art. 40º Lei 50/2012 [2]</b>	<b>19.865</b>	<b>19.876</b>	<b>19.292</b>	<b>30.500</b>	<b>89.533</b>
<b>Acerto das OSP [1] e Art. 40º Lei 50/2012 [2]</b>	<b>9.334</b>	<b>3.649</b>	<b>1.459</b>	<b>10.363</b>	<b>24.805</b>

[1] valores sem IVA.

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0

Dando cumprimento ao Contrato de Serviço Público e ao artigo 40º da Lei 50/12, as OSP foram apuradas de forma a que o Valor Atual Líquido (VAL) da concessão para o período 2021-2024 fosse nulo.

Considerando que a vigência do contrato de concessão em vigor termina a 31 de dezembro de 2024, os montantes que são apresentados para além desta data, por forma a responder ao solicitado, constituem um exercício meramente académico assente nos pressupostos do contrato vigente e do serviço atualmente contratualizado.

(milhares de euros)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
OSP [1] e Art. 40º Lei 50/2012 [2]	63.736	45.139	27.376	29.188

[1] valores sem IVA.

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0




**Compensação Adicional por Município**

<b>Acerto das OSP [1] milhares de euros</b>	<b>Real 2021</b>	<b>Real 2022</b>	<b>Est. 2023</b>	<b>Orç 2024</b>	<b>Σ 21-24</b>
Gondomar	467	-361	106	754	966
Maia	616	-476	140	996	1.276
Matosinhos	768	-594	175	1.241	1.590
Porto	3.442	-2.661	783	5.564	7.128
Valongo	346	-268	79	560	717
Vila Nova de Gaia	772	-597	176	1.248	1.598
<b>Total</b>	<b>6.410</b>	<b>-4.956</b>	<b>1.459</b>	<b>10.363</b>	<b>13.275</b>

[1] valores sem IVA.

<b>Art. 40ª Lei 50/2012 milhares de euros</b>	<b>Real 2021</b>	<b>Real 2022</b>	<b>Est. 2023</b>	<b>Orç 2024</b>	<b>Σ 21-24</b>
Gondomar	213	626	0	0	839
Maia	281	827	0	0	1.108
Matosinhos	350	1.031	0	0	1.381
Porto	1.570	4.620	0	0	6.190
Valongo	158	465	0	0	623
Vila Nova de Gaia	352	1.036	0	0	1.388
<b>Total</b>	<b>2.924</b>	<b>8.605</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.530</b>

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0

<b>Acerto das OSP [1] e Art. 40ª Lei 50/2012 [2]</b>	<b>Real 2021</b>	<b>Real 2022</b>	<b>Est. 2023</b>	<b>Orç 2024</b>	<b>Σ 21-24</b>
Gondomar	680	266	106	754	1.806
Maia	897	351	140	996	2.384
Matosinhos	1.118	437	175	1.241	2.972
Porto	5.012	1.959	783	5.564	13.318
Valongo	504	197	79	560	1.339
Vila Nova de Gaia	1.124	439	176	1.248	2.987
<b>Total</b>	<b>9.334</b>	<b>3.649</b>	<b>1.459</b>	<b>10.363</b>	<b>24.805</b>

[1] valores sem IVA.

[2] OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0



## 6. Demonstrações Financeiras

De acordo com as projeções fornecidas ao CEGEA, para a construção do Modelo de Obrigações de Serviço Público, as peças contabilísticas são as que seguem nos pontos seguintes.

### 6.1 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por Natureza (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Vendas e Serviços Prestados	26.863	36.860	39.830	43.732	50.135	53.538	55.649	56.734
Comparticipações Passes Sociais e PART	6.623	8.442	11.032	11.965	12.969	13.485	13.766	14.015
Compensações OSP (contrato e acertos)	16.941	11.271	19.292	30.500	63.736	45.139	26.007	20.319
Outras 75 - verbas covid e apoio combustíveis	7.374	8.964	1.864	0	0	0	0	0
Trabalhos para a Própria Entidade	5	1	0	0	0	0	0	0
Variação nos Inventários da Produção	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de Justo Valor	-76	1.776	0	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	3.434	3.798	3.185	3.566	3.710	3.740	3.531	3.593
Ganhos/Perdas imputados subsidiárias e associadas	-6	619	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-17.123	-21.289	-20.650	-26.481	-29.331	-30.461	-31.335	-31.893
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6.335	-16.067	-8.447	-7.765	-6.591	-5.630	-4.733	-4.912
Gastos com Pessoal	-33.048	-34.213	-37.713	-40.404	-44.298	-46.295	-48.174	-49.977
Imparidade de Inventários	69	-42	0	0	0	0	0	0
Imparidade de Dívidas a Receber	-13	-4	0	0	0	0	0	0
Provisões	-239	-610	-696	-762	-771	-776	-776	-776
Imparidade de Investimentos	-1	0	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas	-538	-518	-556	-664	-670	-674	-677	-681
<b>Resultados Antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos</b>	<b>3.930</b>	<b>-1.010</b>	<b>7.139</b>	<b>13.686</b>	<b>48.888</b>	<b>32.065</b>	<b>13.256</b>	<b>6.422</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-6.854	-7.595	-6.940	-9.522	-11.967	-14.548	-14.625	-15.290
Imparidade ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/revers)	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>	<b>-2.924</b>	<b>-8.605</b>	<b>199</b>	<b>4.164</b>	<b>36.921</b>	<b>17.517</b>	<b>-1.369</b>	<b>-8.869</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e Gastos Similares Suportados	0	0	0	-150	0	0	0	0
<b>Resultado Antes da Impostos</b>	<b>-2.924</b>	<b>-8.605</b>	<b>199</b>	<b>4.014</b>	<b>36.921</b>	<b>17.517</b>	<b>-1.369</b>	<b>-8.869</b>
Transferências Financeiras Lei 50/12	2.924	8.605	0	0	0	0	1.369	8.869
Imposto sobre o Rendimento do Período	83	84	-41	-285	-2.605	-1.237	-2	-1
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>83</b>	<b>84</b>	<b>158</b>	<b>3.728</b>	<b>34.316</b>	<b>16.280</b>	<b>-2</b>	<b>-1</b>



*D. Pereira*  
2

## 6.2 Balanço

Balanço (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
<b>Ativos Intangíveis</b>	216	218	218	218	218	218	218	218
Propriedades de Investimento	12.224	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000	14.000
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	111.083	106.082	128.978	144.054	177.608	192.881	190.856	181.507
<b>Ativo Fixo Económico Líquido</b>	<b>123.523</b>	<b>120.300</b>	<b>143.196</b>	<b>158.272</b>	<b>191.826</b>	<b>207.099</b>	<b>205.074</b>	<b>195.724</b>
Participações Financeiras - MEP	1.690	2.297	2.297	2.297	2.297	2.297	2.297	2.297
Outros Ativos Financeiros	322	423	287	287	287	287	287	287
Créditos a Receber Não Corrente	10.831	10.607	10.607	10.607	10.607	10.607	10.607	10.607
<b>Ativo Fixo Financeiro</b>	<b>12.843</b>	<b>13.326</b>	<b>13.191</b>	<b>13.191</b>	<b>13.191</b>	<b>13.191</b>	<b>13.191</b>	<b>13.191</b>
Inventários	737	778	793	809	825	842	859	876
Clientes	1.044	16	17	19	21	23	24	24
Estado e Outros Entes Públicos	3.531	1.441	6.441	5.311	9.828	6.438	2.720	1.283
Outras Contas a Receber Corrente	25.151	22.490	7.526	16.829	7.078	7.402	8.969	16.579
Diferimentos	951	1.022	1.022	1.022	1.022	1.022	1.022	1.022
Caixa e Depósitos Bancários	14.981	25.382	14.958	0	300	3.058	6.084	8.197
<b>Ativo Corrente</b>	<b>46.396</b>	<b>51.130</b>	<b>30.757</b>	<b>23.990</b>	<b>19.075</b>	<b>18.785</b>	<b>19.678</b>	<b>27.981</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>182.762</b>	<b>184.756</b>	<b>187.143</b>	<b>195.453</b>	<b>224.091</b>	<b>239.074</b>	<b>237.943</b>	<b>236.896</b>
<b>Capital Realizado</b>	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000
Reservas Legais	75	75	75	75	75	75	75	75
Outras Reservas	26	26	26	26	26	26	26	26
Resultados Transitados	-857	1.933	2.372	2.695	6.423	40.739	57.019	57.018
Excedentes de Revalorização	33.695	33.361	33.361	33.361	33.361	33.361	33.361	33.361
Outras Variações no Capital Próprio	16.318	15.502	22.356	20.398	18.444	16.571	14.921	13.285
Resultado Líquido do Período	83	84	158	3.728	34.316	16.280	-2	-1
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>139.340</b>	<b>140.980</b>	<b>148.348</b>	<b>150.283</b>	<b>182.644</b>	<b>197.052</b>	<b>195.401</b>	<b>193.763</b>
Provisões	12.530	12.581	12.581	12.581	12.581	12.581	12.581	12.581
Financiamentos Obtidos Correntes	8	5	0	5.007	0	0	0	0
Fornecedores	6.195	4.483	3.492	4.110	4.311	4.331	4.329	4.417
Estado e Outros Entes Públicos	1.457	1.581	1.743	1.867	2.047	2.139	2.226	2.309
Outras Contas a Pagar corrente e não corrente	13.677	11.658	12.470	13.094	13.997	14.461	14.897	15.315
Diferimentos	2.759	6.767	1.811	1.811	1.811	1.811	1.811	1.811
Outros Passivos Financeiros Correntes	6.796	6.700	6.700	6.700	6.700	6.700	6.700	6.700
Adiantamento de clientes	2	2	0	0	0	0	0	0
<b>Total do Passivo</b>	<b>43.423</b>	<b>43.776</b>	<b>38.796</b>	<b>45.169</b>	<b>41.447</b>	<b>42.023</b>	<b>42.543</b>	<b>43.133</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>182.762</b>	<b>184.756</b>	<b>187.143</b>	<b>195.453</b>	<b>224.091</b>	<b>239.074</b>	<b>237.943</b>	<b>236.896</b>

### 6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>								
Recebimentos de clientes	37.875	45.516	60.543	55.296	62.489	66.697	69.216	70.638
Pagamentos a fornecedores	-26.610	-48.175	-30.089	-33.629	-35.722	-36.071	-36.071	-36.717
Pagamentos ao pessoal	-26.532	-27.486	-37.713	-40.404	-44.298	-46.295	-48.174	-49.977
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-15.266</b>	<b>-30.146</b>	<b>-7.260</b>	<b>-18.737</b>	<b>-17.530</b>	<b>-15.669</b>	<b>-15.029</b>	<b>-16.056</b>
Pagamento/Recebimento do imp.sobre o rendimento	164	213	41	285	2.605	1.237	2	1
Outros recebimentos/pagamentos	12.884	38.379	21.586	22.935	65.753	47.011	30.654	22.739
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>-2.217</b>	<b>8.447</b>	<b>14.367</b>	<b>4.484</b>	<b>50.828</b>	<b>32.579</b>	<b>15.627</b>	<b>6.684</b>
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>								
Ativos fixos tangíveis	-27.054	-4.695	-29.836	-24.599	-45.521	-29.821	-12.601	-5.941
Ativos intangíveis	-150	-60	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	-37	-12.101	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	-260	-52	0	0	0	0	0	0
	<b>-27.501</b>	<b>-16.909</b>	<b>-29.836</b>	<b>-24.599</b>	<b>-45.521</b>	<b>-29.821</b>	<b>-12.601</b>	<b>-5.941</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>								
Ativos fixos tangíveis	160	196	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao Investimento	3.535	1.047	8.443	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	357	150	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	8	0	0	0	0	0	0
	<b>4.052</b>	<b>1.401</b>	<b>8.443</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento (2)</b>	<b>-23.449</b>	<b>-15.508</b>	<b>-21.393</b>	<b>-24.599</b>	<b>-45.521</b>	<b>-29.821</b>	<b>-12.601</b>	<b>-5.941</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>								
Financiamentos obtidos	76	103	0	5.007	0	0	0	0
Realização de capital e outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos do anterior accionista	19.256	2.541	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos ao abrigo da Lei n.º 50/2012	0	2.924	8.605	0	0	0	0	1.369
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>19.333</b>	<b>5.569</b>	<b>8.605</b>	<b>5.007</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.369</b>
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>								
Financiamentos obtidos	-79	-107	-5	0	-5.007	0	0	0
Juros e gastos similares	0	0	0	150	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>-79</b>	<b>-107</b>	<b>-5</b>	<b>150</b>	<b>-5.007</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>19.254</b>	<b>5.462</b>	<b>8.601</b>	<b>5.157</b>	<b>-5.007</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.369</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-6.413</b>	<b>-1.599</b>	<b>1.575</b>	<b>-14.958</b>	<b>300</b>	<b>2.758</b>	<b>3.026</b>	<b>2.113</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	21.394	14.981	13.382	14.958	0	300	3.058	6.084
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	14.981	13.382	14.958	0	300	6.084	8.197

## 7. Principais Riscos

### 1) Risco da Procura

Sinaliza-se o possível não cumprimento dos pressupostos assumidas para o aumento dos passageiros em autocarro, e consequente efeito na receita, quer pela conjuntura económica, quer pela previsão de passageiros das linhas Metrobus e impacto na rede de autocarro da STCP. A fonte para a previsão foi o estudo da TRENMO, Análise Custo-Benefício – Linha Boavista-Império/Anémoma (Linhas Metrobus), 2022.

### 2) Risco de a empresa não ser compensada pelo não aumento das tarifas

À data de elaboração do orçamento, junho de 2023, foi considerada uma Taxa de Atualização Tarifária (TAT) de 5,9% para 2024, dado que a inflação prevista para 2023 era de 5,9%. Caso a TAT seja inferior, a receita não atingirá os valores previstos por efeito preço. Para o ano de 2023, foram considerados dois pressupostos adicionais:

- uma compensação adicional: a compensação por cada validação será atualizada no valor da TAT, que em 2023 corresponde a 6,11%, compensando o não aumento para os clientes;
- as validações previstas em 2023 atingirão o número máximo de validações a compensar, representando um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros face a 2022.

### 3) Incerteza Modelo Gastos e Rendimentos Linhas Metrobus

Está em análise um Memorando de entendimento sobre o modelo de gestão das linhas Metrobus a celebrar entre a STCP, Metro do Porto e Câmara Municipal do Porto, pelo que não estão totalmente fechados os pressupostos e condições. A fonte para a previsão foi o estudo da TRENMO, Análise Custo-Benefício – Linha Boavista-Império/Anémoma (Linhas Metrobus), 2022.

### 4) Gastos com pessoal

As taxas de aumento salarial anual consideradas (4,8% para 2024, 4,7% para 2025 e 4,6% para 2026 a 2028), para efeito de apuramento dos gastos com o pessoal poderão apresentar alguma incerteza associada, considerando vários fatores, tais como negociações sindicais e evolução da inflação.

Considerada a evolução do salário mínimo nacional (SMN) até ao montante de 900 euros em 2026. A não concretização do aumento do SMN nos níveis e períodos acima elencados representa uma incerteza a considerar na análise a este orçamento.

### 5) Risco de aumento dos preços da energia - gás natural, gasóleo e eletricidade

A STCP, EIM, SA tem 80% da frota de autocarros a gás natural (333) 15% a gasóleo (67) e 5% a eletricidade (20), num total de 420 viaturas. À data de elaboração do orçamento, junho de 2023, foi considerada a previsão para a evolução destes preços que refletia o melhor conhecimento

Nesta conjuntura de incerteza terá de ser também considerado como um grande risco.



#### 6) Retorno esperado dos ativos (Ka)

No apuramento do valor das OSP foi considerada uma taxa de retorno de 4,75%, a qual foi apurada em janeiro de 2022. Os dados atuais indicam uma taxa próxima dos 9%, pelo que o valor das OSP varia em função da oscilação desta taxa, a qual poderá ser no futuro diferente da considerada no modelo atualmente.

#### 7) Outros

Caso a concretização do plano de investimento, nomeadamente a aquisição de autocarros, não se concretize, haverá impacto na estimativa de depreciações, nos gastos de manutenção e no cumprimento da oferta, medida em quilómetros de serviços e consecutiva receita.



## 8. Anexos

### Anexo 1. Passageiros e Receita

#### FRESSUFÓSTOS PARA O ORÇAMENTO DE 2024 A 2028

##### ESTUDO LINHAS METROBUS, RETIRANDO PROCURA DAS LINHAS 203 E 502

**Nota prévia:** este estudo considera a nossa rede em evolução normal, sem Linhas Metrobus e novas linhas de Metro, assumindo apenas o impacto do prolongamento da linha amarela a Vila d'Este desde o 2º trimestre de 2024.

O impacto das Linhas Metrobus e das referidas novas linhas de Metro é trabalhado em orçamento isolado tendo por base o estudo da Metro do Porto, mas deduzido da procura das linhas 203 e 502.

#### AUTOCARRO

##### Procura

Valores de procura já calculados até maio de 2023, inclusive.

**Tendência de procura:** apesar de estarmos, em 2023, a verificar uma percentagem de procura média diária acima da registada em 2019, os períodos homólogos de janeiro a abril não são comparáveis. Relembramos que o PART iniciou em abril de 2019 e o aumento de procura associado foi crescendo a partir de maio de 2019. Consideramos que a percentagem de procura média diária nos próximos meses de 2023 será ligeiramente mais baixa do que a registada em 2019. Assim sendo, revimos a previsão de crescimento de 2023 para 94% da procura registada em 2019. A partir de 2026 a procura chegará aos níveis verificados em 2019.

**Calendário de oferta:** mantivemos a aplicação generalizada do calendário escolar com 3 períodos letivos. Consideramos um valor de procura média diária diferente nos dias escolares e nos dias não escolares, pois, em autocarro, a procura média diária em dia não escolar é inferior à procura média diária em dia escolar.

##### Nº de dias escolares

	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
2024	21	18	16	16	21	0	0	0	16	23	20	12	171
2025	21	20	18	12	21	9	0	0	17	23	20	13	174
2026	20	17	20	14	20	8	0	0	18	21	21	12	173
2027	20	17	15	20	20	13	0	0	14	20	21	11	171
2028	21	18	22	0	22	11	0	0	15	21	21	0	176

##### Nº de dias não escolares



	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
2024	1	2	4	5	0	9	23	21	5	0	0	9	79
2025	1	0	2	8	0	8	23	20	5	0	0	7	74
2026	1	2	2	7	0	11	23	21	4	0	0	6	79
2027	0	2	7	2	0	7	22	22	8	0	0	10	60
2028	0	1	1	0	0	10	21	22	6	0	0	0	79

**Distribuição por título:** mantivemos a atual distribuição da procura por título. Habitualmente consideramos a distribuição por grandes grupos de títulos, mas, dadas as especificidades de cada um e para nos apoiar na análise das várias compensações, optamos por utilizar maior detalhe.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>4 18</b>	4%	5%	5%	4%	5%	4%	3%	2%	4%	4%	5%	4%
Sub13	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Porto	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%
Sub23	5%	5%	8%	7%	7%	5%	3%	2%	5%	8%	9%	6%
Normais	36%	36%	37%	37%	37%	36%	37%	37%	37%	37%	38%	39%
Pro	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SecIn+	13%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	11%	11%	11%	11%
Família	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
3ª Idade	15%	15%	14%	14%	14%	14%	15%	17%	14%	14%	14%	14%
Ant. Combatente	5%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%
Títulos Ocasioneis	11%	11%	10%	11%	10%	11%	12%	12%	12%	11%	10%	11%
Títulos Diários	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%
Normais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
FS	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Gratuitas	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%
Bilhete de Bordo	3%	3%	2%	3%	3%	5%	5%	6%	4%	3%	3%	3%

#### Impactos resultantes de alteração da Oferta:

- Consideramos as alterações abaixo com impacto na procura em 2023 e 2024, admitindo uma produção STCP na ordem dos 24 milhões de km. Neste orçamento estão considerados efeitos de oferta (alteração de oferta em linhas, mantendo os 24 milhões anuais de produção STCP) e procura com efeito do prolongamento da linha amarela a Vila D'Este a 1 de abril de 2024.

Será apresentado maior detalhe sobre estas no Plano de Oferta.

Data início	Linhas	Descrição
Jun-23	3M	Aumento da oferta
Set-23	600 603 605	Criação de nova linha 605, implicando encurtamento das linhas 600 e 603 (previsto no Plano de Oferta de 2023)
	306 2M 9M	Implementação de novas linhas e reestruturação da L9M para servir o TIC
Dez-23	700	Início do contrato da AMP e fim da parceria com a Valpi
Jan-24	900	Reformulação da L900, que passa a abarcar a linha ZF e parte do percurso das linhas 903 e 403. A linha ZF deixa de existir, a L903 é encurtada e a L403 troca de término com a L900.
	903	
	403	
	ZF	
Abr-24	905	A abertura do prolongamento da Linha Amarela implicará redução da oferta da L905 e da procura destas linhas.
	907	

Com a entrada de novas viaturas no final do ano de 2023, assumimos que em 2024 conseguiremos cumprir 100% da oferta planeada e, adicionalmente, +2% de procura (+102% da procura de 2019).

## 2) Efeito Linhas Metrobus

Em termos das Linhas Metrobus, os km de oferta e custos operacionais terão de ser considerados adicionalmente aos 24 milhões de km a produzir pela STCP. A procura apresentada neste trabalho, de acordo com orientações superiores, tem por base o estudo conhecido da TRENMO à data (ver nota 1.), sendo que apenas se desfasou um ano, uma vez que as Linhas Metrobus apenas têm previsão de início de operação no final de 2024.

Assim, assumimos como nossa a procura a gerar pela operação das Linhas Metrobus, a conhecida informação TRENMO que aponta para 9 milhões de passageiros/ano, com uma redução de passageiros da STCP na ordem dos 250 mil, o que se traduz num acréscimo de 13% da procura atual da STCP. Para estes cálculos, utilizamos os dados que constam dos respetivos estudos de procura TRENMO<sup>1</sup>.

Numa perspetiva mais cautelosa de cálculos e porque na informação base dos estudos das Linhas Metrobus não estava prevista a operação em trânsito banalizado na Av. Marechal Gomes da Costa, assume-se como pressuposto uma quebra da procura correspondente às linhas 203 e 502, que serão eliminadas com a entrada das Linhas Metrobus. Os passageiros destas 2 linhas representam cerca de 3 milhões de passageiros/ano.

## 3) Efeito novas linhas do metro

Em termos de novas linhas metro (linhas rosa e rubi), foram também considerados os efeitos da entrada em operação, assumindo que a STCP efetuará alteração de rede mantendo sempre os cerca de 24 milhões de km de produção (sem Linhas Metrobus), considerando que não há efeitos destas alterações em 2024. Os efeitos da linha rosa foram obtidos pelos estudos desenvolvidos e divulgados pela TIS e da linha Rubi pela TRENMO. Assim em termos de resultados na procura STCP temos: -4,14% em 2025 e cerca de -1,4% nos anos seguintes.

## 4) Em resumo (conjugação de efeitos):

Com base nestes pressupostos, chegamos aos valores de procura indicados abaixo.

Procura (milhares)	Real 2019 (1)	Real 2022 (1)	Orç.2023	Est. Base 2023	Orç.2024	Orç.2025	Orç.2026	Orç.2027	Orç.2028
Aumento STCP	73.985	68.064	71.365	71.096	73.147	74.023	75.422	75.719	75.961
Metrobus	0	0	0	0	0	6.220	6.431	6.462	6.480
Total AC+Metrobus	73.985	68.064	71.365	71.096	73.147	80.243	82.853	83.182	82.442

A procura total por ano é obtida tendo em consideração as procuras médias diárias por tipo de dia (dia útil, sábado, domingo e feriado) e a quantidade de tipos de dia anuais. A distribuição por linha a partir de 2025, apesar de considerar as mesmas linhas que constam do Plano de Oferta, tal poderá sofrer alterações de acordo com o estudo de oferta em curso.

DDNa previsão de procura não foram contemplados os serviços especiais por não serem relevantes.

<sup>1</sup> Tis. Análise Custo-Benefício - Extensão do Metro do Porto Boavista/São Bento, 2019, pp.80  
TRENMO. Análise Custo-Benefício - Linha Casa da Música-Devesas-Santo Ovidio, 2022, pp.19  
TRENMO. Análise Custo-Benefício - Linha Boavista-Império/Anémoma (BRT), 2022, pp.19, 74



## 5) Nota final

Estando em curso novos estudos da TRENMO e Universidade Católica para o novo contrato STCP 2025 a 2035, admite-se a possibilidade de revisão a curto prazo destes valores.

## Receita

A receita média de bilheteira por título é a segue abaixo:

	jan-23	fev-23	mar-23	abr-23	maio-23	jun-23	jul-23	ago-23	set-23	out-23	nov-23	dez-23
€ 38	0,00 €	0,47 €	0,28 €	0,21 €	0,18 €	0,25 €	0,47 €	0,20 €	0,47 €	0,40 €	0,40 €	0,20 €
IGD33	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Porto	0,85 €	0,92 €	0,72 €	0,98 €	0,79 €	1,01 €	1,23 €	1,47 €	0,95 €	0,85 €	0,85 €	1,12 €
Sub23	0,40 €	0,41 €	0,30 €	0,30 €	0,25 €	0,41 €	0,48 €	0,42 €	0,39 €	0,38 €	0,38 €	0,47 €
Normal	0,45 €	0,49 €	0,43 €	0,48 €	0,49 €	0,46 €	0,48 €	0,46 €	0,45 €	0,45 €	0,45 €	0,49 €
Prm	2,30 €	2,78 €	2,02 €	2,40 €	2,43 €	1,65 €	2,12 €	2,55 €	2,26 €	2,50 €	2,00 €	2,88 €
Social+	0,25 €	0,28 €	0,25 €	0,22 €	0,24 €	0,25 €	0,25 €	0,26 €	0,26 €	0,26 €	0,27 €	0,28 €
Família	0,28 €	0,28 €	0,27 €	0,23 €	0,21 €	0,23 €	0,22 €	0,22 €	0,23 €	0,23 €	0,22 €	0,22 €
3ª idade	0,40 €	0,42 €	0,38 €	0,35 €	0,36 €	0,35 €	0,38 €	0,37 €	0,39 €	0,40 €	0,40 €	0,42 €
Ant. Combustível	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Títulos Ocasioneis	0,00 €	0,99 €	0,99 €	1,00 €	0,99 €	1,01 €	1,00 €	1,01 €	1,01 €	1,01 €	1,01 €	1,00 €
Títulos Diários	1,05 €	1,04 €	1,15 €	1,10 €	1,08 €	1,24 €	1,23 €	1,22 €	1,26 €	1,28 €	1,23 €	1,11 €
Normal	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
IS	0,30 €	0,32 €	0,33 €	0,25 €	0,21 €	0,26 €	0,26 €	0,27 €	0,21 €	0,25 €	0,25 €	0,24 €
Atividade Gratuitas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
88 Bate de Bordo	2,20 €	2,22 €	2,25 €	2,30 €	2,26 €	2,28 €	2,30 €	2,28 €	2,26 €	2,30 €	2,25 €	2,26 €

**TAT:** consideramos que a taxa de inflação considerada por CGA para cada ano será a TAT a aplicar no ano civil seguinte, pois a TAT tem como valor máximo a taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor, exceto habitação, nos 12 meses que decorrem entre outubro e setembro do ano transato, ou 0 quando esta taxa for negativa. Para o ano de 2023, a TAT definida foi de 6,11%. No tarifário ao público (PVP), as alterações tarifárias individuais foram as seguintes:

### Tarifário Andante

Assinaturas: 0%

Títulos Ocasioneis e Diários: 6,11%


### Tarifário Monomodal

Assinaturas mensais: 0%

Bilhete de Bordo: 24% (aumento extraordinário)

De acordo com a redação da respetiva portaria: "No entanto, para 2023, no atual contexto macroeconómico, tendo em conta a taxa da inflação, determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022, de 6 de setembro, e sem prejuízo da respetiva compensação a atribuir pelas autoridades de transportes competentes: (i) o não aumento de "passes do transporte público"; e (ii) a manutenção, durante esse ano, do tarifário vigente em 2022 para os títulos de transporte da CP – Comboios de Portugal E.P.E., referente aos serviços regulares, pelo que aumento tarifário que possam estar abrangidos pelo limite da TAT, 6,11%, apenas se aplica a títulos e tarifas de transporte ocasionais." Assim sendo, para 2023 e para os títulos Andante, taxa real de aumento ponderado é de 0,8% para o público.

Ainda conforme referido na transcrição acima e a referida Resolução do Conselho de Ministros, os operadores são compensados pela manutenção dos preços ao público dos títulos de assinatura através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), ao qual o Governo alocou uma verba adicional com este fim. Significa isto que o valor pelo



*L. P. Soares*

qual cada validação é compensada neste âmbito foi (e será anualmente) atualizada no valor da TAT, que em 2023 corresponde a 6,11%.

	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Taxa de inflação [1]	0,2%	-0,2%	0,7%	8,1%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%

[1] [https://www.cfp.pt/uploads/subcanais\\_fichalros/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023\\_pt.pdf](https://www.cfp.pt/uploads/subcanais_fichalros/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023_pt.pdf). 2023 CFP. 2024 BdP e 25 a 28, inclusive, F&M. Dados consultados a 15/05/2023.

No caso específico do Bilhete de Bordo, assumimos os valores a baixo:

Ano	Bilhete de Bordo	
	PVP	Preço s/ IVA
2024	2,50€	2,36€
2025	2,70€	2,55€
2026	2,70€	2,55€
2027	2,80€	2,64€
2028	2,80€	2,64€

No caso das Linhas Metrobus, assumimos o valor da receita média que consta no estudo da Linha Rosa: 0,775€/val. Este parece ser um cenário mais conservador do que o apresentado no estudo que parece indicar uma receita média de 0,90€/val.

**PART e Compensações:** consideramos a manutenção de todas as compensações existentes atualmente e das respetivas regras de atribuição. No caso específico do PART, foi tido em consideração o número máximo de validações a serem compensadas, assim como o valor fixo do CTO.

O valor desta compensação corresponde a 23% do crescimento da receita de compensações entre os anos de 2022 e 2023, prevendo-se um aumento de cerca de 2 milhões de euros. A partir de 2024, a evolução desta compensação deixa de acompanhar a evolução da procura (a qual estimamos que continue a crescer) e estagna. Esta compensação é aplicada às validações de títulos de assinatura, mas apenas a um número limite de validações. Este teto máximo de validações a compensar foi definido com base na procura verificada em 2017. Assim sendo, a partir do momento em que a procura de títulos de assinatura ultrapassa este teto máximo, todas as validações acima deste limite não são compensadas.

Receita de Transporte (milhões €)	Real 2019 [1]	Real 2022 [1]	Orç 2023	Est. Rec. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Autocarro STCP	47.487	43.352	49.450	48.523	52.619	54.576	57.354	58.901	61.017
Metrobus	0	0	0	0	0	4.201	3.051	5.192	3.290
<b>Total AC+Metrobus</b>	<b>47.487</b>	<b>43.352</b>	<b>49.450</b>	<b>48.523</b>	<b>52.619</b>	<b>58.777</b>	<b>60.407</b>	<b>64.093</b>	<b>64.306</b>

## CARRO ELÉTRICO

### Procura

Valores de procura já calculados até maio de 2023, inclusive.



**Tendência de procura:** revimos em baixa o crescimento da procura: para 2023 será 86% da procura registada em 2019. Em 2024 chegaremos a 100% de 2019. Este serviço tem sido muito prejudicado com as obras do Metro do Porto, que implicam constantes cortes à oferta.

Esta previsão de procura tem também por base o encerramento da linha 22 até final de 2025. Em 2026, com a abertura plena desta linha, aumentaremos 20% a procura deste serviço (o peso que a L22 tinha em 2019), que continuará a crescer (+5%) em 2027.

**Calendário de oferta:** consideramos calendário de verão entre os meses de abril a outubro. Os restantes meses têm calendário de inverno.


**Distribuição por título:** mantivemos a atual distribuição da procura por título. Habitualmente consideramos a distribuição por grandes grupos de títulos, mas, dadas as especificidades de cada um e para nos apoiar na análise das várias compensações, optamos por utilizar maior detalhe.

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
4 18	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Sub13	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Porto	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Sub23	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Normais	8%	4%	3%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	3%	4%
Pro	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Social+	3%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Família	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
3ª Idade	8%	4%	3%	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	2%	2%
Ant. Combatente	3%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Títulos Ocasionalis	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Títulos Diários	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PS	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Gratuitas	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Tram City Tour 1V	30%	38%	40%	43%	44%	41%	39%	39%	41%	30%	28%	24%
Tram City Tour 2V	41%	43%	45%	43%	43%	43%	44%	47%	46%	53%	55%	54%
Tram City Tour 1V Criança	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Bilhete CE 2 Dias Adulto	2%	3%	5%	4%	5%	5%	4%	5%	6%	7%	4%	4%
Bilhete CE 2 Dias Criança	2%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	2%	1%	4%	3%	7%

**Oferta:** não consideramos qualquer impacto na nossa procura, nem relativo ao contrato AMP, nem relativo às novas linhas de Metro e ~~Metrobus~~, apenas a reposição de toda a oferta de Carro Elétrico (linhas 1, 18 e 22).

Com base nestes pressupostos, chegamos aos valores de procura indicados abaixo.

Procura (milhões)	Real 2019 (1)	Real 2022 (1)	Orç 2023	Est. Exec. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Carro Elétrico	738	565	635	636	737	734	861	905	927



P. Pinheiro

## Receita

A receita média de bilheteira por título é a segue abaixo:

	jan-23	fev-23	mar-23	abr-23	mai-23	jun-23	jul-23	ago-23	set-23	out-23	nov-23	dez-23
€_10	0,34€	0,66€	0,33€	0,31€	0,37€	0,53€	0,40€	0,39€	0,24€	1,04€	0,56€	0,40€
Su103	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Porto	0,93€	1,24€	0,67€	0,53€	0,75€	0,96€	1,24€	1,33€	0,90€	1,33€	1,51€	0,66€
Su1023	0,55€	0,58€	0,34€	0,52€	0,54€	0,52€	0,28€	0,37€	0,17€	0,42€	0,27€	0,49€
Normal	0,54€	0,74€	0,49€	0,50€	0,48€	0,46€	0,25€	0,46€	0,53€	0,47€	0,55€	0,20€
Pro	0,38€	- €	- €	- €	- €	5,90€	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Su104	0,32€	0,27€	0,23€	0,27€	0,25€	0,20€	0,24€	0,24€	0,29€	0,25€	0,21€	0,28€
Família	0,44€	0,66€	0,45€	0,50€	0,94€	0,75€	0,56€	0,38€	0,23€	0,67€	0,25€	0,54€
3ª idade	0,41€	0,42€	0,25€	0,42€	0,35€	0,41€	0,24€	0,32€	0,33€	0,30€	0,34€	0,30€
Am. Combateiro	0,00€	- €	0,00€	- €	- €	0,00€	- €	0,00€	- €	- €	- €	- €
Títulos Ocasioneis	0,11€	- €	0,44€	- €	- €	0,10€	0,05€	0,10€	- €	- €	- €	- €
Títulos Diários	- €	- €	2,06€	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Normal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PS	- €	- €	0,33€	- €	- €	0,26€	- €	- €	- €	0,25€	- €	- €
Assinaturas Gratuitas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Tram City Tour 1V	4,48€	4,57€	5,05€	4,77€	4,88€	4,88€	4,88€	4,88€	4,88€	4,88€	4,88€	4,88€
Tram City Tour 2V	3,25€	3,20€	3,25€	3,21€	3,25€	3,25€	3,25€	3,25€	3,25€	3,25€	3,25€	3,25€
Tram City Tour 1V Orçã	3,30€	2,91€	3,74€	3,47€	3,74€	3,74€	3,74€	3,74€	3,74€	3,74€	3,74€	3,74€
Bilhete CE 2 Dias Adulto	3,46€	3,46€	2,30€	2,31€	2,51€	2,51€	2,51€	2,51€	2,51€	2,51€	2,51€	2,51€
Bilhete CE 2 Dias Criança	1,06€	1,29€	1,520€	1,41€	1,20€	1,20€	1,20€	1,20€	1,20€	1,20€	1,20€	1,20€

TAT: consideramos que a taxa de inflação considerada por CGA para cada ano será a TAT a aplicar no ano civil seguinte, pois a TAT tem como valor máximo a taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor, exceto habitação, nos 12 meses que decorrem entre outubro e setembro do ano transato, ou 0 quando esta taxa for negativa. Para o ano de 2023, a TAT definida foi de 6,11%. No tarifário ao público (PVP), as alterações tarifárias individuais foram as seguintes:

### Tarifário Andante

Assinaturas: 0%

Títulos Ocasioneis e Diários: 6,11%

### Tarifário Monomodel

Assinaturas mensais: 0%

Bilhete de Bordo: 24% (aumento extraordinário)

De acordo com a redação da respetiva portaria: "No entanto, para 2023, no atual contexto macroeconómico, tendo em conta a taxa da inflação, determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022, de 6 de setembro, e sem prejuízo da respetiva compensação a atribuir pelas autoridades de transportes competentes: (i) o não aumento de "passes do transporte público"; e (ii) a manutenção, durante esse ano, do tarifário vigente em 2022 para os títulos de transporte da CP - Comboios de Portugal E.P.E., referente aos serviços regulares, pelo que aumento tarifário que possam estar abrangidos pelo limite da TAT, 6,11%, apenas se aplica a títulos e tarifas de transporte ocasionais." Assim sendo, para 2023 e para os títulos Andante, taxa real de aumento ponderado é de 0,8%.

Ainda conforme referido na transcrição acima e a referida Resolução do Conselho de Ministros, os operadores são compensados pela manutenção dos preços ao público dos títulos de assinatura através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), ao qual o Governo alocou uma verba adicional com este fim. Significa isto que o valor pelo qual cada validação é compensada neste âmbito foi (e será anualmente) atualizada no valor da TAT, que em 2023 corresponde a 6,11%.



	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027	Orç. 2028
Taxa de inflação [1]	0,2%	-0,2%	0,7%	8,1%	5,9%	3,2%	2,5%	2,2%	2,0%	2,0%

[1] [https://www.stcp.pt/uploads/subcanais\\_fichasres/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023\\_pt.pdf](https://www.stcp.pt/uploads/subcanais_fichasres/20230515-resumo-projecoes-macroeconomicas-maio2023_pt.pdf), 2023 CFP, 2024 BOP e 25 e 28, Inclusive, FMI. Dados consultados a 15/05/2023.

No caso específico dos Bilhetes do Carro Elétrico, assumimos os valores a baixo:

Ano	Trem C&V Tour 1V		Trem C&V Tour 2V		Trem C&V Tour IV Criança		Bilhete 2 Dias Adulto		Bilhete 2 Dias Criança	
	PVP	€/Viagem s/IVA	PVP	€/Viagem s/IVA	PVP	€/Viagem s/IVA	PVP	€/Viagem s/IVA	PVP	€/Viagem s/IVA
2024	6,00€	5,66€	8,00€	3,77€	3,50€	3,30€	12,00€	2,83€	6,00€	1,62€
2025	7,50€	7,08€	10,00€	4,72€	4,00€	3,77€	15,00€	3,54€	7,50€	1,77€
2026	7,50€	7,08€	10,00€	4,72€	4,00€	3,77€	15,00€	3,54€	7,50€	1,77€
2027	8,00€	7,55€	12,00€	5,66€	4,00€	3,77€	16,00€	3,77€	8,00€	1,89€
2028	8,00€	7,55€	12,00€	5,66€	4,00€	3,77€	16,00€	3,77€	8,00€	1,89€

Estamos a assumir a seguinte valorização média por título:

- para os títulos de 2 viagens, a cada viagem corresponde 50% do valor de venda (2 viagens por título);
- para os títulos de 2 dias, a cada viagem corresponde 25% do valor de venda (4 viagens por título).

Estamos a assumir esta utilização média por título, a qual será revista aquando da implementação do novo sistema de bilhética, o qual irá trazer maior fiabilidade aos dados.

**PART e Compensações:** consideramos a manutenção de todas as compensações existentes atualmente e das respetivas regras de atribuição. No caso específico do PART, foi tido em consideração o número máximo de validações a serem compensadas, assim como o valor fixo do CTO.

Receita de Transporte (milhares €)	Real 2021 [1]	Real 2022 [1]	Orç. 2023	Est. Exec. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027	Orç. 2028
Carro Elétrico	1.971	1.561	2.120	2.258	2.096	3.620	4.515	5.220	5.557

## COMISSÕES E OUTROS CUSTOS

Assumimos a implementação do novo sistema de bilhética a partir de janeiro de 2024. Nessa data deixaremos de pagar a comissão de validação ~~monomodal~~ e a comissão de validação intermodal reduz-se para 0,01€. A comissão de rede de vendas intermodal manter-se-á em 2,5% da receita.

Com a implementação do novo sistema de bilhética também assumimos que iremos deixar de pagar a comissão de vendas de Bilhete de Bordo, mantendo-se a comissão pelo tratamento de valores nos postos TIP.

Quanto às comissões/parcerias com outros operadores, assumimos que, com o início do contrato da AMP em dezembro de 2023, terminará a parceria com a Valpi para validação do título Assinatura Mensal STCP/CP 3ª Idade - RP Fim de Semana. No entanto, a parceria manter-se-á com a CP até que o título seja descontinuado.

Estes encargos reduzir-se-ão para o correspondente a 3% da receita estimada.

COMISSÕES	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
COMISSÃO REDE VENDAS INTERMIODAL	- 936.771 €	- 949.338 €	- 1.090.998 €	- 1.250.935 €	- 1.335.943 €	- 1.388.679 €	- 1.435.705 €
COMISSÃO VALORÇÃO INTERMIODAL	- 961.174 €	- 1.016.560 €	- 1.144.012 €	- 1.268.346 €	- 1.366.337 €	- 1.429.225 €	- 1.481.760 €
COMISSÃO VALORÇÃO MIOCRIODAL	- 7.678 €	- 7.591 €	- €	- €	- €	- €	- €
COMISSÃO VENDAS AM-TRATA/O VALORES POCOS POSTOS TP	- 4.203 €	- 4.821 €	- 775 €	- 388 €	- 388 €	- 388 €	- 388 €
COMISSÕES DE OUTROS OPERADORES	- 1.889 €	- 1.494 €	- 1.289 €	- 1.448 €	- 1.523 €	- 1.574 €	- 1.606 €
<b>Total</b>	<b>- 1.991.515 €</b>	<b>- 1.979.804 €</b>	<b>- 1.797.002 €</b>	<b>- 2.018.116 €</b>	<b>- 2.138.100 €</b>	<b>- 2.179.805 €</b>	<b>- 2.209.459 €</b>
<b>% RECEITA</b>	<b>- 4%</b>	<b>- 4%</b>	<b>- 3%</b>	<b>- 3%</b>	<b>- 3%</b>	<b>- 3%</b>	<b>- 3%</b>



**Anexo 2. Pessoal**

<b>Efetivo</b>	<b>dez-24</b>	<b>dez-25</b>	<b>dez-26</b>	<b>dez-27</b>	<b>dez-28</b>
<b>Efetivo por Categoria</b>					
Motoristas	1.010	1.030	1.030	1.030	1.030
Guarda-Freios	22	22	28	28	28
Abastecedores	39	39	39	39	39
Inspetores	61	61	61	61	61
Unidade Manutenção Frota	84	90	100	100	100
Unidade Carro Elétrico	26	28	28	28	28
Restante Pessoal	171	171	170	170	170
Linhas Metrobus	0	48	48	48	48
<b>Efetivo por Área</b>					
CGA	9	9	9	9	9
DAF	33	33	32	32	32
DMK	30	30	30	30	30
DOP	1.120	1.140	1.140	1.140	1.140
DPCO	28	28	28	28	28
GAJ	10	10	10	10	10
GIC	17	17	17	17	17
Museu	6	6	6	6	6
TIP / STCP,SER	4	4	4	4	4
UCE	54	56	62	62	62
UMF	94	100	110	110	110
Restante Pessoal	8	8	8	8	8
Linhas Metrobus	0	48	48	48	48
<b>Efetivo mensal</b>	<b>1.413</b>	<b>1.489</b>	<b>1.504</b>	<b>1.504</b>	<b>1.504</b>
<b>Efetivo médio</b>	<b>1.389</b>	<b>1.474</b>	<b>1.495</b>	<b>1.504</b>	<b>1.504</b>

<b>Pressupostos Gastos</b>	<b>Orç 2024</b>	<b>Orç 2025</b>	<b>Orç 2026</b>	<b>Orç 2027</b>	<b>Orç 2028</b>
Aumento Tabela Salarial [1]	4,8%	4,7%	4,6%	4,6%	4,6%
Complemento salarial	15,00 €	15,00 €	15,00 €	15,00 €	15,00 €
Complemento salarial dispensas	11,96 €	11,96 €	11,96 €	11,96 €	11,96 €
Subsidio de Refeição (A4/A2)	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €
Subsidio de Refeição (A7)	6,77 €	6,77 €	6,77 €	6,77 €	6,77 €
Salario Mínimo Nacional	810,00 €	855,00 €	900,00 €	900,00 €	900,00 €
Projeção SEP	0,73%	0,92%	0,77%	0,57%	0,73%
Taxa de Absentismo	9,45%	9,45%	9,45%	9,45%	9,45%
Horas Extra 50%	77.178	77.178	77.178	77.178	77.178
Motoristas	66.240	66.240	66.240	66.240	66.240
Guarda-Freios	360	360	360	360	360
Abastecedores	0	0	0	0	0
Inspetores	2.208	2.208	2.208	2.208	2.208
Manutenção	3.510	3.510	3.510	3.510	3.510
Unidade CE	660	660	660	660	660
Restante Pessoal	4.200	4.200	4.200	4.200	4.200

[1] Comissão Permanente de Concertação Social 09.out.22 (utilizada a taxa do ano)



Gastos Pessoal (milhares euros)	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Autocarro e Carro Elétrico	40.404	42.590	44.510	46.308	48.027
Linhas Metrobus	0	1.708	1.786	1.866	1.951
<b>STCP</b>	<b>40.404</b>	<b>44.298</b>	<b>46.295</b>	<b>48.174</b>	<b>49.977</b>

Impactos (milhares euros)	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Aumento da Tabela [1]	1.350	1.440	1.507	1.591	1.669
Efetivo médio	1.142	695	451	165	0
Progressão das Diuturnidades	168	142	101	105	119
Aplicação do SEP	193	267	333	326	316
<b>Total dos Impactos</b>	<b>2.853</b>	<b>2.543</b>	<b>2.391</b>	<b>2.187</b>	<b>2.105</b>
Absentismo	-1.880	-2.020	-2.142	-2.254	-2.356

[1] Inclui impacto das alterações do Salário Mínimo Nacional



## Anexo 3 Detalhe de Gastos

### Anexo 3.1 Gastos Energia

Energia (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Gás Natural Stock	5.702	14.948	7.386	6.070	5.157	3.833	3.270	3.145
Gás Natural Fornecimento	2.290	6.040	2.972	4.845	4.819	5.386	6.060	6.370
<b>Gás Natural</b>	<b>7.992</b>	<b>20.988</b>	<b>10.358</b>	<b>10.914</b>	<b>9.976</b>	<b>9.219</b>	<b>9.330</b>	<b>9.515</b>
Gasóleo	1.872	2.325	2.053	1.846	1.839	1.380	676	120
Gasolina	3	7	39	62	63	65	66	67
Eletricidade	467	973	982	2.116	3.029	4.035	4.517	4.968
Hidrogénio	0	0	0	0	558	558	558	558
<b>Energia</b>	<b>10.334</b>	<b>24.293</b>	<b>13.432</b>	<b>14.938</b>	<b>15.466</b>	<b>15.257</b>	<b>15.147</b>	<b>15.229</b>

Gás Natural	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Consumos m3	13.053	13.975	14.282	13.189	11.675	10.521	10.419	10.419
Km Totais	18.965	19.681	20.082	18.440	16.290	14.852	14.732	14.732
Preço m3 gás natural cêntimos €	61	150	72	82	85	87	89	91
Consumo m3 / 100 km	69	71	71	72	72	71	71	71
Preço Km Autocarro Gás cêntimos €	42	106	51	59	61	62	63	64
<b>Gás Natural Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>7.970</b>	<b>20.951</b>	<b>10.307</b>	<b>10.854</b>	<b>9.916</b>	<b>9.159</b>	<b>9.270</b>	<b>9.455</b>
<b>Outros (milhares de euros)</b>	<b>22</b>	<b>37</b>	<b>51</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>60</b>
<b>Gás Natural (milhares de euros)</b>	<b>7.992</b>	<b>20.988</b>	<b>10.358</b>	<b>10.914</b>	<b>9.976</b>	<b>9.219</b>	<b>9.330</b>	<b>9.515</b>

Eletricidade	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Consumos kWh	504	744	1.036	4.184	6.866	9.682	10.899	11.994
Km Totais	398	646	912	3.762	6.176	8.084	8.896	9.626
Preço kWh Eletricidade cêntimos €	15	31	28	30	31	32	32	33
Consumo kWh / 100 km	127	115	114	111	111	120	123	125
Preço Km Autocarro Eletricidade cêntimos €	19	36	32	33	34	38	40	41
<b>Eletricidade Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>75</b>	<b>230</b>	<b>291</b>	<b>1.250</b>	<b>2.117</b>	<b>3.060</b>	<b>3.521</b>	<b>3.952</b>
<b>Postos de Abastecimento (milhares de euros)</b>	<b>98</b>	<b>201</b>	<b>190</b>	<b>299</b>	<b>309</b>	<b>316</b>	<b>323</b>	<b>330</b>
<b>Carro Elétrico (milhares de euros)</b>	<b>34</b>	<b>101</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>142</b>	<b>145</b>	<b>148</b>
<b>Instalações e Outras (milhares de euros)</b>	<b>261</b>	<b>441</b>	<b>405</b>	<b>466</b>	<b>500</b>	<b>516</b>	<b>528</b>	<b>538</b>
<b>Eletricidade (milhares de euros)</b>	<b>467</b>	<b>973</b>	<b>982</b>	<b>2.116</b>	<b>3.029</b>	<b>4.035</b>	<b>4.517</b>	<b>4.968</b>

Gasóleo	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Consumos litros	1.752	1.692	1.548	1.197	1.155	826	357	0
Km Totais	3.092	2.781	2.481	1.700	1.510	1.067	463	0
Preço litro cêntimos €	104	135	127	144	149	153	156	0
Consumo litros / 100 km	57	61	62	70	77	77	77	0
Preço do Km Autocarro Gasóleo cêntimos €	59	82	79	102	114	118	120	0
<b>Gasóleo Autocarros (milhares de euros)</b>	<b>1.830</b>	<b>2.284</b>	<b>1.962</b>	<b>1.726</b>	<b>1.719</b>	<b>1.260</b>	<b>556</b>	<b>0</b>
<b>Outros (milhares de euros)</b>	<b>42</b>	<b>41</b>	<b>90</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>120</b>
<b>Gasóleo (milhares de euros)</b>	<b>1.872</b>	<b>2.325</b>	<b>2.053</b>	<b>1.846</b>	<b>1.839</b>	<b>1.380</b>	<b>676</b>	<b>120</b>




### Anexo 3.2 Gastos Manutenção

Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Acessórios Carro Elétrico	15	24	38	41	42	43	44	45
Acessórios Autocarro	385	523	682	962	1.019	1.048	1.010	992
Geral Autocarros e Carros Elétricos	5.305	4.639	5.485	6.015	5.983	5.502	5.471	5.516
Pneus	441	446	478	738	861	982	1.018	1.059
<b>Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)</b>	<b>6.146</b>	<b>5.633</b>	<b>6.683</b>	<b>7.756</b>	<b>7.905</b>	<b>7.575</b>	<b>7.543</b>	<b>7.611</b>

Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Contratada Autocarros STCP	4.756	4.135	4.429	4.641	4.093	3.568	3.587	3.659
Contratada Autocarros Linhas Metrobus	0	0	0	0	414	414	414	414
Materiais Autocarros	1.165	1.256	1.575	2.138	2.264	2.329	2.245	2.203
Pneus Autocarros	189	178	237	503	620	736	767	803
<b>Manutenção Autocarros</b>	<b>6.111</b>	<b>5.570</b>	<b>6.240</b>	<b>7.282</b>	<b>7.391</b>	<b>7.047</b>	<b>7.014</b>	<b>7.079</b>
<b>Manutenção Carro Elétrico</b>	<b>35</b>	<b>63</b>	<b>443</b>	<b>474</b>	<b>514</b>	<b>528</b>	<b>530</b>	<b>532</b>
<b>Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh.€)</b>	<b>6.146</b>	<b>5.633</b>	<b>6.683</b>	<b>7.756</b>	<b>7.905</b>	<b>7.575</b>	<b>7.543</b>	<b>7.611</b>

### Anexo 3.3 Outros Gastos

Outros Gastos (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Trabalhos Especializados	192	250	994	1.278	1.046	1.087	1.100	1.128
Softwares, Royalties, Comunicações e Sistemas	677	747	780	1.358	1.356	1.423	1.557	1.587
Publicidade e Informação ao Público	207	172	206	362	652	676	678	687
Fardamentos, Segurança e Serviços Clínicos	316	423	205	628	293	626	328	649
Manutenção Instalações e Transporte Valores	857	880	1.016	1.266	1.720	1.797	1.809	1.828
Rendas	135	158	211	340	376	292	300	302
Outros	1.108	1.020	1.318	1.511	1.512	1.459	1.463	1.475
<b>Outros Gastos</b>	<b>3.492</b>	<b>3.649</b>	<b>4.730</b>	<b>6.743</b>	<b>6.955</b>	<b>7.359</b>	<b>7.235</b>	<b>7.657</b>

### Anexo 3.4 Gastos Não Correntes

Gastos Não Correntes (milhares de euros)	Real 2021	Real 2022	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028
Provisões	153	609	696	762	771	776	776	776
Subsidiárias e associadas	6	-619	0	0	0	0	0	0
Imparidades e Variação Justo Valor	107	-1.729	0	0	0	0	0	0
<b>Gastos Não Correntes</b>	<b>265</b>	<b>-1.739</b>	<b>696</b>	<b>762</b>	<b>771</b>	<b>776</b>	<b>776</b>	<b>776</b>

## Anexo 4 Plano de Investimento

### Anexo 4.1 Detalhe do Plano de Investimento

#### Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento

Quantidade	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Número Autocarros Elétricos Standard	48	20	20				88
Número Autocarros Elétricos Articulados			20	40			60
Número Autocarros Elétricos Dois Pisos					15	7	22
Número Autocarros Elétricos Midi		8					8
<b>Número Autocarros</b>	<b>48</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>178</b>
Número de Carregadores Duplos	24	24	30	0	11	0	89
Número de Baterias			15				15

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Autocarros Elétricos Standard	18.360	8.000	8.000	0	0	0	34.360
Autocarros Elétricos Articulados	0	0	14.000	28.000	0	0	42.000
Autocarros Elétricos Dois Pisos	0	0	0	0	11.250	5.250	16.500
Autocarros Elétricos Midi	0	2.800	0	0	0	0	2.800
Carregadores Duplos	900	1.440	1.800	0	660	0	4.800
Baterias	0	0	2.550	0	0	0	2.550
<b>Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento</b>	<b>19.260</b>	<b>12.240</b>	<b>26.350</b>	<b>28.000</b>	<b>11.910</b>	<b>5.250</b>	<b>103.010</b>

2023 – Aquisição de 48 autocarros standard elétricos, 24 para expansão e 24 para substituição, e 24 carregadores duplos, financiado no montante de cerca de 8,4 milhões de euros por verbas do PRR (Aviso N.º 01/C15-i05/2021 – Descarbonização dos Transportes Públicos). Cada viatura custou 382,5 mil euros e cada carregador duplo 38 mil euros.

Para 2024 a 2028, inclusive, foram considerados os preços seguintes por unidade:

(milhares euros)

Preço por Autocarro Elétrico Standard	400
Preço por Autocarro Elétrico Articulado	700
Preço por Autocarro Elétrico Dois Pisos	750
Preço por Autocarro Elétrico Midi	350
Preço por Carregador Duplo	60
Preço por Bateria	170

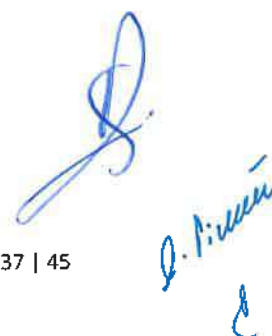
2024 - Aquisição de 28 autocarros elétricos para substituição, 20 standard e 8 midi e 24 carregadores duplos.

2025 - Aquisição de 40 autocarros elétricos para substituição, 20 standard e 20 articulados, 30 carregadores duplos e 15 baterias elétricas para substituir as da frota adquirida em 2018.

2026 - Aquisição de 40 autocarros elétricos articulados para substituição

2027 - Aquisição de 15 autocarros elétricos de dois pisos para substituição e 11 carregadores duplos.

2028 - Aquisição de 7 autocarros elétricos de dois pisos, para manutenção de lugares km oferecidos.



### Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Dois postos de transformação Via Norte (4MW para 48 AC)	500	0	0	0	0	0	500
Subestação Elétrica Via Norte (8MW para 100 AC)	0	2.000	2.500	0	0	0	4.500
Posto de transformação em Francos (1,5 a 2 MW)	0	200	0	0	0	0	200
<b>Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos</b>	<b>500</b>	<b>2.200</b>	<b>2.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.200</b>

### Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Recuperação CE 275 do Museu	50	30	0	0	0	0	80
Sistema segurança "Homem Morto"	0	150	150	0	0	0	300
"Homem Morto" Protótipo 1 CE	80	0	0	0	0	0	80
Grandes manutenções mecânicas	150	190	120	60	60	60	640
Rebobinagem e Induzidos	0	15	20	20	20	20	95
Conclusão da reconstrução do CE 276	29	0	0	0	0	0	29
Reconstrução CE 285	0	40	170	0	0	0	210
Recuperação CE 191,143 e 203	105	0	0	0	0	0	105
Requalificação CE 274 Museu	0	25	0	0	0	0	25
Requalificação de 2 CE da coleção	0	0	35	35	35	35	140
<b>Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos</b>	<b>415</b>	<b>450</b>	<b>495</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>1.705</b>

### Estações de Recolha Francos e Via Norte

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Requalificação do edifício da Estação Recolha Via Norte	541	0	0	0	0	0	541
Estação Recolha Via Norte - Obras diversas	0	850	0	0	0	0	850
Requalificação do edifício da Estação Recolha Francos	704	4.000	3.000	0	0	0	7.704
<b>Estação de Recolha Francos e Via Norte</b>	<b>1.245</b>	<b>4.850</b>	<b>3.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.095</b>

### Obras Estação de Recolha da Via Norte 850 mil euros em 2024

Substituição de rede de vedação, construção de muro, aplicação de portões, pintura de caixilharias, separador de hidrocarbonetos e sistema de reutilização das águas de lavagem de carroçarias.

### Requalificação do edifício da Estação de Recolha de Francos 7.704 milhares de euros até 2025

Cumprimento de obrigações legais, adaptação das oficinas de manutenção à nova frota, melhoria de segurança e das condições de trabalho, remoção do amianto existente e melhoria da eficiência energética.

### Sistema de Bilhética para Autocarros

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Equipamentos prestação de contas	0	250	0	0	0	0	250
Nova bilhética	2.392	0	0	0	0	0	2.392
<b>Sistema de Bilhética</b>	<b>2.392</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.642</b>

### Sistema de Apoio à Exploração (SAE)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Novo Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	1.520	0	0	0	0	0	1.520
Upgrade Novo SAE	0	100	100	0	0	0	200
<b>Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI)</b>	<b>1.520</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.720</b>

*J. F. ...*



## Outras Infraestruturas

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Empreitada oficinas Areosa 1.250 m2 * 1600 €	0	0	2.000	0	0	0	2.000
Empreitada Outra [1]	0	0	5.623	0	0	0	5.623
Separadores com pintura dos pavimentos	0	0	685	0	0	0	685
Instalação elétrica e iluminação [2]	0	0	2.659	0	0	0	2.659
Investimento em SAE e outros equipamentos a bordo	0	0	12	0	0	0	12
Melhor cobertura WiFi Areosa	0	0	50	0	0	0	50
Subestação Elétrica Campo Mártires da Pátria (CE)	1.158	0	0	0	0	0	1.158
Subestação Elétrica D. Afonso Henriques (CE)	0	0	0	1.100	0	0	1.100
Segurança das Infraestruturas e Operação Carro Elétrico	42	0	0	0	0	0	42
Obras diversas de SET e Oficina CE	40	0	0	0	0	0	40
Substituição e manutenção caleiras Massarelos	0	50	0	0	0	0	50
Videovigilância/intrusão UON, UOF e Antas	65	15	150	10	10	10	260
Quiosque da Praça	0	80	0	0	0	0	80
Reparação sanitários Castelo Queijo	0	18	0	0	0	0	18
Cabine Pintura Manutenção Via Norte	80	120	0	0	0	0	200
Posto e Carregadores Elétricos	27	300	0	0	0	0	327
LED Torre das Antas	0	35	0	0	0	0	35
<b>Outras Infraestruturas</b>	<b>1.412</b>	<b>618</b>	<b>11.178</b>	<b>1.110</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>14.339</b>

[1] Estruturas metálicas para os fotovoltaicos.

[2] Estrutura apoio painéis fotovoltaicos estacionamento

## Software e Equipamento informático

Aquisição de hardware e software informático, para o funcionamento normal dos sistemas de informação da empresa.

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
<b>Software e Equipamento Informático</b>	<b>952</b>	<b>742</b>	<b>524</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>2.328</b>

## Equipamento Oficial e Administrativo

Equipamentos destinados à manutenção de autocarros, de carros elétricos e das instalações.

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
<b>Equipamento Oficial e Administrativo</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>250</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>1.850</b>

## Informação ao Público e Marketing

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Informação em tempo real nos abrigos	0	700	150	150	150	150	1.300
Tecnologias de informação – site e plataformas móveis de a	215	50	10	10	10	10	305
Software para os novos ecrãs dos AC: gestão de informação	150	100	0	0	0	0	250
Totens digitais para interfaces	0	85	85	0	0	0	170
Hardware/ecrãs para 90 autocarros dos antigos	0	160	0	0	0	0	160
WiFi nos PIPs via Porto Digital	160	0	0	0	0	0	160
Outros	153	209	37	27	47	47	520
<b>Informação ao Público e Marketing</b>	<b>678</b>	<b>1.304</b>	<b>282</b>	<b>187</b>	<b>207</b>	<b>207</b>	<b>2.865</b>



*J. Pinheiro*

4

## Outros Projetos

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Projetos de Inovação	100	100	100	100	100	100	600
Viaturas de apoio	43	228	200	0	0	0	471
Transição Digital	100	100	100	0	0	0	300
Cibersegurança / GDPR- General Data Protection Regulation	120	100	0	0	0	0	220
Sistema de verificação de danos nas viaturas	0	0	220	0	0	0	220
Nova Intranet e App Institucional	160	30	0	0	0	0	190
Outros	538	887	72	22	22	22	1.563
<b>Outros Projetos</b>	<b>1.061</b>	<b>1.445</b>	<b>692</b>	<b>122</b>	<b>122</b>	<b>122</b>	<b>3.563</b>

## Anexo 4.2 Detalhe Plano de Investimento Financiados pelos Municípios

### Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento (Financiamento Municípios)

Quantidade	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Número Autocarros Elétricos Standard	48	20	20				88
Número Autocarros Elétricos Articulados			20	40			60
Número Autocarros Elétricos Dois Pisos					15	7	22
Número Autocarros Elétricos Midi		8					8
<b>Número Autocarros</b>	<b>48</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>178</b>
Número de Carregadores Duplos	24	24	30	0	11	0	89
Número de Baterias			15				15

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Autocarros Elétricos Standard	18.360	8.000	8.000	0	0	0	34.360
Autocarros Elétricos Articulados	0	0	14.000	28.000	0	0	42.000
Autocarros Elétricos Dois Pisos	0	0	0	0	11.250	5.250	16.500
Autocarros Elétricos Midi	0	2.800	0	0	0	0	2.800
Carregadores Duplos	900	1.440	1.800	0	660	0	4.800
Baterias	0	0	2.550	0	0	0	2.550
Aviso n.º 01/C15-i05/2021   Fundo Ambiental	-8.443	0	0	0	0	0	-8.443
<b>Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento</b>	<b>10.817</b>	<b>12.240</b>	<b>26.350</b>	<b>28.000</b>	<b>11.910</b>	<b>5.250</b>	<b>94.567</b>

2023 – Aquisição de 48 autocarros standard elétricos, 24 para expansão e 24 para substituição, e 24 carregadores duplos, financiado no montante de cerca de 8,4 milhões de euros por verbas do PRR (Aviso N.º 01/C15-i05/2021 – Descarbonização dos Transportes Públicos). Cada viatura custou 382,5 mil euros e cada carregador duplo 38 mil euros.

Para 2024 a 2028, inclusive, foram considerados os preços seguintes por unidade:

(milhares euros)

Preço por Autocarro Elétrico Standard	400
Preço por Autocarro Elétrico Articulado	700
Preço por Autocarro Elétrico Dois Pisos	750
Preço por Autocarro Elétrico Midi	350
Preço por Carregador Duplo	60
Preço por Bateria	170

- 2024 - Aquisição de 28 autocarros elétricos para substituição, 20 standard e 8 midi e 24 carregadores duplos.
- 2025 - Aquisição de 40 autocarros elétricos para substituição, 20 standard e 20 articulados, 30 carregadores duplos e 15 baterias elétricas para substituir as da frota adquirida em 2018.
- 2026 - Aquisição de 40 autocarros elétricos articulados para substituição
- 2027 - Aquisição de 15 autocarros elétricos de dois pisos para substituição e 11 carregadores duplos.
- 2028 - Aquisição de 7 autocarros elétricos de dois pisos, para manutenção de lugares km oferecidos.

#### Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Dois postos de transformação Via Norte (4MW para 48 AC)	500	0	0	0	0	0	500
Subestação Elétrica Via Norte (8MW para 100 AC)	0	2.000	2.500	0	0	0	4.500
Posto de transformação em Francos (1,5 a 2 MW)	0	200	0	0	0	0	200
<b>Infraestruturas Carregadores Autocarros Elétricos</b>	<b>500</b>	<b>2.200</b>	<b>2.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.200</b>

#### Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Recuperação CE 275 do Museu	50	30	0	0	0	0	80
Sistema segurança "Homem Morto"	0	150	150	0	0	0	300
"Homem Morto" Protótipo 1 CE	38	0	0	0	0	0	38
Grandes manutenções mecânicas	150	190	120	60	60	60	640
Rebobinagem e Induzidos	0	15	20	20	20	20	95
Conclusão da reconstrução do CE 276	6	0	0	0	0	0	6
Reconstrução CE 285	0	40	170	0	0	0	210
Recuperação CE 191,143 e 203	105	0	0	0	0	0	105
Requalificação CE 274 Museu	0	25	0	0	0	0	25
Requalificação de 2 CE da coleção	0	0	35	35	35	35	140
<b>Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos</b>	<b>349</b>	<b>450</b>	<b>495</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>115</b>	<b>1.639</b>

#### Estações de Recolha Francos e Via Norte

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Requalificação do edifício da Estação Recolha Via Norte	220	0	0	0	0	0	220
Estação Recolha Via Norte - Obras diversas	0	850	0	0	0	0	850
Requalificação do edifício da Estação Recolha Francos	0	692	3.000	0	0	0	3.692
<b>Estação de Recolha Francos e Via Norte</b>	<b>220</b>	<b>1.542</b>	<b>3.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.762</b>

#### Obras Estação de Recolha da Via Norte 850 mil euros em 2024

Substituição de rede de vedação, construção de muro, aplicação de portões, pintura de caixilharias, separador de hidrocarbonetos e sistema de reutilização das águas de lavagem de carroçarias.

#### Requalificação do edifício da Estação de Recolha de Francos 7.704 milhares de euros até 2025

Cumprimento de obrigações legais, adaptação das oficinas de manutenção à nova frota, melhoria de segurança e das condições de trabalho, remoção do amianto existente e melhoria da eficiência energética.

### Sistema de Bilhética para Autocarros (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Equipamentos prestação de contas	0	250	0	0	0	0	250
Nova bilhética	2.392	0	0	0	0	0	2.392
<b>Sistema de Bilhética</b>	<b>2.392</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.642</b>

### Sistema de Apoio à Exploração (SAE) (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Novo Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	1.520	0	0	0	0	0	1.520
Upgrde Novo SAE	0	100	100	0	0	0	200
<b>Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEI)</b>	<b>1.520</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.720</b>

### Outras Infraestruturas (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Empreitada oficinas Areosa 1.250 m2 * 1600 €	0	0	2.000	0	0	0	2.000
Empreitada Outra [1]	0	0	5.623	0	0	0	5.623
Separadores com pintura dos pavimentos	0	0	685	0	0	0	685
Instalação elétrica e iluminação [2]	0	0	2.659	0	0	0	2.659
Investimento em SAE e outros equipamentos a bordo	0	0	12	0	0	0	12
Melhor cobertura WiFi Areosa	0	0	50	0	0	0	50
Subestação Elétrica D. Afonso Henriques (CE)	0	0	0	1.100	0	0	1.100
Substituição e manutenção caleiras Massarelos	0	50	0	0	0	0	50
Videovigilância/intrusão UON, UOF e Antas	55	15	150	10	10	10	250
Quiosque da Praça	0	80	0	0	0	0	80
Reparação sanitários Castelo Queijo	0	18	0	0	0	0	18
Cabine Pintura Manutenção Via Norte	80	120	0	0	0	0	200
Posto e Carregadores Elétricos	27	300	0	0	0	0	327
LED Torre das Antas	0	35	0	0	0	0	35
<b>Outras Infraestruturas</b>	<b>162</b>	<b>618</b>	<b>11.178</b>	<b>1.110</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>13.089</b>

[1] Estruturas metálicas para os fotovoltaicos.

[2] Estrutura apoio painéis fotovoltaicos estacionamento

### Software e Equipamento Informático (Financiamento Municípios)

Aquisição de hardware e software informático, para o funcionamento normal dos sistemas de informação da empresa.

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
<b>Software e Equipamento Informático</b>	<b>833</b>	<b>742</b>	<b>524</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>2.209</b>

### Equipamento Oficial e Administrativo (Financiamento Municípios)

Equipamentos destinados à manutenção de autocarros, de carros elétricos e das instalações.

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
<b>Equipamento Oficial e Administrativo</b>	<b>386</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>250</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>1.836</b>



### Informação ao Público e Marketing (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Informação em tempo real nos abrigos	0	700	150	150	150	150	1.300
Tecnologias de Informação – site e plataformas móveis de a	15	50	10	10	10	10	105
Software para os novos ecrãs dos AC: gestão de Informação e	150	100	0	0	0	0	250
Totens digitais para interfaces	0	85	85	0	0	0	170
Hardware/ecrãs para 90 autocarros dos antigos	0	160	0	0	0	0	160
Outros	153	209	37	27	47	47	520
<b>Informação ao Público e Marketing</b>	<b>318</b>	<b>1.304</b>	<b>282</b>	<b>187</b>	<b>207</b>	<b>207</b>	<b>2.505</b>

### Outros Projetos (Financiamento Municípios)

(milhares euros)	Est. 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Orç 2028	Σ 23- 28
Projetos de Inovação	100	100	100	100	100	100	600
Viaturas de apoio	43	228	200	0	0	0	471
Transição Digital	100	100	100	0	0	0	300
Cibersegurança / GDPR- General Data Protection Regulation	120	100	0	0	0	0	220
Sistema de verificação de danos nas viaturas	0	0	220	0	0	0	220
Nova Intranet e App institucional	60	30	0	0	0	0	90
Outros	197	887	72	22	22	22	1.222
<b>Outros Projetos</b>	<b>620</b>	<b>1.445</b>	<b>692</b>	<b>122</b>	<b>122</b>	<b>122</b>	<b>3.122</b>

## 9. Parecer do Fiscal Único



### Relatório do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (2024 a 2028)

#### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. (a Entidade) relativo ao período de 2024 a 2028, que compreendem o (i) Plano anual de atividades (PAO) de 2024 a 2028, (ii) orçamento de 2024 a 2028, (iii) o Plano de investimentos e financiamento respeitantes aos exercícios de 2024 a 2028, que também inclui a estimativa de realização de 2023 e (iv) as demonstrações prospetivas respeitantes ao exercício de 2024 a 2028 (demonstração da posição financeira, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), incluindo os pressupostos de referência.

#### Responsabilidade do Órgão de Gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

#### Responsabilidade do auditor sobre os instrumentos de gestão previsional

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos instrumentos de gestão previsional; (ii) verificar se os instrumentos de gestão previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos instrumentos de gestão previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional,
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

#### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás de Fonseca, Torre G, 5.º andar, 1600-209 Lisboa - Portugal  
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 630, Sala 14, 3.º andar 4150-171 Porto - Portugal | Tel: +351 228 061 020  
Inscrição n.º 51 na OROC - Registrada na CIMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 188.580,00 €

## mazars

Devemos, contudo, advertir, que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes. Nomeadamente, chamamos à atenção para os pressupostos abaixo indicados, com especial impacto no resultado líquido previsional, e devidamente divulgados no Relatório 'Instrumentos Previsionais de Gestão 2024-2028' datado de 7 de setembro de 2023 (e revisto a 28 de setembro de 2023):

1. A receita de transporte está dependente do cumprimento da oferta, das taxas de acréscimo anuais previstas para a procura (incluindo as linhas Metrobus) e da aplicação das taxas de aumento tarifário (TAT);
2. A receita de transporte para 2023 compreende os seguintes pressupostos: (i) uma taxa de atualização tarifária (TAT) de 6,11%, cuja realização está condicionada e indexada à potencial compensação, por parte do Estado, da perda desta receita e (ii) o alcance máximo de validações de títulos, que se estima representarem cerca de 2 milhões de euros de receita adicional;
3. A receita resultante dos subsídios à exploração, compreende os montantes de acerto final anual do contrato de Concessão de Serviço Público (do 3.º aditamento), conforme previsto na alínea ii) do n.º 3 do Anexo A deste contrato, a qual teve por base estimativa de aplicação da fórmula de cálculo presente nestes documentos, considerando o pressuposto de um Valor Atual Líquido (VAL) igual a zero e cumprimento da transferência financeira de cada Município acionista nos termos do n.º 2 e n.º 3 do Art. 40º da Lei 50/2021 de 31 de agosto até ao limite do Resultado Antes de Imposto. O modelo de apuramento do montante das Obrigações de Serviço Público (OSP) considera uma taxa de retorno de 4,75%, apurada em janeiro de 2022, cuja evolução da mesma tem impacto direto no cálculo do valor do OSP (Os dados atuais indicam uma taxa próxima dos 9%);
4. Os gastos com energia estimados (gás natural, gasóleo e eletricidade) estão condicionados pela evolução dos preços no mercado;
5. O orçamento de 2025 e seguintes, compreende a operação das Linhas Metrobus, cujos dados relativos à mesma (gastos e proveitos) foram baseados em estudo de procura realizado pela consultora TRENMO Engenharia S.A., existindo, à data, incertezas quanto aos pressupostos e condições utilizados;
6. Aprovação e cumprimento do plano de investimento e de financiamento para o período de 2024-2028, dentro dos prazos delineados, com impactos ao nível do cumprimento da oferta, montantes dos ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e gastos de manutenção;
7. Em resultado do término do contrato de Concessão de Serviço Público em 31 de dezembro de 2024, os dados e pressupostos previsionais apresentados após esta data adicionam incertezas e estão assentes nos pressupostos do contrato atualmente em vigor

Porto, 3 de outubro de 2023

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Representada por José Fernando Abreu Rebouta  
(Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º 20160637)



2/2






An aerial photograph of Porto, Portugal, showing a dense urban landscape with numerous buildings and a river. The image is overlaid with a semi-transparent blue filter. In the top right corner, there is a white grid logo with the words 'PORTO' and 'DIGITAL' inside. The text 'Plano de Atividades e Orçamento 2024' is prominently displayed in the lower right quadrant.

PORTO

DIGITAL

# Plano de Atividades e Orçamento 2024

## Índice

1 - Enquadramento e Estratégia .....	3
2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2024 .....	5
2.1 Enquadramento e síntese .....	5
2.2 Estrutura funcional e organização .....	6
3 – Plano Anual de Atividades.....	7
3.1 Introdução.....	7
3.2 – Programa: Porto - Cidade de Inovação e Experimentação .....	8
3.2.1 Objetivos Estratégicos.....	8
3.2.2 Plano de Atividades.....	8
3.3 – Programa: Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada.....	11
3.3.1 Objetivos Estratégicos.....	11
3.3.2 Plano de Atividades.....	11
3.4 – Programa: Infraestrutura Digital e Comunicações.....	16
3.4.1 Objetivos Estratégicos.....	16
3.4.2 Plano de Atividades.....	17
4 - Plano Anual de Recursos Humanos .....	18
5 – Plano Anual de Investimento .....	19
6 – Orçamento de Exploração para 2024 .....	20
6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento .....	20
6.1.1 – Rendimentos Previsionais.....	21
6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais .....	22
6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais.....	23
6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações .....	23
6.1.5 – Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas.....	24
6.1.6 – Gastos de Financiamento.....	24
6.1.7 – Imposto sobre o Rendimento .....	24
7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2024.....	25
7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional .....	25
7.2 - Balanço Previsional .....	26
8 – Equilíbrio Económico-Financeiro .....	27
Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal .....	29



## 1 - Enquadramento e Estratégia

A Associação Porto Digital (Porto Digital) procura funcionar como uma *toolbox* ao serviço do Município, da Universidade e da Metro do Porto, e visa servir de acelerador para a implementação de estratégias de inovação e transição digital na cidade do Porto. Constituída para conectar a cidade e os cidadãos (tecnologia), cocriar um futuro sustentável (inovação e experimentação) e colaborar para uma melhor qualidade de vida (parcerias), procura contribuir para a eficiência dos serviços públicos, com um impacto real na qualidade de vida dos cidadãos, apostando num desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Fundada em 2004, é atualmente controlada pelo Município do Porto, que detém 377 unidades de participação do património associativo nominal da associação, o que corresponde a mais de 80% do valor total, possuindo ainda como associados a Universidade do Porto e a Metro do Porto, que detêm 90 e 4 unidades de participação, respetivamente.

É objetivo central criar condições para que o ecossistema multifacetado e heterogéneo, que tanto caracteriza a génese da nossa sociedade, explore o conceito de “cidade laboratório”, expandindo-o para novas áreas e transformando desafios do nosso dia-a-dia em oportunidades para gerar conhecimento, ciência, negócios e, mais importante ainda, criando soluções de elevado impacto na qualidade de vida de todos.

### Visão

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DO PORTO ALCANÇA-SE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS E DE METODOLOGIAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO, A COCRIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS CIDADÃOS.

### Missão

PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO E A TRANSIÇÃO DIGITAL.

A Porto Digital disponibiliza a infraestrutura tecnológica e as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de processos e ações de inovação e transformação digital, de forma a fomentar a implementação de políticas de valorização transversal do conhecimento na cidade do Porto, suportada pelas plataformas digitais, de inovação aberta e de cocriação.

As atividades planeadas procuram destacar a importância da inovação como motor de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no aumento da eficiência e eficácia da resposta aos desafios diários a que a cidade e a região estão sujeitas.

<p style="text-align: center;"><b>TECNOLOGIA</b></p> <p style="text-align: center;">- Conectar -</p>	<p style="text-align: center;"><b>INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO</b></p> <p style="text-align: center;">- Cocriar-</p>	<p style="text-align: center;"><b>PARCERIAS</b></p> <p style="text-align: center;">- Colaborar -</p>
<p>A tecnologia da cidade é um dos pilares do desenvolvimento da Porto Digital, especialmente na área das comunicações, que se baseia na rede de fibra ótica instalada na cidade, e no serviço Wi-Fi gratuito – Porto Free Wi-Fi. Além disso, a plataforma urbana e os serviços digitais ligados a esta rede permitem o desenvolvimento de aplicações que suportam a gestão da cidade, principalmente nas áreas de mobilidade, ambiente, energia e proteção civil.</p>	<p>Como fator catalisador para o aumento de impacto, o desenvolvimento de serviços e políticas públicas é efetuado recorrendo a um modelo de cocriação e participação ativa. Numa lógica de <i>toolbox</i>, que incorpora ferramentas de gestão da inovação, tanto para fortalecer as equipas internas (municipais) quanto para impulsionar o ecossistema (empresas, academia, cidadãos), a Porto Digital procura garantir que a inovação assume um verdadeiro papel catalisador de transformação da cidade.</p>	<p>O desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais permite um contínuo <i>benchmark</i> e validação das políticas implementadas, promovendo um ecossistema dinâmico, com base numa aposta contínua na inovação. As parcerias desenvolvidas são ainda a base para a criação de projetos de inovação que funcionam como aceleradores dos vários verticais de ação.</p>



## 2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2024

### 2.1 Enquadramento e síntese

No âmbito da visão e missão definidas, a Porto Digital, em 2024, continuará a orientar a sua atividade para o reforço da posição da organização e das suas equipas enquanto instrumento de desenvolvimento da cidade, e enquanto entidade responsável pelo desenvolvimento da estratégia de transformação e transição digital e de atividades promotoras de inovação e experimentação do Município do Porto.

Assim, o plano de atividades para 2024 dá seguimento à execução do plano estratégico para o triénio 23-25 que tem como objetivo tornar o Porto uma cidade inteligente e sustentável, apoiando-se em cinco pilares: o projeto **Porto Digital+**, que visa garantir o acesso e a literacia digital de todos; o **Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração**, que visa coordenar a operação da cidade com base num "gémeo digital" e abrir os serviços e dados produzidos; o programa de **Serviços Digitais Partilhados**, que visa racionalizar e otimizar os recursos digitais municipais; a **Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação**, que visa promover a inovação aberta e a cocriação na transformação da cidade; e o reforço das **parcerias nacionais e internacionais** estratégicas para a inovação, transição digital e sustentabilidade.

O plano está alinhado com as iniciativas europeias nas áreas das cidades e comunidades inteligentes e é suportado pelo investimento na infraestrutura de sensorização e monitorização da cidade.

O ano de 2024 será marcado pela intensificação da implementação dos diversos projetos, especialmente dos que são financiados pelo Horizonte Europa e pelo plano de recuperação e resiliência (PRR). Destaca-se também o planeamento da execução do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), estabelecido com o Município, como uma das prioridades da atividade, sobretudo no que diz respeito ao aumento da infraestrutura tecnológica e à ampliação da rede de fibra ótica e dos serviços de comunicação de proximidade para a área de Campanhã.

Na vertente económica e financeira salientam-se as seguintes linhas orientadoras:

- Orientar o plano de investimento para cumprir as obrigações acordadas com o Município e os projetos de inovação, experimentação e transição digital.
- Reforçar e melhorar a equipa da Porto Digital, contratando profissionais para as áreas da plataforma urbana, experimentação e inovação, e para o suporte à infraestrutura de comunicações e sistemas.
- Procurar financiamento complementar, cooperando com as agendas para a inovação do Plano de Recuperação e Resiliência e participando em projetos cofinanciados pelo programa Horizonte Europa.

## 2.2 Estrutura funcional e organização

A estrutura funcional da Porto Digital está organizada em 7 áreas de competências, uma área de suporte transversal, planeamento e controlo, e 6 áreas técnicas.

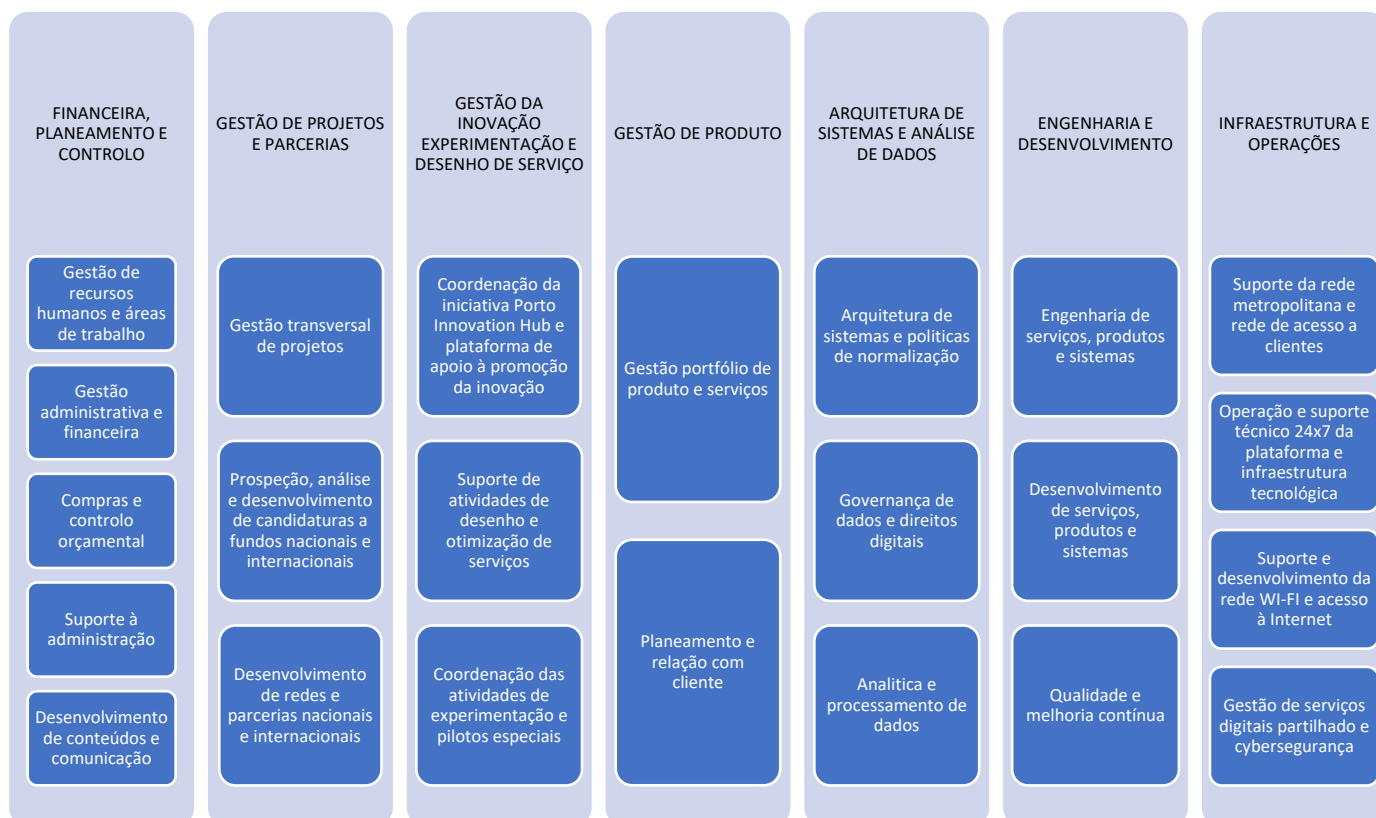


Figura 1 -Estrutura Organizacional e centros de competências da Porto Digital

Atualmente, a equipa da Porto Digital é formada por 46 elementos, 40% do género feminino, todos com formação académica superior em várias áreas, tais como engenharia, design, economia, gestão, comunicação, ciências sociais, entre outras. É de salientar ainda a valorização académica da equipa, contando com 17 elementos com grau de mestre e 3 doutorados, em áreas relacionadas com as tecnologias de informação.

A principal missão desta equipa multidisciplinar é a de dar resposta às múltiplas áreas de ação da Porto Digital, incluindo gestão de empreendimentos tecnológicos, capacitação técnica profissional, sensibilização dos cidadãos, e ainda, a componente de investigação e desenvolvimento.

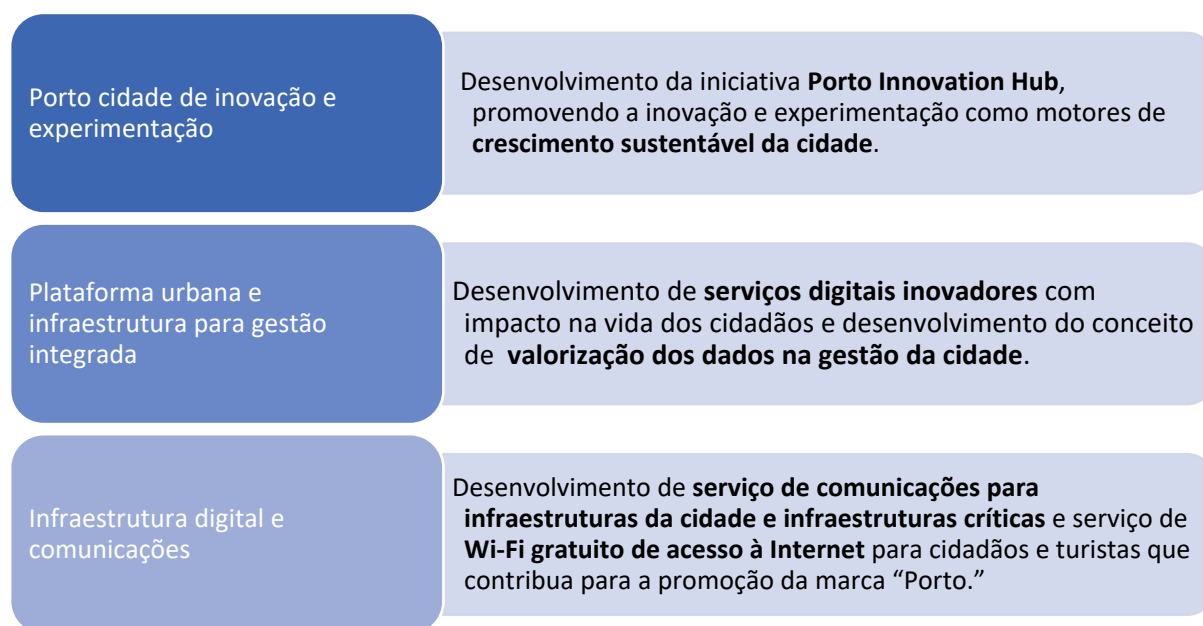
## 3 – Plano Anual de Atividades

### 3.1 Introdução

O plano de atividades definido para o ano de 2024 procura dar continuidade ao reforço da posição da organização e das suas equipas enquanto instrumentos de desenvolvimento sustentável da cidade, e enquanto entidade responsável pela execução da estratégia de inovação e transição digital do Município do Porto.

A atividade planeada visa dar seguimento aos princípios orientadores da ação estratégica da Porto Digital, definidos para o triénio 23-25, nomeadamente, a infraestrutura digital e de comunicações da cidade, bem como as ferramentas de inovação aberta e cocriação, para oferecer políticas e serviços públicos eficazes e com impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos. Também se pretende garantir os direitos digitais dos cidadãos e a utilização dos dados disponibilizados pelos serviços municipais, para fomentar o conhecimento, a gestão aberta e transparente, e a inclusão e diversidade na análise de dados. Além disso, quer-se apoiar os atores do ecossistema da cidade na transformação de desafios em oportunidades de experimentação inovadoras.

Assim, e de acordo com o apresentado, o Plano Anual de Atividades está organizado de em torno dos seguintes programas:



Em paralelo, e tendo em vista o objetivo de contribuir para o aumento da eficiência das entidades, a Porto Digital continuará a fomentar o desenvolvimento de projetos âncora entre os seus três membros associados: o Município, a Universidade e a Metro do Porto.

Estas atividades visam desenvolver não só ferramentas e metodologias que potenciem o aumento de sinergias entre as equipas técnicas dos associados, contribuindo assim para a melhoria dos serviços e para o aumento da eficiência na utilização dos recursos, mas também promover a utilização de infraestruturas partilhadas e o desenvolvimento de ações de capacitação e formação técnica conjuntas.

## 3.2 – Programa: Porto - Cidade de Inovação e Experimentação

### 3.2.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento da estratégia de inovação da cidade do Porto e para a promoção de um espírito de inovação e de experimentação, através de uma política ativa para as áreas de inovação e transição digital.
- Garantir o desenvolvimento de redes nacionais e internacionais e parcerias na área da inovação e experimentação, promovendo um ecossistema dinâmico, com base numa aposta contínua na inovação.

### 3.2.2 Plano de Atividades

O plano a desenvolver considera a necessidade de adaptação das áreas definidas como prioritárias, no sentido de, agora, as adequar aos desafios que a estrutura municipal tem de enfrentar, nomeadamente nas áreas relacionadas com o aumento da resiliência dos serviços ou, ainda, todos os desafios relacionados com a transição digital e ambiental.

Neste contexto, e mantendo a premissa inicial, a atividade foi redesenhada em torno dos eixos orientadores apresentados em seguida:

#### **Eixo 1: PORTO INNOVATION HUB – PLATAFORMA DE EXPERIMENTAÇÃO**

- Tornar o Porto uma cidade atrativa e dinâmica funcionando como um núcleo de facilitação da inovação e experimentação na região através de iniciativas para a inovação, transição digital e para a experimentação de base tecnológica e apoio à ideação e prototipagem junto dos atores do ecossistema da cidade.

#### **Eixo 2: GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO**

- Contribuir para o desenvolvimento de serviços e políticas públicas através de um modelo de cocriação e participação ativa, enquanto *toolbox* de aceleração, que agrega ferramentas de gestão da inovação, quer na lógica de capacitação interna das equipas (municipais), quer na lógica de promoção da inovação enquanto transformação da cidade.



## EIXO 1: PORTO INNOVATION HUB – PLATAFORMA DE EXPERIMENTAÇÃO

Atividade	Descrição das tarefas
<b><i>Produção e gestão de conteúdo e materiais de apoio e divulgação para a área de experimentação</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com a experimentação no contexto da cidade e região na forma de manuais, textos, imagens e outros materiais;</li> <li>• Definição e produção de eventos destinados a públicos diversos, que permitam comunicar o ecossistema a um público alargado, posicionando o Porto como hub tecnológico e competitivo;</li> <li>• Coordenação e apoio no desenvolvimento de estudos relacionados com a implementação de soluções digitais, em resposta a desafios da cidade, potenciando o conceito de cidade enquanto plataforma de inovação e experimentação.</li> </ul>
<b><i>Desenvolvimento de eventos e Programas de Capacitação</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição e produção de iniciativas transversais de capacitação do ecossistema da cidade na área da experimentação;</li> <li>• Desenvolvimento de iniciativas que promovam a cidade como um laboratório vivo, um local aberto à experimentação, fundamental para a criação de novas soluções de elevada capacidade de crescimento.</li> </ul>
<b><i>Gestão e manutenção de infraestruturas de apoio à promoção da inovação</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão e manutenção do Porto Innovation Hub, nomeadamente, gestão e manutenção do espaço, recursos e equipamentos de apoio logístico do Porto Innovation Hub, assim como da atividade online e presencial;</li> <li>• Criação e gestão de iniciativas e atividades promovidas no âmbito da iniciativa Porto Innovation Hub: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Gestão e implementação da iniciativa Visitas Fora de Portas — Engenharia à Mostra, como a ampliação da iniciativa a outras áreas de interesse (educação, cultura, tecnologia, saúde, entre outras), garantindo a devida adaptação da atividade à situação atual de pandemia, nomeadamente através da produção e realização de visitas virtuais e apoiadas por ferramentas digitais;</li> <li>○ Organização de exposições no espaço do PIH, no âmbito da atividade produzida e apoiada pelo Porto Innovation Hub. Inclui temas como a inovação, ambiente, economia circular, experimentação, transição digital e tecnologia, que possam também ser apoiadas por ferramentas digitais.</li> </ul> </li> <li>• Organização de eventos e iniciativas regulares que fomentem um diálogo colaborativo e estimulem a partilha, criação e gestão de conteúdos dos meios de comunicação do Porto Innovation Hub: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com inovação e experimentação na cidade (texto, imagem, manuais, materiais) e ações e eventos produzidos e apoiados pelo Porto Innovation Hub;</li> <li>○ Criação e gestão de conteúdos nos meios de comunicação do Porto Innovation Hub (website, redes sociais, newsletter). Inclui a comunicação e divulgação de atividades, projetos externos e internos do Município, e ações do ecossistema de inovação na cidade.</li> </ul> </li> </ul>
<b><i>Coordenação técnica de atividades de colaboração com comunidades tecnológicas e gestão da Convocatória Aberta para a Inovação e Transição Digital</i></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação do processo de preparação, promoção, seleção e acompanhamento de atividades no âmbito da Convocatória Aberta para a Inovação e Transição Digital. Esta iniciativa do Município pretende aumentar o impacto das atividades desenvolvidas pela comunidade relacionadas com tecnologia, inovação e empreendedorismo de forma a promover o ecossistema de inovação, promover a expansão de redes e as fontes de conhecimento e apoiar a comunidade tecnológica;</li> <li>• Apoio à organização e promoção de atividades promovidas por comunidades tecnológicas.</li> </ul>

## EIXO 2: GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

Atividade	Descrição das tarefas
<b>Promoção de programas e redes de colaboração nacionais e internacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação da cidade em redes nacionais e internacionais de colaboração, nomeadamente em redes como a Living-in.eu, ICC, Eurocities, CC4DR, OASC, FI-WARE, ENoLL, entre outras;</li> <li>• Coordenação da participação da cidade na iniciativa “ICC - Intelligent Cities Challenge”, na qual a cidade do Porto é cidade mentora;</li> <li>• Coordenação da componente de transição digital na iniciativa “Cities Mission” (Climate-Neutral and Smart Cities by 2030);</li> <li>• Participação em fóruns nacionais e internacionais para desenvolvimento e partilha de conhecimento e experiência;</li> <li>• Angariação e gestão de relacionamento com novos stakeholders que se associem aos objetivos da cidade do Porto;</li> <li>• Criação de novas oportunidades transversais às várias áreas da Porto Digital;</li> <li>• Suporte à criação de novas oportunidades, no âmbito da inovação, transição digital e sustentabilidade junto dos restantes stakeholders da esfera municipal.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento de novos projetos no âmbito dos programas operacionais europeu e nacionais em temas como as cidades inteligentes, resilientes e sustentáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prospeção, análise e captação de candidaturas a fundos nacionais e internacionais;</li> <li>• Apoio na preparação de candidaturas e na execução técnica de projetos europeus e projetos financiados pelos programas operacionais;</li> <li>• Desenvolvimento de parcerias para a criação de consórcios nacionais e internacionais que acelerem o desenvolvimento dos vários planos de ação estratégicos, contribuindo para a aceleração da sua implementação e para o aumento do impacto;</li> <li>• Atuação como facilitador na gestão da preparação de candidaturas e execução de projetos, no âmbito da inovação, transição digital e sustentabilidade, entre a cidade e outras cidades e / ou entidades que façam parte do consórcio.</li> </ul>
<b>Suporte e gestão técnica da plataforma de experimentação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenação técnica da plataforma de experimentação e desenvolvimento de projetos piloto inovadores que envolvam as equipas do Município do Porto e empresas inovadoras da cidade e região.</li> </ul>
<b>Apoio e coordenação técnica no desenvolvimento de competências técnicas que contribuam para a otimização e melhoria de serviços do Município do Porto e desenvolvimento de estudos e planos de estratégias setoriais para a inovação (research)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de estudos, mapeamentos e avaliações do ecossistema de inovação, tecnologia, transição digital, que permitam uma maior compreensão do mesmo;</li> <li>• Criação da Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação que desenvolva o conceito de “Inovação na Transformação da Cidade” e que promova a gestão da inovação e cocriação aberta baseada no conceito de “toolbox”. A plataforma disponibilizada deverá procurar garantir que o processo de inovação é contínuo, de grande impacto, e que acompanha a transformação diária da Cidade;</li> <li>• Desenvolvimento de projetos de capacitação das equipas técnicas para otimização de processos em áreas de especialização do Município, assim como no desenvolvimento de ações de capacitação e suporte a atividades transversais dos diferentes serviços, como exemplo, o Serviço de Recursos Humanos, Juventude, Proteção e Gestão de dados, entre outros;</li> <li>• Disponibilização de ferramentas de apoio técnico na gestão de processos de promoção da Gestão de Inovação e produção e manutenção de manuais e guias técnicos especializados, nomeadamente o Guia de Inovação do Município e o Toolbox para a Inovação.</li> </ul>

### 3.3 – Programa: Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada

#### 3.3.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma plataforma aberta de sensorização, agregação e disponibilização de dados, que potencie a gestão integrada da cidade e o desenvolvimento do modelo de “Operador de Cidade” e contribua para o desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada (CGI).
- Contribuir para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável e eficaz.
- Contribuir para a divulgação dos pontos de interesse da cidade e eventos.
- Contribuir para o desenvolvimento de um ecossistema de empresas e empreendedores que utilizem a plataforma com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras.

#### 3.3.2 Plano de Atividades

A atividade está organizada num conjunto de 4 principais eixos, organizadas em 3 dimensões: Dados em Tempo Real; Análise e Processamento de Dados; Serviços Digitais; que se desdobram em várias tarefas conforme descrito em seguida:

#### *EIXO 1 - PLATAFORMA DE AGREGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS EM TEMPO REAL*

Como base para o serviço de plataforma de agregação, transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real está um sistema do tipo plataforma urbana aberta que garante os seguintes serviços:

- **Disponibilização de acesso a fluxos de dados em tempo real da cidade**
  - A plataforma urbana disponibiliza uma arquitetura lógica que permite agregar fluxos de dados produzidos dentro e ao longo de sistemas urbanos, como são exemplo sistemas de sensorização de mobilidade, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica.
- **Disponibilização de mecanismos do tipo OASC - MIM (Minimal Interoperability Mechanism)**
  - A plataforma urbana fornece os componentes básicos que permitem que a cidade possa rapidamente mudar da utilização de operações fragmentadas para passar a incluir operações articuladas e previsíveis, bem como novas formas de envolver e servir as partes interessadas da cidade, a fim de transformar, de forma tangível e mensurável, os resultados a nível local (por exemplo, aumentar a eficiência energética, reduzir o congestionamento e as emissões, criar ecossistemas digitais de inovação).

- **Mecanismos de segurança, privacidade e auditoria**
  - A plataforma irá aplicar integralmente políticas de segurança e de privacidade de dados, o que significa que os utilizadores têm de passar por processos de autenticação e autorização antes de poderem aceder a dados, garantindo ainda a disponibilização de mecanismos de auditoria e registo de ações.
- **Plataforma de sensorização ambiental e meteorológica e mobilidade**
  - A plataforma garantirá múltiplas interfaces de sensorização da cidade, como são exemplo, mecanismos de contagem de veículos, contagem de pessoas e aglomerados de pessoas, e ainda, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica, dos quais se destaca informação sobre a precipitação, velocidade do vento, humidade relativa, temperatura e qualidade do ar (partículas do tipo PM10 e PM 2.5; Ozono; Dióxido de Azoto e Monóxido de Carbono).

Com base na infraestrutura descrita e de forma global, a atividade está organizada da seguinte forma:

<i>Atividades</i>	<i>Tarefas/Iniciativas</i>	<i>Descrição Referência</i>
<b><i>Plataforma de agregação, transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real</i></b>	Plataforma de sensorização ambiental e meteorológica e mobilidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de monitorização de suporte e manutenção, alargamento da rede, desenvolvimento e melhoria contínua.</li> </ul>
	Plataforma de recolha, transferência e registo histórico do tipo broker ORION (NGSI/NGSI-LD) em tempo real com controlo de acessos, incluindo serviços complementares, num formato “micro-serviço” para interface com fontes de dados não normalizadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, incluindo os sistemas de interação com contadores de tráfego do sistema de controlo e gestão de tráfego, serviço de produção de dados em forma GTFS-RT, entre outros.</li> </ul>



*EIXO 2 - PLATAFORMA DE APOIO À GESTÃO PROACTIVA E REATIVA DE INFORMAÇÃO E OCORRÊNCIAS NA CIDADE E DE ANÁLISE DE DADOS*

O objetivo desta atividade é melhorar a gestão inteligente da cidade do Porto, envolvendo e integrando diversos atores e soluções, usando dados de sensorização para análise e alerta, promovendo políticas abertas de informação e conhecimento, e reforçando o Centro de Gestão Integrada com novos sistemas e plataformas digitais. Além disso, pretende-se desenvolver uma cultura de *data-driven decision making* na CMP. Para isso, o trabalho a realizar baseia-se numa arquitetura de referência aberta, chamada CityFlow, que permite adaptar e otimizar os processos da cidade e do município, seguindo metodologias normalizadas de modelização.

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

<b>Atividades</b>	<b>Tarefas/Iniciativas</b>	<b>Descrição Referência</b>
<b>Plataforma de análise de dados e apoio à gestão proactiva e reativa de informação e ocorrências na cidade</b>	Sistema de análise de dados e eventos em tempo real provenientes de sensores de mobilidade, ambiente e meteorologia e analítica de vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de análise e processamento de informação, nomeadamente, através da disponibilização de mecanismos e portais de visualização, e de produção de relatórios periódicos, como exemplo, o “Relatório de Dinâmica Urbana de apoio à Gestão e Operação”, entre outros.</li> </ul>
	Serviço de aplicações de apoio à gestão do tipo cockpit de operação com capacidade de visualização e planeamento de operação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações e ferramentas do tipo “cockpit” que deem apoio à operação da cidade, nos seus principais verticais, como exemplo, a área da mobilidade, proteção civil e segurança.</li> <li>Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações de suporte ao município, nomeadamente a plataforma “Cartão Porto.”, entre outros.</li> </ul>
	Plataforma de apoio à operação City Flow e Plataforma de Gestão de Ocorrências	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da plataforma City Flow, nomeadamente em áreas transversais como o Ambiente, Mobilidade, CROA, Avenças entre outros.</li> <li>Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de componentes de suporte, nomeadamente, componentes de autenticação, sincronização entre o City Flow e o Gestor de Ocorrências, entre outros.</li> </ul>
	Plataforma de recolha e disponibilização de dados em formato aberto (OpenData) e gestão de políticas de valorização da informação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da ferramenta de suporte à infraestrutura OpenData, incluindo INDEX e motor ETL, ferramentas CKAN, entre outras;</li> <li>Serviço de apoio ao desenvolvimento e manutenção da política de “valorização de dados do Município, nomeadamente no apoio à avaliação de mecanismos de validação da conformidade de novos datasets, identificação e desenho de modelos de dados, entre outros.</li> </ul>

### EIXO 3 - SERVIÇOS DIGITAIS E APLICAÇÕES PARA PROMOÇÃO DE CONCEITO "CIDADE EM TEMPO REAL"

Esta atividade tem por base a melhoria significativa da operação das diferentes atividades desenvolvidas nos diversos serviços do Município do Porto, num contexto de Gestão Integrada de processos, assim como a melhoria contínua dos serviços de informação para os munícipes. A eficácia e a eficiência dos procedimentos e processos, nas diversas unidades orgânicas, depende de uma solução que dê resposta de forma ágil aos inconvenientes sentidos dentro de uma estrutura em crescimento, como a operação dos serviços na Cidade do Porto.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido centralizará todos os instrumentos necessários à operação, garantindo assim a comunicação fácil e ágil entre serviços, assim como uma abordagem modular que permita a escalabilidade dos serviços, dando resposta a múltiplas oportunidades identificadas em diferentes unidades orgânicas.

O trabalho de desenho de serviços, da sua modelação e otimização, está em linha com a arquitetura e infraestrutura CityFlow, descrita na atividade anterior.

Assim, a atividade encontra-se organizada de acordo com os seguintes objetivos macro:



**Figura 4 – Objetivos macro da plataforma de apoio e gestão de operação**

Complementarmente, na perspetiva dos serviços aos munícipes, esta atividade continuará o desenvolvimento do serviço Explore Porto, procurando continuar a garantir o fornecimento de informação em tempo real sobre a cidade. Assim, espera-se que o acesso a informação em tempo real contribuirá, por exemplo, para a redução dos tempos de viagem dentro da cidade, para o acesso a serviços públicos inovadores, ou ainda, para permitir uma melhor gestão e distribuição da população na cidade.

Nesta atividade será ainda contemplada o suporte, desenvolvimento e melhoria da plataforma de repositório e dados turísticos, ROPI (Repositório Oficial de Pontos de Interesse), sendo em seguida descritas as suas principais funcionalidades e serviços:

Esta atividade disponibilizará de uma plataforma tecnológica aberta que facilite o acesso a informação em tempo real e que terá, nesta fase, elevado enfoque na mobilidade dos cidadãos e no acesso a informação dinâmica para os turistas.

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
<b>Serviços Digitais e aplicações para promoção de conceito "Cidade em tempo real"</b>	Plataforma de mobilidade e disponibilização de informação sobre Pontos de Interesse - ROPI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de monitorização, suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço, nomeadamente:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Atualização e manutenção da plataforma de gestão e sistemas de suporte;</li> <li>○ Atualização e manutenção do modelo de dados dos pontos de interesse para suportar os requisitos do novo site <a href="http://www.visitporto.travel">www.visitporto.travel</a>, entre outros;</li> <li>○ Consolidação dos elementos multimédia na mesma plataforma;</li> <li>○ Atualização e manutenção de interfaces de acesso aos Pontos de interesse através de APIs em conformidade com o CitySDK.</li> </ul> </li> </ul>
	Plataforma de informação e ativação de sistemas de informação ao cidadão do tipo "beacon" – Explore.Porto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço.</li> <li>• Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua da infraestrutura de suporte, nomeadamente de componentes como o PELIAS, OpenTripPlanner; Digitransit, entre outros.</li> <li>• Desenvolvimento da plataforma Explore.Community, que suportará os desenvolvimentos feitos em colaboração com parceiros internacionais, promovendo assim a sustentabilidade e desenvolvimento aberto da plataforma</li> </ul>
	Plataforma de promoção e proteção dos direitos digitais do cidadão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de promoção de uma política ativa da segurança e dos direitos digitais dos cidadãos, nomeadamente através da participação e do incentivo à participação, na iniciativa transeuropeia "Cities for Digital Rights".</li> </ul>

## 3.4 – Programa: Infraestrutura Digital e Comunicações

### 3.4.1 Objetivos Estratégicos

A área de infraestrutura e comunicações da Porto Digital tem como missão garantir o funcionamento e a evolução das redes e sistemas que suportam os serviços digitais da cidade do Porto. Para cumprir esta missão, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o plano de atividades:

- Desenvolver e suportar a rede de comunicações em fibra ótica, numa lógica de modelo operador de telecomunicações neutro, que contribua para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações na cidade do Porto e que garanta ainda o suporte às infraestruturas críticas da cidade, como são exemplo o sistema de semaforização, o sistema de vídeo vigilância de gestão de gestão de tráfego, rede de vídeo vigilância da PSP, entre outros sistemas.
- Oferecer uma rede de comunicações e de acesso à Internet que permitam aos cidadãos e visitantes do Porto explorar a cidade de forma imersiva, ligando a cultura, o comércio e a animação, com mais cobertura e velocidade;
- Criar e manter uma infraestrutura de Datacenter em Cloud-Híbrida e num modelo de serviço partilhado, que possa suportar os sistemas internos e externos do município.
- Promover boas práticas de cyber-segurança no nível municipal, melhorando a deteção e resposta aos ataques informáticos em sistemas e infraestruturas digitais complexas;
- Garantir a operação e suporte técnico 24x7 da plataforma e infraestrutura tecnológica.



## 3.4.2 Plano de Atividades

Atividade	Descrição da Atividade
<i>Expansão, gestão e manutenção da rede metropolitana de fibra ótica para suporte a infraestruturas críticas e desenvolvimento do modelo de operador neutro de telecomunicações</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do Contrato Mandato para expansão da rede de comunicações, rede Wi-Fi e infraestrutura tecnológica de suporte, nomeadamente, coordenação e apoio técnico a todas as tarefas de projeto, gestão de obra e contratação pública.</li> <li>• Suporte ao funcionamento, manutenção preventiva e reativa da infraestrutura de comunicações MPLS e todos os pontos de acesso e agregação, nomeadamente, executando todas as tarefas de monitorização, gestão de alarmística, e gestão de equipas de suporte 24x7.</li> <li>• Gestão modelo de operador neutro e coordenação da atividade dos operadores de telecomunicações na cidade, nomeadamente, através da sensibilização para a boa utilização do espaço público para instalação de infraestruturas de comunicação.</li> <li>• Apoio, desenho, projeto e coordenação técnica de novas construções de infraestrutura do tipo ITUR com base no modelo de operador neutro.</li> <li>• Serviços de transmissão digital e TV para 15 bairros sociais, do qual fazem parte 6000 habitações, nomeadamente, garantindo a transmissão do serviço de TV em canal aberto, serviço Wi-Fi e apoio técnico aos moradores;</li> </ul>
<i>Instalação de infraestrutura de conectividade de nova geração para acesso à Internet a apoio a atividades de capacitação de populações desfavorecidas para as novas tecnologias digitais.</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de uma rede de comunicações em fibra ótica e rede de acesso à internet Wi-Fi de nova geração nos 13 bairros de habitação social da freguesia de Campanhã, assim como em outras infraestruturas de interesse público;</li> <li>• A instalação desta infraestrutura permitirá o acesso à Internet via rede Wi-Fi disponibilizada nas áreas comuns, como permitirá a possível ligação das habitações a uma rede do tipo RF-Overlay/IP, possibilitando assim o desenvolvimento de serviços digitais inovadores.</li> </ul>
<i>Continuar a expansão da rede de comunicações de fibra ótica para suportar a ligação da infraestrutura de semaforização. Alargamento da rede de vídeo-proteção e infraestruturas tecnológicas de suporte</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão da infraestrutura passiva de fibra ótica na componente de distribuição;</li> <li>• Expansão da capacidade de conectividade nos vários POP's (Pontos de Presença) a integração com a infraestrutura MPLS em operação;</li> <li>• Expansão de infraestrutura ativa, nomeadamente da rede de transporte MPLS;</li> <li>• Expansão da rede de acesso de acordo com o planeamento da implementação da rede SCOM (Rede de comunicações de apoio à gestão da mobilidade);</li> <li>• Construção de infraestrutura em modelo multioperador para suportar a instalação da rede de fibra.</li> </ul>
<i>Expansão da rede Wi-Fi para suportar o conceito de conectividade imersiva e desenvolvimento da plataforma de promoção da cidade.</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede Wi-Fi, que garanta conectividade contínua e de proximidade, procurando garantir o acesso universal a todos os cidadãos e visitantes em espaços públicos;</li> <li>• Rede de "beacons" e interfaces digitais informativos, que permita a disponibilização de informação em tempo real sobre a cidade e os seus serviços;</li> <li>• Plataforma de gestão de informação e conteúdos para comércio local e operadores turísticos.</li> </ul>
<i>Desenvolvimento e suporte de serviços digitais partilhados e de cibersegurança.</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de backup partilhado e aumento da capacidade de computação e armazenamento de dados num modelo de "Cloud híbrida";</li> <li>• Security Operation Center - A criação e disponibilização de um centro de operação e segurança focado na deteção, análise e resposta a incidentes de cibersegurança, apostando em soluções e ferramentas tecnológicas de deteção de fragilidades da rede e serviços Cloud, assim como definição de protocolos e processos de resposta a incidentes.</li> </ul>

## 4 - Plano Anual de Recursos Humanos

A competitividade no mercado de trabalho é cada vez maior na área das Tecnologias de Informação e Comunicação. A atração e a retenção de talento têm-se revelado bastante desafiantes para as empresas deste ecossistema. Nesse sentido, tem sido preocupação da Porto Digital definir uma estratégia de forma a criar as condições necessárias para manter na sua estrutura os recursos humanos *core* à atividade.

O plano anual de Recursos Humanos para 2024 contempla a **contratação de 4 novos colaboradores**, que visam dar resposta ao aumento de novos projetos, nomeadamente os projetos cofinanciados por fundos europeus e nacionais

O quadro seguinte mostra a estrutura de Recursos Humanos para o ano de 2024:

<u>Quadro de Pessoal</u>	2024
Administração / CEO	1
Head of Corporate Finance	1
Finance Technician	3
Operations Manager	1
Events and Office Assistant	2
Head of Project Management	1
Project Manager	7
Head of Innovation Management & Experimentation	1
Program Manager	1
Content Manager	1
Research Project Manager	2
Service Designer	1
Product Owner	1
Head of Infrastructure & Operations	1
Network Engineer	3
System Engineer	1
System Administrator	2
Cybersecurity and Systems Technician	1
Head of Engineering & Development	1
Software Engineer	2
Software Engineer - Intern	2
Product/Services Manager & QA	1
Head of System Architecture & Data Analytics	1
Data Analyst	2
Data Analyst – Intern	5
Data Governance/Ethics	1
New Hires	4
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>

## 5 – Plano Anual de Investimento

No ano de 2024, o conjunto de investimentos previsto realizar tem a seguinte repartição:

INVESTIMENTO	Orçamento 2024
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>65,000.00</b>
Edifícios e outras Construções	15,000.00
Equipamento de informática (Rede WiFi e Rede)	50,000.00
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>2,500.00</b>
Programas de computador	2,500.00
<b>TOTAL</b>	<b>67,500.00</b>

Perfazendo um total de **mais de 67 mil euros**, o plano de investimentos será assegurado integralmente com recurso a autofinanciamento.

No plano anual de investimentos, destaca-se a rubrica do **Equipamento de Informática, que apresenta um peso de cerca de 74%**. Este peso está diretamente relacionado com os pressupostos já mencionados, que visam contribuir para o suporte e manutenção da rede Wi-Fi existente assim como da restante infraestrutura tecnológica.

## 6 – Orçamento de Exploração para 2024

RUBRICA / ORÇAMENTO	2024
<b>RENDIMENTOS</b>	<b>5,096,926.57</b>
Prestações de serviços	4,116,753.37
Subsídios à exploração	976,242.32
Outros rendimentos e ganhos	3,930.88
<b>GASTOS</b>	<b>4,721,441.58</b>
Fornecimentos e serviços externos	3,098,650.42
Gastos com o pessoal	1,619,543.58
Gastos e perdas de financiamento	3,247.58

Note-se que as rubricas de **rendimentos ascendem a 5,0 milhões de euros**, sendo composta por prestações de serviços onde se incluem as quotas e subsídios à exploração. Por outro lado, as **rubricas de gastos** subdividem-se em fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e gastos de financiamento, somando um **total próximo dos 4,7 milhões de euros**.

### 6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento

Os valores apresentados para o ano 2024 tiveram por base o orçamento retificado do exercício de 2023, tendo sido estimados o resultado líquido e os saldos do balanço. Do ponto de vista de rendimentos e gastos foram considerados os vários projetos e contratos já assinados, assim como os planeados e os respetivos encargos. Foram, ainda, considerados na preparação das demonstrações financeiras previsionais de 2024 os seguintes pressupostos: a taxa de inflação de 3,3% prevista para 2024, de acordo com o publicado no Orçamento de Estado para 2024; os prazos médios de pagamentos e recebimentos de 60 dias; a taxa de juro de 2,75%.

O orçamento de 2024 da Porto Digital reflete o aumento de projetos cofinanciados e de contratos com o Município do Porto, que implicam mais prestações de serviços e mais gastos com fornecedores externos. Na componente de gastos é de salientar que a execução do contrato de Gestão de Empreendimentos (contrato mandato) representa um aumento significativo na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos pois a execução deste contrato tem por base um mecanismo de refaturação da despesa efetuada.



## 6.1.1 – Rendimentos Previsionais

A estrutura de rendimentos da Porto Digital para o ano de 2024 é a seguinte:

RENDIMENTOS TOTAIS	2024
<b>1. Prestação de Serviços</b>	<b>4,116,753.37</b>
1.1. Quotas	135,000.00
1.2. Fibra Ótica	619,063.72
1.3. Plataforma Urbana	486,000.00
1.4. WiFi	263,502.92
1.5. Projetos e Serviços	2,613,186.73
<b>2. Subsídios à Exploração</b>	<b>976.242,32</b>
2.1. Projetos Financiados (aprovados e em execução)	976.242.32
<b>Total</b>	<b>5,092,995,70</b>

Como se pode observar na tabela, os rendimentos são provenientes da prestação de serviços e subsídios à exploração. Por um lado, a **prestação de serviços**, que apresenta um maior peso, é composta pelas **quotas dos associados** e pelos serviços prestados no âmbito das diversas **áreas de atividade da Porto Digital**, nomeadamente fibra ótica, plataforma urbana, Wi-Fi e gestão de inovação e experimentação. Por outro lado, os **subsídios à exploração** são relativos às participações financeiras dos projetos CommuniCity, ATT – Acelerar e Transformar o Turismo, BE.Neutral, Route 25 (ex-CCAM), ASCEND, BeOpen, Baixa Digital e Bombarda Digital.

## 6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais

A estrutura de fornecimentos e serviços externos da Porto Digital para o ano de 2024 é a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2024
1. Subcontratos	1,769,776.79
2. Trabalhos especializados	1,020,414.25
3. Publicidade e propaganda	13,000.00
4. Vigilância e segurança	2,975,56
5. Honorários	63,867.81
6. Conservação e reparação de equipamento	1,742.21
7. Serviços bancários	3,606.82
8. Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	134.09
9. Livros e documentação técnica - aplicações de informática	22,304.73
10. Material de escritório	8,320.91
11. Eletricidade	3,040.41
12. Combustíveis	2,325.47
13. Água	229.63
14. Deslocações, estadas e transportes	48,293,34
15. Rendas e alugueres	70,561.77
16. Comunicação	47,803.47
17. Seguros	3,420.59
18. Contencioso e notariado	316.10
19. Limpeza, higiene e conforto	1,232.80
20. Outros fornecimentos e serviços	15,283.67
<b>TOTAL</b>	<b>3,098,650.42</b>

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascendem a 3,1 milhões de euros, aproximadamente. Das rubricas que os compõem, importa destacar na rubrica subcontratos a refaturação ao Município do Porto no âmbito do **Contrato de Gestão de Empreendimentos**, que representam mais de 50% do valor total da rubrica. Note-se, ainda, os **Trabalhos Especializados** no valor de cerca de 1,0 milhões euros que se relacionam com o desenvolvimento da atividade da Porto Digital nas diversas áreas de redes de infraestruturas e telecomunicações, plataforma urbana e inovação e experimentação.

### 6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais

A estrutura de Gastos com Pessoal da Porto Digital para o ano de 2024 é a seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2024
<b>Remunerações</b>	
Órgãos Sociais	55,555.82
Pessoal	1,176,663.41
Encargos s/ remunerações	274,784.89
Seguros Acidentes Trabalho	8,197.48
Gastos de Ação Social	69,600.00
<b>Outros gastos c/ pessoal</b>	
Plano de Saúde	19,741.98
Formação	15,000.00
<b>TOTAL</b>	<b>1,619,543.58</b>

Os Gastos com Pessoal previstos para o ano de 2024 ascendem a **1,6 milhões de euros**. Este valor está devidamente alinhado com o **plano de expansão** mencionado no ponto Plano de Recursos Humanos.

### 6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações

As taxas de amortização e depreciação utilizadas são as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Redes aéreas, suportes e cabos subterrâneos	20 anos	5.00%
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10 anos	10.00%
Telecomunicações	7 anos	14.28%
WiFi	5 anos	20.00%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5 anos	20.00%
Computadores	3 e 5 anos	33,33% e 20,00%
Aparelhos telemóveis	5 anos	20.00%
Mobiliário	8 anos	12.50%

Como se observa na Demonstração de Resultados por Natureza Previsional, os Gastos de Depreciação e Amortização ascendem a cerca **320 mil euros**, compreendendo equipamento das diversas categorias mencionadas acima.

## 6.1.5 – Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas

A rúbrica Outros Gastos e Perdas analisa-se como se segue:

Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas	2024
Outros Gastos e Perdas	28,840.16
Outros Rendimentos	3,930.88

A rúbrica Outros Gastos e Perdas são na sua globalidade taxas cobradas por utilização de circuitos de fibra ótica.

De referir que se estima que a rúbrica Outros Rendimentos irá registar um valor de 3,930.88 euros no ano 2024, por força de imputação de subsídios para investimento.

## 6.1.6 – Gastos de Financiamento

RUBRICA	2024
Juros e gastos similares suportados	3,247.58

A rubrica de Gastos de Financiamento previstos para 2024 ascende a um total próximo dos **3,2 mil euros**, tendo por base **juros suportados** decorrentes de necessidades de financiamento externo da Porto Digital, como forma de apoio à tesouraria.

## 6.1.7 – Imposto sobre o Rendimento

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.



## 7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2024

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos instrumentos de Gestão Previsional do ano 2024, foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias conforme o disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015. As demonstrações financeiras incorporadas nos Instrumentos de Gestão Previsional foram preparadas de acordo com pressupostos do regime de acréscimo e da continuidade.

### 7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional

A Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional para o ano de 2024 é a seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024
Vendas e serviços prestados	6.1.1	4,116,753.37
Subsídios à exploração	6.1.1	976,242.32
Fornecimentos e serviços externos	6.1.2	-3,098,650.42
Gastos com pessoal	6.1.3	-1,619,543.58
Outros rendimentos	6.1.5	3,930.88
Outros gastos e perdas	6.1.5	-28,840.16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		349,892.41
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.1.4	-319,779.79
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30,112.62
Juros e gastos similares suportados	6.1.6	-3,247.58
Resultado Antes de Impostos		26,865.05
Impostos sobre o rendimento do período	6.1.7	-
<b>resultado líquido do período</b>		<b>26,865.05</b>

## 7.2 - Balanço Previsional

O Balanço Previsional para o ano de 2024 é a seguinte:

RUBRICAS	31/12/2024
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	2,310,713.49
Ativos intangíveis	579,779.16
Outros investimentos financeiros	11,535.28
<b>subtotal</b>	<b>2,900,027.93</b>
<b>Ativo corrente</b>	
Clientes	14,459.03
Outros créditos a receber	2,902,813.13
Caixa e depósitos bancários	203,856.21
<b>subtotal</b>	<b>3,121,128.37</b>
<b>total do ativo</b>	<b>6,021,156.30</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	
<b>Capital próprio</b>	
Fundo subscrito	2,355,000.00
Outras reservas	15,696.27
Resultados transitados	-30,668.08
Excedentes de revalorização	1,594,568.68
Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	47,961.04
<b>subtotal</b>	<b>3,982,557.91</b>
Resultado líquido do exercício	26,865.05
<b>total do capital próprio</b>	<b>4,009,422.96</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	151,158.60
Estado e outros entes Públicos	92,891.29
Financiamentos obtidos	0.00
Outras dívidas a pagar	196,458.90
Diferimentos	1,571,224.56
<b>subtotal</b>	<b>2,011,733.34</b>
<b>total do passivo</b>	<b>2,011,733.34</b>
<b>total do capital próprio e do passivo</b>	<b>6,021,156.30</b>

## 8 – Equilíbrio Económico-Financeiro

No ano de 2024, está previsto que o Volume de Negócios seja cerca de 4,1 milhões de euros, ao qual se somam 976 mil euros de subsídios à exploração, resultado dos vários projetos cofinanciados. Do ponto de vista de Gastos Operacionais o valor planeado é de 3 milhões e 800 mil euros, Gastos de Amortização e Depreciação e Gastos de Financiamento. Assim, o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar **resultados positivos no montante superior a 20 mil euros**.

RESULTADO DAS OPERAÇÕES	2024
Volume de negócios	4,116,753.37
Outros rendimentos e gastos operacionais	-3,766,860.96
resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	349,892.41
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-319,779.79
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-
resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	30,112.62
resultados financeiros (RF)	-3,247.58
resultado antes de imposto (RAI)	26,865.05
Impostos sobre o rendimento do período	-
<b>resultado líquido do exercício (RLE)</b>	<b>26,865.05</b>

Em conclusão, apresentam-se em seguida **indicadores**, que refletem o equilíbrio económico-financeiro da Porto Digital:

INDICADORES	2024
Autonomia Financeira	66,59%
Solvabilidade	199,30%
Endividamento	33,41%
Vendas e prestações serviços/Capital Próprio	102,68%
Passivo/Capital Próprio	50,18%
Liquidez Geral	155,15%
Valor Acrescentado Bruto	1,994,345.27
Rentabilidade do Capital Próprio	0,67%

Porto, 2 de novembro de 2023

O Conselho de Administração,



## Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal